



ANUÁRIO

DE PESQUISAS DA APMG



TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
2025





CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DISCIPLINA **TRABALHO** INSTRUÇÃO

ANUÁRIO

DE PESQUISAS DA APMG

★2ª EDIÇÃO★

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
2025



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2026

DIRETOR DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Cel. QOEM PM Marco Antonio da Silva

COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

Cel. QOEM PM José Luiz Beggiora Junior

SUBCOMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

Ten.-Cel. QOEM PM Juliano Zanuncini

CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO

Maj. QOEM PM Dênis Wellington Viana

ADJUNTO AO CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO

Cap. QOEM PM Adriano Cristiano Lazarotto

CHEFE DO CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Cap. QOEM PM Adriano Cristiano Lazarotto

ELABORAÇÃO DOS TEXTOS DOS CURSOS

Maj. QOEM PM Dênis Wellington Viana

DIAGRAMAÇÃO

Sd. QP PM Elaine Gomes de Oliveira
QPPE, Agente Profissional, Leonardo Gomes Remigio
Psicóloga Ana Beatriz Nunes de Oliveira

REVISÃO DA DOCUMENTAÇÃO

1º Sgt. QP PM Maurício Luciano Fogaça
Sd. QP PM Elaine Gomes de Oliveira

DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SISTEMA PERGAMUM

QPPE, Agente Profissional, Leonardo Gomes Remigio

BIBLIOTECÁRIO QPPE

QPPE, Agente Profissional, Leonardo Gomes Remigio



MENSAGEM DO COMANDANTE DA APMG

Como Comandante da APMG, tenho a honra de apresentar a segunda edição do Anuário de Pesquisas da APMG, documento que reúne, de forma organizada e acessível, os Trabalhos de Conclusão produzidos pelos alunos que passaram por esta Academia no ano de 2025. Esta publicação consolida o esforço institucional de valorizar a produção intelectual, preservar a memória acadêmica e ampliar a circulação de conhecimentos que impactam diretamente a qualidade da educação policial e do serviço prestado à sociedade.

A experiência da primeira edição demonstrou o quanto é relevante concentrar, em um único volume, pesquisas que traduzem o compromisso dos nossos discentes com o estudo, a reflexão crítica e a busca por soluções aplicáveis aos desafios contemporâneos.

Este Anuário também se apresenta como um instrumento valioso de apoio à execução do Plano Estratégico da Corporação. Ao longo dos cursos, os alunos foram instigados a avançar na busca por soluções, propor melhorias e apontar caminhos para a otimização dos objetivos estratégicos definidos no planejamento institucional.

Nesse sentido, as pesquisas aqui reunidas podem subsidiar decisões, orientar iniciativas e inspirar projetos que contribuam para resultados concretos, ao mesmo tempo em que reforçam, na prática, os nossos valores institucionais: dignidade humana, integridade, hierarquia, disciplina, coragem e profissionalismo.

Registro meu reconhecimento aos alunos, pela dedicação e seriedade com que conduziram suas pesquisas; aos orientadores, pelo acompanhamento técnico e acadêmico; aos avaliadores pela criticidade e possibilidade de crescimento trazida aos trabalhos; e às equipes que tornaram possível a sistematização deste material.



Cada estudo aqui reunido representa um esforço concreto de compreender problemas, propor caminhos e qualificar decisões, ideais que se alinham diretamente à missão desta Academia.

Lançar este Anuário no dia do aniversário da APMG confere à publicação um significado ainda mais especial, pois transforma a data comemorativa em um marco de memória, identidade e projeção de futuro. Ao celebrar mais um ano de história, reafirmamos que a força da Academia não se mede apenas pelo tempo, mas também pela sua capacidade permanente de formar, aperfeiçoar e produzir conhecimento alinhado às necessidades da Corporação e da sociedade. Assim, este lançamento simboliza, ao mesmo tempo, homenagem ao legado construído e compromisso com a evolução contínua: um presente institucional que valoriza o esforço de alunos, orientadores e avaliadores, fortalece a cultura de pesquisa e evidencia que a APMG celebra sua trajetória investindo no que há de mais estratégico para o amanhã: pessoas preparadas, pensamento crítico e profissionalismo.

Que esta publicação fortaleça a cultura institucional de estudo permanente e contribua para uma atuação cada vez mais competente, responsável e comprometida com o interesse público.

CORONEL QOEM PM JOSÉ LUIZ BEGGIORA JUNIOR,
Comandante da APMG

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a APMG apresenta o Anuário de Pesquisas da APMG – 2ª edição, publicação que consolida, em um único documento de fácil consulta, a produção acadêmica dos Trabalhos de Conclusão elaborados pelos alunos que passaram por esta Academia no ano de 2025.

Ao reunir esses estudos em um repositório organizado e acessível, reafirmamos o compromisso institucional com a valorização do conhecimento, o fortalecimento da pesquisa aplicada e a difusão de boas práticas no âmbito da segurança pública.

Nesta segunda edição, avançamos na forma de apresentação e no acesso ao conteúdo: cada trabalho é disponibilizado com link e QR Code, acompanhado do nome do policial militar aluno, do orientador e do título do trabalho, além da referência conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e resumo do trabalho. Esse formato foi pensado para agilizar a localização, facilitar a citação e, sobretudo, aproximar o leitor do material completo, incentivando o uso efetivo das pesquisas no cotidiano profissional e em novas investigações.

Muitos dos materiais aqui apresentados podem colaborar tanto para a reflexão sobre nossas atividades cotidianas quanto para embasar relatórios e decisões técnicas a respeito de variados temas.

A estrutura do Anuário também reflete a organização pedagógica da APMG. Os cursos ofertados no ano de 2025 – CCEM (Curso de Comando e Estado-Maior), CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), CFO (Curso de Formação de Oficiais), CHOE (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas) e CAP (Curso de Aperfeiçoamento de Praças) – foram devidamente apresentados, e, na sequência, listados e referenciados os trabalhos desenvolvidos pelos respectivos alunos, permitindo ao leitor uma navegação entre as áreas e os temas.



No ano de 2025, foram realizados mais de 300 trabalhos científicos, organizados pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da APMG (CPPG) e no caso do Curso de Aperfeiçoamento de Praças, organizados em parceria com as Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP).

Todos os materiais deste anuário foram devidamente orientados e envolveram a realização de bancas de apresentação, recepção dos trabalhos finalizados pelo CPPG e posterior catalogação dos materiais na plataforma da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Nota-se que esta compilação em formato de Anuário é resultado da colaboração entre diversos setores da APMG para possibilitar que este material chegue até cada um de nós.

Em cada um dos cursos, organizamos um texto de apresentação preliminar do curso, agrupando os textos produzidos pelos alunos em cinco grandes eixos temáticos: 1) Direito, Justiça e Disciplina Militar; 2) Tática, Estratégia e Operações Específicas; 3) Gestão de Pessoas, Liderança e Formação; 4) Administração, Logística e Finanças; e 5) Polícia Comunitária e Sociedade.

Convidamos cada leitor, policial militar e público em geral, a conhecer as pesquisas reunidas nesta edição e a apreciar a leitura daquelas que dialogam diretamente com seu campo de atuação e pesquisa. Que este Anuário seja, ao mesmo tempo, fonte de consulta, instrumento de aprendizagem e inspiração para o aprimoramento contínuo, contribuindo para uma prática profissional cada vez mais qualificada, crítica e baseada em evidências.

MAJOR QOEM PM DÊNIS WELLINTON VIANA,
Chefe da Divisão de Ensino da APMG

SUMÁRIO

<u>Curso de Comando e Estado-Maior</u>	8
<u>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais</u>	40
<u>Curso de Formação de Oficiais</u>	73
<u>Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas</u>	138
<u>Curso de Aperfeiçoamento de Praças</u>	215
<u>1ª EsFAEP</u>	218
<u>2ª EsFAEP</u>	263
<u>3ª EsFAEP</u>	275
<u>Núcleo de Ensino Londrina</u>	290



CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

TURMA 2025

APRESENTAÇÃO CCEM 2025

Esta seleção de pesquisas reflete o alinhamento da Polícia Militar do Paraná com as vanguardas tecnológicas e as transformações legislativas de 2024 e 2025. Os trinta trabalhos realizados pelos Tenente-Coronéis e Majores do Curso de Comando e Estado-Maior demonstram uma preocupação com a integração institucional e a modernização de conceitos doutrinários.

No eixo Direito, Justiça e Disciplina Militar, os estudos concentram-se na segurança jurídica e na atualização normativa. Destaca-se a análise da Lei nº 22.354/2025 (Lei de Organização Básica da PMPR) e o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da corporação. A disciplina militar é pautada por pesquisas sobre a perda do posto e da patente de oficiais no TJPR e a modernização dos direitos dos militares estaduais. No campo das competências, os Oficiais avaliaram a necessidade de regulamentação das forças de segurança em crises, os reflexos da PEC da Segurança Pública sobre as Guardas Municipais e a possibilidade jurídica do enquadramento de facções criminosas como grupos terroristas.

O campo da Tática, Estratégia e Operações Específicas revela possíveis avanços para o campo da Segurança Pública. As pesquisas abordam desde a criação do Comando Integrado de Trânsito (CIT) até o uso do "Sistema Caçador" para busca de foragidos e veículos. A aviação policial ganha destaque com propostas de vinculação do BPMOA ao Subcomando-Geral a qual efetivamente ocorreu no final do ano de 2025), a renovação da frota de aeronaves (locação vs. aquisição) e a incorporação de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (drones).



No campo do policiamento especializado e especial, destacam-se a gestão de multidões em estádios, o combate ao crime organizado como política pública e inovações no treinamento de semoventes, como a técnica de imprinting training em potros e a fisiologia de cães em ambientes aquáticos para a Patrulha Costeira.

Em Gestão de Pessoas, Liderança e Formação, o foco reside no fortalecimento da identidade e da saúde do militar. Os trabalhos investigam a valorização dos feitos históricos da corporação e a preservação do cerimonial militar na recepção de novos alunos como reforço à hierarquia e disciplina. A inovação no ensino é representada pelo uso de Inteligência Artificial para treinamento remoto e gestão de tropa. Complementam este eixo as análises sobre o capital simbólico das associações de militares.

O eixo de Administração, Logística e Finanças foca na governança moderna e na eficiência licitatória. Destacam-se propostas de gestão logística baseada em TI e procedimentos de pré-qualificação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). A liderança estratégica é discutida sob o viés da integração funcional nos batalhões, enquanto a segurança operacional é pautada por diagnósticos de acidentes de trânsito envolvendo viaturas e propostas para a prevenção de riscos aos policiais condutores.

Por fim, no eixo Polícia Comunitária e Sociedade, o "Policiamento de Proximidade" surge como o conceito central, com estudos de caso detalhados sobre sua aplicação no 12º e 33º BPM na região central de Curitiba. As pesquisas exploram como as redes sociais e as novas tecnologias podem maximizar a ostensividade e elevar a sensação de segurança. Ainda a satisfação no trabalho dentro do contexto do policiamento de proximidade é abordada. A proteção às populações vulneráveis também é pilar fundamental, representada pelo estudo sobre a eficácia da Patrulha Maria da Penha no enfrentamento à violência doméstica.

ALVES, João Roberto das Graças Galetto; TEIXEIRA, Hudson Leôncio. **Sistemas de treinamento remoto e gestão de tropa com uso de tecnologia através de inteligência artificial (I.A)**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A gestão pessoal constitui elemento essencial e fundamental para que a PMPR possa, de forma rigorosa, aprimorar continuamente o treinamento de sua tropa, principalmente, em função dos crimes violentos e ultraviolentos que são enfrentados. O crescente avanço das implementações de segurança, reclama o uso de tecnologias inovadoras tornando mais eficiente e eficaz as ações de capacitação e treinamento. Assim, a Inteligência Artificial (I.A.) surge como uma ferramenta extremamente importante para o aprimoramento, adequação e modernização da execução dos treinamentos práticos atuais, bem como aprimora a sofisticação das análises de gestão e monitoramento. A presente pesquisa busca identificar e compreender como os sistemas baseados em I.A. podem ser aplicados nos treinamentos remotos e na gestão operacional da tropa da PMPR, facilitando a gestão do instrutor. Ademais, também será verificado junto a 3ª Seção do Estado Maior a possibilidade de avaliações similares com o emprego de I.A., utilizando o efetivo do Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) com amostragens não probabilísticas, por conveniência ou intencional, limitando o acesso dos participantes.

Palavras-chave: Tecnologias inovadoras; treinamentos remotos; gestão operacional; inteligência artificial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217064>

QR Code



BUSKI, Luciano José; PRÜSSE, Adilson Luiz Lucas. **Combate ao crime organizado pela PMPR**: análise e necessidade de implementação de ações a serem desenvolvidas como política de segurança pública. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Constata-se necessidade de rígido combate ao crime organizado, sendo imprescindível para tanto o estudo de suas origens, causas, desenvolvimento, dos efeitos prejudiciais à população e às corporações policiais, a fim de executarem ações que as fortaleçam e minimizem riscos aos seus integrantes, mediante políticas de segurança sustentáveis. A preocupação é justificada, pois a corrupção e as vantagens ilícitas oferecidas a policiais, atingiram números alarmantes, colocando em descrédito as instituições. O tema tem grande relevância, devendo ser debatido, analisando-se o histórico e a legislação, com propostas de ações exequíveis. Neste trilho de entendimento, utilizou-se de pesquisas bibliográfica e documental, corroborado com pesquisa de campo, por meio do encaminhamento de questionários a profissionais, com expertise no assunto referenciado, obtendo resultados qualitativos e quantitativos. Dessa forma, verificar-se-ão, ao final deste trabalho, sugestões efetivas de realização de ações, intra e extra corporis, todas plausíveis de execução, como procedimentos de resguardo à coletividade, bem como aos membros da Polícia Militar, fortalecendo a imagem da Corporação.

Palavras-chave: Crime organizado; polícia militar; corrupção; políticas públicas; imagem.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217043>

QR Code



CACIATORI, Juliano; CRUZ, Márcio Stange da. **A utilização da técnica do imprinting training na doma de cavalos novos (potros) destinados às atividades de polícia montada.** 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os efeitos da aplicação da técnica de imprinting training na doma de potros destinados às atividades de polícia montada, buscando compreender seus impactos sobre o comportamento, o manejo e o bem-estar animal. A pesquisa adotou abordagem qualitativa de caráter descritivo, utilizando entrevistas com quatorze profissionais de diferentes corporações policiais-militares que atuam nas áreas de doma, manejo e medicina veterinária aplicada a equinos. A análise dos dados revelou que a técnica de imprinting training é amplamente reconhecida como eficaz, humanizada e benéfica para a formação e o condicionamento de cavalos destinados ao policiamento. Os entrevistados relataram resultados positivos, como maior docilidade, confiança e facilidade de adestramento dos potros submetidos à técnica, além de menor incidência de comportamentos reativos e situações de estresse. Esses achados corroboram estudos anteriores que apontam a importância do manejo precoce e da interação positiva entre o homem e o animal nos primeiros dias de vida. Embora a técnica já seja utilizada em algumas instituições, constatou-se a ausência de padronização formal de protocolos, o que representa um desafio para sua implementação sistemática. Conclui-se que o imprinting training constitui uma ferramenta moderna e alinhada aos princípios de bem-estar animal, capaz de aprimorar o desempenho operacional dos equinos e a segurança no serviço de policiamento montado.

Palavras-chave: *Imprinting training*; doma racional; bem-estar animal; policiamento montado; manejo equino.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217062>

QR Code



CAETANO, Cristiano Israel; ALVES, Robson. **Perda do posto e da patente dos oficiais**: decisões do TJPR. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Os militares estão sujeitos a um regime jurídico diverso dos demais servidores públicos. Neste sentido, há diferenças claras entre os ritos e formas de exclusão dos servidores públicos e dos militares. No Brasil, os militares se dividem em militares federais e militares estaduais, existindo no âmbito das corporações a carreira das praças e dos oficiais. Nos termos do art. 125, §4º da Constituição Federal de 1988, os oficiais e praças militares estaduais, quando condenados por crime militar, devem se submeter a julgamento do tribunal competente para análise quanto a perda do posto/patente ou da graduação. Já o art. 142, §3º, incisos VI da CF/88 destinada aos oficiais militares federais e aplicável aos oficiais militares estaduais por força do art. 42, §1º da CF/88, determina que a perda do posto/patente, independente do motivo (condenação penal ou transgressão administrativa), será condicionada a análise do tribunal competente. O objetivo do manuscrito foi investigar como tem decidido o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2014/2025) quanto a perda do posto e da patente dos oficiais da PMPR e do CBMPR. A Pesquisa se classifica como qualitativa, descritiva, longitudinal, utilizando como fonte doutrina, jurisprudência e banco de dados da Corregedoria-Geral. Os dados coletados na jurisprudência (2014/2025) apontam para 42,86% de manutenção da decisão contra 54,29% dos dados da Corregedoria-Geral (2008/2025), sendo possível afirmar que não há tendência em manter de forma majoritária decisão do Comando Geral nos CJ apreciados pelo TJPR.

Palavras-chave: Ciências policiais; regime jurídico; militar; oficiais; posto e patente.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217027>

QR Code



CRUZ, Antonio Claudio da; LIMA, Alexsandro Rodrigo Rosinski. **Ampliação das atribuições das guardas municipais:** reflexos da PEC da segurança pública para a Polícia Militar do Paraná, à luz das ameaças estratégicas (Portaria nº 682/2025). 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos potenciais da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2025 que, entre outras coisas, visa ampliar as atribuições das Guardas Municipais. A pesquisa adota metodologia qualitativa, fundamentada em documentos institucionais, como a Portaria nº 682/2025 do Comando-Geral (Planejamento Estratégico da PMPR), doutrina constitucional, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em literatura especializada. A análise evidencia que a PEC representa ameaça estratégica à PMPR em três dimensões interconectadas: (i) institucional, ao fragilizar a exclusividade do policiamento ostensivo; (ii) operacional, ao criar sobreposição de competências e ampliar o risco de conflitos interinstitucionais; e (iii) estratégico-financeira, ao redirecionar recursos da segurança pública para municípios, comprometendo a sustentabilidade e o protagonismo da PMPR nas políticas públicas de polícia ostensiva. O estudo demonstra que o debate também abre espaço para uma complementaridade funcional entre polícias. Como diretriz estratégica, sugere-se a divisão de responsabilidades: às Guardas Municipais caberiam a atuação complementar em delitos de menor potencial ofensivo e no policiamento comunitário; à PMPR, a preservação da ordem e as missões especializadas, como policiamento ambiental, de fronteiras, aéreo, de choque, operações intermunicipais e operações especiais. Conclui-se que a PEC deve ser compreendida não apenas como uma alteração constitucional, mas como um desafio de alto impacto estratégico para as Polícias Militares, em especial, à PMPR, exigindo proatividade política, inteligência institucional e capacidade de adaptação, de modo a proteger sua identidade, eficiência operacional e centralidade das atividades de polícia ostensiva no sistema de segurança pública federativo.

Palavras-chave: Ciências policiais; emenda constitucional; guardas municipais; planejamento estratégico; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217061>

QR Code



DURANTE FILHO, Eliéser Antonio; VIANA, Dênis Wellinton. **Satisfação no trabalho policial no contexto do policiamento comunitário**: um estudo com policiais militares do 33º BPM na área central de Curitiba. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a satisfação no trabalho policial no contexto do policiamento comunitário, tomando como referência a experiência dos policiais do 33º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela área central de Curitiba. A pesquisa parte da compreensão de que a satisfação profissional constitui elemento estratégico para a eficácia das políticas de segurança pública e para a consolidação da filosofia de polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná (PMPR). O estudo teve como objetivo compreender os fatores que influenciam a satisfação dos policiais que atuam no policiamento de proximidade, identificando aspectos valorizados e desafiadores da prática, bem como os elementos que reforçam ou fragilizam o vínculo institucional e comunitário. De natureza aplicada e abordagem mista, com predominância qualitativa, a investigação utilizou questionário estruturado em seis eixos e obteve respostas de quinze policiais, selecionados de forma intencional e não probabilística. Os dados qualitativos foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo temática, enquanto os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva, articulando ambas as abordagens na interpretação dos resultados. Os resultados apontam predominância de percepções de satisfação no trabalho associadas ao reconhecimento institucional e ao vínculo comunitário, ressaltando o papel da autonomia supervisionada e do sentimento de utilidade social na motivação e no engajamento profissional. Também foram observadas tensões entre valorização local da estratégia e desvalorização institucional, bem como entre pertencimento comunitário e distanciamento organizacional. Pode-se compreender que a satisfação decorre da convergência entre reconhecimento simbólico, autonomia funcional e legitimidade comunitária, embora a filosofia comunitária ainda se apresente segmentada e em processo de consolidação cultural na PMPR.

Palavras-chave: Ciências policiais; satisfação no trabalho; policiamento comunitário; legitimidade policial; reconhecimento institucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217059>

ARTIGOS CCEM PM 2025

QR Code



FERREIRA, Fábio Bonifácio; DIAS, Alexandre Lopes. **Gestão de multidões em grandes eventos de futebol**: um estudo das práticas operacionais da Polícia Militar do Paraná. 2025. Arquivo de computador em formato PDF. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) na gestão de multidões em grandes eventos de futebol em Curitiba, à luz da doutrina de emprego da PMPR e da gestão de multidões. Tem como objetivo verificar a compatibilidade entre a missão institucional do BPCHOQUE, concebido como tropa de choque vocacionada ao controle de multidões, e a prática de centralizar nessa unidade o planejamento, o comando e a execução do policiamento em jogos de futebol profissional. Metodologicamente, a investigação tem como enfoque a pesquisa de natureza mista e tipo de estudo exploratório-descritivo, e apresenta como classificação o estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, análise documental de normas e manuais institucionais e levantamento por meio de questionário eletrônico aplicado às Polícias Militares de 19 unidades da federação. Os resultados indicam que a centralização do policiamento em eventos no BPCHOQUE elevou a padronização, a integração interinstitucional e a capacidade técnica, mas produziu um modelo híbrido em que a tropa de choque acumula funções típicas de administração de multidões, em aparente tensão com sua missão doutrinária como “quarto esforço operacional” e “último recurso” no controle de multidões. Verificou-se, ainda, que 52,6% dos estados dispõem de unidade específica para policiamento em eventos e mantêm as tropas de choque prioritariamente como força de reação, além da inexistência, na PMPR, de curso específico de policiamento em eventos. Conclui-se pela eficácia operacional do modelo híbrido adotado, porém por sua adequação apenas parcial sob a perspectiva doutrinária, recomendando-se a avaliação da conveniência de implantação de unidade especializada policiamento em eventos e criação de curso de policiamento em eventos.

Palavras-chave: Polícia militar; gestão de multidões; policiamento; futebol; choque.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217024>

QR Code



FRAGOSO, Edivan Sharles; JONATA, Sthefano Roberto. **Sistema de gestão logística baseado em TIC**: como potencializar a aprendizagem organizacional e a inovação na Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A Polícia Militar do Paraná (PMPR), enquanto instituição de caráter militar estadual, tem enfrentado, ao longo das últimas décadas, desafios cada vez mais complexos relacionados à gestão logística e à inovação em segurança pública. Estudos recentes indicam que boa parte desse conhecimento permanece na forma tácita, restrita a indivíduos ou pequenos grupos, o que limita a aprendizagem coletiva e favorece o retrabalho. Este estudo analisa a gestão logística da PMPR à luz dos referenciais da Governança Pública, da Gestão do Conhecimento e da Inovação Institucional, com ênfase na verificação da existência de um Sistema de Gestão Logística (SGL) baseado em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), voltado à captura, validação, organização, difusão e aplicação do conhecimento no âmbito da Corporação. A proposta ancora-se nos fundamentos da Gestão do Conhecimento, na literatura sobre aprendizagem organizacional e em metodologias aplicadas às forças armadas, como o After Action Review. O objetivo consiste em avaliar se a Corporação dispõe de um modelo integrado capaz de consolidar dados, otimizar fluxos e potencializar a aprendizagem organizacional, conforme as diretrizes do Planejamento Estratégico 2025-2027, aprovado pela Portaria CG nº 682/2025. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, fundamentada em análise documental, questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas junto à 4ª Seção do Estado-Maior (PM/4) e à Diretoria de Logística (DL). Os resultados revelam que, embora a PMPR disponha de estrutura normativa e técnica consolidada, a fragmentação de sistemas e a ausência de um banco de dados unificado comprometem a eficiência e a rastreabilidade dos processos logísticos. Verificou-se, ainda, a existência de práticas informais de compartilhamento de conhecimento, que indicam potencial de institucionalização mediante políticas de gestão da informação. Conclui-se que a implantação de um SGL corporativo, apoiado em TIC e orientado pelos princípios da governança, representa oportunidade concreta de inovação, eficiência e transparência, fortalecendo a legitimidade e a capacidade gerencial da PMPR.

Palavras-chave: Gestão logística; Polícia Militar do Paraná; governança pública; tecnologias da informação e comunicação; gestão do conhecimento.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217011>

ARTIGOS CCEM PM 2025

QR Code



GONÇALVES, Eliseu; VIEIRA, João. **Sinistros de trânsito com viaturas da PMPR: análise situacional do 14º BPM e propostas de prevenção baseadas em fatores de risco.** 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar os sinistros de trânsito envolvendo viaturas da Polícia Militar no âmbito do 14ºBPM, identificando fatores de risco e propondo medidas preventivas. A justificativa decorre do fato de que a atividade-fim da Corporação exige o uso intensivo de viaturas nas ações de policiamento, expondo os condutores a elevados riscos de sinistros. Tais eventos produzem impactos na saúde física e emocional dos militares, na logística institucional e na esfera jurídico-administrativa, reforçando a necessidade de análise sistematizada de suas causas e padrões. A metodologia adotada foi pesquisa aplicada, de abordagem mista quali-quantitativa, desenvolvida como Estudo de Caso, com base em dados institucionais. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental pelo método indutivo. Foram realizados levantamentos estatísticos, identificação do perfil dos militares envolvidos, circunstâncias dos eventos e avaliação das ferramentas de registro e sistematização das ocorrências. Os resultados evidenciam o trânsito sendo um dos principais vetores de vitimização policial, influenciado por fatores humanos, operacionais, ambientais e veiculares. Verificou-se a necessidade de protocolos específicos e banco de dados estruturado que possibilite análises estratégicas. Conclui-se que a compreensão dos sinistros de trânsito com viaturas da PMPR pode subsidiar a formulação de políticas preventivas de segurança institucional no trânsito.

Palavras-chave: Sinistros de trânsito; viaturas policiais; análise de sinistros; segurança viária; gestão de riscos operacionais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217047>

QR Code



HOINATSKI, Cezar; SILVA, Marco Antonio da. **Sistema estadual integrado de gerenciamento de crises e incidentes**: uma proposta de governança das forças de segurança pública no Paraná. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O Gerenciamento de Crises (GC) é um sistema fundamental na segurança pública, com foco primordial na preservação de vidas e no restabelecimento da ordem pública. No Paraná, a Polícia Militar (PMPR), por meio do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), é encarregado de executar as Operações Especiais Policiais (OpEspPol) e aplicar a doutrina de GC. Contudo, o cenário institucional paranaense tem sido marcado por instabilidade e lacunas normativas, decorrentes de recentes acontecimentos, como a criação da Polícia Penal (EC no 50/2021) e da emancipação constitucional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) (EC no 53/2022). Tais mudanças, juntamente com a ambiguidade regulatória na distinção das atribuições, como a atuação do BOPE (refém localizado) versus o TIGRE (cativo não localizado), incide na ausência de normatização formalizada em norma de escalão superior. A deficiência de integração com os demais órgãos de Estado persiste como uma fragilidade sistêmica, comprometendo a atuação coordenada exigida pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O presente estudo teve como objetivo analisar o gerenciamento de crises policiais no Paraná à luz dessas transformações e lacunas, propondo diretrizes de governança e integração em nível estadual. A investigação utilizou enfoque qualitativo e tipo de estudo descritivo, empregando o estudo de caso com análise de conteúdo para comparar as práticas e atribuições das unidades especializadas (PMPR/BOPE, CBMPR/GOST, PCPR/TIGRE, PPPR/DOS/SOE). A análise demonstrou que a modernização do marco legal é imprescindível. Conclui-se sugerindo a implantação de um Sistema Estadual Integrado de Gerenciamento de Crises e Incidentes, o qual deve incluir a adoção de terminologia padronizada, a estruturação de uma governança integrada (baseada no paradigma NIMS e filosofia C5I) e a resolução da ambiguidade regulatória através de um ato normativo que defina com segurança jurídica as atribuições de cada força de segurança.

Palavras-chave: Gerenciamento de crises; governança pública; integração; ambiguidade regulatória; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217042>

QR Code



IARK, Andrey Müller; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Proposta de vinculação do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) ao Subcomando-Geral da PMPR**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O objetivo geral foi examinar e avaliar a viabilidade da desvinculação da subordinação direta do BPMOA em relação ao CME, propondo o deslocamento dessa subordinação ao Subcomando-Geral da PMPR. Tratou-se uma revisão de literatura partindo de pesquisa bibliográfica descritiva, com o aporte de pesquisa de campo de cunho quantitativo. Os resultados demonstraram que a desvinculação da subordinação através da criação de um Comando de Aviação, como um Comando Intermediário subordinado ao Subcomando-Geral da PMPR pode impulsionar a abertura de novas bases e aquisição de novas aeronaves, permitir maior especialização, otimizando o treinamento e gestão dos recursos disponíveis. Conclui-se que não consiste apenas em uma alteração administrativa, mas também um incremento estratégico no sentido de modernização e fortalecimento dos serviços prestados, com maior eficiência, segurança e agilidade nas operações, o que vem a consolidar o compromisso desta corporação com a segurança da população paranaense.

Palavras-chave: BPMOA; comando de aviação; desvinculação da subordinação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217065>

QR Code



LAGO, Luis Roberto Pereira do; PEREIRA, Claudio José Bezerra. **A eficiência das aeronaves remotamente pilotadas (RPA) na aviação de segurança pública: efetividade operacional e desafios regulatórios.** 2025. Arquivo de computador em formato PDF. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A eficiência das aeronaves remotamente pilotadas (RPA) na Aviação de segurança pública: efetividade operacional e Desafios regulatórios.

Palavras-chave: Polícia militar; corpo de Bombeiros; São Paulo/SP; drone.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217067>

QR Code



LEMOS JUNIOR, Luiz Carlos; AZEVEDO, Eleandro. **Modernização e inovação das legislações atinentes aos direitos dos militares estaduais da Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os direitos funcionais dos militares estaduais da Polícia Militar do Paraná, com ênfase nas férias judiciais, na licença-paternidade e na licença-adoção. A pesquisa, de natureza qualitativa e método dedutivo, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, abordando aspectos constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis à categoria. Identificaram-se lacunas normativas e divergências interpretativas que têm ocasionado intensa judicialização, sobretudo quanto à contagem dos períodos aquisitivos de férias, fenômeno denominado "férias judiciais". No tocante à licença-paternidade e à licença-adoção, o estudo aponta a necessidade de adequação às legislações mais modernas de outros estados, que ampliaram o período de fruição e promoveram maior equidade entre os genitores. Propõe-se, como solução, a atualização da Lei Estadual nº 1.943/1954 e do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Estado do Paraná (RISG/PMPR), visando uniformizar procedimentos e assegurar segurança jurídica. Conclui-se que o fortalecimento dos direitos familiares e funcionais dos militares contribui para uma instituição mais justa, eficiente e comprometida com os valores constitucionais da dignidade humana e da valorização da família.

Palavras-chave: Polícia Militar do Paraná; direitos funcionais; férias judiciais; licença-paternidade; licença-adoção.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217022>

QR Code



LOPES, Alan Cesar Santana; FÁVERO, Marcelo Roke. **A eficácia da Patrulha Maria da Penha no enfrentamento à violência doméstica**: um estudo de caso do 23º Batalhão de Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher permanece como um dos problemas mais graves da segurança pública brasileira, refletindo desigualdades estruturais de gênero, vulnerabilidade social e limitações institucionais no atendimento às vítimas. Este artigo busca analisar a eficácia da Patrulha Maria da Penha no âmbito do 23º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (23º BPM), examinando sua atuação no acompanhamento de medidas protetivas, redução da reincidência e promoção de proteção continuada às mulheres em situação de risco. A pesquisa mostra-se de relevância acadêmica e motivou-se pela experiência profissional do autor que atua há mais de trinta anos na área da segurança pública e há nove meses exerce a função de comandante do 23º BPM. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica multidisciplinar, de caráter qualitativo, em documentos institucionais e estudos empíricos sobre políticas de enfrentamento à violência de gênero. Entretanto, identificam-se desafios estruturais que limitam o pleno potencial do programa. O estudo apresenta recomendações estratégicas para aprimorar a atuação da patrulha, com ênfase na expansão de efetivo, capacitações específicas, aprimoramento tecnológico, criação de indicadores de desempenho e fortalecimento da governança interinstitucional. Os resultados demonstram que patrulhas especializadas, quando integradas a uma rede estruturada de proteção, apresentam impactos positivos significativos, fortalecendo o cumprimento das medidas protetivas, ampliando a confiança das vítimas nas instituições e reduzindo a repetição das agressões. Assim a Patrulha Maria da Penha desempenha papel essencial na proteção das mulheres, representando política pública de alto impacto na prevenção da violência doméstica e na promoção dos direitos humanos no Paraná.

Palavras-chave: Violência doméstica; patrulha Maria da Penha; medidas protetivas; segurança pública; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217029>

QR Code



MOREIRA, Willians Taurino; SELLETI, Robson Luiz; PEREIRA, Marcio Antônio Machado. **A fisiologia dos cães em ambientes aquáticos**: avaliação da adaptação fisiológica e dos efeitos do ambiente aquático no desempenho e saúde dos cães utilizados pela Patrulha Costeira em operações com cães no policiamento aquático. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Diante do contexto criminal da região costeira do Paraná, a Polícia Militar, em especial o 9º Batalhão, cuja área de atribuição compreende todo o litoral do estado, vem adotando novas estratégias de combate ao crime organizado, com foco em reprimir os tipos penais mais incidentes na região. Nesta seara, a Patrulha Costeira, pelotão subordinado ao 9º Batalhão, capacitou militares para atuarem com operações com cães no contexto do policiamento aquático, atuar na repressão ao tráfico de entorpecentes em toda a baía, nas comunidades costeiras e ribeirinhas, bem como o tráfico internacional, que tem como maior alvo os navios que atracam diariamente no Porto de Paranaguá. Todavia, a atividade de operações com cães no policiamento aquático no Brasil não tem precedente, sendo a unidade mencionada a primeira a utilizar o semovente como ferramenta em Operações Aquáticas, sendo necessário realizar adaptações doutrinárias e logísticas. Assim, o estudo visa demonstrar essas necessidades de adequação para o emprego do cão policial no policiamento aquático para o emprego operacional, utilizando-se do método exploratório com auxílio da pesquisa bibliográfica, além de comparar esses dados com as questões logísticas e de emprego operacional das Operações com Cães da Polícia Militar do Paraná, segundo a Diretriz nº 007/2025-PM/3.

Palavras-chave: Ciências policiais; operações com cães; policiamento aquático; patrulha costeira; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217055>

QR Code



NASCIMENTO JUNIOR, Eduil; JANATA, Sthéfano Roberto. **Consciência situacional e tecnologia na PMPR: sua relevância no século XXI. 2025. TCC** (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A consciência situacional possui papel distinto na atividade policial no século XXI, que pode passar despercebido pelos integrantes da PMPR. Aspectos como percepção, compreensão e ação são essenciais para definir o resultado, seja pelo tipo de resposta, velocidade, eficiência ou precisão. Conceitos sobre consciência situacional levam a compreensão do assunto, a visão ampla pode fornecer ao policial-militar condições de solucionar problemas nas atividades operacionais e administrativas, desde o soldado mais moderno até o coronel mais antigo. Estes objetivos formam uma nova camada de atuação e nível de resposta frente aos desafios decorrentes. Os principais sistemas de tecnologia da PMPR são apresentados de forma relacionada a consciência situacional. Ao final são propostos um roadmap e dois tipos de implantação de inteligência artificial uma para atividades operacionais outra para atividades administrativas.

Palavras-chave: Ciências policias. consciência situacional. tecnologia. inteligência artificial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217057>

QR Code



NICOLAU FILHO, Mario Sergio; ZWIR, Gil Alessandro. **O cerimonial militar de recepção aos novos alunos da Academia Policial Militar do Guatupê e a manutenção dos princípios basilares da hierarquia e disciplina, vigas mestras da PMPR**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade analisar o cerimonial militar de recepção aos novos alunos da Academia Policial Militar do Guatupê, com ênfase na manutenção dos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, pilares estruturantes da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa busca compreender de que modo as práticas cerimoniais contribuem para a consolidação da identidade institucional e para a formação ética e profissional dos futuros oficiais, em consonância com os preceitos de respeito aos direitos humanos. A metodologia adotada fundamenta-se em revisão bibliográfica, abrangendo estudos, legislações e documentos institucionais relacionados à formação policial-militar, ao cerimonial e aos valores organizacionais da PMPR. Por meio dessa abordagem, pretende-se identificar os elementos simbólicos, pedagógicos e normativos presentes nas práticas de recepção e sua influência na internalização dos valores de disciplina, hierarquia e legalidade. Os resultados esperados apontam para o reconhecimento do cerimonial militar como instrumento formativo relevante, capaz de reforçar o sentimento de pertencimento institucional, a coesão organizacional e o compromisso ético dos discentes com a missão policial-militar. Conclui-se que a observância dos direitos humanos e o equilíbrio entre tradição e modernidade configuram-se como aspectos essenciais para a consolidação de uma cultura organizacional sólida e alinhada às demandas contemporâneas da segurança pública.

Palavras-chave: Cerimonial militar; hierarquia; disciplina; formação policial; direitos humanos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217015>

QR Code



OLIVEIRA, Ademir de; JANATA, Sthéfano Roberto. **Análise da reestruturação e atuação da Diretoria de Tecnologia e Inovação da Polícia Militar do Paraná frente aos desafios da atualidade**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo avaliar o impacto institucional decorrente da reestruturação da Diretoria de Tecnologia e Inovação da PMPR. Analisar em que medida as mudanças implementadas contribuem para o fortalecimento da gestão e da inovação tecnológica. Avaliar o grau de satisfação e motivação organizacional dos integrantes da diretoria diante das novas atribuições e desafios institucionais. Analisar se a atual estrutura administrativa e técnica possui capacidade para atender às demandas crescentes de soluções tecnológicas voltadas ao suporte dos processos gerenciais e operacionais. O estudo revelou avanços significativos no processo de modernização tecnológica e gerencial da PMPR. Os resultados apontam que a diretoria tem assumido papel estratégico na implantação de sistemas digitais integrados, na otimização dos processos administrativos e no suporte às atividades operacionais. Os indicadores de satisfação e motivação do efetivo mostram uma percepção positiva quanto ao propósito e importância da Diretoria de Tecnologia e Inovação, embora persistam desafios ligados à carência de recursos humanos especializados, limitações estruturais e necessidade de políticas de capacitação continuada. No campo técnico, observou-se que a diretoria avançou na padronização de processos e na governança da informação, mas ainda precisa fortalecer a interoperabilidade de sistemas, a segurança cibernética e a autonomia tecnológica. Os resultados reforçam a necessidade de investimentos estruturantes em pessoas, processos e tecnologias, condição indispensável para que a Diretoria de Tecnologia e Inovação alcance maturidade em seus objetivos estratégicos.

Palavras-chave: Ciências Policiais; PMPR; Diretoria de Tecnologia e Inovação; reestruturação; Lei de Organização Básica; pesquisa de diagnóstico organizacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217045>

ARTIGOS CCEM PM 2025

QR Code



PAKUSZEWSKI, Anderson; GALESKI, Alessandro. **Procedimento auxiliar de pré-qualificação como estratégia de eficiência dos processos licitatórios para aquisição de equipamentos de proteção policial na Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a revisão normativa sobre o rito procedimental para aquisição de equipamentos de proteção policial na Polícia Militar do Paraná. O método comparativo visou contrastar o prazo de análise de amostra e habilitação dos licitantes no rito procedimental ordinário dos processos licitatórios com o impacto temporal na conclusão do processo. O eficiente planejamento logístico requer dos gestores a aplicação de instrumentos hábeis para a provisão de materiais em tempo oportuno a fim de evitar riscos de deficiência na execução da atividade-fim da Corporação. As análises da legislação e das doutrinas sobre a pré-qualificação encontraram viabilidade técnica em aplicar tal procedimento auxiliar nos processos de aquisição de equipamentos imprescindíveis à atividade-fim. Por outro lado, exame documental de processos de aquisição sem o uso da pré-qualificação revelou a morosidade para conclusão em razão do rito imposto aos processos licitatórios ordinários. O estudo passou também pela pesquisa de levantamento nacional junto às Corporações Policiais Militares por meio de questionário que permitiu identificar características comuns nas aquisições de equipamentos de proteção policial. Como resultado, identificou-se as condições favoráveis e hábil a assegurar os gestores logísticos do nível estratégico a aplicação do procedimento da pré-qualificação de modo a garantir a eficiência institucional esperada.

Palavras-chave: Contratação pública; pré-qualificação; equipamentos policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217023>

QR Code



PLASSE, Henrique; BLUM, Wagner Henrique. **Uma análise das ações e atividades de polícia de proximidade no âmbito da PMPR, tendo por enfoque os aspectos conceituais e doutrinários regidos pelos princípios do policiamento ostensivo**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi examinar os princípios que embasam o policiamento de proximidade à luz dos princípios do policiamento ostensivo e da legislação em vigência. Trata-se de uma revisão da literatura de abordagem de análise qualitativa desenvolvida por pesquisa bibliográfica descritiva e exploratória. Os resultados deste estudo mostraram que a aplicação do conceito de policiamento de proximidade traz contribuições importantes e positivas para a segurança pública por possibilitar o relacionamento direto dos policiais militares com a população presencialmente ou por meio das redes sociais. Trata-se de método de policiamento que consiste em estratégia profícua na melhoria da prestação de serviços públicos de segurança. Os modelos analisados neste estudo pautados pelo policiamento de proximidade configuram-se como modelos inovadores no contexto atual, uma nova maneira de desempenhar as atribuições da Polícia Militar do Paraná com excelência, para solucionar os problemas presentes no contexto da segurança pública. Conclui-se que o cenário de criminalidade que se apresenta necessita do policiamento de proximidade, que se efetiva com a participação de policiais militares da área e a comunidade, disponibilizando um serviço de segurança pública mais próximo de onde a população vive e trabalha estando inserido na sua comunidade.

Palavras-chave: Polícia militar; segurança pública; policiamento de proximidade; comunidade; Ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217066>

QR Code



RIBAS, Leandro Sech; BREUNIG, Alex Erno. **Proposta de criação do comando de trânsito no estado do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo propõe a criação de um Comando Estadual de Trânsito no Estado do Paraná, integrando o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) e o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) sob uma estrutura de comando única. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, fundamenta-se em análise documental e na experiência prática do autor como policial militar. A proposta visa superar limitações operacionais decorrentes da atual divisão de competências, como a impossibilidade de atuação conjunta entre os agentes de trânsito urbano e rodoviário e a duplicidade de esforços administrativos. O modelo proposto contempla uma estrutura hierárquica e territorial integrada, com comando técnico descentralizado, permitindo maior capilaridade, otimização de recursos humanos e logísticos, e fortalecimento da capacidade de resposta em todo o território estadual. A implementação do Comando de Trânsito está alinhada ao Planejamento Estratégico da PMPR 2025-2027 e aos princípios constitucionais da eficiência e integração administrativa, representando uma resposta estratégica à complexidade da malha viária estadual e às crescentes demandas por segurança no trânsito.

Palavras-chave: Comando de trânsito; Polícia Militar do Paraná; integração operacional; segurança viária; gestão pública; reestruturação organizacional; eficiência administrativa.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216988>

QR Code



SILVA, Carlos Agenor Bueno da; DIAS NETTO, Alfredo Euclides. **Policciamento de proximidade**: análise dos resultados obtidos pela Polícia Militar do Paraná com a aplicação desta estratégia de policiamento na região central de Curitiba, PR. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa os efeitos da implantação do Policiamento de Proximidade pela Polícia Militar do Paraná nos Bairros Centro e São Francisco, em Curitiba. Foram examinados conceitos de Policiamento Comunitário e de Proximidade, buscando compreender onde estes conceitos se aproximam e suas diferenças. Foram realizados levantamentos estatísticos sobre furto e roubo em seis meses de 2025, com início na implantação do Policiamento de Proximidade, comparados com o mesmo período de 2024. Além disso, aplicou-se um questionário digital voluntário e anônimo aos comerciantes participantes do grupo de WhatsApp da corporação, avaliando percepção de segurança e atuação policial. Os resultados estatísticos, bem como do questionário, indicam que o policiamento de proximidade através das postagens dos vídeos, fotos e mensagens das ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná e da melhora no tempo de resposta, apresenta um alto índice de aprovação pelos comerciantes, mostrando-se uma estratégia eficaz e passível de expansão para outros bairros de Curitiba.

Palavras-chave: Segurança pública; policiamento de proximidade; comércio local; furto e roubo; áreas urbanas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217026>

QR Code



SILVA, Luiz Fernando da; BLUM, Wagner Henrique. **O enquadramento de facções criminosas como grupos terroristas: quais os possíveis reflexos na atuação da Polícia Militar do Paraná?** 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025

RESUMO

O presente artigo pontua o fenômeno da criminalidade organizada no Brasil, em especial as facções Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho. Examina-se a possibilidade de que estas, no entendimento em debate, sejam enquadradas como organizações terroristas, e quais os possíveis reflexos que possam advir dessa nova interpretação na atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná em sua missão constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública (Constituição Federal, art. 144, §5º). Para tal, é examinada a Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) e o Projeto de Lei nº 1.283/2025 (que apensa o Projeto de Lei nº 2.428/2025), confrontando-os com marcos internacionais. A discussão prioriza o impacto e os efeitos das condutas de ambos, organizações criminosas e grupos terroristas, ponderando sobre suas motivações ideológicas e finalísticas. Também se estabelece paralelo com o Planejamento Estratégico PMPR 2025-2027, diante da problemática apresentada, destacando alinhamentos e tensões institucionais. Conclui-se que, embora juridicamente controvertido, o enquadramento das facções como grupos terroristas produz impactos indiretos, porém significativos, na doutrina, na capacitação e na integração operacional da Polícia Militar do Paraná.

Palavras-chave: Ciências policiais; terrorismo; organizações criminosas; segurança pública; PMPR.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216987>

QR Code



SOUZA, Alexander Paixão Lopes de; BLUM, Wagner Henrique. **Governança policial moderna: o papel do comandante de batalhão na execução da estratégia.** 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A governança policial moderna exige a superação de modelos de comando excessivamente centralizados, ainda predominantes na Polícia Militar do Paraná (PMPR). Este artigo analisa o papel do Comandante de Unidade como burocrata de médio escalão (BME), responsável por articular a estratégia definida pelo alto comando e a execução realizada pela tropa operacional. A pesquisa aborda a ausência de gestão nesse nível intermediário, que compromete a eficácia administrativa e pode abrir espaço para riscos éticos e criminais. Considera-se especialmente o impacto da exigência de curso superior, que demanda novos modelos de gestão por competências e valorização técnica. A omissão do BME na gestão por competências manifesta-se na subutilização do efetivo qualificado, o que impede o alinhamento das competências individuais aos objetivos estratégicos. O referencial teórico mobiliza Mintzberg, Kotter, Schein, Ansell e Gash, e a doutrina militar do Comando-Missão (Auftragstaktik). Adota-se abordagem qualitativa e exploratória, com base em análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados apontam que a integração interagências e intersetorial depende fundamentalmente da integração interna, baseada em planos de ação claros, checagem contínua e proximidade entre comando e tropa. Conclui-se que o fortalecimento do Comandante de Unidade como BME é condição necessária para alinhar disciplina e flexibilidade, hierarquia e competência técnica.

Palavras-chave: Governança policial; liderança estratégica; burocratas de médio escalão; gestão por competências; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217028>

QR Code



SOUZA, Luiz Fernando Ribeiro de; TORDORO, Marcos Antonio. **O uso das tecnologias e das redes sociais como instrumentos de maximização da ostensividade e da elevação da sensação de segurança:** ações alinhadas com o conceito do policiamento de proximidade. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo científico apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Comando e Estado Maior (CCEM) da Polícia Militar do Paraná - Turma 2025, tem a finalidade de tratar sobre o uso das tecnologias e das redes sociais como instrumentos de maximização da ostensividade e da elevação da sensação de segurança, em uma perspectiva das ações alinhadas com o conceito do Policiamento de Proximidade. Em que pese o título do presente trabalho trate de forma genérica do uso das tecnologias e das redes sociais, o foco aqui é voltado para a utilização do aplicativo whatsapp, no qual são criados os grupos de interação entre a polícia militar e a comunidade. As regiões escolhidas como base para a realização deste trabalho foram aquelas pertencentes a diversos batalhões onde este tipo de ferramenta virtual é utilizada, dentre eles: 33º Batalhão de Polícia Militar (Curitiba), 17º Batalhão de Polícia Militar (São José dos Pinhais), 29º Batalhão de Polícia Militar (Piraquara), 5º Batalhão de Polícia Militar (Londrina e Tamarana), 15º Batalhão de Polícia Militar (Rolândia e Jaguapitã), 18º Batalhão de Polícia Militar (Cornélio Procópio). Estes batalhões iniciaram um trabalho de proximidade com a população local por meio da criação de grupos de whatsapp através dos quais são divulgadas estrategicamente as ações de polícia do dia a dia como ações preventivas desde um simples contato com a população, um patrulhamento, uma abordagem, uma orientação e até mesmo ações repressivas, como a apreensão de armas, drogas e prisões de indivíduos que se encontram na prática de crimes. Com a divulgação das ações de polícia por meio dos grupos de whatsapp, a corporação (Polícia Militar), virtualmente, consegue chegar a lugares que, fisicamente, não chegaria, além de a população acompanhar a rotina das ações policiais militares; e, com essa capilaridade, há uma maximização da ostensividade das ações policiais, fato que eleva a sensação de segurança das pessoas, gerando por consequência uma diminuição do medo existente.

Palavras-chave: Uso de tecnologias; sensação de segurança; policiamento de proximidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217013>

QR Code



TOLEDO JÚNIOR, João Carlos; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **A necessidade da valorização dos feitos históricos realizados pelos militares estaduais paranaenses**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a importância da valorização dos Militares Estaduais Paranaenses que lutaram e outros que morreram no cumprimento do dever principalmente no período da Guerra da Tríplice Aliança até a Campanha do Contestado, em uma demonstração de gratidão e reverência, trazendo à baila o resgate histórico das nossas tradições, sendo certo que cultuar nossos heróis é muito mais que um dever, mas principalmente a oportunidade da preservação dos ideais estabelecidos por aqueles que foram responsáveis por várias ações históricas que construíram um sólido alicerce para nossa Corporação Sesquicentenária. Como metodologia, a investigação tem como enfoque a pesquisa qualitativa e tipo de estudo descritivo, e apresenta como classificação a revisão narrativa. Como conclusões sugere-se ao Alto Comando da Corporação uma valorização contínua, a realização de ações emanadas do como os exemplos citados na presente pesquisa, como também a criação de mecanismos voltados para área histórica como a criação de uma estrutura administrativa voltada para a execução eficiente, profissional e técnica, em conformidade com os padrões de qualidade e excelência que são exigidos de uma Administração Pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; valorização; Guerra da Tríplice Aliança; Campanha do Contestado.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217041>

QR Code



VIEIRA, Robson Falk; BOING, Élio. **Aplicabilidade e impactos da lei geral de proteção de dados pessoais no âmbito da Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa aborda o dilema de conciliar o direito fundamental à privacidade previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) com o dever estatal de garantir a segurança pública. Embora a LGPD preveja exceções para o tratamento de dados em atividades de segurança, o artigo ressalta que a PMPR ainda precisa observar os princípios gerais da Lei (finalidade, necessidade, segurança, transparência) e aplicar mecanismos robustos de governança. Através de uma pesquisa bibliográfica, o estudo revisa os conceitos da LGPD e da legislação complementar, federal e estadual, destacando a relevância da figura do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais como peça central para a conformidade. A análise conclui que a adequação da PMPR à LGPD é um processo complexo, sendo um imperativo ético para fortalecer a confiança pública, e que a corporação necessita de maior maturidade em seus processos para garantir a proteção de dados sem comprometer sua eficácia operacional.

Palavras-chave: LGPD; Polícia Militar do Paraná; segurança pública; proteção de dados; governança de dados.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217046>

QR Code



ZANUNCINI, Juliano; ARAÚJO, Roberto Sampaio. **Renovação da frota de aeronaves de asas rotativas da PMPR**: análise técnica para a escolha entre locação e aquisição. 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A aviação de segurança pública representa um recurso estratégico na capacidade de resposta do Estado, especialmente em operações policiais, resgates aeromédicos e situações críticas que envolvem preservação da vida. Entretanto, a manutenção dessa capacidade depende de decisões estruturadas sobre a renovação e a gestão da frota de aeronaves. Este trabalho analisa os fatores que influenciam a escolha entre aquisição e locação de helicópteros no setor público, sob a perspectiva da gestão estratégica de ativos. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com 28 gestores de unidades aéreas de diferentes estados brasileiros. Os resultados indicaram que a aquisição está associada à perenidade institucional, padronização e autonomia operacional, enquanto a locação se relaciona à disponibilidade imediata e à redução da carga logística interna. Observou-se, contudo, que a estratégia mais eficiente é a composição híbrida da frota, equilibrando continuidade operacional e flexibilidade. Conclui-se que a decisão deve ser orientada por critérios técnicos, planejamento de ciclo de vida e governança de longo prazo.

Palavras-chave: Ciências policiais; *life cycle cost*; disponibilidade operacional; frota aérea.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217025>

QR Code



ZORZI, Luiz Fernando; SOUZA, Valmir de. **A viabilidade e os impactos operacionais de um sistema integrado automatizado de busca de pessoas e veículos para a segurança pública.** 2025. TCC (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa científica avaliou no campo da teoria a viabilidade jurídica e tecnológica da ideia de um sistema buscador contínuo, automatizado, dotado de inteligência artificial, que integre informações do Olho Vivo/SESP/PMPR, dos sistemas: Alerta Brasil da Polícia Rodoviária Federal, Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, e caso haja mudança na legislação, ao sistema da Central de Monitoração Eletrônica do Departamento Penitenciário do Paraná e até de outros estados, com alertas regionalizados, todas essas capacidades num único website ou aplicativo, e quais os potenciais impactos na segurança pública, advindos da hipotética implementação de tal sistema. O método foi o descritivo, com aplicação de estudo bibliográfico a obras literárias, pesquisas científicas, normas e legislação, pesquisa bibliográfica sobre o sistema Smart Sampa, também pesquisa por meio de formulário on-line para policiais militares em funções de comando, inteligência, e na central de operações, consultadas a Diretoria de Tecnologia e Inovação e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná/Centro de Análise, Planejamento e Estatística, a primeira quanto à possibilidade tecnológica e a segunda quanto a convênios e projetos existentes. Os resultados da pesquisa são muito animadores e indicam que em um futuro bem próximo as ruas das cidades poderão receber auxílio destas ferramentas de segurança.

Palavras-chave: Sistema; automatizado; busca; pessoas; veículos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217005>

QR Code





CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

TURMA 2025

APRESENTAÇÃO CAO 2025

Este grupo de textos consolida a transição da Polícia Militar do Paraná para um modelo de gestão focado em alta tecnologia, segurança jurídica e proteção social. Os trinta trabalhos refletem o amadurecimento acadêmico dos oficiais em formação, articulando soluções para problemas complexos da segurança pública moderna.

No eixo Direito, Justiça e Disciplina Militar as vigas mestras são rigor jurídico e a integridade institucional. As pesquisas debruçam-se sobre as recentes alterações legislativas, analisando a constitucionalidade do desvio de função sob a ótica das Leis Estaduais nº 22.187/24 e nº 22.354/2025. A atuação operacional é examinada detalhadamente através do estudo da fundada suspeita, comparando as motivações de abordagem entre unidades de elite como o Pelotão Cobra, o Choque e a Patrulha Costeira. No campo processual, os trabalhos exploram a aplicabilidade da busca e apreensão nos Inquéritos Policiais Militares (IPM), enquanto o sistema de integridade da PMPR é reforçado por estudos sobre o impacto das câmeras corporais e a percepção da tropa sobre as ações de controle interno da Corregedoria-Geral.

Já o campo Tática, Estratégia e Operações Específicas revela uma guinada em direção à vanguarda tecnológica. A Inteligência Artificial (IA) surge como ferramenta mediadora para a análise criminal e o policiamento preditivo, complementada pelo uso de visão computacional no policiamento ostensivo. A segurança de infraestruturas críticas avança com análises de risco sobre o extremismo violento ideologicamente motivado (EVIM) em escolas. No âmbito das unidades especializadas, os estudos avaliam a eficiência das tropas de PATAMO sob a doutrina do BPRONE, a expansão do policiamento turístico pela CIATUR em Foz do Iguaçu e a evolução da Patrulha Rural Comunitária 4.0, que agora integra sistemas de monitoramento por câmeras para a redução de crimes patrimoniais no campo.



Na Gestão de Pessoas, Liderança e Formação o fator humano é pautado pela ética e pelo bem-estar biopsicossocial. A formação é analisada de forma longitudinal, avaliando a aplicação prática dos Direitos Humanos pelos soldados formados no último biênio. A carreira e o sentimento de pertencimento dos oficiais recém-formados são postos em foco, ao passo que a saúde do efetivo é discutida sob o impacto da carga horária e da extrajornada voluntária (DEAEV). A instituição também se volta para a autocrítica e proteção, investigando a percepção de gênero sobre o assédio sexual e propondo fundamentos sólidos para a readaptação de policiais com deficiência decorrente do serviço, garantindo sua inclusão plena no sistema de proteção social.

No eixo Administração, Logística e Finanças A eficiência administrativa é buscada através da conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com foco na segregação de funções em contratações públicas. Na logística, destaca-se o diagnóstico das armas portáteis e a manutenção preventiva do armamento de porte no 1º CRPM, utilizando ferramentas da gestão da qualidade. Inovações na prestação de serviço surgem com a viabilidade do atendimento ao 190 via home office, enquanto a gestão de projetos é profissionalizada com a proposta de um escritório de projetos (PMBOK) no BPRONE. O eixo encerra-se com uma análise dos sistemas de saúde dos militares estaduais frente às novas diretrizes da Lei nº 13.954/2019.

Na Polícia Comunitária e Sociedade A responsabilidade ambiental e o diálogo social fecham o ciclo de pesquisas. A logística reversa torna-se tema urgente, com estudos focados no descarte consciente e reciclagem de fardamentos obsoletos. A interação com a comunidade é fortalecida pela análise das ocorrências de violência doméstica e pela busca de uma padronização na redação de boletins de ocorrência (oralidade vs. escrituralidade). Por fim, a preservação da memória institucional é pautada pelo estudo de viabilidade do Centro de Cultura e História da PMPR, garantindo que a modernização da tropa caminhe lado a lado com o respeito às suas tradições e à imagem perante a sociedade paranaense.

ALENCAR, Jefferson de; PAKUSZEWSKI, Anderson. **Sustentabilidade e logística reversa**: o descarte consciente de fardamento na PMPR. São José dos Pinhais: 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A demanda cada vez maior por práticas sustentáveis no setor público tem estimulado a adoção de medidas que reduzem os impactos ambientais e incentivam o uso inteligente dos recursos. Neste contexto, a logística reversa surge como ferramenta estratégica para a gestão de resíduos têxteis, no âmbito das corporações militares, onde o fardamento inservível representa um passivo ambiental. Este artigo tem como objetivo analisar e propor diretrizes para um modelo de gestão sustentável para a logística reversa do fardamento na Polícia Militar do Paraná (PMPR), considerando diretrizes legais, operacionais e ambientais. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e descritiva, com métodos qualitativo e quantitativo, permitindo a análise normativa e a interpretação de dados estatísticos. Os procedimentos metodológicos incluem: levantamento bibliográfico, análise documental, exame da legislação pertinente e aplicação de questionário estruturado às Polícias Militares dos estados brasileiros, além da aplicação de questionário similar às unidades da própria PMPR. Os resultados mostram a ausência de um modelo padronizado de logística reversa nas polícias militares estaduais, embora algumas iniciativas pontuais apresentem potencial de replicação. No caso da PMPR, destaca-se a necessidade de maior alinhamento entre as normas internas e as práticas operacionais, principalmente diante da recente substituição de fardamentos. Com base nesse estudo, propõe-se diretrizes para um programa de logística reversa, em consonância com a legislação ambiental e o Planejamento Estratégico da PMPR, contribuindo para a responsabilidade ambiental e aprimorando a imagem da Corporação.

Palavras-chave: Logística reversa; sustentabilidade; gestão de resíduos; planejamento estratégico; fardamento militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214625>

QR Code



AMARILLA, Miguel Angel de Marchi; NASCIMENTO JUNIOR, Eduil. **A utilização da visão computacional como ferramenta auxiliar na gestão do policiamento ostensivo.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A utilização da Tecnologia da Informação para as ações de policiamento preventivo permite a otimização e alocação de recursos de maneira inteligente, resultando em uma atuação mais estratégica e eficaz, prevenindo crimes e fortalecendo a segurança pública. A pesquisa explora a integração de tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial e a Visão Computacional, visando aprimorar significativamente a gestão policial para mitigar os desafios operacionais e decisórios. Ao analisar o potencial da Visão Computacional através da ferramenta YOLOv11 na contagem automatizada de pessoas em cenários de interesse da Polícia Militar, constata-se a importância da tecnologia ao fornecer dados precisos sobre a dinâmica de ocupação dos espaços públicos, possibilitando o direcionamento estratégico do efetivo policial para as áreas de maior criticidade, garantindo uma distribuição inteligente e eficiente das equipes policiais, maximizando o impacto preventivo e contribuindo diretamente para a segurança e a ordem pública.

Palavras-chave: Policiamento preventivo; inteligência artificial; visão computacional; YOLO.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214617>

QR Code



BADUR, Nelson Antonio Satto; BLUM, Wagner Henrique. **A busca e apreensão nos inquéritos policiais militares da PMPR: conceitos e aplicabilidade.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho procura analisar como a medida de busca e apreensão tem sido usada (ou não) nos Inquéritos Policiais Militares da Polícia Militar do Paraná. Ao observar os registros dos últimos cinco anos, percebe-se que essa ferramenta, mesmo sendo prevista em lei e reconhecida por sua importância, aparece em uma quantidade muito pequena dos procedimentos menos de 1%. Isso levanta uma série de questionamentos sobre os motivos dessa baixa adesão. Será falta de preparo técnico? Desconhecimento das possibilidades legais? Ou talvez uma cultura institucional que evita medidas mais incisivas? Para responder a isso, o estudo utiliza dados obtidos junto à Corregedoria e se apoia em fundamentos jurídicos, especialmente no que diz respeito à cadeia de custódia. A conclusão geral é que, embora seja uma medida cautelar essencial, sua aplicação depende não apenas da lei, mas também da postura dos agentes responsáveis. Sem formação adequada e protocolos claros, é provável que continue subutilizada, mesmo podendo contribuir diretamente para a elucidação de crimes militares.

Palavras-chave: Polícia Judiciária Militar; Inquérito Policial Militar; busca e Apreensão; Justiça Militar; cadeia de custódia; Provas; medida cautelar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214606>

QR Code



BASTOS, Welington Miqueias; SANTOS, Divonsir de Oliveira. **A fundada suspeita na abordagem policial**: comparação da motivação de abordagens entre efetivos do Pelotão Cobra (BPFron.), Pelotão de Choque (6º BPM) e Patrulha Costeira (9º BPM). 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO PM) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a percepção de policiais militares quanto à motivação da fundada suspeita nas abordagens pessoais realizadas por efetivos de três unidades operacionais da Polícia Militar do Paraná: o Pelotão COBRA do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), o Pelotão de Choque do 6º BPM e a Patrulha Costeira do 9º BPM. A pesquisa fundamenta-se na legislação constitucional e infraconstitucional, bem como em doutrinas jurídicas e administrativas, com destaque para o conceito de poder de polícia e sua aplicação no policiamento ostensivo. Utilizou-se uma metodologia de abordagem mista, com aplicação de questionário estruturado composto por perguntas fechadas e uma aberta, direcionado a policiais em atividade nas unidades estudadas. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam diferenças significativas entre os grupos quanto aos principais elementos que motivam a abordagem, com destaque para a conduta do indivíduo, a experiência profissional do agente (tirocínio) e a localidade da atuação. Conclui-se que, embora o tirocínio policial seja legítimo, a motivação da abordagem deve estar amparada por critérios objetivos e legais, exigindo-se, portanto, uniformização de práticas e capacitação continuada para garantir a legalidade e a efetividade das ações policiais.

Palavras-chave: Fundada suspeita; abordagem policial; polícia militar; poder de polícia; tirocínio.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214585>

QR Code



BRITO, Rodrigo Mariano de; TOLEDO JÚNIOR, João Carlos. **Centro de Cultura e História da PMPR**: viabilidade de criação. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

No contexto atual, é importante ressaltar a necessidade de implementar ações administrativas que tenham a finalidade de gerenciar e preservar o patrimônio histórico-cultural da corporação e também desenvolver atividades culturais para fortalecer a imagem da PMPR. Com o advento da tecnologia, da internet e das mídias sociais, há uma grande oportunidade para o desenvolvimento do marketing institucional através da realização de atividades culturais, diferentes da realidade do serviço policial e que mostram uma polícia mais humana e sensível, capaz de quebrar barreiras, estreitar os laços sociais e aumentar a confiança e a credibilidade da polícia militar perante a sociedade. O objetivo geral deste trabalho foi investigar e avaliar a viabilidade da criação do Centro de Cultura e História da Polícia Militar do Paraná, como uma estratégia para fortalecer a imagem da instituição e para preservar o seu patrimônio histórico. Como metodologia, foi realizada pesquisa exploratória, que incluiu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo e aplicação de questionário aos responsáveis pelos centros culturais e museus de algumas corporações militares do Brasil. A abordagem adotada foi mista, tanto qualitativa quanto quantitativa. Com isso, discutiu-se a necessidade e viabilidade, de acordo com os anseios institucionais previstos no planejamento estratégico, de se implantar uma seção administrativa específica, que seja capaz de gerenciar a área de cultura e história, que promova atividades culturais e que possua capacidade técnica e meios logísticos para que o legado histórico seja preservado para as próximas gerações.

Palavras-chave: Ciências policiais; patrimônio histórico; cultura; imagem institucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214707>

QR Code



COSTA, Carolina Higino da; LEMOS JUNIOR, Luiz Carlos. **Contratações na PMPR:** estudo do efetivo mínimo para garantia da segregação de funções, conforme a Lei 14.133/2021. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a aplicação do princípio da segregação de funções nos processos de contratação pública da Polícia Militar do Paraná (PMPR), conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na análise documental de processos institucionais, na realização de levantamento empírico com comandantes de Organizações Policiais Militares (OPMs) e na revisão de normativos e entendimentos jurisprudenciais. Os resultados evidenciam fragilidades operacionais e estruturais na atual organização da PMPR, que dificultam a alocação segregada de agentes nas distintas fases do metaprocessos de contratações. Entre os principais achados empíricos, destacam-se: a escassez de efetivo qualificado; a concentração de etapas críticas em núcleos técnicos específicos; e a ausência de critérios objetivos, formais e padronizados para a designação funcional dos responsáveis por cada etapa. Como contribuição prática, o estudo propõe parâmetros técnicos para o dimensionamento mínimo da força de trabalho necessária à efetiva aplicação da segregação de funções, oferecendo subsídios concretos para o aprimoramento da governança e da integridade institucional nas contratações públicas da Corporação.

Palavras-chave: Contratação pública; segregação de funções; Lei nº 14.133/2021; Polícia Militar do Paraná; governança.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214679>

QR Code



CROCE, Tiago Brigagão; PUGLIA, Anderson. **Diagnóstico da logística de armas portáteis na PMPR**: uma análise sob a ótica da gestão da qualidade e da ciência balística. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo propõe o diagnóstico da logística de armas portáteis na Polícia Militar do Paraná (PMPR), com o objetivo de analisar a conformidade da gestão de material bélico em relação aos requisitos de padronização, eficiência operacional e coerência técnico-balística, conforme os princípios da gestão pública orientada à qualidade e à economicidade. O problema de pesquisa busca verificar se a diversidade de armamentos atualmente utilizados impacta negativamente a gestão de recursos e a eficiência institucional. A metodologia adotada é de natureza aplicada, abordagem quantitativa, com método exploratório-descritivo e levantamento documental, com coleta de dados junto ao Centro de Material Bélico (CMB) da PMPR. Os resultados revelaram significativa fragmentação no acervo com 52 modelos de armas portáteis e variação de 1 a 5 calibres por categoria. Os índices de padronização são irregulares. Apenas fuzis utilizam 100% de calibres de alta velocidade, adequados aos melhores critérios de incapacitação balística. A simulação financeira demonstrou que a padronização em fuzil 5,56 x45 mm geraria economia superior a 60% nos custos de habilitação comparado ao modelo atual. O estudo conclui que a atual logística não atende plenamente aos requisitos de eficiência e racionalidade, recomendando padronização gradual em torno de um modelo/calibre.

Palavras-chave: Ciências policiais; balística terminal; gestão da qualidade; logística policial; armamento.

Disponível em:

Por conter informações institucionais de caráter restrito, este trabalho não será disponibilizado para consulta pública no sistema Pergamum.

GONÇALVES, Mauro Sérgio; BUCZENKO, Gerson Luiz. **O atendimento ao tridígito 190 do COPOM através de "home office"**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar o trabalho em formato home office no atendimento do 190 do Centro de Operações Policiais Militares (COPOM). Entre os objetivos específicos foram elencados: analisar experiências de outras instituições com o trabalho em home office por meio de uma revisão de literatura; investigar as vantagens e desvantagens do home office no serviço público; analisar o projeto-piloto de home office no atendimento 190 formalizado no Protocolo Geral do Estado (e-protocolo) de nº 22.989.041-7. A indagação de pesquisa se deu da seguinte forma: existem vantagens estratégicas para a Corporação em implantar o trabalho em home office para o atendimento de emergência 190? A metodologia se caracteriza como um estudo de caso exploratório (Martins, 2008), e os instrumentos de coleta de dados se deram por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: PMPR; COPOM; *Home Office*; projeto piloto.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214703>

QR Code



HOFLINGER, Francielle; MOURA, Jamerson de. **A movimentação dos oficiais recém-formados na Polícia Militar do Paraná: o exercício da atividade-fim na construção do sentimento de pertencimento institucional.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa analisou os reflexos das movimentações, nos primeiros anos da carreira, de oficiais recém-formados da Polícia Militar do Paraná, na construção do sentimento de pertencimento institucional e na gestão das Unidades. Adotou-se abordagem mista: quantitativa, descritiva e documental para o diagnóstico das movimentações funcionais entre 2021 e 2023, e qualitativa, exploratória e bibliográfica para a compreensão dos efeitos decorrentes. Foram examinados 146 históricos funcionais. Os resultados demonstraram que, embora a designação inicial tenha seguido as diretrizes, 37% dos oficiais foram movimentados nos dois primeiros anos no posto de 2º Tenente, contrariando regulamento interno. Verificou-se ainda um desequilíbrio na distribuição regional, com concentração de efetivo no CME e 1º CRPM, com perdas significativas nas Unidades do interior do Estado. Também ocorreram movimentações precoces para órgãos de apoio e externos. Conclui-se que a ausência de critérios objetivos nas movimentações compromete o desenvolvimento profissional, a consolidação da cultura institucional e a continuidade da gestão operacional. A pesquisa oferece subsídios para adoção de uma política institucionalizada que considere a permanência mínima em Unidades operacionais, promovendo a construção do sentimento de pertencimento institucional e a eficiência da gestão de pessoas na PMPR.

Palavras-chave: Ciências policiais; gestão de pessoas; identidade institucional; formação profissional; rotatividade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214662>

QR Code



LEWANDOWSKI, Eduardo Francisco; VIANA, Dênis Wellington. **Direitos humanos na prática policial**: estudo longitudinal com os soldados formados na Polícia Militar do Paraná em 2022/2023. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O respeito, a promoção e a proteção dos Direitos Humanos de todas as pessoas é premissa básica e condição indispensável para a existência das Polícias Militares, corporações que têm por missão constitucional a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. As violações de Direitos Humanos perpetradas pelos agentes responsáveis pelo cumprimento da Lei têm acarretado uma série de responsabilidades ao Poder Executivo, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal. Esta pesquisa analisou as percepções dos Soldados formados no Curso de Formação de Praças 2022/2023 sobre Direitos Humanos. Buscou-se delimitar mudanças de entendimento acerca da temática sob análise decorridos 18 meses de efetivo exercício da atividade policial, quando comparados com os dados da pesquisa de Viana (2024), a qual retrata o entendimento dos policiais em outros dois momentos: "antes do ingresso" e "após a formação". O método empregado foi de análises descritiva e comparativa, decorrentes da aplicação de questionários que coletaram 255 respostas. Os resultados foram categorizados em dois grupos: "universo simbólico organizacional" e "direitos humanos e a atividade policial", sendo os mais relevantes: a) (22,30%) dos respondentes acreditam que "os direitos humanos são um tipo de discurso de defesa de bandido e contrário aos interesses dos policiais"; b) o aumento do percentual do público alvo que acredita que "uma coisa é o que está escrito, e outra, é o que se faz na prática", de (20,29%) dos candidatos para (46,60%) atualmente; c) a redução daqueles que se intitulam como "construtores da cidadania e promotores de direitos humanos" de (82,67%), entre os candidatos, para (69,70%) nos dias atuais e, por fim, d) o aumento daqueles que acreditam que "não se negocia com os inimigos, apenas se tem o dever de eliminá-los", de (5,69%) entre os candidatos, para (16,80%) atualmente. Entre as contribuições da pesquisa, destacamos: a) a compreensão aprofundada da influência da subcultura sobre as percepções do público alvo; b) a colaboração, fomento e debate acerca da temática dos direitos humanos na corporação e na sociedade; c) o reforço à sedimentação das ciências policiais e a possibilidade de retroalimentação dos processos formativos na corporação, sobretudo com enfoque na prevenção e enfrentamento à subcultura policial; d) a importância da transversalidade da disciplina de direitos humanos nos currículos dos cursos da corporação.

Palavras-chave: Ciências policiais; subcultura policial; treinamento policial; educação em direitos humanos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214567>

QR Code



LIMA, Clayton Oliveira; GUIMARÃES, Lucas Pereira Gabardo. **Policciamento de atendimento ao turista realizado pela CIATUR de Foz do Iguaçu**: aplicação em novas áreas de interesse turístico e uso de novas tecnologias. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A sensação de segurança é um fator determinante na escolha e permanência dos turistas nos destinos escolhidos. Considerando o aumento do turismo e a indisponibilidade de um modelo adequado de policiamento voltado a esse público em diversas regiões do Paraná, justifica-se a análise do modelo de policiamento de atendimento ao turista implementado pela Companhia de Atendimento ao Turista (CiaTur) de Foz do Iguaçu. Objetiva-se, com este estudo, avaliar a efetividade dessa atuação e propor sua expansão territorial, acompanhada da adoção de inovações tecnológicas voltadas ao atendimento humanizado e à prevenção de delitos. Para tanto, procede-se a uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, fundamentada em estudo de caso, levantamento bibliográfico e análise documental. Desse modo, observa-se que o modelo da CiaTur contribui de forma significativa para a melhoria da percepção de segurança, fortalecendo a imagem de Foz do Iguaçu como destino confiável. A aplicação de recursos como drones, câmeras corporais com tradutor em tempo real, videomonitoramento inteligente e aplicativos multilíngue demonstrando impacto positivo tanto no acolhimento ao turista quanto na prevenção de ocorrências. Conclui-se que a expansão desse modelo para outros polos turísticos do estado – como Curitiba, Litoral do Paraná, Norte e Campos Gerais – é viável e necessária, desde que acompanhada do aumento do efetivo qualificado e de investimentos em tecnologia. A proposta aqui apresentada contribui para o fortalecimento da gestão integrada entre turismo e segurança pública no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Segurança pública; turismo; segurança turística; inovação; Foz do Iguaçu.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214700>

QR Code



LIMA, Pedro Augusto de; LEMOS JUNIOR, Luiz Carlos. **O uso de câmeras corporais e sua contribuição para o sistema de integridade da PMPR.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de uma investigação para descobrir possíveis relações entre o sistema de integridade e compliance da PMPR com a implantação de câmeras corporais (body-cams). Utilizou-se a metodologia de análise bibliográfica de doutrina, legislação e outros documentos, bem como foi enviado um questionário com perguntas relacionadas à temática para outras corporações do Brasil. Ao longo do trabalho, foi feita uma análise dos conceitos compliance e integridade e sua aplicação na administração pública, convergindo para o programa paranaense de integridade e compliance do qual a PMPR faz parte. Verificou-se que a corporação vem cumprindo um importante elemento do programa que é o mapeamento de riscos, inclusive com medidas de mitigação de riscos que deram resultados concretos. Diante disso, analisou-se dados e informações das implicações do uso das câmeras corporais em âmbito nacional e internacional, chegando-se a conclusões de que o uso desse equipamento contribui para a transparência e correção no serviço policial. Assim, chegou-se à conclusão de que o uso das body-cam tem o potencial de mitigar vários riscos elencados no Plano de Integridade da PMPR, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do serviço e, conseqüentemente, fortalecendo a integridade da instituição.

Palavras-chave: *Compliance*; integridade; câmeras corporais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214627>

QR Code



MAYWITZ, Luiz Antônio de Oliveira; OLIVEIRA JUNIOR, Arnaldo de. **Logística reversa na polícia militar: o desafio do descarte e reciclagem de fardas obsoletas na região do 6º CRPM.** São José dos Pinhais, 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo aborda o desafio da logística reversa para o descarte e reciclagem de fardas obsoletas na Polícia Militar do Paraná (PMPR), focando na região do 6º Comando Regional (6º CRPM). O objetivo principal foi verificar a existência e eficiência de um sistema de logística reversa para minimizar impactos ambientais e assegurar a conformidade legal. A metodologia empregada foi mista, combinando pesquisa documental legal (análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Nova Lei de Licitações, decretos estaduais entre outros documentos) com levantamento quantitativo sobre o volume de fardas acumuladas e métodos de descarte, além de contato com instituições relevantes sobre a viabilidade de reciclagem. Os resultados revelam um acúmulo significativo de aproximadamente 9.240 peças de fardas obsoletas, majoritariamente descartadas por incineração informal, prática que, além de não sustentável, acarreta riscos de segurança pública pela possível utilização indevida. O estudo propõe soluções como a doação para entidades que ressignificam o material, a contratação de empresas especializadas em descarte ecológico e a inclusão de cláusulas de logística reversa em futuras licitações de fardamento, visando uma gestão mais eficiente, sustentável e em conformidade com as exigências legais e socioambientais.

Palavras-chave: Ciências policiais; logística reversa; fardamento obsoleto; polícia militar; gestão de resíduos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214658>

QR Code



MOREIRA, Leandro Corsico; CAETANO, Cristiano Israel. **A constitucionalidade das alterações legislativas sobre desvio de função na PMPR**: uma análise da Lei estadual nº 22.187/24 e da Lei estadual nº 22.354/2025. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a constitucionalidade das alterações legislativas promovidas pela Lei Estadual nº 22.187/2024 e pela Lei Estadual nº 22.354/2025 (LOB PMPR), no tocante ao desvio de função na Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa, baseada na literatura sobre o tema, é fundamentada na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O art. 52, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 22.354/2025 (LOB PMPR) e o art. 118 da Lei Estadual nº 1.943/1954 (Código da PMPR), com redação modificada pela Lei Estadual nº 22.187/2024, permitiram que qualquer função, no âmbito da PMPR, possa ser desempenhada por qualquer policial militar, gerando dúvidas quanto à sua constitucionalidade. Constatou-se que as referidas alterações, ao sobrepor as funções das carreiras dos oficiais e das praças, ferem princípios constitucionais, notadamente o da legalidade, da eficiência, e do concurso público, além de desrespeitar a previsão insculpida no art. 39, §1º, incisos I, II e III da Constituição Federal de 1988. Conclui-se pela inconstitucionalidade dos dispositivos estudados, sugerindo-se sua revisão para evitar a sobreposição de funções dos cargos públicos e o desrespeito aos princípios da legalidade e eficiência da Administração Pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; desvio de função; criação de cargo público; inconstitucionalidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214603>

QR Code



NAGATA, Bruno Ryuiti; SCHWAMBACH, Ricardo. **Integração entre análise criminal, análise de vínculos e policiamento preditivo mediada por inteligência artificial (IA): aplicabilidade na PMPR. 2025.** TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A criminalidade organizada e a escassez de efetivo policial no Estado do Paraná exigem soluções que promovam maior eficiência no emprego de recursos. Este trabalho investiga como a integração da inteligência artificial e da análise de vínculos à análise criminal pode contribuir para a modernização do planejamento policial por meio do policiamento preditivo. A pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental, relatórios institucionais e literatura especializada. Os dados revelam que, embora existam tecnologias disponíveis, como o IBM i2 e o sistema LPR, seu uso ainda é limitado e não integrado. Como benchmarking, destaca-se o projeto Smart Sampa, cujos resultados demonstram o potencial da interoperabilidade de plataformas e do uso de IA no apoio à decisão. Conclui-se que a incorporação estratégica dessas ferramentas, aliada à análise de vínculos e a uma governança orientada por dados, pode ampliar significativamente a capacidade institucional de antecipação, priorização de alvos e combate qualificado à criminalidade desde que sua aplicação seja monitorada, ajustada continuamente e acompanhada de nova modelagem institucional e capacitação técnica.

Palavras-chave: Análise criminal; análise de vínculos; inteligência artificial; policiamento preditivo; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214698>

QR Code



NASCIMENTO, Willian José do; BILIBIO, Marcia Bobko. **Fortalecimento da imagem institucional**: a percepção dos policiais militares de Cascavel/PR em relação às ações de controle interno realizadas pela Corregedoria-Geral da PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO PM) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo busca compreender como os policiais militares de Cascavel/PR percebem as ações de controle interno realizadas pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Paraná (PMPR), especialmente no que se refere ao seu impacto na imagem institucional da corporação. A pesquisa parte da ausência de investigações anteriores sobre esse tema no âmbito estadual e da necessidade de conhecer a percepção da própria tropa sobre os mecanismos de controle. Por meio da aplicação de um questionário, foram coletadas informações que permitiram identificar que a maioria dos respondentes reconhece as ações da corregedoria como instrumentos de fortalecimento da imagem da instituição, refletindo também em maior orgulho e sentimento de valorização profissional. A análise dos dados revela que a atuação interna da corregedoria pode contribuir não apenas para a promoção de justiça, disciplina e legalidade, mas também para a construção de um vínculo mais positivo entre os policiais e a organização a que pertencem. Esses resultados indicam caminhos para o aperfeiçoamento das práticas de controle interno e para o desenvolvimento de políticas institucionais mais eficazes, que promovam confiança, integridade e reconhecimento profissional, reforçando o papel da corregedoria como agente transformador e essencial para a consolidação de uma cultura organizacional mais ética e transparente.

Palavras-chave: Polícia; corregedoria; fortalecimento institucional; controle interno.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214612>

QR Code



NÓBREGA, Anahy Biancolini; MORAES, Anderson Couto de. **Como a experiência adquirida nos cursos do BPRONE refletiu na padronização e eficiência operacional das tropas de PATAMO?**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO PM) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a experiência adquirida nos cursos promovidos pelo Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) refletiu na padronização e na eficiência operacional das tropas de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) da Polícia Militar do Paraná (PMPR). O trabalho fundamenta-se na premissa de que a formação continuada é essencial para enfrentar os desafios da segurança pública, sendo a padronização um fator determinante para a uniformidade e a segurança das ações táticas. Foram utilizados métodos descritivos de abordagem qualitativa, com aplicação de questionários a 212 egressos dos cursos ofertados pelo BPRONE. Os resultados evidenciam impactos positivos significativos, com destaque para a ampla aceitação e replicação dos conteúdos ministrados, a melhoria da coesão das equipes e o aumento da segurança nas operações. Observou-se, ainda, que 97,2% dos participantes identificaram maior padronização nas ações táticas, e 100% reconheceram melhorias na segurança e controle durante as operações. Contudo, também foram identificadas dificuldades na manutenção da doutrina, especialmente em unidades do interior do estado, o que aponta para a necessidade de interiorização dos cursos e de visitas técnicas regulares para garantir o alinhamento doutrinário. O estudo conclui que os cursos do BPRONE têm papel fundamental na consolidação da doutrina PATAMO e na elevação da eficiência operacional da PMPR.

Palavras-chave: Segurança pública; patrulhamento tático motorizado; padronização operacional; doutrina policial militar; capacitação profissional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214557>

QR Code



NOGUEIRA, Mariana Carolina de Almeida; MOURA, Jamerson de. **Readaptação de policiais militares com deficiência decorrente do serviço**: fundamentos para sua inclusão no sistema de proteção social da PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisou a viabilidade de criar uma normativa própria sobre readaptação funcional de policiais militares com deficiência adquirida em serviço, no âmbito da Polícia Militar do Paraná. A falta de regulamentação específica compromete a permanência funcional de militares estaduais que, embora tenham sido submetidos a restrições decorrentes de lesão funcional relacionada ao exercício da atividade policial, ainda preservam condições para desempenhar funções compatíveis, observado o interesse individual em permanecer na ativa. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, de natureza documental e comparativa, por meio da análise de normativas vigentes em dez Estados brasileiros. Os dados foram organizados em quatro eixos estruturantes: escopo normativo, estrutura avaliativa, critérios de lotação e garantias institucionais. Os resultados indicam que apenas cinco estados atendem integralmente a esses parâmetros, enquanto a maioria apresenta regulamentações parciais ou fragmentadas. Conclui-se que a inclusão do instituto readaptação na PMPR encontra subsídios em dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, responde a demandas institucionais diagnosticadas no planejamento estratégico da corporação e está em consonância com os referenciais técnicos utilizados na administração de pessoal em contextos similares. Propõe-se, ainda, que a readaptação funcional seja integrada ao sistema estadual de proteção social e que a definição da nova lotação do militar readaptado seja precedida por análise técnica do posto de trabalho, conduzida por equipe multiprofissional, assegurando compatibilidade entre as atribuições da função e as capacidades remanescentes do policial, com suporte normativo, organizacional e ético.

Palavras-chave: ciências policiais; readaptação funcional; deficiência adquirida; sistema de proteção social.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214607>

QR Code



OLIVEIRA, Anderson Vale de; SILVA, Gustavo Rodrigo Rodrigues da Costa. **A seleção, habilitação e capacitação dos oficiais intermediários antes de assumir novas funções na PMPR: análise sistemática.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho investiga o processo de preparação de oficiais intermediários da Polícia Militar do Paraná (PMPR) para a assunção de novas responsabilidades funcionais. A pesquisa, de natureza híbrida, identifica uma lacuna significativa entre a promoção ao posto de Capitão e a capacitação técnica para as novas funções administrativas inerentes ao cargo. Os resultados indicam que a transição para novas atribuições ocorre, predominantemente, sem capacitação prévia, forçando os oficiais a um processo de aprendizagem empírico, estressante e dependente, já no exercício da função. Tal cenário revela uma deficiência na gestão de pessoas e na padronização dos processos de sucessão. Em resposta, o estudo propõe a implementação de um novo paradigma para o desenvolvimento das funções na instituição, fundamentado na Teoria da Mudança, na Gestão de Pessoas e na Gestão por Competências. Sugere-se a criação de um sistema proativo que alinhe a seleção, a habilitação e a capacitação às necessidades específicas de cada função estratégica, visando mitigar ineficiências, riscos e fortalecer a liderança e a gestão institucional.

Palavras-chave: gestão de pessoas; capacitação profissional; liderança; teoria da mudança; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214620>

QR Code



PERES, Marcos Roberto de Souza; VIANA, Dênis Wellinton. **Concepções dos policiais militares de Curitiba sobre a atuação em ocorrências de emergência de violência doméstica contra a mulher.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as concepções sobre atuação dos policiais militares da radiopatrulha, subordinados ao 1º CRPM, para realizar o atendimento a ocorrências de violência doméstica. A metodologia empregou uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, utilizando um questionário misto aplicado a 43 policiais militares atuantes em Curitiba. Os participantes autoavaliaram suas capacidades e habilidades no atendimento, considerando formação, experiências e percepção de eficácia. Os principais resultados indicam que a maioria dos participantes (67,6%) sente-se preparada para esses atendimentos, conhecendo a Lei Maria da Penha (97,3%) e os procedimentos de atuação frente a atendimentos de violência doméstica (75,7%). Contudo, os participantes apontaram desafios em sua atuação quanto ao tema, relacionados à recusa das vítimas em prosseguir com denúncias e problemas estruturais em delegacias especializadas. Apesar da autoavaliação positiva, foram observados resquícios de visões machistas e estigmatizadoras em uma minoria dos participantes, como a dificuldade de acreditar na veracidade da denúncia e a dificuldade de não pré-julgar a vítima. Sugere-se aprimoramento contínuo da formação com foco em aspectos psicológicos, técnicas de comunicação, conhecimento jurídico e rede de apoio, além de melhor integração interinstitucional. Portanto, esta pesquisa pode auxiliar a PMPR no aprimoramento do atendimento dessas ocorrências, bem como, caso seja de interesse, os assuntos de novos treinamentos nesta temática podem acolher os eixos temáticos indicados pelos participantes.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; educação policial; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214556>

QR Code



RIBAS, André Sech; SOUZA, Marcos Aparecido de. **Operação Verão Costa Oeste da área do 14° BPM e os indicadores da gestão do desempenho operacional 2024/2025**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO PM) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Durante o período de férias de verão, especialmente no mês de janeiro, a cidade de Foz do Iguaçu tem registrado um aumento nos índices de criminalidade, abrangendo diversos indicadores monitorados pela Gestão do Desempenho Operacional da PMPR. Coincidentemente, este é o mesmo período em que parte do efetivo local é deslocado para atuar na Operação Verão Costa Oeste, que também demanda atenção especial devido ao grande fluxo de turistas nas praias artificiais do Lago de Itaipu. Foram analisadas diversas referências bibliográficas sobre a relação entre a presença de policiamento ostensivo e a redução da criminalidade, porém os estudos não apresentaram um consenso definitivo sobre a efetividade direta dessa correlação. Diante desse cenário, sugere-se a adoção de uma medida semelhante à aplicada na Operação Verão Costa Leste, com a disponibilização de efetivo regular de apoio pelo 5º CRPM, (específico) para as praias artificiais, permanecendo o policiamento local no município de Foz do Iguaçu durante esse período crítico, de modo a minimizar os impactos na segurança pública local, o que contribuiria para a manutenção da imagem do principal destino turístico do Paraná.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo; gestão de desempenho operacional; turismo; operação verão.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214711>

QR Code



RIBEIRO, Fábio José; JESUS, Íncare Correa de. **Patrulha rural comunitária versão 4.0**: sua contribuição na prevenção dos crimes de furtos e roubos nas propriedades rurais da área da 5ª CIPM/3º CRPM. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Falar do Brasil sem mencionar sua importância agropecuária na conjuntura geopolítica é, no mínimo, falta de conhecimentos do espaço em que se vive. No Brasil o cultivo de plantas e a criação de animais para sustento de inúmeras comunidades, perpassam pelas atividades primárias mais antigas no quesito economia desse país continental sul-americano. A pesquisa proposta, diante da necessidade de proteção dos responsáveis pelo abastecimento do "Supermercado do Mundo", busca destacar o trabalho realizado pela Polícia Militar do Paraná junto aos produtores rurais, colocando em primeiro plano sua segurança no que se refere a crimes patrimoniais em propriedades rurais na região de Cianorte/PR - área de responsabilidade territorial da 5ªCIPM/3ºCRPM. O estudo teve como metodologia pesquisa explicativa e bibliográfica com análise quantitativa dos indicadores patrimoniais. A Polícia Militar, especificamente a Patrulha Rural Comunitária versão 4.0, tem desempenhado papel de extrema importância no quesito prevenção junto às comunidades rurais do Estado do Paraná. O trabalho realizado por esses profissionais da segurança pública na área da 5ªCIPM/3ºCRPM é reconhecido pelos cidadãos, quanto a redução de crimes de furtos e roubos em suas propriedades, bem como a restituição da sensação de segurança, por intervenção do trabalho da Polícia Militar cumprindo sua missão de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Desde sua reformulação até o ano de 2024, o Programa "Patrulha Rural Comunitária versão 4.0" apresentou redução de 18,18% dos crimes patrimoniais referentes a furtos e roubos, bem como redução no número de ocorrências de 7,08%; isto é, a atuação da Polícia Militar na aplicação da política de enfrentamento à criminalidade rural, evidencia o compromisso institucional da Corporação e sua efetividade na gestão de questões relacionadas à preservação da vida humana.

Palavras-chave: polícia militar; patrulha rural comunitária; Cianorte; 5ª CIPM/3º CRPM; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214713>

ARTIGOS CAO PM 2025

QR Code



ROPELATTO, Evandro Roberto; SILVA, Cesar Sebastião da. **Impacto biopsicossocial do aumento da carga horária, dentre o efetivo do 19º BPM, após a implementação da extrajornada voluntária - DEAEV**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os efeitos do aumento da carga horária, após a implementação da diária por extrajornada voluntária, sobre a saúde de uma amostra do efetivo do 19º BPM. A pesquisa parte do reconhecimento de que a ausência de reposição adequada de pessoal tem levado à intensificação do trabalho dos profissionais em atividade, especialmente por meio da Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária (DEAEV), instituída pelo Decreto nº 7.585/2021. Com abordagem qualitativa e caráter descritivo, o estudo combina revisão bibliográfica crítica, análise documental e pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de questionários a policiais militares da ativa. Os resultados apontam para uma sobrecarga operacional crescente, com impactos perceptíveis na saúde física, no bem-estar psicológico e na vida social dos profissionais. Parte relevante dos participantes relatou desgaste emocional, distúrbios no sono e dificuldades de convívio familiar, embora grande parte não tenha buscado apoio institucional. A análise dos dados reforça a tese de que a sobrecarga decorrente da deficiência estrutural do efetivo e a ampliação da jornada via extrajornada voluntária estão associadas ao sofrimento silencioso desses servidores. O estudo conclui que é urgente a implementação de políticas públicas que envolvam não apenas remuneração adicional, mas também valorização institucional efetiva, cuidado com a saúde mental e revisão do modelo de gestão do efetivo da segurança pública.

Palavras-chave: Polícia militar; saúde mental; jornada de trabalho; efetivo; extrajornada.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214584>

QR Code



SANTOS FILHO, Guido Benjamin dos; SCHWAMBACH, Ricardo. **Redução de crimes com a implementação do sistema de monitoramento por câmeras na área rural do município de Palmas-Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisou os efeitos da implementação de um sistema de videomonitoramento na zona rural do município de Palmas/PR, com foco na variação dos índices de criminalidade em uma série histórica de aproximadamente dez anos. A pesquisa é de natureza quantitativa, documental e descritiva, baseada em dados oficiais extraídos do sistema Business Intelligence (BI) da Polícia Militar do Paraná. O objetivo foi verificar se a introdução da tecnologia contribuiu para a redução de ocorrências criminais em áreas rurais, tradicionalmente marcadas por escassez de efetivo e dificuldade de patrulhamento. A hipótese, de que o monitoramento por câmeras impactaria positivamente na segurança pública rural, foi confirmada, evidenciando uma redução significativa e sustentada nos registros de crimes após a implantação do sistema. Os resultados reforçam o potencial do videomonitoramento como ferramenta complementar ao policiamento ostensivo, especialmente em territórios com limitações operacionais. A pesquisa contribui para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e destaca a importância da incorporação de tecnologias emergentes na segurança rural.

Palavras-chave: Monitoramento por câmeras; prevenção de crimes rurais; câmeras de vigilância em áreas rurais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214710>

QR Code



SILVA, Denise Marília; SENSOLO, Michele Trindade de Paula. **Assédio sexual na PMPR**: percepção dos policiais militares, por gênero, acerca da efetividade dos mecanismos de prevenção e enfrentamento do assédio sexual na PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo investigou a percepção de policiais militares, homens e mulheres, sobre a efetividade dos mecanismos de prevenção e enfrentamento do assédio sexual na Polícia Militar do Paraná (PMPR), um tema crítico para a segurança pública e o bem-estar institucional. Adotou-se uma metodologia quali-quantitativa, integrando dados de questionários estruturados, aplicados a uma amostra representativa de 217 policiais na capital e no interior, o que permitiu análises comparativas robustas, por gênero e localização. Os resultados revelaram uma disparidade alarmante: 59,26% das policiais femininas reportaram ter sido vítimas de assédio sexual, contra apenas 3,07% dos homens, sublinhando a vulnerabilidade específica das mulheres na corporação. Embora a maioria dos respondentes conheça a existência da política antiassédio da PMPR (Portaria CG nº 179/2025), a leitura e compreensão da versão atualizada são baixas, comprometendo a eficácia das diretrizes. A confiança na imparcialidade dos processos internos de apuração é limitada, especialmente entre mulheres, atribuída a um forte corporativismo e machismo institucionais, que inibem denúncias e favorecem a impunidade. As principais causas percebidas para a persistência do assédio incluem omissão de superiores e a percepção generalizada de impunidade. Conclui-se que, apesar das políticas formais, a PMPR enfrenta desafios sistêmicos na erradicação do assédio, com a eficácia dos mecanismos comprometida por uma cultura organizacional de desconfiança e silêncio. As sugestões incluem a implementação de punição efetiva, apuração imparcial e transparente, educação contínua sobre direitos e deveres, proteção integral às vítimas, e uma mudança cultural profunda para desconstruir o machismo e o corporativismo enraizados.

Palavras-chave: Assédio sexual; gênero; militar; percepção; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214563>

QR Code



SIMINO, Rafael Cezar; HOINATSKI, Rodrigo. **Manutenção preventiva do armamento de porte no 1º CRPM**: avaliação da efetividade e conformidade com as normas institucionais da PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisa a efetividade da manutenção preventiva de primeiro escalão realizada pelos policiais militares das unidades subordinadas ao 1º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná (1º CRPM), verificando sua conformidade com as normas institucionais da corporação. A manutenção preventiva, de responsabilidade direta do detentor-usuário do armamento, é um procedimento essencial para garantir o funcionamento seguro e eficiente das armas de fogo em situações operacionais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão doutrinária, técnica e normativa, além da aplicação de formulário junto aos responsáveis pelas seções de logística (P-4) das unidades operacionais. Os resultados indicam que, embora a maioria dos policiais demonstre conhecimento técnico e execute a manutenção de forma satisfatória, ainda são frequentes práticas reativas e falhas na verificação funcional dos componentes do armamento. A análise revela a necessidade de reforço institucional na padronização, fiscalização e instrução prática contínua sobre manutenção preventiva. Conclui-se que a adoção de um programa sistemático de manutenção, aliado à cultura da disciplina e da responsabilidade individual, é fundamental para prolongar a vida útil do equipamento, preservar a segurança dos operadores e garantir a prontidão operacional das tropas.

Palavras-chave: Ciências policiais; manutenção preventiva; armamento de porte; PMPR; conservação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214715>

QR Code



SOUZA, Rafael de; OLIVEIRA JUNIOR, Ilson de. **Entre o braçal e o PMBOK:** análise da viabilidade de implementação de um escritório de projetos no Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE). 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A gestão estratégica é fundamental para a PMPR, pois direciona suas ações aos objetivos de longo prazo. Neste sentido, a Corporação instituiu, a partir de 2022, seu Plano Estratégico 2022/2035, atualizado para o ciclo 2025/2027, com ênfase no alinhamento organizacional, eficiência e governança pública. A partir da constatação de fragilidades institucionais no planejamento e execução logística, identificadas em documentos estratégicos da Corporação, propõe-se a implementação de um Escritório de Projetos no BPRONE, com o objetivo de impulsionar a gestão de projetos na unidade. A pesquisa adota abordagem mista, combinando revisão teórica com investigação de campo junto aos Oficiais Chefes das 4ª Seções (responsáveis pela logística) das OPMs subordinadas ao CME. Os resultados revelam baixa maturidade institucional em gestão de projetos, embora se observe ampla aceitação da proposta por parte dos gestores entrevistados. O estudo também evidencia a necessidade de aperfeiçoamento das normativas internas voltadas à gestão de projetos. Conclui-se que a estruturação de um EP no BPRONE, bem como nas demais OPMs do CME, é viável, estratégica e fortalece a governança institucional. Recomenda-se, por fim, a implementação de um projeto-piloto no âmbito das OPMs do CME e a elaboração de diretrizes normativas, capacitações específicas e integração sistêmica com a Diretoria de Projetos (DProj), alinhando-se às boas práticas já consolidadas na PMESP e PMSC.

Palavras-chave: Ciências policiais; gestão estratégica; gestão de projetos; escritório de projetos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214629>

QR Code



THEREZA, Leandro de Azevedo; RIBAS, Marcelo Ferreira. **A oralidade e a escrituralidade no boletim de ocorrência unificado**: análises (con)textuais de produções escritas de policiais militares da cidade de Ponta Grossa – PR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO PM) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A produção escrita do Boletim de Ocorrência Unificado é merecedora de especial atenção por parte da administração pública da Polícia Militar do Paraná. Neste estudo, nos propusemos a observar como se operam as relações entre a modalidade oral, oralidade, e a modalidade escrita, a escrituralidade. No estudo dessas relações, centramo-nos nas potenciais interferências da oralidade na produção escrita oficial desse documento essencial fundamental da comunicação escrita dessa instituição policial, outras instituições correlatas e a comunidade paranaense. Tendo por base estudos Linguísticos de diferentes fontes e abordagens, nosso objetivo foi identificar a qualidade da comunicação oficial escrita no cotidiano de equipes Policiais Militares do bairro Contorno do município de Ponta Grossa – Paraná. A matéria prima da nossa pesquisa foram os próprios Boletins de Ocorrência, os quais não passaram por qualquer tratamento prévio, ou seja, não sofreram edições por parte de intermediários, fosse através da digitação, fosse através da modificação do histórico das ocorrências. Essa informação é relevante para que a leitura do nosso estudo transpareça proximidade entre os textos e seus autores. Do recorte apontado, foram extraídos quarenta textos, os quais foram produzidos durante todo o mês de janeiro de 2025, entretanto, dada a recorrência dos fenômenos identificados, bem como a limitação espacial e temporal que a pesquisa nos proporciona, apresentamos apenas 10% (dez por cento) de todo o material analisado buscando análises capazes de abranger de forma geral os principais fenômenos identificados.

Palavras-chave: Oralidade; escrita; interferência; texto; contexto; boletim de ocorrência unificado.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214635>

QR Code



TONOLLI, Larissa Cristina; CARON, Ricardo. **Análise de risco com foco na ameaça de extremismo violento ideologicamente motivado (EVIM) em escolas**: aplicabilidade no âmbito do Sistema de Inteligência da PMPR (SIPOM/PMPR). 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Os ataques a escolas representam uma ameaça à segurança pública e geram impactos significativos na comunidade escolar e na sociedade em geral. Embora ocorram com frequência relativamente baixa, esses eventos são marcados por violência extrema e consequências duradouras. Motivados por ideologias extremistas violentas e precedidos por processos de radicalização e mobilização para a violência, esses atos são geralmente influenciados por comunidades virtuais que propagam discursos de ódio. Diante da velocidade com que esses crimes ocorrem, a resposta tradicional das forças de segurança pública não é suficiente para evitar os danos. Neste cenário, a prevenção torna-se essencial, sobretudo quando baseada na antecipação às ameaças, viabilizada pela atividade de inteligência. A análise de risco, enquanto técnica acessória da produção de conhecimento de inteligência, surge como instrumento relevante para subsidiar decisões antes que os atos se concretizem. Este trabalho buscou analisar a aplicabilidade dessa técnica no contexto do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná (SIPOM/PMPR), no enfrentamento de ameaças de extremismo violento ideologicamente motivado (EVIM) contra escolas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, foi construída a partir de revisão bibliográfica e documental. Os resultados apontam que, com estrutura adequada, capacitação e integração, o conhecimento de inteligência produzido a partir da análise de risco pode fortalecer significativamente as ações preventivas, ampliando a capacidade institucional de proteger vidas.

Palavras-chave: Violência escolar; extremismo violento; análise de risco; inteligência policial; Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214660>

QR Code



WITTKOWSKI, Adirley; SOUZA, Elléa Zych de. **Modelos de sistemas de saúde em favor dos policiais militares nos estados do Brasil: comparativos e diagnóstico** após a definição do sistema de proteção social pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, ao modificar o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, estabeleceu mudanças importantes na área de proteção social dos policiais militares. Essa norma delimitou que cada Estado estabeleça, em lei própria, o modelo de atenção à saúde de seus profissionais. Há maiores riscos de acometimento de doenças ou traumas físicos ou psicológicos em face dos policiais militares em razão da profissão, e por isso esse grupo está mais exposto à necessidade de um tratamento médico-assistencial adequado, bem como os seus dependentes e pensionistas. Em razão disso, a Polícia Militar do Paraná, como órgão inteiramente relacionado ao sistema de proteção social de seus agentes, deve estruturar suas ações em benefício do policial militar integrante de suas fileiras. Desafios recentes quanto ao modelo de gestão da saúde da Corporação foram impostos por órgãos de controle. A busca de boas práticas é fundamental. Assim, a pesquisa pretende identificar os modelos de sistemas de saúde existentes nas polícias militares do Brasil, principalmente avaliando suas características e suas evoluções em virtude da Lei Federal nº 13.954/2019. O método é o hipotético-dedutivo. Mediante a aplicação de revisão de literatura bibliográfica e documental, narrativa e integrativa, bem como pelo método de pesquisa exploratória com aplicação de questionário estruturado aos vinte e sete comandos das polícias militares do país, a amostra do universo da pesquisa, que foi de 76% de todos os Estados e Distrito Federal, revelou que há quinze modelos vigentes de sistema de saúde militar (SSM) em favor dos policiais militares, de dezoito identificados no estudo. 70% dos Estados têm SSM da própria Polícia Militar e, destes, o mais recorrente modelo é o de fomento e custeio do apoio ao profissional por órgão do próprio ente federativo, revelando 50% da amostra. A multiplicidade de modelos expressa detalhes de suporte, gestão e financiamento por várias frentes, ainda que 95% dos Estados participantes tenham quadros de saúde em suas fileiras. Após 2019, verificou-se que, no mínimo, 45% dos órgãos gestores dos modelos de SSM alteraram as normas locais referentes aos respectivos sistemas. Mesmo percentual foi identificado em Estados que financiam os seus sistemas mediante a contribuição financeira do policial militar, que em 66% das localidades não é obrigado a realizar o pagamento. Dois em cada três Estados pesquisados financiam, por orçamento próprio, o SSM. O trabalho oportuniza novas frentes de pesquisa e conclui que algumas inovações recentes no Paraná, almejadas para aprimorar o sistema de atenção à saúde da PMPR, ainda não se identificaram no plano nacional, como a constituição de instituição pública especificamente voltada para assistir a área de saúde da Corporação. A adoção de mudanças ou adequações no modelo utilizado é complexo e exige a consideração de inúmeros fatores que influenciam um SSM moderno.

Palavras-chave: Sistemas de saúde militar; polícia militar; modelos; proteção social.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214708>

QR Code





CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

TURMA 2025

APRESENTAÇÃO CFO 2025

O presente conjunto de textos consolida o esforço acadêmico dos sessenta e dois cadetes do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, aspirantes 2025, apresentando soluções teóricas e práticas para os desafios da segurança pública contemporânea.

No eixo Direito, Justiça e Disciplina Militar, os trabalhos debruçam-se sobre a legalidade e a proteção jurídica da atividade policial. Destacam-se as análises sobre o instituto da Audiência de Custódia e os critérios de "fundada suspeita" sob a ótica do Direito Comparado. A produção científica também avalia criticamente a atuação jurisdicional, abordando os motivos de relaxamentos de prisões em flagrante, a aplicabilidade do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) frente à Súmula nº 18 do STM e os desdobramentos práticos do crime militar de crítica indevida. Complementam este núcleo os estudos sobre a implementação de um Tribunal de Justiça Militar Estadual no Paraná e as adequações necessárias dos cursos da PMPR à nova Lei Orgânica das Polícias Militares.

O campo da Tática, Estratégia e Operações Específicas concentra pesquisas voltadas à excelência procedimental e ao gerenciamento de incidentes críticos. Os estudos investigam a preparação policial frente a atiradores ativos (POP nº 200.2), as implicações legais do disparo em pneus em acompanhamentos táticos e a dinâmica psicológica de causadores de crises e indivíduos mentalmente perturbados. A vertente operacional é reforçada por análises sobre o policiamento fluvial e lacustre, a utilização estratégica da Cavalaria em grandes multidões e o enfrentamento ao narcotráfico e ao tráfico de animais silvestres, contando com o suporte tecnológico do Centro Integrado de Operações de Fronteira.



Em Gestão de Pessoas, Liderança e Formação, o foco recai sobre o capital humano da corporação. As pesquisas exploram o desenvolvimento da liderança durante o CFO, propondo inclusive um manual de instruções para a Escola de Oficiais. O bem-estar do efetivo é abordado por meio de estudos sobre saúde mental, a inclusão de militares com deficiência física e o impacto do treinamento físico na mobilidade dos cadetes. A formação é ainda discutida sob a perspectiva do estágio operacional e do uso de operações psicológicas, buscando uma integração eficiente entre os saberes teóricos e a prática cotidiana.

O eixo de Administração, Logística e Finanças apresenta uma visão gerencial e modernizadora da instituição. Destaca-se a preocupação com a educação e psicologia financeira dos futuros Oficiais, visando estratégias de investimento e estabilidade emocional no trabalho. No campo administrativo, são analisados os impactos da terceirização de serviços, a implementação de policiais temporários e as práticas de gestão da jornada de trabalho. A modernização logística é pautada pelo estudo de câmeras corporais, gestão de sinistros com viaturas e a implementação do Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SICC).

Por fim, no eixo Polícia Comunitária e Sociedade, os trabalhos reafirmam a filosofia de proximidade com o cidadão. São analisadas as atuações dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) na promoção da ordem pública e os elementos normativos necessários para a consolidação da diretriz de Polícia Comunitária na PMPR, assegurando que a excelência técnica caminhe lado a lado com a legitimidade social.

ALCANTARA JUNIOR, Adriano Alissandro de. **Análise da eficácia da aplicação de torniquete sobre o novo fardamento operacional**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A hemorragia de extremidades é a principal causa evitável de óbito em confrontos armados, o que motivou avaliar se a aplicação do torniquete SOF® Gen 5 sobre o atual fardamento operacional da Polícia Militar do Paraná (PMPR) interfere na eficácia da oclusão arterial dos membros superiores. O objetivo do estudo foi determinar a taxa de oclusão do fluxo arterial radial quando o torniquete é aplicado sobre o fardamento, com e sem o brasão institucional emborrachado. Realizou-se um estudo experimental quantitativo em ambiente hospitalar (Hospital da Polícia Militar), envolvendo 20 Cadetes. Cada participante recebeu quatro aplicações (duas por membro superior) totalizando 80 testes: braço direito e esquerdo sem brasão, e direito e esquerdo com brasão. Foram utilizados apenas dois torniquetes sendo cada um submetido a 40 aplicações, para o escopo dessa pesquisa não houve aferição do grau de deformação após as sucessivas aplicações. O sucesso no teste de oclusão foi a constatação da ausência do pulso radial por no mínimo 30 segundos, após aplicação do torniquete, verificada por ultrassom Doppler no modo colorido. A cada aplicação foi coletado o número de voltas da haste do torniquete necessárias para completa oclusão da artéria radial. Todos os testes registraram interrupção total do fluxo arterial, resultando em taxa de oclusão de 100%. A média de voltas da haste do torniquete para efetivar a oclusão arterial, considerando apenas números inteiros, foi de 2 voltas tanto para a presença do brasão quanto em sua ausência, variando de uma a três voltas para todos os participantes. Os resultados demonstram que a aplicação do torniquete sobre o fardamento demonstra ser viável e segura. Contudo, o resultado não dispensa a recomendação de, em momento oportuno e seguro, remover o fardamento para explorar outras possíveis lesões, garantindo avaliação completa do ferido. Assim, esses achados fornecem base empírica para instruir os Policiais Militares da possibilidade dessa modalidade de aplicação e o do número estimado de voltas da haste do torniquete para se efetivar o controle da hemorragia. Estudos futuros podem ampliar a amostra e avaliar a eficácia em membros inferiores para consolidar a padronização do procedimento em toda a corporação.

Palavras-chave: Ciências policiais; atendimento pré-hospitalar; hemorragia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214079>

TCC CFO PM 2025

QR Code



ALMEIDA, Alex Moreira de. **Impacto financeiro e de efetivo na terceirização do refeitório da Academia Policial Militar do Guatupê**. 2025. TCC

(Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise comparativa entre períodos pré e pós terceirização do refeitório da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com objetivo de identificar os impactos financeiros e de efetivo decorrentes dessa mudança. A pesquisa foi motivada pela necessidade de otimizar recursos humanos e financeiros em um contexto de déficit no efetivo policial militar e pela busca de maior eficiência administrativa. O método utilizado incluiu uma abordagem dedutiva, com base na análise de dados quantitativos e documentos institucionais. A coleta de dados envolveu relatórios financeiros, boletins internos, registros de alocação de pessoal e o contrato de terceirização. A análise comparativa avaliou o período pré e pós-terceirização, considerando custos operacionais e a alocação de militares. Os resultados revelaram uma redução significativa nos custos associados à operação do refeitório, com uma economia anual de R\$ 729.081,43, equivalente a aproximadamente 20% dos gastos anteriores, além de um aumento na disponibilidade de efetivo para atividades-fim, como o policiamento ostensivo. Antes da terceirização, cerca de 14,81% do efetivo da APMG estava alocado em funções no refeitório. Após a mudança, esses militares foram redistribuídos para funções estratégicas, alinhadas ao planejamento da corporação. As contribuições da pesquisa incluem a demonstração da viabilidade da terceirização como uma ferramenta de gestão eficiente na administração pública e a identificação de práticas que podem ser replicadas em outras unidades da PMPR. O estudo conclui que a implementação dessa estratégia foi uma decisão acertada, tanto do ponto de vista econômico, de efetivo e gerencial, evidenciando que a busca por soluções inovadoras na administração pública pode gerar resultados concretos e mensuráveis, contribuindo para o fortalecimento das instituições e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Palavras-chave: Ciências policiais; administração pública; eficiência organizacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214024>

QR Code



ALMEIDA, Elenilson de. **Psicologia financeira no Curso de Formação de Oficiais da PMPR**: como a interação entre as emoções humanas e as decisões financeiras afetam o trabalho policial. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo abordou a viabilidade da inclusão da disciplina de Psicologia Financeira no curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Paraná, analisando o conhecimento sobre finanças pessoais dos futuros oficiais da corporação, bem como seu nível de endividamento. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e exploratória, com foco descritivo. O desenvolvimento do estudo baseou-se em um referencial teórico e nas legislações vigentes pertinentes à temática. Os dados sobre o conhecimento em finanças pessoais e o endividamento dos cadetes foram coletados por meio de um formulário disponibilizado aos mesmos. O objetivo geral do estudo foi compreender o nível de conhecimento dos cadetes da Polícia Militar do Paraná em relação a finanças pessoais. Especificamente, o estudo visou analisar a situação financeira desses cadetes, estabeleceu a necessidade de incluir a disciplina de Psicologia Financeira no currículo do curso de formação de oficiais, e avaliou a possibilidade de incorporar essa matéria ao currículo. Os dados coletados foram tratados e analisados, sendo distribuídos em quadros, tabelas e gráficos, e contextualizados em relação ao problema investigado. Além disso, os dados foram interpretados com base em fundamentos da análise de conteúdo, resultando em diversas categorias. Como resultados desses dados, tem-se que a inclusão da disciplina de Psicologia Financeira na formação dos cadetes da PMPR poderá ser uma solução eficaz para a falta de conhecimento em finanças comportamentais, problema que se identifica como uma lacuna na formação dos futuros oficiais.

Palavras-chave: Comportamento financeiro; ciências policiais; polícia militar; finanças pessoais; endividamento.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214040>

QR Code



ALVES, Alyne Santos. **Atuação do Conselho Comunitário de Segurança do bairro São Francisco, em Curitiba, na promoção da segurança pública: uma análise sob a perspectiva do policiamento comunitário.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a atuação do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) do bairro São Francisco, em Curitiba, a partir da percepção de seus membros, sob a perspectiva do policiamento comunitário. Adotando uma abordagem qualitativa e fundamentada no método construtivo-interpretativo de González Rey, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro membros do CONSEG. A análise revelou categorias como escuta ativa, corresponsabilidade e proximidade institucional, indicando a consolidação da participação cidadã como eixo da coprodução da segurança e na ressignificação das relações entre Estado e sociedade. A análise interpretativa evidenciou que o CONSEG assume papel estratégico como mediador simbólico entre comunidade e as instituições policiais, contribuindo para a construção de vínculos de confiança, a identificação de demandas locais e o fortalecimento de ações preventivas.

Palavras-chave: Ciências policiais; policiamento comunitário; segurança cidadã; Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG).

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214057>

QR Code



AMARAL, Thiago Marsicano. **Jornada de trabalho**: um estudo comparativo das práticas de gestão da carga horária nas polícias militares. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa as práticas de gestão da carga horária nas Polícias Militares brasileiras, com foco na futura regulamentação na Polícia Militar do Paraná (PMPR). Considerando os desafios enfrentados pela PMPR na gestão de efetivo e escalas de serviço, intensificados pela necessidade de regulamentar uma carga horária máxima conforme a Lei nº 14.751/2023, e a ausência de normativas claras que resultaram em abordagens divergentes entre as corporações, diagnosticam-se práticas de gestão da carga horária adotadas por diferentes estados. O objetivo é fornecer subsídios para a regulamentação futura na PMPR, considerando tanto as corporações que já implementaram a jornada máxima de trabalho quanto aquelas que ainda não o fizeram. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, fundamentada no método indutivo, com coleta de dados realizada por meio de questionários estruturados enviados a Polícias Militares de diferentes estados. Os resultados revelaram desafios como resistência organizacional às mudanças, sobrecarga em unidades com déficit de efetivo e dificuldades na adaptação das escalas às novas regulamentações. Em contrapartida, boas práticas incluem o uso de banco de horas, jornadas voluntárias remuneradas e ferramentas tecnológicas para controle de escalas. Apesar das limitações, como dados superficiais fornecidos por algumas corporações, o estudo oferece uma base robusta para compreender os elementos essenciais da gestão da carga horária. Conclui-se que a pesquisa não apenas oferece subsídios importantes para que a PMPR desenvolva uma regulamentação equilibrada, mas também contribui para o aprimoramento das políticas de gestão de pessoal nas Polícias Militares brasileiras, ao propor soluções que conciliam eficiência operacional e qualidade de vida dos policiais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; administração pública; direitos laborais; escalas de serviço; dinâmica institucional; efetividade operacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214006>

QR Code



ANTONIO, Luiz Gustavo Leão Martins. **Estudo acerca da repressão ao narcotráfico**: análise de dados estatísticos de 2022 a 2024 do Batalhão de Polícia de Fronteira e Batalhão de Polícia Rodoviária. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância do Batalhão de Polícia Rodoviária e do Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná nas apreensões de drogas no Estado do Paraná entre 2022 e 2024. Para isso, foi adotada uma abordagem quali-quantitativa, com pesquisa documental em relatórios internos da Polícia Militar e Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com uma análise estatística dos dados de apreensão de maconha, cocaína e crack, além da aplicação da matriz SWOT para avaliação qualitativa dos pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças dessas unidades. Os resultados demonstraram que o BPRv e BPFron desempenham um relevante papel na repressão ao tráfico, respondendo por uma parcela significativa das apreensões estaduais. Como principal contribuição, o estudo reforça a relevância do policiamento rodoviário e de fronteira no enfrentamento ao crime organizado, fornecendo subsídios para o aprimoramento das estratégias institucionais de combate ao narcotráfico transnacional e para futuras pesquisas acadêmicas sobre segurança pública na região de fronteira.

Palavras-chave: Tráfico de drogas; policiamento rodoviário; policiamento de fronteira; ciências policiais; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214573>

QR Code



ARRUDA, João Vitor Santos. **A utilização da cavalaria da Polícia Militar na gestão de multidões**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação da Cavalaria da Polícia Militar do Paraná na gestão de multidões, com o objetivo geral de analisar de que forma a Cavalaria contribui para a gestão de multidões, considerando sua eficácia e adequação às demandas operacionais de segurança pública. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando o método indutivo e exploratório, com coleta de dados realizada por meio de questionários aplicados a policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BPCChoque), que possuem experiência prática em operações conjuntas com a Cavalaria. As respostas foram analisadas em diálogo com o referencial teórico, permitindo uma compreensão aprofundada sobre as práticas adotadas. Os resultados demonstram que a Cavalaria apresenta características que favorecem sua atuação no controle de multidões, contribuindo para a promoção da segurança pública por meio da dissuasão psicológica, da flexibilidade operacional e do uso controlado da força. Entre os fatores mais destacados estão o impacto psicológico causado pela presença do cavalo, sua mobilidade em diferentes tipos de terrenos e sua capacidade de dispersão estratégica, que possibilitam intervenções eficazes e com baixo risco de letalidade. Além disso, as formações táticas organizadas da Cavalaria foram apontadas como elementos que reforçam sua eficiência em restaurar e manter a ordem pública. O estudo verifica a importância da Cavalaria como ferramenta indispensável para a segurança pública, contribuindo significativamente para a compreensão aprofundada da importância da Cavalaria, permitindo reconhecer seus pontos fortes, e identificar limitações que podem ser corrigidas para aprimorar sua atuação em situações que envolvam grandes multidões. Esta pesquisa também avança no campo das Ciências Policiais, ao evidenciar que a aplicação bem planejada das estratégias da Cavalaria não apenas atende às demandas operacionais, mas também fortalece a eficiência e legitimidade das ações de controle de distúrbios civis.

Palavras-chave: Ciências policiais; cavalaria; gestão de multidões; controle de distúrbios civis; normas gerais de ação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214089>

QR Code



BARBOSA, Valério. **Análise dos sinistros de trânsito ocorridos com viaturas nos batalhões do 1º Comando Regional de Polícia Militar (CRPM) entre 2019 e 2023**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisou os sinistros de trânsito envolvendo viaturas da Polícia Militar do Paraná (PMPR) nos batalhões do 1º Comando Regional de Polícia Militar (CRPM), entre 2019 e 2023. O objetivo geral foi desenvolvido por meio da análise dos sinistros de trânsito ocorrido com viaturas nos batalhões do 1º CRPM. Os objetivos específicos foram estabelecidos por meio da distribuição dos sinistros segmentados entre os batalhões pertencentes ao campo amostral selecionado, posteriormente foram realizadas a análise da relação entre o número de sinistros com a responsabilização atribuída aos condutores, além da avaliação das causas predominantes dos sinistros envolvendo viaturas nas unidades do 1º CRPM. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e documental, com coleta de dados a partir de inquéritos técnicos arquivados pela seção de inquéritos técnicos da diretoria logística (SIT/DL) da PMPR. Os dados foram analisados utilizando estatísticas descritivas e tabulações, possibilitando identificar padrões relacionados às causas, responsabilidades, vítimas e impactos financeiros desses eventos. Os resultados indicaram que fatores humanos, como erros cometidos por condutores civis (62,7%) e militares (26,9%), foram as causas predominantes correspondendo aproximadamente a 90% dos sinistros. Observou-se uma tendência de redução nos sinistros com vítimas. O estudo oferece uma contribuição significativa para o aprimoramento das políticas institucionais e operacionais da PMPR, propondo uma maior ênfase na capacitação contínua dos policiais e melhorias nos processos de registro e análise dos sinistros por meio do inquérito técnico (IT).

Palavras-chave: Ciências Policiais; Polícia Militar do Paraná; segurança pública; trânsito; viaturas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214037>

QR Code



BASTOS, Endryo Lael Rocha. **Análise dos aspectos legais e práticos para implementação de um tribunal de justiça militar estadual no Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Justiça Militar Estadual, com enfoque na comparação da Vara da Justiça Militar Estadual do Paraná (VJME) com os Tribunais de Justiça Militares de São Paulo (TJMSP), Minas Gerais (TJMMG) e Rio Grande do Sul (TJMRS), durante o período de 2020 a 2023. O estudo aborda os aspectos históricos e jurídicos que estruturam a Justiça Militar no Brasil, bem como sua relevância para a manutenção da hierarquia e disciplina no contexto das instituições militares estaduais, além de investigar a viabilidade jurídica e prática da criação de um Tribunal de Justiça Militar no Paraná. A análise inicia-se com um panorama histórico que traça a origem e evolução da Justiça Militar, destacando sua criação em 1808 com a chegada da Corte Portuguesa e sua consolidação com a Constituição de 1946. Nesse período, a Justiça Militar Estadual foi integrada ao Poder Judiciário, conferindo aos estados a autonomia para organizarem suas respectivas estruturas. Desse modo, entre os estados que formalizaram Tribunais de Justiça Militares, como já dito anteriormente, estão São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cujas atuações são exploradas neste estudo em comparação à VJME. Com base nos dados disponibilizados pelo Painel de Estatísticas do CNJ, a pesquisa foi organizada em três eixos principais: Gestão Processual, Produtividade e Classes, e dentro desses eixos foi abrangido indicadores como Casos Novos, Julgados, Conclusos, Decisões, Despachos e Pendentes. No eixo de Gestão Processual, o TJMMG apresentou o maior volume de Casos Novos e Julgados, enquanto o TJMSP liderou no número de Conclusos. A VJME, apesar de sua estrutura reduzida, apresentou um desempenho significativo em Despachos e uma menor quantidade de processos Pendentes em relação ao TJMRS, evidenciando sua eficiência relativa no contexto estadual. O estudo conclui que a criação de um Tribunal de Justiça Militar no Paraná é juridicamente viável, considerando o efetivo militar estadual e as demandas processuais existentes. Contudo, ressalta-se que tal implementação exige um debate mais amplo sobre os desafios estruturais e operacionais, além de questionamentos acerca dos benefícios em longo prazo para a administração da Justiça Militar Estadual. Por fim, o estudo destaca a importância de dados quantitativos e análises históricas para entender a Justiça Militar Estadual e contribuir com debates sobre sua estrutura e funcionamento.

Palavras-chave: Ciências Policiais; Justiça Militar; Justiça Militar Estadual; Tribunal Estadual; Tribunal Militar Estadual.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214032>

TCC CFO PM 2025

QR Code



BEDANI, Igor Hiosni. **Proposta de manual de liderança militar para a Escola de Formação de Oficiais da PMPR**. 2025. 45 f. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A liderança é um fenômeno complexo e enigmático que desde tempos remotos desperta a curiosidade de acadêmicos; militares e estadistas. Inúmeras correntes e teorias divergentes surgiram como resultado do somatório do empenho daqueles que se debruçaram com afinco sobre o tema. A partir do século XX, o interesse pelo seu estudo intensificou-se, à medida que as mais diversas organizações sociais constataram que o seu êxito estava intimamente atrelado à capacidade de liderança de seus dirigentes. As instituições militares, com especial destaque, empreenderam consideráveis esforços em instrumentalizar o conhecimento disponível para o desenvolvimento dos seus comandantes, elaborando complexas doutrinas com o propósito de sistematizar os princípios; conceitos e ideias atinentes à liderança militar. A Polícia Militar do Paraná, instituição centenária responsável pela preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, atribui à Escola de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê a importante missão de formar os seus líderes. Contudo, a PMPR, não obstante ser uma força auxiliar e de reserva do Exército Brasileiro, nunca logrou sucesso em idealizar a sua própria doutrina de liderança. Por corolário, os comandantes da corporação encontram-se atualmente desprovidos de elementos doutrinários que orientem a sua formação e balizem as suas condutas. A inexistência dessa sistematização tolhe a capacidade de a Escola de Formação de Oficiais cumprir o objetivo ao qual ela se destina – ser um berço de líderes. O presente trabalho então debruça-se sobre o seguinte problema: Como elaborar uma doutrina de liderança militar aplicável no âmbito da Escola de Formação de Oficiais da PMPR? Em face do exposto, o presente trabalho objetiva a elaboração de uma proposta de manual de liderança militar com uma doutrina de liderança sistematizada para aplicação no âmbito da EsFO. Para tanto, foi realizada uma revisão documental dos manuais de liderança militar das Forças Armadas brasileiras, de forma a subsidiar a formulação de uma doutrina de liderança militar aplicável à atividade policial militar. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa ação utilizou como ferramenta a espiral dialética para o planejamento e posterior redação da proposta. O resultado obtido foi a produção de um manual que sistematiza princípios e fundamentos da liderança militar, além de fornecer instruções práticas e prescrições gerais para os futuros comandantes.

Palavras-chave: Ciências policiais; líder; chefia; comando; doutrina.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214050>

TCC CFO PM 2025

QR Code



BORBA, Jediael Sarto Martins. **A implantação do 3º Colégio da Polícia Militar em Cornélio Procópio - PR: análise das transformações na infraestrutura, metodologia e resultados educacionais.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a influência da infraestrutura e das metodologias pedagógicas adotadas pelo 3º Colégio da Polícia Militar do Paraná (3º CPM) no desempenho educacional e no rendimento escolar dos alunos, com base nos índices do IDEB dos anos de 2021 e 2023. Por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, a pesquisa realizou uma análise documental, descritiva e comparativa entre a infraestrutura dos antigos Colégios Alberto Carazzai e Castro Alves e a atual estrutura do 3º CPM, avaliando como essas diferenças impactaram os resultados acadêmicos. Além disso, buscou-se compreender as práticas pedagógicas específicas adotadas pelo 3º CPM, destacando suas peculiaridades e como elas contribuem para o processo de aprendizagem dos estudantes. Os resultados, fundamentados nos dados do IDEB, evidenciam a expressiva superioridade do 3º CPM em relação aos demais colégios públicos do Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio, bem como em comparação com a média estadual, com destaque para os índices alcançados no último levantamento, em 2023. Esses dados sugerem que a combinação entre infraestrutura adequada, metodologias focadas em disciplina e valores institucionais desempenham um papel essencial na formação acadêmica e cidadã dos alunos. O estudo, portanto, oferece subsídios para novas pesquisas, além de contribuir como referência para possíveis expansões do modelo de colégios militares em outras regiões estratégicas do estado, reforçando, ainda, a relevância dos valores e práticas adotados pela instituição.

Palavras-chave: Paraná. Polícia Militar. Diretoria de Educação Corporativa. 3º Colégio da Polícia Militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214026>

QR Code



CAMBUI, Caio Cesar Nogueira. **Receptividade do policiamento baseado em evidências entre oficiais intermediários e superiores dos batalhões de Curitiba e regiões metropolitanas.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A prática baseada em evidências é uma abordagem adotada por diversas áreas profissionais, com o objetivo de integrar evidências científicas de alta qualidade ao processo decisório. A receptividade dos oficiais da Polícia Militar ao Policiamento Baseado em Evidências (PBE) e à pesquisa empírica é um fator crucial, uma vez que esses profissionais são os responsáveis pela implantação dessa abordagem nas ruas. O presente estudo teve como objetivo avaliar a receptividade ao conceito de policiamento baseado em evidências na Polícia Militar do Paraná, com foco nos batalhões de Curitiba e nas regiões metropolitanas do Paraná. Para tal, foi realizada uma pesquisa de levantamento, com método de abordagem indutiva e abordagem qualitativa, por meio da aplicação de um questionário a oficiais intermediários e superiores lotados nos batalhões vinculados ao 1º e 6º Comando Regional da PMPR. As respostas obtidas permitiram analisar o grau de aceitação do PBE e da pesquisa empírica no contexto policial. Quando comparados a estudos semelhantes em outros países, nossos participantes demonstraram maior receptividade à pesquisa científica. Contudo, observou-se certa relutância dos participantes em colaborar com instituições externas, como universidades, além de um receio quanto à implementação de experimentos randomizados controlados. Esses achados indicam que a adoção de estratégias adicionais pode ser necessária para fortalecer a integração do PBE ao processo de tomada de decisões dentro da PMPR, consolidando seu papel na melhoria das práticas de policiamento.

Palavras-chave: Segurança pública; ciências policiais; tomada de decisão; pesquisa empírica; melhoria das práticas de policiamento.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214033>

QR Code



CASTRO, Igor Barbosa Monteiro de. **A possibilidade da utilização de operações psicológicas no âmbito policial militar**. 2025. 42 f. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo introduzir e analisar a viabilidade do uso de Op Psc no contexto da Polícia Militar do Paraná (PMPR), considerando seu potencial como ferramenta estratégica para aprimorar a comunicação institucional, fortalecer a percepção de segurança pública e modernizar as práticas policiais. A pesquisa emprega o método dedutivo, partindo de conceitos fundamentais da psicologia das massas, comunicação social e doutrinas militares, a fim de avaliar a aplicação dessas técnicas na realidade operacional da PMPR. A abordagem qualitativa fundamenta-se na análise documental e na revisão de referências teóricas e institucionais, permitindo compreender as implicações éticas, operacionais e estruturais relacionadas ao tema. Os principais resultados indicam que as Operações Psicológicas têm o potencial de aprimorar a percepção pública da PMPR, promovendo uma relação mais próxima entre a instituição e a sociedade. No entanto, identificou-se uma lacuna significativa na produção acadêmica e na doutrina específica para sua aplicação no âmbito policial, o que limita sua efetiva implementação. Além disso, desafios como a necessidade de capacitação específica, investimentos em comunicação social e a definição de normativas reguladoras se destacam como barreiras a serem superadas. A principal contribuição deste estudo é introduzir formalmente o tema das Operações Psicológicas no contexto da PMPR, incentivando a discussão institucional e acadêmica sobre sua viabilidade e aplicação. Dessa forma, espera-se que este trabalho sirva como base para futuras pesquisas e para a construção de diretrizes que possibilitem a implementação dessas técnicas de maneira estruturada e ética.

Palavras-chave: Operações psicológicas; segurança pública; comunicação institucional; psicologia das massas; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214014>

QR Code



COELHO JÚNIOR, Carlos Alberto Vaz de Vilhena. **Análise netnográfica da representação da Polícia Militar no Youtube em 2023**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A imagem institucional da Polícia Militar é fundamental para moldar a percepção pública, impactando a confiança e a cooperação comunitária. Sua representação online é influenciada pela comunicação institucional e, principalmente, por produtores externos. Este estudo explorou a relevância das redes sociais, como ferramentas estratégicas de comunicação, alinhada aos objetivos do setor de comunicação social da Polícia Militar do Paraná. Utilizando a netnografia como metodologia, foram analisados os vídeos do YouTube mais visualizados sobre a Polícia Militar em 2023, categorizados em produção, tema, finalidade, fonte, repercussão e música ou trilha sonora. Os resultados mostram que os vídeos geraram repercussão neutra ou positiva, sendo a maioria produzida por fontes não institucionais. Esses conteúdos se destacaram pela espontaneidade e autenticidade, explorando elementos cômicos ou sensacionalistas que chamaram bastante atenção do público. O estudo reforça a necessidade de novas estratégias de comunicação para fortalecer a imagem da PM e sugere mais pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: Ciências policiais; imagem institucional; redes sociais; estratégias de Comunicação, confiança comunitária.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214094>

QR Code



COELHO, Heron Alves. **A evolução do desmatamento no Paraná frente à fiscalização do Batalhão de Polícia Ambiental (2018 a 2024)**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O combate ao desmatamento e os desafios enfrentados pelo Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPamb FV) devido à redução de efetivo entre 2018 e 2024 é um tema central no contexto de preservação do Meio Ambiente paranaense. Nesse sentido, objetiva-se analisar quantitativamente como a oscilação do efetivo impactou o atendimento às ocorrências relacionadas ao desmatamento no Paraná. Para tanto, procede-se ao uso do método dedutivo e de uma abordagem quantitativa, com base em uma pesquisa documental estruturada, utilizando dados do Quadro Organizacional do BPamb FV, registros de ocorrências do SISGCOP fornecidos pela P/1 e P/3 da unidade, além de relatórios sobre o desmatamento gerados pela plataforma MapBiomas. Desse modo, observa-se que, embora o efetivo tenha sofrido redução no seu quadro, o uso de tecnologias avançadas, como drones e sistemas de sensoriamento remoto, aliado ao fortalecimento de convênios com o Instituto Água e Terra (IAT), possibilitou a mitigação dos impactos negativos e a manutenção de uma atuação eficiente na fiscalização ambiental. O estudo revelou um aumento significativo no número de ocorrências atendidas, além da redução gradual das áreas desmatadas, evidenciando o impacto positivo das estratégias adotadas. Assim, conclui-se que o BPamb FV, mesmo com limitações estruturais, tem conseguido aprimorar sua eficácia no combate ao desmatamento, destacando-se como uma força essencial para a preservação ambiental no Paraná.

Palavras-chave: BPamb FV; meio ambiente; planejamento estratégico; efetivo policial, ciência policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214034>

QR Code



CORRÊA, Lucas Avelar. **Análise das crises envolvendo indivíduos mentalmente perturbados e as alternativas táticas utilizadas na Polícia Militar do Paraná nos anos de 2019 a 2023**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando a complexidade e o risco iminente à vida apresentados pelas crises policiais, faz-se essencial o embasamento criterioso da tomada de decisão, especialmente em relação às alternativas táticas a serem utilizadas, de modo a buscar sempre o resultado aceitável, com a preservação da vida dos envolvidos. Esse cenário se torna ainda mais difícil quando essas ocorrências envolvem indivíduos mentalmente perturbados, que apresentam uma linha de raciocínio confusa e imprevisível. Assim, é de total importância a avaliação da maneira com que se encerraram as crises atendidas pelas equipes especializadas do BOPE, envolvendo esses causadores, para subsidiar a tomada de decisão em casos futuros. Com isso, surge o questionamento de quais as alternativas táticas mais utilizadas pelas equipes do BOPE, nos anos de 2019 a 2023, cujos causadores eram mentalmente perturbados, considerando suas subdivisões apontadas pela doutrina de Gerenciamento de Crises? Para responder tal pergunta, esta pesquisa objetivou avaliar e selecionar informações importantes que devem ser consideradas para a tomada de decisão nessas situações, colocando-as como perspectivas e, conseqüentemente, variáveis para a análise e discussão dos resultados. Além disso, este estudo buscou examinar como essas variáveis podem ter influenciado na tomada de decisão, através das alternativas táticas aplicadas em cada caso. Para tanto, foi utilizado de método indutivo, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa) de modo que as ocorrências foram separadas de acordo com o subtipo doutrinário do causador e em seguida quantificadas as alternativas táticas utilizadas para o encerramento dos casos, por meio de procedimentos de estatística descritiva e indutiva. A partir desses números, recorreu-se a uma extensa revisão bibliográfica e documental, buscando a identificação e elucidação dos padrões encontrados nos resultados. Desse modo, observou-se a existência de grande influência do subtipo de mentalmente perturbado nas alternativas utilizadas para o encerramento das crises e, conseqüentemente, nas chances de uso da força por parte das equipes policiais. Percebeu-se, após a análise dos dados do período selecionado, que com os perturbados classificados pela doutrina como portadores de transtornos mentais a maioria das crises encerrou-se mediante uso da força, ao passo que, com os classificados como afligidos por súbita alteração emocional e os sob uso de drogas e entorpecentes, a maioria das ocorrências findou-se pelo processo de negociação. Tais resultados permitem concluir que a presença de causadores mentalmente perturbados pode aumentar as chances de uso da força pelas equipes policiais, mas não de maneira indiscriminada, de modo que devem ser avaliados outros fatores, como, por exemplo, o tipo de perturbado, para a tomada de decisão, visando o resultado aceitável e a preservação da vida dos envolvidos.

Palavras-chave: Ciências Policiais; gerenciamento de crises; força policial; preservar vidas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214035>

QR Code



COSTA, Clodoaldo Valverde da. **Análise do apoio do Centro Integrado de Operações de Fronteira para a Polícia Militar do Paraná na Operação Protetor**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho analisou a contribuição do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) no apoio à Operação Protetor, com foco na atuação da Polícia Militar do Paraná (PMPR) na faixa de fronteira do estado. O objetivo principal foi o de investigar a eficácia do CIOF no levantamento de informações e no apoio à Operação Protetor. A pesquisa adotou uma abordagem documental e quantitativa, utilizando relatórios operacionais do CIOF, relacionados à Polícia Militar do Paraná, no período entre 2022 a 2024. Os principais resultados evidenciam o impacto positivo do apoio prestado pelo CIOF à PMPR, no combate ao crime organizado, tendo como destaque as apreensões recordes em 2023 e prejuízos significativos ao tráfico de drogas e contrabando. A principal contribuição da pesquisa reside na demonstração da importância da integração entre forças de segurança para maximizar a eficiência das operações. Este estudo oferece subsídios para políticas públicas mais eficazes no enfrentamento ao crime transfronteiriço.

Palavras-chave: Fronteiras, segurança pública; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214088>

QR Code



CRISOSTOMO, Lucas Marchak. **A preparação policial frente às ocorrências de atiradores agressores ativos**: um estudo sobre o conhecimento e a observância do Procedimento Operacional Padrão nº 200.2 no âmbito da PMPR. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A disseminação rápida de notícias sobre ataques a escolas, por meio dos canais de televisão e mídias sociais, especialmente em um contexto globalizado, intensifica o clima de medo generalizado e pode servir como gatilho psicológico para potenciais agressores, como observado em casos de ataques a escolas. No Brasil, nos últimos 22 anos, foram registrados 36 ataques a instituições escolares, resultando em 40 mortes e 102 feridos. O cenário torna-se ainda mais alarmante considerando que 21 desses eventos ocorreram em apenas um ano e oito meses, desde fevereiro de 2022. Este estudo busca analisar o preparo dos policiais militares do Paraná, como primeiros interventores em ocorrências de atiradores/agressores ativos, tomando como base o Procedimento Operacional Padrão 200.2 – Primeira Intervenção em Crises com Atiradores/Agressores Ativos. O objetivo central é compreender o nível de conhecimento e observância desses agentes no sentimento de prepare em frente a estas ocorrências, e avaliar lacunas de conhecimento, período de ciclos de instruções, sentimento de preparo após treinamentos teóricos, e práticos, além de identificar a relevância das instruções perante os policiais militares. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e explicativa. O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário estruturado, elaborado e disponibilizado na plataforma Google Forms para os policiais participantes. Os dados coletados foram tratados, através do Google Sheets, visto que a ferramenta elabora gráficos, sendo assim, possível fazer uma interpretação quantitativa. Com isso foi possível fazer a categorização das respostas em diferentes níveis de conhecimento, elencando-as para responderem os problemas de pesquisa. O desenvolvimento do estudo foi embasado em um referencial teórico atualizado e em legislações pertinentes à temática, fornecendo uma base sólida para a análise e discussão dos dados. Este estudo procura contribuir para uma renovação de instruções e continuação da reciclagem policial, no que tange ao POP 200.2, através das evidências e resultados deste estudo. Com base na pesquisa, foi possível constatar que o efetivo da Polícia Militar do Paraná carece de instruções tanto teóricas quanto práticas para lidar com situações envolvendo atiradores ou agressores ativos. Os dados revelaram que 56,11% não receberam o ciclo completo de instrução, teórica e prática, sendo que 16,60% não receberam nenhum tipo de instrução. Destaca-se que 91,22% dos participantes consideraram as instruções teóricas importantes ou muito importantes, enquanto 98,48% atribuíram o mesmo nível de importância às instruções práticas. Isso evidencia que o impacto positivo na percepção de preparo está fortemente associado à realização de treinamentos práticos e simulações reais. Além disso, os policiais indicaram que a periodicidade ideal para essas instruções seria entre seis meses e um ano, reforçando a necessidade de capacitação contínua e especializada para a efetiva aplicação do POP 200.2.

Palavras-chave: Violência escolar; resposta tática; percepção de segurança; treinamento imersivo; tomada de decisões; capacitação continuada; simulação realista; segurança pública; prevenção situacional; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214036>

QR Code



DALLAZUANA, Isabele Lavagnino. **Análise da percepção da população frente a atuação das tropas de choque montado em jogos de futebol.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção da população em relação à atuação da Tropa de Choque Montado da Polícia Militar do Paraná em eventos esportivos, especialmente em jogos de futebol, investigando seu impacto no controle de multidões e no restabelecimento da ordem pública. A pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados a frequentadores de estádios, permitindo compreender as experiências e opiniões desse público diretamente envolvido. A Cavalaria, cuja origem remonta ao período colonial, modernizou-se ao longo dos anos, desempenhando um papel essencial na segurança pública. Historicamente utilizada para escoltas e patrulhamento, sua função evoluiu para o policiamento de grandes eventos e situações de conflito, como manifestações e tumultos. A pesquisa explora o impacto psicológico da presença da cavalaria, sugerindo que a tropa montada, pela imponência física dos cavalos e sua força de ação, exerce um efeito psicológico significativo nas multidões, auxiliando na dispersão rápida de comportamentos violentos. Além disso, o estudo aborda a violência nos jogos de futebol, um problema recorrente no Brasil, e como a presença do Choque Montado é percebida como uma medida eficaz para garantir a segurança pública nesses contextos. O principal resultado obtido evidencia que a percepção da população é de que a Cavalaria, mais do que qualquer outra característica, traz uma sensação de segurança essencial em eventos de grande porte. A principal contribuição da pesquisa foi a constatação de que a Cavalaria é vista como um instrumento indispensável de garantia de segurança para os torcedores. Sua existência e trabalho são de suma importância, não podendo ser desmoralizados, considerando sua relevância operacional e simbólica no contexto da segurança pública. A hipótese central foi de que a tropa montada, além de sua eficácia operacional, é vista pela população como uma força de segurança fundamental para a manutenção da ordem em grandes eventos.

Palavras-chave: Choque montado; percepção pública; psicologia das multidões; segurança pública; violência no futebol; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/213990>

QR Code



FERREIRA, Giulia Bueno. **O atendimento da Polícia Militar do Paraná a pessoas autistas em Curitiba**: uma análise dos boletins de ocorrência de 2023. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa analisou boletins de ocorrências envolvendo pessoas autistas em Curitiba, no ano de 2023. O objetivo foi avaliar se as instruções fornecidas aos policiais militares do Paraná são suficientes para atender às demandas práticas das ocorrências envolvendo pessoas com transtorno de espectro autista (TEA). A pesquisa teve uma abordagem quali-quantitativa, que analisou de forma interpretativa a descrição dos 472 boletins utilizados como base para o estudo, categorizando esses documentos em perfis em que o autista estava inserido: autor, vítima e terceiro. Além disso, realizou-se um estudo numérico das naturezas dos boletins envolvendo pessoas com TEA, apresentando os resultados por meio de gráficos e tabelas. O resultado do estudo revelou os crimes de maior prevalência entre o público autista, correlacionando algumas das naturezas criminais de relevância encontradas a características do transtorno de espectro autista, como crises de sobrecarga emocional, fechamento emocional, hipersensibilidade sonora em ocorrências de perturbação de sossego e comportamento de afastamento, além de outras nuances do TEA relacionadas à segurança pública. O resultado do estudo tornou evidente que quanto mais conhecimento a respeito da identificação do autista, de maior qualidade será o atendimento policial para esse público. Outra contribuição da pesquisa foi de demonstrar a necessidade de instruir melhor os policiais sobre a tipificação criminal para crimes contra deficientes, incluindo autistas. Por fim, o trabalho responde à questão levantada pelo trabalho, constatando-se que, embora existam diretrizes institucionais, ainda há uma lacuna entre as instruções disponibilizadas e sua aplicação prática nas ocorrências, o que reforça a necessidade de aprimoramento na capacitação e formação contínua dos policiais para o atendimento adequado ao público autista.

Palavras-chave: Ciências policiais; transtorno do espectro autista; atendimento a minorias; policiamento inclusivo; capacitação policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214044>

TCC CFO PM 2025

QR Code



GALBETTI, Rafael Souza. **Prisões em flagrante delito**: uma análise qualitativa dos motivos dos relaxamentos de prisões na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais entre os anos de 2010 a 2024. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo investiga os motivos que levaram ao relaxamento de prisões em flagrante na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais entre 2010 e 2024. O objetivo geral foi compreender os fundamentos jurídicos utilizados para tais relaxamentos, analisando as decisões judiciais e sua relação com as jurisprudências dos tribunais superiores. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com método indutivo, baseada na análise documental de 62 processos, categorizando as razões para os relaxamentos. Entre os principais motivos identificados para o problema da pesquisa, destacam-se a ausência de flagrância (53,33%), excesso de prazo (13,33%) e ausência dos requisitos do artigo 312 do CPP (6,67%). Os principais resultados evidenciaram fragilidades no cumprimento dos requisitos legais para a prisão em flagrante, sugerindo a necessidade de maior rigor na formalização dessas prisões e na atualização dos agentes de segurança sobre os entendimentos jurisprudenciais. Como contribuição, o estudo fornece subsídios para aprimorar a atuação policial, minimizando falhas que possam resultar em relaxamento de prisões e promovendo a segurança jurídica das ações policiais.

Palavras-chave: Ciências policiais; prisão em flagrante; relaxamento de prisão; direito processual penal; segurança pública; jurisprudência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/213989>

QR Code



GONÇALVES, Gabriele Ingrid de Moraes. **Ocorrências de agressor ativo e a atuação preventiva da PMPR**: uma análise das práticas de prevenção e resposta a crises dinâmicas em escolas no estado do Paraná. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) é responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, desempenhando um papel fundamental na prevenção e repressão de ocorrências envolvendo agressores ativos em ambientes escolares. Norteado pela seguinte questão de pesquisa: quais procedimentos a PMPR adota para prevenir e responder as ocorrências de agressores ativos, e em que medida essas práticas estão alinhadas às recomendações da literatura científica?, este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de prevenção e atendimento de ocorrências de agressor ativo no Estado do Paraná à luz da literatura científica. Para alcançar o objetivo geral, foram delineados 3 objetivos específicos: a) identificar o perfil psicossocial e as possíveis motivações dos agressores ativos; b) mapear as melhores práticas na prevenção e resposta às crises dinâmicas em estabelecimentos de ensino; e, c) examinar os protocolos e práticas adotadas pela PMPR relacionadas ao enfrentamento de situações envolvendo agressores ativos, face a literatura científica da área. Exploratório e descritivo quanto aos objetivos e de abordagem qualitativa, este trabalho une dois métodos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Empreende uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) utilizando fontes da base de dados Scopus, além da realização da análise de normativas, procedimentos, protocolos e demais documentos da PMPR, assim como da legislação estadual e federal a respeito do tema. Os dados da RSL e da análise documental foram analisados por meio das técnicas de análise de conteúdo, segundo procedimentos propostos por Bardin (2016). Os resultados da análise da evidência científica apontam sete categorias de motivações do agressor ativo e cinco medidas policiais preventivas mais recorrentes na literatura. As motivações identificadas foram: bullying; fatores psicológicos; falta de apoio familiar; fama/copycat; ideologia extremista; fascinação por armas; e, influência externa. Dentre as medidas policiais preventivas, destacam-se: a teoria da atividade rotineira; o programa Behavioral Threat Assessment and Management; school resource officers; a situational crime prevention; e, as simulações de agressor ativo. A análise de normativas, diretrizes e procedimentos da PMPR e da legislação que ampara o enfrentamento às ocorrências de agressor ativo revelou que as ações adotadas pela PMPR estão parcialmente alinhadas aos protocolos policiais identificados na literatura científica analisada. Constatou-se que a PMPR adota uma abordagem holística na prevenção e mitigação de ocorrências envolvendo agressores ativos no ambiente escolar, refletida na criação de procedimentos operacionais padrões (POP) como o POP 200.2 que orienta a atuação da PMPR em situações de crise envolvendo agressores ativos, assim como na atuação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) e no investimento conjunto do BPEC e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) em treinamentos contínuos e na formação de agentes multiplicadores, apesar de haver a necessidade de maior incentivo à realização de atualizações periódicas e de estudos mais aprofundados sobre as técnicas empregadas.

Palavras-chave: Ciências policiais; agressor ativo; violência nas escolas; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214056>

QR Code



HAZT, Beatriz. **Competências emocionais em prática na liderança da Polícia Militar do Paraná**: uma análise quantitativa. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa os Estilos de Liderança e os traços de Inteligência Emocional dos Coronéis empenhados em posições de liderança na corporação, à luz da teoria de Goleman (1995). Foram disponibilizados questionários autoaplicáveis para vinte e um oficiais superiores da PMPR em função de liderança organizacional. O objetivo consistiu em verificar quais características pessoais específicas são predominantes entre os líderes da PMPR, conforme a teoria dos Estilos de Liderança e da Inteligência Emocional, desenvolvendo um estudo teórico e empírico sobre os estilos adotados e o nível de desenvolvimento das competências emocionais. A pesquisa utilizou como procedimento técnico questionários estruturados, aplicados de forma quantitativa. A Inteligência Emocional dos participantes apresentou média positiva, com destaque para as competências de devotamento e senso de capacidade, enquanto traços como empatia, sociabilidade e negociação apresentaram níveis menos expressivos. Quanto aos Estilos de Liderança, o estilo visionário se destacou como o mais predominante, seguido do modelador, com os estilos afetivo, democrático e treinador demonstrando menor aderência prática. Os resultados sugerem que, embora os líderes da PMPR reconheçam a importância de práticas colaborativas, há uma possível discrepância entre os estilos idealizados e os traços emocionais efetivamente desenvolvidos, revelando fragilidades no campo das habilidades socioemocionais. A principal contribuição da pesquisa é oferecer uma base científica que subsidia novos estudos sobre liderança no âmbito da PMPR, possibilita uma análise contextualizada dos comandantes da instituição e fomenta o debate sobre a importância do desenvolvimento emocional no exercício do comando.

Palavras-chave: Ciências policiais; governança; competências socioemocionais; postura ética e profissional; perfil comportamental.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214085>

TCC CFO PM 2025

QR Code



HEINE, Matheus Strapção. **Estudo sobre a nova Duster 2024 da Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito analisar os impactos da viatura Renault Duster 1.3 TCe (2024) na funcionalidade e segurança dos policiais militares do Paraná, no contexto do patrulhamento ostensivo. A pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar a adequação de um veículo policial com características modernas que representam um avanço significativo em relação às viaturas anteriormente utilizadas, mas também trazem novos desafios técnicos e operacionais. Além disso, compreender as percepções da tropa e identificar possíveis melhorias são essenciais para garantir a eficiência e segurança no desempenho das atividades policiais. O objetivo principal foi identificar as vantagens e fraquezas da viatura, enquanto os objetivos específicos incluíram conhecer suas características, descrever pontos positivos e negativos e compreender as percepções dos policiais. Para isso, a metodologia utilizada foi a qualitativa, com a realização de um grupo focal envolvendo especialistas e a aplicação de um questionário para motoristas da tropa. Essa estratégia permitiu uma análise detalhada tanto do desempenho técnico quanto das experiências práticas no uso da viatura. Os resultados evidenciaram que a Duster 1.3 TCe apresenta pontos fortes, como robustez, confiabilidade mecânica e avançada tecnologia embarcada, entre outros. Entretanto, limitações críticas foram apontadas, especialmente no desempenho do sistema de freios, desafios que foram amplificados pela blindagem do veículo. Além disso, a falta de instruções adequadas foi identificada como um fator central que afeta a funcionalidade e a segurança percebida pelos motoristas, impactando diretamente o uso do veículo em situações operacionais. Conclui-se que, embora a viatura atenda em grande medida às demandas operacionais da PMPR, há necessidade de intervenções específicas. Melhorias no sistema de freios e a implementação de treinamentos técnicos específicos podem não apenas mitigar as limitações apontadas, mas também maximizar o potencial da viatura, elevando a segurança e a eficiência das operações policiais. Esta pesquisa contribui significativamente ao fornecer dados concretos que auxiliam na tomada de decisões gerenciais sobre modernização da frota e capacitação da tropa. Esses achados têm potencial para impactar diretamente a qualidade das operações policiais, reforçando a eficácia da PMPR no cumprimento de sua missão de proteger e servir a sociedade.

Palavras-chave: Ciências policiais; viatura policial; Renault Duster 1.3 TCe; segurança veicular; análise de percepção policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214055>

TCC CFO PM 2025

QR Code



KOMIYAMA, Jonathan Almeida. **Análise comparativa dos termos de referência das licitações de câmeras corporais nas polícias militares do Brasil.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa explora os aspectos técnicos dos Termos de Referência (TR) relacionados às câmeras corporais (bodycam), comparando os projetos de diversas Polícias Militares do Brasil. O objetivo geral é analisar as semelhanças, diferenças e inovações aplicadas nos processos licitatórios, sendo sua principal contribuição a de oferecer subsídios para o aprimoramento de futuros TRs e, além disso, a normativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi utilizada como parâmetro de comparação para avaliar a padronização e a conformidade das especificações. A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, documental, exploratória, comparativa e descritiva, uma vez que tem o objetivo de analisar documentos oficiais e compara-los conforme parâmetros técnicos, buscando compreender práticas adotadas por diversas Polícias Militares. Além disso destaca-se que foi fundamentado em uma vasta revisão bibliográfica de autores renomados nas áreas de licitações, tecnologia e processamento de dados. O estudo indica que, apesar de esforços de padronização pela SENASP, os TRs apresentam variações em critérios como suporte de fixação, tempo de armazenamento, funcionalidades adicionais (como transmissão ao vivo e integração com sistemas policiais) e especificações técnicas das bodycams, como resolução de gravação e autonomia das baterias. Essas diferenças refletem particularidades regionais, como prioridades operacionais, limitações orçamentárias e níveis de adoção tecnológica, demonstrando a necessidade de balancear as demandas locais com as diretrizes nacionais para otimizar o uso de recursos públicos e aprimorar a eficiência dos sistemas de segurança pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; licitação pública; bodycam; segurança pública; polícia militar; comparação documental; padronização tecnológica; especificações técnicas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214038>

QR Code



LOPES FILHO, Antonio Ricardo. **Lei orgânica das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares:** adequações nos cursos da Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Os cursos nas polícias militares são instrumentos essenciais para garantir a qualificação técnica e profissional de seus integrantes. Até recentemente, estas instituições careciam de uma legislação que uniformizasse seus procedimentos e garantisse segurança jurídica em sua atuação. A aprovação da Lei Federal nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, representa um marco histórico na padronização e alinhamento dessas instituições aos princípios constitucionais. O estudo objetiva avaliar as adaptações realizadas no sistema de ensino da Polícia Militar do Paraná frente à implementação desta nova legislação, destacando os impactos sobre os cursos regulares e as mudanças necessárias para atender às novas exigências legais. Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, utilizando pesquisa documental para analisar as transformações nos cursos de formação, habilitação, aperfeiçoamento e comando e estado-maior da PMPR. Os principais resultados evidenciam que a corporação já realizou adaptações significativas em diversos cursos, com ênfase aos voltados à formação e aperfeiçoamento de oficiais. Destacam-se mudanças como a exigência de bacharelado em Direito para ingresso no Curso de Formação de Oficiais, a criação do Curso de Habilitação de Oficiais de Saúde e do Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas. Para praças, foram implementadas alterações no Curso de Formação de Praças, como o requisito de curso superior para ingresso. Contudo, identificaram-se desafios e pendências, como a necessidade de adaptação do Curso de Formação de Sargentos.

Palavras-chave: Ciências policiais; Polícia Militar do Paraná; formação policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/213997>

QR Code



LOPES, Leonardo Gonzalez. **Análise da fiscalização de embriaguez ao volante realizada pelo 14º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, em Foz do Iguaçu, no período de 2018 a 2023.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O assunto embriaguez ao volante pouco debatido, ainda mais em ambiente policial. Este trabalho busca analisar os impactos da fiscalização de embriaguez ao volante realizada pelo 14º Batalhão de Polícia Militar de Foz do Iguaçu - Paraná, no período de 2018 a 2023, com o objetivo de compreender como as mudanças legislativas e operacionais influenciaram os índices de sinistros de trânsito e infrações relacionadas ao consumo de álcool por condutores. A pesquisa adotou metodologias exploratória, quantitativa e análises documentais utilizando dados coletados em sistemas oficiais, como o CAPE e BI, além de conversas in loco com membros do Pelotão de Trânsito. Como fundamentação teórica que busca alicerçar o trabalho realizou-se análise histórica das legislações de trânsito brasileiras, com ênfase nas disposições relacionadas à embriaguez ao volante. Os resultados evidenciaram um crescimento gradual e constante dos sinistros de trânsito na região, influenciado pelo aumento da frota de veículos e pelo fluxo intenso na triplíce fronteira. Por outro lado, a implementação de mudanças operacionais, como a obrigatoriedade do teste etilométrico nos sinistros com vítimas, e o fortalecimento legislativo, com destaque para o art. 165-A do CTB, geraram um aumento significativo no número de notificações e prisões por embriaguez. Apesar disso, a pesquisa identificou limitações operacionais, como a redução do efetivo do Pelotão de Trânsito e a falta de pátio para depósito de veículo recolhidos. As contribuições da pesquisa incluem o fornecimento de subsídios para gestores e comandantes do 14º BPM, visando à melhoria das estratégias de policiamento de trânsito. Destaca-se ainda a possibilidade de fomentar ações integradas com outras instituições, como a Guarda Municipal e o FozTrans, para otimizar os recursos disponíveis. A análise das legislações ao longo do tempo também reafirmou a necessidade de endurecimento das penas relacionadas à embriaguez ao volante como meio de desestimular esse comportamento. Conclui-se que a fiscalização de trânsito desempenha um papel crucial na preservação da vida e na segurança viária, sendo uma ferramenta indispensável para reduzir sinistros e evitar tragédias. Contudo, é fundamental que os policiais compreendam a importância desse tipo de fiscalização, superando preconceitos que limitam a atuação exclusivamente à esfera criminal. O trabalho reforça a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e capacitação, além de maior comprometimento institucional com o policiamento de trânsito como um elemento chave para a segurança pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; art. 165 do CTB; etilômetro; sinistros de trânsito; trânsito; infração de trânsito; agentes da autoridade de trânsito.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214096>

TCC CFO PM 2025

QR Code



MACHADO, Gabriel Cristovão. **Da primeira intervenção ao rastreamento: uma análise de conformidade de procedimentos no combate aos crimes violentos contra o patrimônio no Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O estudo analisa a conformidade dos procedimentos operacionais preconizados pela Polícia Militar do Paraná no combate a Crimes Violentos Contra o Patrimônio, desde a primeira intervenção até o rastreamento em áreas de mata. O objetivo principal foi identificar divergências entre os Procedimentos Operacionais Padrão (POP nº 200.4) e as ações efetivamente realizadas pelas equipes policiais, confrontando a tarefa prescrita com a atividade posta em prática e destacando o impacto dessas práticas no desfecho das ocorrências. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, examinando boletins de ocorrência registrados no Paraná, os quais foram confrontados com diretrizes institucionais, como o POP 200.4 e a Diretriz 010/2022, além de literatura especializada. Foram analisados casos em municípios como Antonina, Guarapuava, São Mateus do Sul, Bernardo de Irigoyen, Itaperuçu, Telêmaco Borba, Piraquara, Floraí e Sulina, abrangendo, entre as crises dinâmicas, modalidades criminosas que vão do roubo qualificado ao domínio de cidades. Os resultados indicaram divergências significativas nos procedimentos de primeira resposta, rastreamento e contenção de criminosos. Tais desvios, mesmo que motivados pelo ímpeto de enfrentamento dos policiais, reforçam a necessidade de maior adesão às diretrizes padronizadas, especialmente no que diz respeito ao cerco, isolamento e acionamento do Batalhão de Operações Especiais. A atuação do BOPE revelou-se indispensável em cenários de alta complexidade, demonstrando como sua expertise técnica e estratégica contribui para desfechos mais seguros e eficazes. A principal contribuição da pesquisa reside em ampliar a compreensão sobre a aplicação prática das normativas operacionais, ressaltando a importância do acionamento de unidades especializadas como medida estratégica em situações de alta complexidade. Além disso, o estudo sugere que a realização de treinamentos, simulações e a conscientização das guarnições regulares podem melhorar a adesão aos protocolos e potencializar os resultados operacionais.

Palavras-chave: ciências policiais; domínio de cidades; novo cangaço; cangaço noturno; procedimento operacional padrão; primeira intervenção em crises; crise dinâmica; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214098>

QR Code



MARSICANO, Ana Beatriz Moura. **Acessibilidade feminina na Polícia Militar do Paraná**: uma análise da infraestrutura de batalhões de Curitiba e região metropolitana. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando as limitações infraestruturais enfrentadas pelas policiais femininas nas unidades da Polícia Militar do Paraná (PMPR) destaca-se a necessidade de avaliar a equidade de gênero no ambiente de trabalho, especialmente em relação às instalações físicas oferecidas. Este estudo teve como objetivo geral analisar a infraestrutura dessas unidades à luz dos critérios estabelecidos pela NR-24, que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, identificando deficiências e avanços que impactam diretamente a equidade de condições laborais entre os gêneros. Para isso, foi empregada uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando um protocolo observacional estruturado que contemplou quatro categorias principais: infraestrutura geral, equipamentos e mobiliário, conforto e privacidade, e acessibilidade e higiene. A pesquisa foi realizada em sete OPM's localizadas em Curitiba e Região Metropolitana: BPRONE, RPMON, BOPE, BPTRAN, 12º BPM, 13º BPM e 20º BPM. Os resultados revelaram a limpeza das instalações como amplamente bem avaliada, demonstrando um esforço para manter ambientes organizados e higienizados, a segregação por gênero foi satisfatória na maioria das unidades, especialmente em banheiros e chuveiros, e algumas unidades apresentaram uma preocupação maior na disposição quantitativa e qualitativa de mobiliários e itens acessórios ao público feminino. No entanto, em várias unidades, observou-se a ausência de alojamentos exclusivos para mulheres, insuficiência de camas e armários, ventilação e iluminação inadequadas, além de espaços destinados distintamente para policiais femininas e policiais masculinos. A falta de planejamento resultou em instalações predominantemente masculinas, evidenciando a perpetuação de desigualdades históricas. Conclui-se que, embora avanços pontuais tenham sido registrados, as deficiências estruturais identificadas são profundas e refletem a ausência de uma gestão que priorize a fornecer condições laborais dignas e igualitárias as policiais femininas. A principal contribuição deste estudo reside em identificar as limitações que comprometem a qualidade das instalações oferecidas e oferecer subsídios para investimentos institucionais voltados principalmente à padronização e modernização das instalações. Intervenções estruturais abrangentes são indispensáveis para consolidar uma gestão que valorize o capital humano e promova um ambiente de trabalho inclusivo, eficiente e alinhado aos objetivos elencados no planejamento estratégico da instituição.

Palavras-chave: Ciências policiais; policiais femininas; instalações; equidade de gênero.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214093>

QR Code



MENDONÇA FILHO, Howard Hughes Corrêa. **Crime militar de crítica indevida:** casos práticos julgados no Paraná pela VAJME entre 2014 e 2024. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o crime militar de crítica indevida, com base nos julgados da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná (VAJME) entre 2014 e 2024. A pesquisa busca compreender os limites da liberdade de expressão dos militares no contexto da hierarquia e disciplina, bem como as implicações jurídicas do artigo 166 do Código Penal Militar. No ambiente militar, a disciplina e a hierarquia são pilares fundamentais para a manutenção da ordem e da autoridade, e a crítica pública pode ser interpretada como uma afronta à estabilidade institucional. Com o advento das redes sociais e a ampla disseminação de opiniões em plataformas digitais, surge a necessidade de reavaliar a aplicabilidade do artigo 166, especialmente à luz das garantias constitucionais de liberdade de expressão. A metodologia adotada envolveu a análise de decisões judiciais, revisão bibliográfica e interpretação da legislação vigente. Os casos analisados revelaram que a Justiça Militar tem adotado uma interpretação restritiva sobre a crítica indevida, considerando-a, na maioria das vezes, como conduta incompatível com a disciplina militar. No entanto, identificaram-se situações em que as manifestações dos militares não comprometeram diretamente a hierarquia, o que levanta questionamentos sobre a aplicação uniforme do dispositivo penal. Além disso, a pesquisa aponta que o avanço tecnológico e as novas formas de comunicação impõem desafios à normatização do comportamento dos militares, exigindo uma atualização dos marcos jurídicos. Dessa forma, este estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de harmonizar a legislação militar com os princípios democráticos, assegurando que a liberdade de expressão não seja cerceada de maneira desproporcional, sem, contudo, comprometer a hierarquia e a disciplina essenciais à organização militar. Conclui-se que a revisão do artigo 166 do Código Penal Militar pode ser uma alternativa viável para garantir maior segurança jurídica aos militares e resguardar os valores institucionais.

Palavras-chave: crime militar, crítica indevida, liberdade de expressão, Código Penal Militar, hierarquia, disciplina militar, redes sociais, Justiça Militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214091>

QR Code



MENEZES, Thiago Momesso de. **Gestão por processos aplicada às missões de Estado-Maior da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Ao se ter os processos como fluxos de trabalho que agregam valor à atividade organizacional e, ao se considerar as missões específicas de Estado-Maior da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná como atividades de importância ímpar por promover a vivência prática de comando e gestão aos cadetes, futuros gestores da instituição, aponta-se a gestão dos processos das missões específicas da escola de formação como ferramenta de padronização e gestão da qualidade das atividades desempenhadas pelos cadetes, e como importante experiência pedagógica da aplicação de boas práticas de gestão aos futuros oficiais da PMPR. Dessa maneira, objetiva-se com esse estudo, verificar em qual medida a gestão por processos é aplicada na atividade gerencial das missões específicas de Estado-Maior da Escola de Formação de Oficiais. Para alcançar tal objetivo foram analisadas as atividades executadas por cada missão específica que compõe o Estado-Maior da Escola de Oficiais a fim de verificar quantitativamente em que medida seus processos encontram-se mapeados. Para tanto foi encaminhado um pedido via ofício diretamente à EsFO para autorização de acesso aos dados sobre os processos. Assim, pôde-se observar que existem atualmente quatro missões de Estado-Maior na Escola de Formação de Oficiais, as quais se subdividem em outras missões relacionadas, totalizando assim um conjunto de 34 missões analisadas. Dentre as missões identificadas, foi observada a existência de 116 processos identificados, dos quais, 54 encontram-se mapeados em documentos internos às suas respectivas missões, representando 46,55% do total de processos, e que 29 processos se encontram desenhados em fluxogramas, representando um total de 25%.

Palavras-chave: ciências policiais, administração, administração pública, gestão, gestão da qualidade, otimização de processos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214072>

TCC CFO PM 2025

QR Code



MESQUITA, Malu Cristiane de Paula. **Policiais militares do Paraná com deficiência física: uma análise da presente legislação e do tratamento dispensado.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando que a profissão policial militar é bastante peculiar e que, oferece aos seus operadores riscos muito maiores do que qualquer outra, a possibilidade do desenvolvimento ou aquisição de algum tipo de deficiência é uma premissa que permeia o cotidiano destes profissionais. Neste viés a temática abordada neste trabalho são os processos legislativos relacionados às deficiências físicas adquiridas ou desenvolvidas por militares estaduais, tendo como problema de pesquisa o questionamento sobre qual o tratamento dispensado pelas legislações estaduais aos Policiais Militares com deficiência, sejam elas adquiridas ou desenvolvidas durante o período de serviço? Objetivou-se então investigar o tratamento dispensado pelas legislações estaduais aos Policiais Militares com deficiência adquirida ou desenvolvida em serviço, compreender os conceitos de deficiência física e pessoa com deficiência, compilar as legislações federais e estaduais disponíveis sobre Pessoa com Deficiência (PcD); conhecer a legislação no âmbito da PMPR referente a reabilitação e readaptação de militares com deficiência e comparar como outras polícias militares tratam a readaptação de militares com deficiência. Para tanto, procedeu-se ao método de pesquisa qualitativa, exploratória, de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Concluiu-se ao final que há sim maneiras diferentes de responder ao problema em diversos estados. Assim como existem estados que respondem de maneiras semelhantes, existem aqueles que são totalmente diferenciados. As instituições não discorrem da mesma maneira sobre o assunto. As abordagens são diversas, desde as mais conservadoras até as que estão muito à frente das demais. Existem aquelas que estão em busca de mudanças, dispostas a discutir o tema e por este motivo instituíram comissões para discutir o problema. Percebe-se que existem instituições que não buscam evoluções referente ao tema mantendo unicamente o instituto da reforma, conforme previsão em Lei. Em contrapartida existem estados que, mesmo sem haver legislação prevendo a readaptação, submetem o policial militar à inspeção na junta médica e, havendo possibilidade, mantém o militar estadual na ativa em atividades meio compatíveis com as restrições existentes. As contribuições trazidas pelo trabalho são várias, começando pelo fato de trazer o assunto PcD à tona na instituição bem como refletir sobre os vários desdobramentos do tema, desde questões previdenciárias que impactam quando existem as reformas, até mesmo questões de insegurança jurídica, sendo as contribuições principais aquelas que vão ao encontro ao planejamento estratégico da instituição no sentido da valorização do militar estadual e o respeito aos direitos humanos. Considerar o militar PcD demonstra o comprometimento da instituição com o respeito aos direitos humanos e a valorização do profissional, além da preocupação com a qualidade de vida do policial uma vez que sabe-se que reformas precoces impactam em toda vida do indivíduo desde questões psicológicas, familiares, sociais e financeiras. Outra premissa importante sobre as contribuições trazidas pelo trabalho foram as interações com as demais corporações o que traz benefícios importantes para a segurança pública através do compartilhamento de informações, o que pode gerar padrões de procedimentos.

Palavras-chave: Ciências Policiais, Policial Militar, deficiência, PcD, legislação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214031>

TCC CFO PM 2025

QR Code



MONTEIRO, André Vinicius. **Análise das especificidades enfrentadas no policiamento fluvial e lacustre: patrulha costeira.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as competências cognitivas, operativas e atitudinais que compõem o perfil profissiográfico ideal do operador da Patrulha Costeira da Polícia Militar do Paraná, buscando compreender as habilidades exigidas para o desempenho eficaz de suas atividades em ambiente aquático. A investigação baseou-se em uma abordagem qualitativa, com análise documental e revisão bibliográfica de normas institucionais, diretrizes operacionais, legislações vigentes e a Matriz Curricular Nacional para formação de profissionais da segurança pública. Os resultados indicaram que a atuação na Patrulha Costeira demanda, além do domínio técnico e jurídico, um conjunto específico de competências adaptadas às exigências do policiamento costeiro, como conhecimento em técnicas de navegação, resgate aquático, uso diferenciado da força, manutenção de equipamentos, liderança, trabalho em equipe, operações em ambientes hostis, conduta ética e profissional com a sociedade. Também se observou que a estrutura logística, as condições de trabalho e a motivação pessoal são fatores determinantes para a eficácia da atuação. Como principal contribuição, o estudo oferece subsídios para o aperfeiçoamento dos critérios de seleção e capacitação dos operadores, alinhando a formação prática e teórica às reais demandas da função. Aponta-se como limitação do trabalho, a ausência de entrevistas com operadores da unidade, o que restringe a análise da experiência prática. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação metodológica por meio de observações em campo e coletas empíricas, a fim de aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados no contexto operacional da Patrulha Costeira.

Palavras-chave: Ciências policiais; policiamento fluvial; polícia militar; segurança pública; capacitação profissional; doutrina operacional especializada.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214052>

QR Code



MORAES, Pedro Ferst de. **Policiais militares temporários**: um estudo comparativo das legislações estaduais do Sul do Brasil. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando a necessidade por um número cada vez maior de policiais militares nas ruas no estado do Paraná, este estudo busca compreender como a implantação de policiais temporários pode auxiliar a Polícia Militar do Paraná no processo de otimização da aplicação do seu efetivo, proporcionando um melhor atendimento à população ao mesmo tempo que busca um maior equilíbrio na balança pública do Estado, oferecendo uma alternativa que permite o aumento do número de profissionais em atividade operacional sem sobrecarregar os gastos previdenciários de longo prazo do governo estadual. O trabalho analisou a Lei nº 22.261 de 13 de dezembro de 2024, que trata sobre a Instituição do Corpo de Militares Temporários na PMPR, realizando um estudo comparativo com legislações similares de outros estados que também tratam sobre os policiais temporários, como a Lei Complementar nº 302, de 28 de outubro de 2005, em vigor em Santa Catarina, e a Lei nº 11.991, de 27 de outubro de 2003, adotada no Rio Grande do Sul. O trabalho buscou relacionar as semelhanças e diferenças entre as leis como a remuneração entre os militares, o tempo de serviço, as áreas de atuação e outros aspectos em que as três leis se diferem ou se igualam. O estudo buscou criar uma avaliação mais abrangente entre a nova lei paranaense e as demais existentes nos estados do sul do Brasil, além da viabilidade da implementação de militares temporários no estado, fornecendo conhecimentos para o assessoramento de uma futura implantação dos policiais militares temporários no Paraná.

Palavras-chave: Policial temporário; balança pública; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214076>

QR Code



MOREIRA JUNIOR, Newto. **Educação financeira nos cursos de formação da PMPR**: proposta de plano de disciplina. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

As decisões financeiras norteiam os rumos da vida pessoal, tomá-las impulsivamente ou sem preparo adequado pode ocasionar problemas de ordem profissional e até mesmo institucional. Nesse sentido, o presente estudo aborda a elaboração de um Plano de Disciplina (PLADIS) para a inserção da educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Paraná (PMPR), tendo em vista disponibilizar ferramentas para que os policiais militares possam realizar escolhas orientadas e compatíveis com sua realidade financeira. Para tanto, foi escolhida a natureza de pesquisa aplicada e adotada uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e no estudo comparativo realizado com a análise e dados provenientes de instituições de militares, de segurança pública, de órgãos governamentais e de programas educacionais. O processo consistiu na realização do levantamento da necessidade do ensino financeiro, através de estudos específicos de integrantes da PMPR, de exposição detalhada de currículos com perfis contributivos e de apresentação de soluções para introdução da educação financeira no ensino da instituição. Os principais resultados incluem a síntese de estudos sobre as condições financeiras do efetivo da PMPR e a elaboração de um PLADIS adaptado à realidade da PMPR, baseado em dados científicos. O estudo identificou lacunas no preparo financeiro dos policiais militares, bem como revelou dados preocupantes sobre o endividamento da tropa. A pesquisa também revelou grandes oportunidades de implementar a educação financeira de maneira abrangente, alcançando não apenas os novos ingressos, mas também todo o efetivo. Como principal contribuição, este trabalho fornece uma base estruturada para discussão em nível de planejamento estratégico da corporação sobre ações referentes a introdução da educação financeira na PMPR, a fim de promover qualidade de vida aos militares e o fortalecimento institucional.

Palavras-chave: Educação financeira; formação policial; plano de disciplina; polícia militar; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214005>

TCC CFO PM 2025

QR Code



MOURA, Vítor. **Critérios objetivos e subjetivos da fundada suspeita utilizados pela Polícia Militar do Paraná:** análise qualitativa dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná (2021-2023). 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando que a fundada suspeita constitui um dos pilares para legitimar abordagens policiais e se destaca como um tema amplamente discutido no meio jurídico e policial. Há constantes mudanças nos entendimentos jurisprudenciais acerca da fundada suspeita, exigindo que os estudos acompanhem essa dinamicidade, especialmente por sua aplicação contínua na atuação da PMPR. Portanto, este trabalho objetiva-se compreender, com base na jurisprudência do TJPR entre 2021 e 2023, os critérios necessários para a construção de uma fundada suspeita sólida, analisando decisões judiciais relacionadas a buscas pessoais realizadas por policiais militares e identificar padrões ou discrepâncias nas interpretações dos critérios utilizados. Para tanto, foram analisados 50 acórdãos do TJPR, proferidos entre 2021 e 2023, os quais são documentos públicos e de livre acesso, sendo utilizados por meio do procedimento técnico de pesquisa documental, que se baseia na análise de fontes primárias oficiais sem tratamento analítico prévio, dessa forma foi realizado a categorização dos elementos de suspeição em critérios objetivos e subjetivos. A partir dessa classificação, fez-se uma análise estatística dos critérios utilizados e uma análise qualitativa dos casos em que as fundadas suspeitas apresentadas pelos policiais militares foram consideradas improcedentes. Desse modo, observa-se que dos 50 acórdãos analisados, 3 foram julgados procedentes com voto vencido e 4 julgados improcedentes. Na categorização dos critérios utilizados para fundamentar a fundada suspeita, resultou uma média de critérios objetivos de $(2,28 \pm 1,20)$ para os casos procedentes e de $(3,00 \pm 1,41)$ para os casos improcedentes. Quanto aos critérios subjetivos, a média foi de $(0,28 \pm 0,5)$ para os casos procedentes e de $(0,25 \pm 0,5)$ para os casos improcedentes. O que permite concluir que a quantidade de casos julgados improcedentes é relativamente baixa, o que reflete uma atuação policial eficaz na condução de suas ações de forma válida e legal. Não há diferença significativa nas médias de critérios objetivos e subjetivos utilizados entre os casos julgados procedentes e improcedentes. Na análise qualitativa revelou que, em diversos casos, o TJPR invalidou as ações policiais devido à ausência de critérios objetivos e anteriores à abordagem. Foi enfatizado que a motivação da fundada suspeita deve estar diretamente relacionada ao delito investigado. Além disso, foi observado que alguns casos foram invalidados por incongruências entre o boletim de ocorrência e os depoimentos dos policiais, comprometendo a validade da ação policial.

Palavras-chave: Ciências policiais; abordagem policial; busca pessoal; análise jurisprudencial; direito processual penal.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214027>

QR Code



NOGUEIRA, Tiago Venâncio de Queiroz. **A (in)aplicabilidade do acordo de não persecução penal sob a ótica da Súmula n.º 18 do STM**: uma análise de acordos firmados na Vara de Auditoria da Justiça Militar Estadual do Paraná nos anos de 2020 a 2023. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a aplicabilidade do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na Vara de Auditoria da Justiça Militar do Paraná sob a perspectiva da Súmula n.º 18 do Superior Tribunal Militar (STM), a qual veda expressamente a utilização desse instituto na Justiça Militar da União. O ANPP, instaurado com o advento do Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019), acarretou uma série de inovações no ordenamento jurídico brasileiro em relação a despenalização de crimes de menor gravidade e a promoção de uma justiça que contribua para eficiência processual. Por outro lado, essa benesse processual trouxe questionamentos sobre sua compatibilidade com a Justiça Militar, especialmente na esfera estadual, onde a função jurisdicional possui características peculiares. A partir desse cenário, por meio de um estudo empírico e documental, abrangendo processos e decisões judiciais, a pesquisa explora os acordos de não persecução firmados na Auditoria da Justiça Militar do Paraná entre os anos de 2020 a 2023, a fim de examinar as divergências interpretativas e a prática judicial que evidenciam as peculiaridades na adoção do ANPP na Justiça Militar Paranaense. O objetivo geral é analisar a (in)aplicabilidade do ANPP na VAJME, por meio de uma análise predominantemente qualitativa dos acordos. Os resultados mostram as razões pelas quais o ANPP foi aceito ou recusado e discutem as implicações jurídicas e sociais dessa dinâmica, especialmente no que diz respeito à busca por uma justiça mais célere e eficiente. O estudo conclui que a não uniformização na aplicação do ANPP na Justiça Militar gera incertezas e sugere a necessidade de uma revisão crítica sobre a aplicabilidade do instituto no contexto castrense.

Palavras-chave: Ciências policiais; alternativas penais; direito penal militar; crimes militares; efetividade processual.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214011>

QR Code



OLIVEIRA, Arthur Alves de. **Ensino continuado na Polícia Militar do Paraná:** análise qualitativa e comparativa da diretriz de ensino com outras polícias brasileiras. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o ensino continuado presente na Portaria de Ensino da Polícia Militar do Paraná (PE-PMPR), comparando-a com diretrizes de outras polícias militares brasileiras, como as da PMESP e PMMG. Os objetivos foram analisar o panorama e propor melhorias no ensino continuado da PMPR, destacando pontos de convergência e divergência em relação a diretrizes de referência. A metodologia utilizada incluiu pesquisa documental e bibliográfica, embasada em revisão integrativa e análise qualitativa dos documentos. Foram examinadas diretrizes de ensino institucionais acessadas de livre acesso nos portais oficiais de diversas polícias militares. Os resultados das análises apontaram que a PE-PMPR carece de embasamento legal específico, modelos de ensino claros e programas estruturados de atualização profissional, diferentemente das práticas robustas da PMESP e PMMG, que possuem programas como o Programa de Atualização Profissional (ProAP) e o Treinamento Policial Básico (TPB). A principal contribuição deste estudo está na sugestão de um programa de ensino continuado para a PMPR, baseado em práticas bem-sucedidas, incluindo modalidades presenciais, a distância e híbridas, alinhadas às demandas contemporâneas de segurança pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; educação permanente; capacitação profissional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214030>

QR Code



OUBA, Ana Kaori de Oliveira. **Desenvolvimento de um aplicativo como ferramenta de apoio à decisão para ocorrências com explosivos**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A Polícia Militar do Paraná (PMPR), por meio do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), atua constantemente no atendimento de ocorrências envolvendo substâncias e/ou artefatos explosivos. Para realizar tarefas em áreas com alta periculosidade e complexidade, o Técnico Explosivista Policial (TEP) deve utilizar equipamentos, ferramentas e tecnologias que auxiliem na obtenção de informações confiáveis para garantir uma atuação rápida, segura e eficiente. No entanto, atualmente a PMPR não possui uma ferramenta específica para a tomada de decisão nestes eventos, fato que pode prolongar a resolução da ocorrência e, conseqüentemente, colocar em risco a vida das pessoas ou resultar em danos significativos em propriedades e outros bens. Diante disso, este trabalho teve como objetivo principal desenvolver uma ferramenta de apoio à decisão na forma de aplicativo para uso operacional da PMPR. O trabalho foi delineado a partir do método indutivo e na forma de pesquisa-ação. Para a construção do aplicativo foi necessário identificar as necessidades atuais do BOPE e planejar o seu funcionamento para então produzir o "Sistema de Apoio à Decisão da Polícia Militar do Paraná" (SAD PMPR). O SAD PMPR, desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), foi projetado para ser capaz de auxiliar nas decisões em eventos de "Ameaça de bomba"; "Objeto Localizado" e "Pós-Explosão". Optou-se pela utilização de um aplicativo web em conjunto com um framework de front-end, o "Next.js" e um framework de back-end, o "Spring", com linguagem de programação Java. O servidor utilizado para a aplicação foi disponibilizado pelo BOPE, a partir de um docker, para facilitar o controle e posterior distribuição. O resultado final deste trabalho é construção de um aplicativo fácil, intuitivo e seguro, alinhado com a visão política e estratégica da instituição, pronto para ser distribuído para o usuário final. Entretanto, devido a limitações técnicas e temporais, o software necessita passar pela fase de teste, para que sejam coletados os dados sobre funcionalidade, segurança e performance, visando a melhoria da ferramenta.

Palavras-chave: Ciências policiais; sistema de apoio à decisão; dispositivos explosivos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214007>

TCC CFO PM 2025

QR Code



PARAIZO, Isaque Crozeta do. **Fundada suspeita**: uma análise segundo o direito comparado. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o conceito da suspeita fundada no âmbito do direito processual penal brasileiro em comparação com os sistemas jurídicos de Portugal e dos Estados Unidos. A pesquisa aborda as diferenças e semelhanças entre os critérios utilizados para aplicações específicas, destacando o papel do respaldo legal em cada país. Metodologicamente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com um recorte temporal de 10 anos (2015–2025), utilizando bases como Taylor & Francis e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Os resultados demonstram que Portugal apresenta maior controle legislativo e judicial sobre a atuação policial, enquanto os Estados Unidos estruturam a suspeita razoável e a causa provável a partir de importações claras. No Brasil, a suspeita fundada é aplicada de forma mais ampla e interpretativa, sem objetivos definidos. Conclui-se que o modelo português e norte-americano oferece lições valiosas para o aprimoramento das práticas brasileiras, indicando a necessidade de regulamentações mais específicas e formação aprimorada para os agentes de segurança pública.

Palavras-chave: Abordagem Policial. Ciências Policiais. Direito Processual Penal. Identificação de Indivíduos. Legalidade. Segurança Pública. Sistemas Jurídicos Comparados.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214009>

QR Code



PAULA, Altair Lopes de. **Abordagem policial e sua legalidade, sob a ótica jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Considerando que a abordagem policial com busca pessoal é essencial para a execução da atividade policial, sobretudo no policiamento ostensivo exercido pela Polícia Militar, a discussão sobre a legalidade desse procedimento torna-se indispensável. Em 2022, conforme entendimento firmado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu-se critérios que definem quando a abordagem policial com busca pessoal pode ser considerada legalmente legítima. O reconhecimento de uma abordagem policial como ilegal em um processo judicial pode levar à desconsideração de todas as provas obtidas, oriundas desse procedimento. Essa situação pode contribuir para a impunidade de infratores e, conseqüentemente, agravar problemas relacionados à segurança pública, impactando diretamente a vida de todos os cidadãos. Com base nesse contexto, o presente trabalho analisou as decisões judiciais de 2024 do STJ nas quais a legalidade das abordagens policiais foi questionada. Por meio de uma pesquisa documental e uma análise qualitativa, buscou-se identificar os principais fatores que levaram a decisões desfavoráveis e, ao mesmo tempo, examinar as abordagens com pareceres favoráveis, extraindo padrões e informações úteis para o aprimoramento da atividade policial. Foram analisados 162 acórdãos relacionados a legalidade das abordagens policiais, e, após a aplicação de filtros e uma leitura criteriosa, 140 acórdãos foram selecionados por atenderem aos objetivos da pesquisa. Desses, 104 pareceres (74,3%) confirmaram a legalidade das abordagens, enquanto 36 (25,7%) as consideraram ilegais. A análise focou em compreender os critérios utilizados pelo STJ para avaliar a legalidade das abordagens policiais com busca pessoal. Esses critérios, tanto objetivos quanto subjetivos, foram sistematizados em uma planilha que inclui informações como o tipo de crime, data do julgamento e os resultados das ações policiais, incluindo a apreensão de ilícitos. O estudo também discutiu o impacto das restrições judiciais às abordagens policiais na área da segurança pública. Observou-se que abordagens consideradas ilegais com base nos critérios adotados, o STJ busca proteger direitos fundamentais. No entanto, essa postura pode comprometer a eficácia das ações preventivas e repressivas da polícia. Esse conflito entre a proteção dos direitos individuais e a preservação da ordem pública se apresenta como um ponto central deste estudo. Nesse panorama conclui-se que a capacitação continuada dos policiais e a padronização dos procedimentos são indispensáveis para assegurar maior eficácia, legitimidade e alinhamento às exigências legais e sociais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; busca pessoal; análise jurisprudencial; decisão judicial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214087>

QR Code



PEREIRA, João Paulo Zem. **Estudo sobre a utilização de inteligência artificial em videomonitoramento para planejamento policial**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Diante da necessidade constante de atualização e evolução tecnológica na Polícia Militar do Paraná (PMPR), este trabalho teve como objetivo investigar a aplicação da inteligência artificial (IA) na análise de vídeos, buscando conclusões que possam servir como instrumentos para a tomada de decisão e contribuir para a eficiência e precisão da atuação policial. A pesquisa utilizou o método indutivo, analisando um caso específico com o propósito de extrapolar resultados para cenários mais amplos. Isso foi feito por meio de uma aplicação prática que possibilita mensurar e ampliar perspectivas de uso da tecnologia em diferentes situações. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental indireta junto à Diretoria de Tecnologia e Informação da PMPR, analisando um vídeo específico com o uso de IA, além de fontes bibliográficas que abordam o uso de IA em videomonitoramento e em contextos relacionados ao tema. Os dados foram submetidos a análises quantitativas e qualitativas, combinando estatísticas e referências documentais. Os resultados demonstraram que a aplicação de IA em videomonitoramento é uma ferramenta viável e eficaz para apoiar os policiais militares na análise de cenários e na tomada de decisões estratégicas.

Palavras-chave: Ciências policiais; tomada de decisão; tecnologia policial; segurança pública; eficiência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214028>

QR Code



PEREIRA, Rafael Douglas. **Paradigma da aplicação do policiamento montado dentro da PMPR**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O estudo apresentado sobre o paradigma da aplicação do policiamento montado dentro da PMPR, demonstra sua relevância e efetividade como estratégia de segurança pública. Ao analisar a aplicação do policiamento montado no bairro Alto da Rua XV, no ano de 2023, por meio dos dados obtidos no BI e CAPGEO, constatou-se uma significativa redução nos delitos durante a aplicação da cavalaria. Os resultados destacam as características que tornam o policiamento montado uma ferramenta valiosa, rompendo com o arquétipo policial de sua aplicação, destacando sua flexibilidade operacional, que permite atuação em diversos contextos e terrenos, e o forte impacto psicológico que exerce, gerando maior sensação de segurança na população. A ostensividade visual, proporcionada pela cavalaria, aliada às práticas do policiamento baseado em evidências também se mostraram fundamentais para a dissuasão de práticas criminosas, reforçando sua função preventiva e complementar ao policiamento tradicional. Esses achados reforçam a importância do policiamento montado no alcance do cumprimento de seu papel constitucional, posicionando-o como uma solução ainda eficaz nos dias atuais. O estudo conclui que a cavalaria é uma aliada poderosa na busca por uma segurança pública mais eficaz e integrada, com impacto positivo direto na comunidade atendida.

Palavras-chave: Ciências policiais; policiamento montado; policiamento baseado em evidências; cavalo; eficácia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214090>

QR Code



PINTO, João Pedro Ribeiro. **Sinalização visual**: o uso de luzes de cores azul e vermelha nas viaturas da PMPR como processo de modernização. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o possível impacto da adoção de luzes de emergência azuis e vermelhas nas viaturas da Polícia Militar do Paraná (PMPR) como parte do processo de modernização e otimização dos equipamentos utilizados pela corporação. O objetivo geral é compreender como essa alteração pode impactar a percepção pública da presença policial, melhorar a eficácia da sinalização em condições adversas e contribuir para a segurança pública. A pesquisa adota uma abordagem exploratória, com análise documental, revisão bibliográfica e compara legislações nacionais e práticas de outras forças policiais no Brasil e no exterior. Os resultados indicam que a combinação de luzes azuis e vermelhas potencializa a visibilidade das viaturas, especialmente em cenários noturnos ou de baixa luminosidade, além de contribuir com uma modernização dos equipamentos utilizados. A pesquisa também destaca que o uso dessas cores favorece o fortalecimento da imagem institucional, alinhando-se a tendências observadas em outras corporações, como a Polícia Rodoviária Federal e polícias militares de outros estados. A inclusão do azul, além de aumentar a distinção das viaturas no trânsito, reforça a sensação de segurança e autoridade transmitida à sociedade, através da ótica trazida pela psicologia das cores. Como principal contribuição, este estudo propõe embasamento para futuras implementações, considerando tanto os aspectos operacionais quanto os psicossociais envolvidos. Dessa forma, o trabalho amplia o debate sobre a modernização dos recursos tecnológicos aplicados à segurança pública, promovendo inovação e eficácia nas operações de policiamento ostensivo da PMPR.

Palavras-chave: Ciências policiais; modernização policial; dispositivos luminosos de emergência; luzes policiais; viaturas policiais; Polícia Militar do Paraná; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214039>

QR Code



ROCHA, Samuel. **Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle**: estudo sobre a implementação de saberes aplicáveis ao Curso de Formação de Oficiais da PMPR. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo busca analisar como os saberes relacionados ao Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4) podem contribuir para a formação dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa exploratória utilizou métodos qualitativos, descritivos e indutivos, fundamentados em uma revisão bibliográfica integrativa que incluiu documentos oficiais, legislações, livros e produções acadêmicas. Os resultados apontam que a inserção de conteúdos sobre o SIC4 no Curso de Formação de Oficiais (CFO) poderia aprimorar habilidades essenciais, como liderança situacional, coordenação, comunicação e comando, com impacto especial em operações integradas e eventos de grande porte. O estudo também destaca a necessidade de incluir no currículo policial ferramentas e conhecimentos do SIC4, em conformidade com a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP), fortalecendo o alinhamento às políticas nacionais e estaduais de segurança pública. A pesquisa sugere, assim, uma modernização do ensino policial voltada às demandas contemporâneas da segurança pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; comando e controle; formação policial; operações integradas; segurança pública; PMPR.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214000>

QR Code



RODRIGUES, João Victor Gonçalves. **A percepção dos oficiais recém-formados sobre o desenvolvimento da liderança durante o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A liderança é uma competência central para o desempenho de oficiais militares, especialmente no contexto da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Este trabalho tem como objetivo analisar as percepções dos oficiais recém-formados sobre o desenvolvimento de habilidades de liderança durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem quantitativa, utilizando questionários estruturados aplicados aos oficiais da turma de Aspirantes de 2023. Os resultados revelaram que, embora a liderança seja amplamente reconhecida como essencial para o exercício da função, a carga horária e as atividades destinadas ao seu desenvolvimento no CFO foram consideradas insuficientes por grande parte dos participantes. Atividades práticas, como estágios operacionais, foram apontadas como as mais relevantes para o aprimoramento dessa habilidade, enquanto as escalas de serviço interno receberam menor reconhecimento. Conclui-se que o CFO contribui para o desenvolvimento da liderança, mas apresenta lacunas que podem ser mitigadas por meio do aumento da carga horária de disciplinas específicas, revisão de atividades menos eficazes e maior integração entre teoria e prática. Este estudo oferece subsídios para o aprimoramento do currículo do CFO e para a formação de líderes militares mais preparados e confiantes.

Palavras-chave: Ciências policiais; habilidades sociais; comando; governança; competências.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214020>

QR Code



RODRIGUES, Larissa Rangel Reis. **Estudo dos fenômenos psicológicos percebidos no comportamento de causadores de eventos críticos em ocorrências de crises policiais no estado do Paraná de 2022 a 2023**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Os fenômenos psicológicos associados aos causadores de eventos críticos (CEC) são objetos de análise e discussão imprescindíveis para o gerenciamento de crises policiais. Nesse território e norteado pela questão: quais fenômenos psicológicos (FP) influenciam o comportamento de CEC em crises policiais no estado do Paraná?, este estudo tem como objetivo geral compreender os FP que influenciam o comportamento dos CEC em crises policiais no estado do Paraná. Para alcançar o objetivo geral, foram delineados três objetivos específicos, tais quais: a) identificar os principais FP descritos pela equipe de negociação (EN) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) que influenciaram o comportamento do CEC durante crises policiais dos anos de 2022 e 2023; b) categorizar os padrões de comportamento mais recorrentes entre os CEC e suas possíveis implicações no gerenciamento das crises; e, c) caracterizar o CEC com base na identificação de traços psicológicos e padrões comportamentais extraídos dos documentos analisados. Exploratória e descritiva quanto aos objetivos e de natureza qualitativa, esta pesquisa utiliza o método da pesquisa documental, que fundamentou a análise de 27 relatórios operacionais das equipes de negociação do BOPE/PMPR acerca de crises policiais ocorridas no estado do Paraná nos anos de 2022 e 2023. Os relatórios foram analisados qualitativamente segundo as técnicas de análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011), cujo trabalho possibilitou a categorização e síntese do conteúdo dos relatórios e a apresentação de indicadores estatísticos que elucidaram a incidência das categorias de análise. Os resultados revelam a natureza das ocorrências, o contexto operacional, as alternativas táticas empregadas, a dinâmica relacional no evento, a análise temporal das crises e o tempo de resposta. A categorização dos FP permitiu a identificação, análise e discussão de 17 padrões de comportamento, organizados em três principais categorias: comportamentais, emocionais e cognitivos. Os resultados indicam uma predominância de manifestações cognitivas (40,5%), seguidas por fenômenos emocionais (33,6%) e comportamentais (25,9%). Ademais, foi possível caracterizar os CEC como indivíduos que apresentam predominantemente comprometimento cognitivo significativo, frequentemente associado a transtornos psicóticos, esquizofrenia, transtornos afetivos ou ao uso abusivo de substâncias psicoativas, como álcool e drogas ilícitas, manifestando (1) do ponto de vista comportamental, forte resistência à comunicação, agressividade impulsiva e/ou descontrolada, com reações impulsivas e imprevisíveis; (2) do ponto de vista emocional, desregulação afetiva, com extrema instabilidade emocional, ansiedade intensa, medo evidente e desgaste emocional progressivo, podendo evoluir, em casos mais graves, para comportamentos suicidas ou automutilação; e, (3) no aspecto cognitivo, prejuízos substanciais na capacidade de tomada de decisão, agravada por percepções distorcidas da realidade, comprometendo gravemente a capacidade de comunicação lógica e efetiva.

Palavras-chave: Ciências policiais; gerenciamento de crises policiais; negociação em crises policiais; causadores de eventos críticos; fenômenos psicológicos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214002>

TCC CFO PM 2025

QR Code



SANTOS, Felipe Ricardo Vermonde dos. **Análise dos dados estatísticos relacionados aos confrontos armados da Polícia Militar do Paraná no período de janeiro de 2023 a novembro de 2024.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa os dados estatísticos relacionados aos confrontos armados na Polícia Militar do Paraná, abrangendo o período de janeiro de 2023 a novembro de 2024. A pesquisa utiliza dados de boletins de ocorrência e informações estatísticas para identificar padrões e variáveis que afetam o uso da força e os desfechos dos confrontos armados. Os objetivos específicos incluem examinar a relação entre o tipo de armamento, a quantidade de disparos e o resultado letal, além de correlacionar fatores como horário, região e perfil dos policiais envolvidos. A justificativa do estudo destaca sua relevância no aprimoramento de técnicas e táticas policiais, contribuindo para a proteção de vidas e eficiência operacional. O método baseia-se em análise documental quantitativa, buscando propor intervenções práticas que reduzam riscos e fortaleçam a atuação da PMPR. Os resultados obtidos evidenciaram que, assim como previsto na problemática inicial, há uma predominância de fatores pessoais e operacionais nos confrontos analisados.

Palavras-chave: Ciências policiais; armamento; uso da força; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214069>

QR Code



SANTOS, Lucas Abraão Pelincer. **Disparo em pneus durante acompanhamento tático**: implicações legais e estudo jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as implicações legais e a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) acerca dos disparos em pneus efetuados por policiais militares durante o acompanhamento tático. A pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos: Quais são as implicações legais e operacionais dos disparos realizados por policiais militares em pneus de veículos em fuga no estado do Paraná? Como o Tribunal de Justiça do Paraná tem decidido sobre esses casos? Para responder a essas perguntas, o estudo aborda o uso da força policial no Brasil, examinando a legislação, doutrina e jurisprudência sobre o tema. Adicionalmente, foram analisados cinco acórdãos do TJPR que tratam de casos de disparos em pneus durante o acompanhamento tático, buscando elucidar o entendimento do Tribunal sobre a legalidade e a proporcionalidade dessa conduta. Os resultados indicaram que o TJPR adota uma análise contextualizada dos eventos, reconhecendo a discricionariedade policial na avaliação da necessidade e proporcionalidade da força em cenários de risco iminente à segurança pública ou à vida. Constatou-se que, nos casos estudados, o disparo em pneus foi considerado legítimo quando outras alternativas se mostraram ineficazes para neutralizar a ameaça, valorizando-se o depoimento policial quando corroborado por outros elementos probatórios. Conclui-se que, embora seja uma medida extrema, o TJPR tende a validar o disparo em pneus sob estritas condições de ultima ratio, enfatizando a relevância do preparo técnico e da adesão aos princípios legais para a atuação policial, visando à preservação da ordem e dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Ciências policiais; acompanhamento tático; disparo em pneu; análise jurisprudencial; direito processual penal.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214086>

QR Code



SCHMIDT, Eduardo Batista. **Incidência de transtornos depressivos em policiais militares do Paraná**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a incidência de transtornos depressivos em policiais militares do Paraná, considerando os atestados protocolados na Junta Médica da corporação, no período de 2019 a 2024. O objetivo geral é investigar as incidências de transtornos depressivos em policiais militares do Paraná através de uma metodologia baseada em um estudo indutivo, quantitativo, retrospectivo e transversal, utilizando dados fornecidos pela Junta Médica da PMPR em uma análise que incluiu até 3.784 atestados. O presente estudo, inicialmente, identificou que as taxas de transtornos depressivos na PMPR (4,4%) são mais baixas que as taxas da população brasileira (10%), e apontou que os maiores índices de atestados, quando comparado com o efetivo de cada Posto e Graduação, correspondem à Graduação de Subtenente (6,2%) e Posto de Capitão (3,9%), enquanto os menores percentuais correspondem à Graduação de 3º Sargento (2,4%) e Posto de 2º Tenente (0,3%). Quanto à prevalência do tempo de afastamento, obteve-se a média de 69 dias por atestado, com os maiores índices pertencentes à Graduação de 3º Sargento (79 dias) e ao Posto de Coronel (123 dias), enquanto as menores incidências pertencem à Graduação de 1º Sargento (57 dias) e Posto de Tenente-Coronel (8 dias). Além disso, foi identificado que o tipo de transtorno depressivo que mais acomete os militares do Paraná é o Transtorno depressivo maior, episódio único, leve, CID F32.0, com 1077 atestados e percentual de 28,4% de incidência. No que tange a faixa etária com maiores incidências de atestados, constatou-se que houve prevalência do grupo de 35 a 39 anos de idade (31,3%), enquanto a de menor índice foi a de até 29 anos (1,3%). Além disso, foram apontadas as áreas dos CRPM's que tiveram a maior e menor incidência de atestados, obtendo o maior valor o 1º CRPM, Curitiba, (28,3%) e menor o 2º CRPM, sede em Londrina, (11,4%). Outro fator analisado foi o tempo de serviço dos policiais, através do qual foi possível identificar que, depois dos 5 anos de serviço, quanto maior o tempo de serviço, menor é a incidência de transtornos depressivos. Cabe apontar que as maiores incidências de atestados são de militares que tenham de 6 a 10 anos de serviço (39,1%), e as menores correspondem a militares que tenham 31 anos ou mais de serviço (0,22%). Este estudo, sendo pioneiro na PMPR apresentando diversos dados referente a incidência de transtornos depressivos de policiais militares do Paraná, contribui significativamente ao apontar os seus principais resultados e oferecer ao alto escalão da corporação dados científicos com os quais poderá se basear para aplicação direcionada de políticas preventivas de transtornos depressivos.

Palavras-chave: Atestados; saúde mental; depressão; segurança pública; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/213998>

TCC CFO PM 2025

QR Code



SEIXAS, Amanda Matveichuke. **Situações relacionadas à saúde mental de policiais militares**: processos envolvidos na busca por apoio. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais Policial Militar – CFO PM) – Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Ao considerar a especificidade do serviço policial, bem como o impacto que este tem na sua vida, considera-se de alta importância a manutenção e o cuidado com a saúde mental dos militares estaduais. Entretanto, alguns fatores se tornam barreiras e dificuldades para os policiais militares buscarem ajuda psicológica, como a negação do sofrimento psíquico. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo analisar os processos de busca por apoio de policiais militares para situações relacionadas à saúde mental. Para o cumprimento do objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com militares que já realizaram tratamento psicológico profissional que, posteriormente, foram analisadas, com o auxílio do software “ATLAS.ti”, por meio do método qualitativo da análise de conteúdo, a fim identificar as características comuns no processo de busca por apoio, além de possíveis estigmas. Ao analisá-las e discuti-las, foram identificados estigmas internos relacionados à cultura e a formação militar, principalmente em policiais masculinos, assim como o medo do preconceito dos colegas de serviço e o receio de terem o armamento recolhido, medida normalmente tomada a fim de reduzir o acesso a meios letais. Também, foi identificado que a busca por apoio costumava ocorrer após avanço do sofrimento psíquico, quando este afeta diferentes áreas da vida, ou quando este começa a afetar a saúde física dos policiais. Por fim, esta pesquisa contribui para a Polícia Militar do Paraná visto que explicitou a importância da existência de policiais que observam e estimulam o tratamento da saúde mental, além de instigar a reflexão sobre a necessidade de mudança cultural e estímulo ao cuidado da saúde mental no contexto militar.

Palavras-chave: ciências policiais; saúde psíquica no trabalho; autonegação emocional; discriminação psicológica; tratamento psíquico.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/213996>

QR Code



SEVERINO, João Victor Silva. **Os efeitos do treinamento físico direcionado na flexibilidade e mobilidade articular dos militares do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos do treinamento físico direcionado com foco na flexibilidade e mobilidade articular dos cadetes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (CFO PMPR). Considerando a relevância dessas capacidades físicas no contexto do serviço policial, segurança pública e ciências policiais, o estudo objetiva compreender a influência das atividades no desenvolvimento da qualidade de vida e bem-estar dos policiais militares em formação. A flexibilidade, como fator crucial para a saúde e o desempenho das atividades do policial militar, foi avaliada e correlacionada aos efeitos do treinamento físico direcionado, por meio da metodologia experimental, com a execução de testes específicos aplicados aos membros inferiores de parte do efetivo do curso de formação. Os resultados permitiram discutir a relação entre a flexibilidade e a mobilidade articular com a capacidade física de progressão na amplitude de movimento dos tecidos musculares dos cadetes analisados, destacando o impacto dessa aptidão na qualidade dos serviços prestados à comunidade. Dessa forma, a pesquisa integra questões relacionadas ao aprimoramento do processo didático da formação e à promoção da qualidade de vida no âmbito policial militar, respeitando as normas regulamentares, éticas e legais, o que reforça a importância de incorporar o desenvolvimento da flexibilidade nos programas de treinamento físico, visando beneficiar tanto os futuros oficiais quanto a sociedade atendida por eles.

Palavras-chave: Ciências policiais; flexibilidade; mobilidade articular; alongamento; muscular; treinamento físico direcionado.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214042>

QR Code



SILVA, João Ricardo Alves da. **Um estudo sobre a captação de recursos na Polícia Militar do Paraná:** analisando o caso do 10º BPM e a interação com o CONSEG e o Ministério Público. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho aborda o desenvolvimento da captação de recursos na Polícia Militar do Paraná (PMPR), destacando a importância de práticas estruturadas para garantir a eficiência na gestão pública. O objetivo geral é analisar o processo de captação de recursos pela PMPR, utilizando como estudo de caso o 10º Batalhão de Polícia Militar (10º BPM), com sede na cidade de Apucarana, sua interação com o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) e o Ministério Público. O trabalho se fundamenta em uma abordagem exploratória e qualitativa, utilizando análise documental para investigar as normativas e práticas institucionais aplicadas à captação de recursos. A pesquisa revelou a existência de normativas como a Orientação Técnica nº 001/2022 e Nota de Instrução nº 004/2017 ambas da PMPR que regulam a aquisição de materiais bélicos, bem como a utilização de recursos oriundos de prestação pecuniária. Apontou também lacunas na difusão de conhecimento, o que dificultaria a padronização de procedimentos no âmbito institucional. No caso do 10º BPM, foi destacada a aquisição de fuzis e drones por meio de projetos elaborados em parceria com o CONSEG e o Ministério Público, evidenciando a importância de iniciativas conjuntas para suprir deficiências estruturais e operacionais. Como principal contribuição, o estudo enfatiza a necessidade de maior padronização nos processos de captação de recursos e a divulgação de diretrizes para garantir a eficiência e a legalidade das iniciativas. A criação da Diretoria de Projetos (DPROJ) em 2022 representa um avanço significativo, mas ainda exige consolidação e ampliação de sua atuação. Em termos sociais, o trabalho ressalta a relevância da integração entre a PMPR, a sociedade civil organizada e outras instituições públicas, promovendo soluções mais eficazes para a segurança pública. As conclusões deste estudo oferecem subsídios para futuras pesquisas e práticas que visem otimizar a gestão de recursos no âmbito da segurança pública.

Palavras-chave: Ciências policiais; captação de recursos; Polícia Militar do Paraná; gestão pública; segurança pública; parcerias institucionais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214101>

QR Code



SILVA, Marcus Tavares da. **Elementos normativos para a construção de uma diretriz de polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa criticamente a ausência de uma diretriz atualizada de polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná, identificada como fraqueza nº 66 do Plano Estratégico 2022-2035. A revogação da normativa anterior em 2024 acentuou a necessidade de um novo instrumento orientador, capaz de consolidar a filosofia comunitária como eixo estruturante da atuação institucional. Com abordagem qualitativa e delineamento descritivo, a pesquisa realizou uma análise documental de normativas federais e estaduais vigentes entre 2018 e 2024, utilizando como base os elementos programáticos do policiamento comunitário sistematizados por Skolnick e Bayley (2006): prevenção, descentralização, responsabilização e solução de problemas. A análise evidenciou convergências temáticas importantes, mas também lacunas e tensões normativas que comprometem a efetivação da filosofia comunitária, como a centralização organizacional, o predomínio do modelo repressivo e a insuficiente articulação federativa. A sistematização dos elementos normativos identificados indica que é possível construir uma nova diretriz institucional, coerente com os princípios comunitários e adaptada às especificidades da PMPR.

Palavras-chave: Ciências policiais; polícia comunitária; diretriz estadual, cultura organizacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214058>

QR Code



SILVA, Victor Menezes Galdino. **Estágio operacional**: percepção dos cadetes sobre a relação entre saberes teóricos e práticos. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Diante do cenário de crescente violência no Brasil, a formação policial tem sido amplamente debatida quanto à sua eficácia na preparação de profissionais capazes de atender às demandas da sociedade contemporânea, respeitando os princípios dos direitos humanos. Este estudo busca analisar as percepções dos cadetes sobre as atividades práticas desenvolvidas durante o estágio operacional, avaliando a adequação do currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) às competências previstas na Matriz Curricular Nacional. A metodologia adotada foi de caráter exploratório, com a elaboração de um questionário específico para a coleta de dados, e uma análise quantitativa das respostas obtidas. A pesquisa destaca o estágio operacional como um elo fundamental entre a teoria e a prática, oferecendo aos futuros oficiais experiências que fortalecem as competências da MCN: cognitivas, procedimentais e atitudinais e que são indispensáveis à profissão. O estudo também ressalta o papel transformador de uma educação baseada na experiência, através do Estágio Operacional. Nesse contexto, o desenvolvimento de competências como liderança, comunicação interpessoal e mediação de conflitos é apontado como essencial para formar oficiais aptos a atuar de forma ética e eficaz no policiamento comunitário e na gestão de conflitos. A principal contribuição desta pesquisa é a sugestão de revisão do Estágio Operacional, alinhando-o a critérios técnicos baseados na Matriz Curricular Nacional. Essa proposta visa estabelecer padrões que garantam o desenvolvimento das competências operacionais necessárias aos cadetes, assegurando uma formação mais consistente e alinhada às demandas da segurança pública contemporânea.

Palavras-chave: Ciências policiais; formação policial; matriz curricular nacional; curso de formação de oficiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214025>

TCC CFO PM 2025

QR Code



SILVEIRA, Marlon Jonathan da. **Modelagem estatística dos índices de apreensão de drogas realizadas pela PMPR na cidade de Curitiba nos anos de 2023 e 2024**: definições de padrões de normalidade. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma métrica analítica padronizada para a avaliação do desempenho operacional das unidades da Polícia Militar do Paraná (PMPR) no tocante às apreensões de drogas na cidade de Curitiba. Partindo da premissa de que o fenômeno das apreensões pode apresentar padrões estatisticamente mensuráveis, foi adotada uma metodologia quantitativa, com aplicação de técnicas de modelagem estatística sobre os dados extraídos da ferramenta Business Intelligence (BI) da PMPR, abrangendo os anos de 2023 e 2024. A metodologia utilizou o *score-Z* como instrumento de normalização e comparação dos desempenhos mensais entre diferentes batalhões, permitindo a identificação de variações significativas em relação à média histórica de cada unidade. Os resultados evidenciaram tanto picos operacionais quanto períodos críticos, revelando a presença de sazonalidade e padrões consistentes nas apreensões de cocaína, crack e maconha. Conclui-se que a métrica proposta constitui ferramenta eficaz para monitoramento e avaliação institucional, com potencial de aplicação em planejamentos estratégicos e otimização da gestão de recursos policiais.

Palavras-chave: Ciências policiais; segurança pública; tráfico de drogas; modelagem estatística.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214073>

QR Code



SOARES JÚNIOR, Olívio. **Terceirização do serviço de teleatendimento no Centro de Operações Policiais Militares (COPOM):** revisão bibliográfica. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo investiga os efeitos da terceirização do serviço de teleatendimento no Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) em termos de eficiência operacional, qualidade do atendimento e eficácia na resposta a emergências. A pesquisa aborda a seguinte questão: qual o impacto da terceirização do serviço de teleatendimento no COPOM da Polícia Militar? As hipóteses levantadas sugerem que a terceirização pode resultar em melhorias na eficiência operacional e na qualidade do atendimento, porém, também podem surgir desafios relacionados ao controle de qualidade, segurança da informação e integração com as operações policiais. O objetivo geral é analisar os efeitos da terceirização, enquanto os objetivos específicos incluem comparar a eficiência operacional do serviço terceirizado com o interno, investigar a qualidade do atendimento e identificar desafios e benefícios associados à terceirização. Para alcançar tais objetivos, foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica com análise qualitativa de conteúdo, tendo como unidade de análise artigos científicos e demais produções acadêmicas. Os resultados encontrados apontam que a terceirização pode contribuir para maior eficiência operacional, com uso de tecnologias mais atualizadas, e que a qualidade do atendimento pode ser mantida ou aprimorada com gestão adequada. Este estudo é relevante para informar políticas e práticas relacionadas à terceirização de serviços de teleatendimento em organizações policiais, contribuindo para uma compreensão mais completa dos seus impactos na segurança pública.

Palavras-chave: Atendimento. eficiência operacional. polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214043>

QR Code



SOTO, Renato Gannam. **A avaliação de desempenho como ferramenta para a gestão de pessoas na PMPR.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A avaliação de desempenho é uma ferramenta crucial na gestão de pessoas, utilizada para desenvolver e reconhecer talentos, contribuindo tanto para o desenvolvimento profissional quanto para o alcance das metas institucionais. A Polícia Militar do Paraná (PMPR), incluiu em seu Planejamento Estratégico 2022-2035, o objetivo de modernizar a Gestão de Desempenho, publicações bibliográficas de Oficiais da corporação indicam a necessidade de reavaliações nos processos de avaliação. Considerando a relevância desse tema e a necessidade de modernizar as práticas de gestão na PMPR, é fundamental que os instrumentos de avaliação estejam ajustados para exercer com precisão sua função precípua. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder: como o processo de avaliação de desempenho contribui para a Gestão de Pessoas na PMPR? Para responder a essa questão, o estudo objetivou-se em identificar as potencialidades e as fragilidades do processo de avaliação na PMPR, tendo como referência as práticas contemporâneas de Gestão de Pessoas presentes na literatura. Através do método de estudo de caso, selecionamos seis perspectivas conceituais que devem compor um sistema de avaliação, e demonstramos o antagonismo entre o modelo tradicional de gerir pessoas com a Nova Gestão de Pessoas. Analisamos as ferramentas de avaliação dos Oficiais, Praças, Aspirantes e Soldados de 2ª Classe verificando o alinhamento de cada uma delas ao modelo de gestão que mais se aproximavam, com isso respondendo ao problema da pesquisa. Dessa forma, observa-se que os sistemas de avaliação de Oficiais e Praças alinha-se ao sistema tradicional de gerir pessoas, que pouco contribui com o desenvolvimento profissional e no alcance das metas institucionais. Em contrapartida, o sistema dos Aspirantes e Soldado de 2ª Classe estão alinhadas aos preceitos da Nova Gestão de Pessoas, modelo esse que contribui significativamente para o desenvolvimento profissional e por consequência no alcance das metas institucionais. Portanto, evidencia-se que existe uma dicotomia de procedimentos dentro da PMPR, por consequência a necessidade de modernização nas ferramentas de avaliação dos Oficiais e Praças, os quais podem ser modernizados a partir dos sistemas de avaliação dos Aspirantes e Soldados de 2ª Classe que se apresentam em consonância com a literatura moderna acerca da Gestão de Pessoas. Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão sobre a importância da avaliação de desempenho como ferramenta estratégica para a gestão de pessoas na PMPR e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e alinhadas às necessidades da corporação, estimulando estudos que busquem adequar os sistemas ao novo modelo de gestão de pessoas.

Palavras-chave: Ciências Policiais; Gestão do Desempenho; Nova Gestão de Pessoas; meritocracia; *feedback*.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214070>

QR Code



SOUZA, Clenilson Augusto Vieira de. **O instituto da audiência de custódia como meio de profissionalização da atividade policial-militar.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa a audiência de custódia como um instrumento jurídico essencial para a proteção dos direitos humanos e a profissionalização da atividade policial no Brasil. A pesquisa aborda seu contexto histórico e jurídico, destacando sua origem em tratados internacionais como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, além de sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. Exploram-se suas funções, como o controle da legalidade da prisão, a preservação da integridade do preso e a redução do encarceramento em massa, assim como os desafios enfrentados, incluindo resistências institucionais, desigualdades regionais e limitações estruturais. Com base em uma revisão bibliográfica/documental exploratória com análise qualitativa dos dados, verifica-se que as audiências de custódia, quando bem implementadas, humanizam o sistema de justiça criminal, fortalecem o Estado Democrático de Direito e promovem um equilíbrio entre segurança pública e direitos individuais, legitimando as práticas policiais e aprimorando a relação entre polícia e sociedade. Esse trabalho tem como sua principal contribuição demonstrar que aspectos da audiência de custódia como fiscalização policial, transparência e alinhamento do processo penal às normas internacionais profissionalizam a atividade policial e são benéficos para a polícia militar.

Palavras-chave: Ciências policiais; direitos humanos; justiça criminal; direito processual penal; audiência de custódia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214046>

QR Code



SOUZA, Gustavo Henrique de. **O papel da Polícia Militar do Paraná no combate ao tráfico de animais silvestres**. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da Polícia Militar do Paraná (PMPR), por meio do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPAmb-FV), no combate ao tráfico de animais silvestres no estado, destacando as principais ações desenvolvidas, os resultados obtidos e os desafios enfrentados pela corporação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método dedutivo e procedimento técnico de análise documental, utilizando dados operacionais reais fornecidos diretamente pelo BPAmb-FV, referentes aos anos de 2023 e 2024. As informações obtidas permitiram uma leitura crítica sobre o desempenho da unidade, considerando a complexidade e a recorrência desse tipo de crime ambiental. Os dados revelam a realização de 50 operações específicas voltadas ao combate do tráfico de fauna, o resgate de 1.224 animais silvestres e a lavratura de 1.181 autos de infração ambiental, que resultaram na aplicação de mais de R\$ 7,7 milhões em multas. Os resultados evidenciam a intensificação das ações repressivas da corporação e o comprometimento da Polícia Ambiental com a conservação da biodiversidade paranaense. Ainda assim, o estudo identificou obstáculos importantes, como a escassez de efetivo e de recursos tecnológicos, além da fragilidade de parte da legislação ambiental e da carência de integração entre os órgãos fiscalizadores. Como contribuição, a pesquisa propõe medidas que visam ampliar a efetividade das ações da PMPR, tais como o investimento em infraestrutura, a modernização de ferramentas operacionais, a reforma legislativa e o fortalecimento da cooperação interinstitucional. A análise realizada reforça a relevância estratégica do BPAmb-FV na repressão ao tráfico de fauna, ao passo que evidencia a necessidade de avanços estruturais e políticos para o enfrentamento efetivo dessa prática criminosa.

Palavras-chave: Ciências policiais; crimes contra a fauna; fiscalização ambiental; policiamento ambiental.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214001>

TCC CFO PM 2025

QR Code



VASSELAI, Leonardo Strapasson. **Avaliação do nível de conhecimento**

financeiro entre cadetes: estratégias de investimento e poupança para renda passiva. 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O conhecimento em mercado financeiro cada dia demonstra-se mais importante para proporcionar uma renda passiva mensal. Diante disso, o presente estudo propôs, como objetivo geral, analisar o nível de conhecimento dos Cadetes da Escola de Formação de Oficiais do Paraná sobre investimentos e mercado financeiro, avaliando sua capacidade de gerar renda passiva e complementar a renda mensal. Os objetivos específicos incluíram compreender a situação financeira dos Cadetes, com foco em seus níveis de endividamento, para investigar se o conhecimento sobre mercado financeiro influencia na aquisição de dívidas. Além disso, examinar se o nível de instrução, variando desde ensino médio até formação superior em áreas financeiras, impacta o conhecimento sobre investimentos. Por fim, avaliar se o fator idade afeta a compreensão e aplicação de estratégias financeiras. Adotou-se uma abordagem quantitativa, com a coleta de dados realizada por meio de um questionário estruturado no Google Forms, composto por 13 questões, distribuídas em três seções alinhadas aos objetivos geral e específicos da pesquisa. O questionário foi disponibilizado em duas ocasiões no grupo oficial dos Cadetes, por meio da ferramenta digital WhatsApp, durante um período de cinco dias. A amostra final contou com a participação de 202 Cadetes e os dados obtidos foram analisados por meio de métodos estatísticos descritivos. O estudo revelou que 58% dos Cadetes possuem baixo nível de conhecimento financeiro, sendo que apenas 12% demonstraram familiaridade com conceitos básicos de mercado financeiro e estratégias de investimento. Sobre endividamento, 53% dos participantes relataram já ter enfrentado dificuldades financeiras devido à má gestão de recursos. Apenas 42% dos Cadetes afirmaram realizar um controle regular e eficaz de seus gastos, enquanto 21% admitiram não possuir nenhum hábito de organização financeira. Ademais, 72% acreditam que o descontrole financeiro pode impactar negativamente o desempenho no serviço policial, gerando aumento de estresse e redução da concentração como principais consequências. Concluiu-se que a inclusão de conteúdos sobre gestão financeira e investimentos na grade curricular é essencial para melhorar o baixo nível de conhecimento financeiro dos Cadetes, gerando assim segurança econômica e contribuindo para sua qualidade de vida. Ademais, além de uma inclusão curricular, cabe ressaltar a importância de ciclo de palestras e instruções acerca de finanças pessoais, para a tropa. O trabalho destacou, por fim, a relevância da educação financeira para o desenvolvimento pessoal e profissional no contexto militar.

Palavras-chave: Ciências policiais; polícia militar; finanças pessoais; endividamento; planejamento financeiro; gestão de recursos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214041>

TCC CFO PM 2025

QR Code



VAZ, Nícolas Martins. **Análise comparativa da atuação do DOF-MS e do BPFRON-PMPR no combate ao tráfico de drogas entre as fronteiras Paraguai-Mato Grosso do Sul e Paraguai-Paraná.** 2025. TCC (Graduação em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A região de fronteira entre Brasil e Paraguai representa um desafio significativo para a segurança pública, especialmente nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, onde atuam unidades especializadas no policiamento fronteiriço. A compreensão da atuação integrada entre o Departamento de Operações de Fronteira (DOF-MS) e o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON-PMPR) é fundamental para o aprimoramento das estratégias de combate à criminalidade transfronteiriça. Este trabalho visa comparar a atuação destas unidades especializadas no enfrentamento da criminalidade na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. A pesquisa utiliza o método indutivo com abordagem quantitativa, analisando dados operacionais e estatísticos de apreensões, permitindo comparações objetivas entre os indicadores das duas unidades. Os resultados demonstram que as características geográficas e a extensa malha rodoviária influenciam diretamente nas estratégias operacionais, com destaque para a predominância de fronteira seca no Mato Grosso do Sul e fronteira fluvial no Paraná. A análise das apreensões evidenciou padrões criminais similares em ambos os estados, especialmente no tráfico de drogas, com rotas que se interligam através de corredores comuns, como as rodovias federais e estaduais. Como contribuição, a pesquisa demonstra que operações integradas entre DOF-MS e BPFRON-PMPR podem sim potencializar os resultados no combate ao crime organizado transfronteiriço, considerando a continuidade territorial e as similaridades nos padrões criminais identificados.

Palavras-chave: Ciências policiais; fronteira; cidades-gêmeas; crime organizado; atuação integrada, narcotráfico.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/214095>

QR Code





CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS

TURMA 2025

APRESENTAÇÃO CHOE 2025

Este novo conjunto de pesquisas reafirma a vocação da Academia Policial Militar do Guatupê para a inovação e o autoexame institucional. Os setenta e quatro trabalhos aqui reunidos oferecem um diagnóstico sobre a modernização da gestão e o fortalecimento das garantias jurídicas, organizados nos cinco eixos fundamentais que estruturam esta edição do Anuário. Destaca-se a importância dos trabalhos aqui produzidos por policiais militares com mais de 20 anos de serviço como praças e que ao concluírem o Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas chegam ao Oficialato no posto de 2º Tenentes. O presente curso deixa uma marca de retorno às práticas educativas de ascensão profissional de praças ao oficialato.

No eixo Direito, Justiça e Disciplina Militar, a produção acadêmica avança sobre temas sensíveis de garantias fundamentais e ritos processuais. Destacam-se as análises sobre a "Ficha Preliminar de Garantias" e o desconhecimento de direitos como ampla defesa e contraditório por praças em formulários disciplinares. A complexidade do sistema de justiça é debatida através da atuação dos juízes militares, da aplicação da Mutatio e Emendatio Libelli nos processos da PMPR e da competência da Justiça Militar em crimes dolosos contra a vida de civis. Além disso, discute-se o impacto jurídico da contagem de tempo ficto e a aplicação de institutos como o Acordo de Não Persecução Penal e a Transação Penal na esfera militar.

O campo da Tática, Estratégia e Operações Específicas concentra estudos que aliam tecnologia e operacionalidade. A Inteligência Policial surge como protagonista, seja na análise do "Caso Guarapuava" pela DINT, na educação continuada de seus profissionais ou como suporte ao patrulhamento tático do BPRONE. A especialização é pautada pelo uso de LIBRAS em negociações de crises, a análise de operações de alcoolemia e o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo em praças desportivas.



No âmbito ambiental e rural, as pesquisas focam na Patrulha Rural Comunitária, na fiscalização de pesca predatória e no uso de geoprocessamento para otimização do patrulhamento na APA da Serra da Esperança.

Em Gestão de Pessoas, Liderança e Formação, o foco é a valorização e a saúde do militar. Os policiais militares investigam desde a deontologia policial e a deontologia na atualidade até o impacto do trabalho policial na família e o bem-estar psicológico no CHOE. A carreira é discutida sob o prisma da gestão por competências e do fluxo promovido pelo Quadro de Oficiais Especialistas (QOE). A formação continuada também é central, abordando o papel do curso de sargentos, o sistema de avaliação de estágio dos cadetes e a necessidade de superar o desinteresse pela disciplina de Direitos Humanos para uma efetiva mudança de paradigmas.

O eixo de Administração, Logística e Finanças traz soluções para a eficiência da máquina pública. São propostas inovações como o uso de ferramentas de textualização de áudio e vídeo para processos administrativos e a implementação de logística reversa para o fardamento. A gestão orçamentária é analisada sob a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), com foco no Fundo Rotativo, na aquisição de gêneros alimentícios e na viabilidade do vale-refeição. A infraestrutura e a logística de frota também são pautadas, discutindo desde a manutenção preventiva de viaturas até o impacto da mudança de calibre das armas de porte e a estruturação de academias físicas nas unidades.

Por fim, no eixo Polícia Comunitária e Sociedade, as pesquisas refletem a interface entre a corporação e o cidadão. Destacam-se os estudos sobre mediação comunitária, a interação via CONSEGs e o uso das mídias sociais para divulgação institucional. A percepção popular sobre o policiamento hipomóvel e o atendimento em pequenos municípios são avaliados, assim como temas de relevância social imediata, como a proibição de eletrônicos em escolas, a atuação do PROERD e os desafios no atendimento a ocorrências envolvendo cigarros eletrônicos.

ALMEIDA, Amancio Franco de; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Gestão logística na manutenção preventiva de viaturas policiais**: análise contratual e operacional no âmbito da 3ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar do Paraná. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a eficiência administrativa na manutenção preventiva das viaturas da Polícia Militar do Paraná, tomando como estudo de caso a 3ª Companhia do 1º Batalhão. O objetivo consiste em identificar os entraves jurídicos e logísticos decorrentes da centralização dos serviços de manutenção em municípios distantes, o que gera custos adicionais e compromete a disponibilidade operacional. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, de caráter descritivo e aplicado, com base em investigação documental e empírica, contemplando a análise de contratos administrativos, termos de referência e dados simulados de deslocamentos e consumo de combustível entre janeiro e dezembro de 2024. Os resultados evidenciam que os deslocamentos até Ponta Grossa aumentam o tempo de ciclo das manutenções, reduzem a utilidade de tempo e lugar, elevam os custos logísticos e dificultam a fiscalização contratual. Constatou-se, ainda, que as cláusulas contratuais impõem barreiras desproporcionais ao credenciamento de oficinas locais e privilegiam interesses econômicos das contratadas, em detrimento da eficiência pública. Conclui-se que a mitigação desses entraves é possível mediante alterações unilaterais ou consensuais nos contratos vigentes, com fundamento na cláusula exorbitante da mutabilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e pela previsão de cláusulas de descentralização nos editais futuros. O estudo demonstra que a aproximação entre gestão jurídica e logística é essencial para garantir racionalidade administrativa e efetividade na prestação do serviço público de segurança.

Palavras-chave: Ciências Policiais; eficiência; manutenção preventiva; logística; contratos administrativos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216974>

QR Code



ALVES, Álvaro Luis; FERREIRA, João André Cardoso. **Análise do instrumento de avaliação do estágio supervisionado dos cadetes do 2º e 3º ano do Curso de Formação de Oficiais da PMPR.** 2025. 28 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa analisou a finalidade dos relatórios de estágio, correspondente à ficha de avaliação conceitual do cadete, elaborados pelos Oficiais Coordenadores de Policiamento das Unidades (CPU) após as escalas de serviço dos cadetes do 2º e 3º anos do Curso de Formação de Oficiais nas Unidades Operacionais, avaliando a coerência dos critérios, a existência de indicadores objetivos e mensuráveis, considerando sua contribuição diagnóstica e formativa. Justificada pelo alinhamento a Políticas Nacional e Estadual de Segurança Pública, a Matriz Curricular Nacional e ao Planejamento Estratégico 2025-2027 da PMPR. A pesquisa foi baseada na análise documental de 16 relatórios de estágio produzidos entre março e julho de 2025. Contemplou uma metodologia descritiva, de abordagem qualitativa, com delineamento documental, pautada em conceitos de competências, aprendizagem, formação, avaliação e legalidade. Os resultados demonstram que a ficha de avaliação conceitual do cadete tem finalidade avaliativa, diagnóstica e formativa, porém cumpre seu objetivo de forma parcial, pois é subjetiva, não possui indicadores de mensuração e não é padronizada. O estudo sugere a padronização do documento através de ato do Comando-Geral com a definição de um modelo que contenha indicadores mensuráveis e critérios objetivos a serem avaliados.

Palavras-chave: Ciências Policiais; formação de oficiais; estágio supervisionado; avaliação; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216966>

QR Code



ANDRADE, Daniel Nazareno de; AMARILLA, Miguel Angel de Marchi. **As fases da coleta e acondicionamento na cadeia de custódia**: uma abordagem com foco em dispositivos celulares durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão nos crimes militares na Polícia Militar do Paraná. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisou as diretrizes, os desafios e as melhores práticas técnico-jurídicas necessárias para a correta apreensão, acondicionamento e preservação de telefones celulares como vestígio digital em crimes militares, com fundamento na preservação da cadeia de custódia, a fim de subsidiar a atuação policial, especialmente, no cumprimento de mandados de busca e apreensão. A pesquisa empregou uma abordagem qualitativa e documental, confrontando o arcabouço legal genérico do Código de Processo Penal com normas internas da Polícia Militar do Paraná (PMPR), Diretriz nº 008/2024, Instrução Normativa nº 02/2024 e POP nº 100.32, e a norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27037:2013. Os resultados revelaram que, enquanto as diretrizes mais amplas da PMPR e da SESP tratam os vestígios de forma geral, o POP 100.32 se destaca por oferecer orientações detalhadas para o manuseio de aparelhos celulares. Este POP incorpora práticas como o isolamento lógico, como o uso de Gaiola de Faraday ou papel alumínio no acondicionamento de celulares e procedimentos de coleta e cadeia de custódia convergindo significativamente com as recomendações da ABNT. A atuação do policial militar como primeiro interventor também é destacada, dada a escassez de peritos oficiais. A pesquisa contribui ao sublinhar a relevância de protocolos robustos e treinamento contínuo para garantir a validade probatória, em face do déficit de peritos especializados e do avanço tecnológico, subsidiando a atuação policial e pericial na obtenção de provas válidas e robustas para a justiça criminal militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; cadeia de custódia; prova digital; aparelho celular.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216876>

QR Code



AOTO, Alan Wilson; ARAÚJO, Wagner de. **O uso das mídias sociais como instrumento de divulgação das ações institucionais da Polícia Militar do Paraná**. São José dos Pinhais, 2025. 21 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a importância crescente das mídias sociais como uma ponte estratégica para a Polícia Militar do Paraná (PMPR) se conectar com a sociedade. Em um mundo em constante evolução digital, comunicar-se de forma eficaz e transparente é vital para que instituições públicas construam confiança e fortaleçam sua imagem. As redes sociais não são apenas plataformas de postagem, elas são uma oportunidade única para a Polícia Militar do Paraná (PMPR) se aproximar dos cidadãos, compartilhar o trabalho policial, combater a desinformação, conhecidas como fake news e melhorar a forma como a comunidade percebe a corporação. O objetivo foi desvendar como a Polícia Militar do Paraná (PMPR) deve usar as mídias sociais para se tornar um instrumento de comunicação institucional verdadeiramente eficaz, analisando de perto seus benefícios e desafios. Adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, construindo a pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica e do exame de documentos oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR), como o Plano Estratégico 2025-2027 e o Plano de Integridade e Compliance, além de diretrizes globais como a Agenda 2030 da ONU. Confirmamos que a presença estratégica nas mídias sociais é um pilar para o fortalecimento da imagem e transparência da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Contudo, a jornada digital tem seus obstáculos. Identificamos a necessidade de lidar com a gestão de crises e comentários negativos, investir na capacitação contínua dos profissionais e garantir a segurança da informação. Nossos documentos internos, como o Plano Estratégico, apontaram como pontos fracos a falta de uma estratégia formal de comunicação social e a dificuldade em contrapor narrativas adversas. Para combater esses riscos, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) já utiliza um protocolo de crise com monitoramento ativo, respostas estratégicas e análise pós-crise. A contribuição prática mais importante deste estudo é a proposição de um curso de capacitação em comunicação social para os profissionais da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Este treinamento teórico é a resposta direta às fraquezas encontradas, visando capacitar profissionais com o conhecimento necessário para gerenciar suas redes de forma mais profissional, adequada, estratégica e segura. Em essência, o uso das mídias sociais pela Polícia Militar do Paraná (PMPR) é uma ferramenta poderosa que, quando gerida com inteligência e transparência, não apenas divulga, mas constrói uma relação de confiança duradoura com a sociedade.

Palavras-chave: Ciências Policiais; comunicação social; mídias sociais; divulgação; publicidade; marketing institucional; relações públicas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216815>

ARTIGOS CHOE PM 2025

QR Code



ARAMAN, Renato Oliveira; PRADO, Renan Rodrigues do. **Competências profissionais no policiamento escolar**: contribuições do BPEC para a cultura de paz. São José dos Pinhais, 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo consiste em examinar as competências que o policial militar necessita ter para atuar no policiamento escolar. Os objetivos específicos são estudar os conceitos relacionados ao policiamento escolar e à atuação direcionada da Polícia Militar, destacando o contexto do Paraná; analisar as concepções teóricas relacionadas ao trabalho policial; e examinar as competências necessárias para que o policial militar possa atuar com melhor eficácia no policiamento escolar. Trata-se de um estudo revisionista e bibliográfico, de caráter qualitativo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão de literatura realizada nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Banco de Teses e Dissertações. Foram mapeados 68 estudos, dos quais 25 atenderam integralmente aos critérios de inclusão e foram analisadas normas institucionais e legislações vigentes. As técnicas de análise envolveram leitura exploratória, seletiva e analítica, com síntese integrativa crítica e comparação de achados a partir de uma matriz analítica estruturada por autor, objetivo, método e principais resultados. Os resultados mostraram que o policiamento comunitário, com foco em assessoramento técnico, mediação de conflitos e atuação preventiva, se mostrou eficaz no ambiente escolar. Conclui-se que o aperfeiçoamento das competências imprescindíveis aos policiais militares para desenvolver o policiamento escolar pode garantir um ambiente educacional mais seguro e colaborativo.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento escolar; violência escolar; polícia militar; competência policial-militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216882>

QR Code



BOSSONI, Rogério; SILVA, Denise Marília. **A restrição do uso de aparelhos eletrônicos nas escolas e limite da atuação Policial Militar no Paraná.** 2025. 22 f. Arquivo digital em formato PDF. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a legislação brasileira e paranaense que estabelece diretrizes sobre a restrição do uso de aparelhos eletrônicos em ambiente escolar e detalha a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná por meio do Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC). A questão central consiste em identificar os procedimentos a serem adotados por gestores da educação e profissionais da segurança pública diante do descumprimento da legislação, visando evitar a responsabilização destes profissionais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental e normativa, focada na Lei Federal nº 15.100/2025, Decreto Federal nº 12.385/2025, na Lei Estadual do Paraná nº 18.118/2014, na Instrução Normativa Conjunta nº 009/2024 DPGE/DEDUC/SEED e no Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 2.02 da Polícia Militar. As normativas analisadas sistematizam que: 1) O uso de eletrônicos é vedado, exceto para fins estritamente pedagógicos ou de acessibilidade. 2) O descumprimento exige do gestor escolar medidas disciplinares progressivas, sempre observando o contraditório e a ampla defesa. 3) A Polícia Militar deve orientar a escola sobre as medidas internas cabíveis e aconselhar os alunos, limitando a intervenção policial apenas a situações de indisciplina grave ou recorrente, conforme o POP nº 2.02. Conclui-se que a atuação policial deve pautar-se na orientação e mediação, preservando a autonomia escolar e os direitos dos estudantes, em consonância com os princípios constitucionais e pedagógicos evitando a criminalização de condutas meramente disciplinares.

Palavras-chave: Ciências Policiais; indisciplina escolar; restrição do uso de aparelhos eletrônicos; ambiente escolar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216944>

QR Code



BOZEKI, Alexsandro; HUDACH, Sidinei. **A qualificação profissional como fator de eficiência institucional:** uma análise dos cursos ofertados ao efetivo do Batalhão de Polícia Rodoviária da PMPR (2020-2024). 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A qualificação profissional constitui elemento estratégico para a eficiência institucional das organizações policiais, sobretudo em contextos de alta complexidade operacional. Este artigo analisa os impactos dos cursos de capacitação e especialização realizados pelo efetivo do Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar do Paraná (BPRv) entre 2020 e 2024, considerando sua influência no desempenho das atividades de policiamento rodoviário. Foram identificados os tipos de cursos realizados, a frequência de participação dos policiais, a aplicação prática dos conteúdos aprendidos e a percepção dos profissionais quanto à efetividade desses treinamentos na atuação diária. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva, baseada em questionário aplicado a 108 policiais militares, cujos dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados indicaram ampla aceitação dos conteúdos (94,4%), elevação da confiança operacional (96%) e percepção positiva quanto à qualidade do policiamento (97,3%). Verificou-se que a capacitação contribuiu para a redução de erros, maior segurança nas fiscalizações e melhor comunicação com a comunidade. Conclui-se que a qualificação profissional constitui fator de eficiência e valorização institucional, fortalecendo a legitimidade do BPRv e oferecendo subsídios ao aperfeiçoamento das políticas de formação continuada na segurança pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento rodoviário; qualificação profissional; gestão do conhecimento; eficiência institucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216923>

QR Code



BRUN, Orestes Luís; NOGUEIRA, Mariana Carolina de Almeida. **Acessibilidade e igualdade de oportunidades:** o tratamento jurídico-institucional dos candidatos com deficiência nos concursos internos da Polícia Militar do Paraná. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o tratamento jurídico-institucional dispensado aos candidatos com deficiência e restrições funcionais nos concursos internos da Polícia Militar do Paraná (PMPR), sobretudo no que se refere aos testes de aptidão física (TAF) e à ascensão funcional. O estudo tem como objetivo verificar se os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não discriminação, bem como as disposições da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), são observados na elaboração e execução desses certames. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, em que foram analisadas legislações editadas entre o início dos anos 2000 e a década de 2010, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná (Paraná, 2015), dentre outras legislações, compreendendo assim um vasto período que apresenta mudanças de paradigmas acerca da pessoa com deficiência. Contudo, os resultados indicam a carência de normas específicas que assegurem adaptações razoáveis e igualdade de oportunidades a militares com limitações permanentes, revelando um descompasso entre a prática administrativa e a legislação vigente. Conclui-se que a ausência de mecanismos normativos voltados à acessibilidade e à progressão funcional desses servidores representa violação aos direitos fundamentais, reforçando barreiras institucionais e demandando o aperfeiçoamento de políticas inclusivas compatíveis com os princípios constitucionais e a legislação infraconstitucional.

Palavras-chave: Ciências Policiais; teste físico; deficiência; concursos internos; igualdade de oportunidades.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216909>

QR Code



CALEFFI, Ezequiel Fernando; BUENO, Andre Felipe Gruber. **O impacto dos atestados médicos no serviço operacional e administrativo do 23° BPM da Polícia Militar do Paraná:** um estudo do ano de 2023 a 2024. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisa o impacto dos atestados médicos no efetivo operacional e administrativo do 23º Batalhão de Polícia Militar do Paraná (BPM), considerando dados referentes aos anos de 2023 e 2024. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu a análise documental de todos os afastamentos médicos, categorizados segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com tratamento dos dados por meio de análise descritiva apresentada em tabelas e gráficos, e a aplicação de um questionário a 51 policiais da unidade, cujas respostas abertas foram examinadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados indicaram as doenças osteomusculares e os transtornos mentais como principais causas de afastamento, sendo os primeiros mais frequentes e os segundos responsáveis pela maior média de dias afastados. Entre os fatores contribuintes destacam-se a sobrecarga de trabalho, o uso contínuo de equipamentos pesados, a ausência de pausas adequadas, a dificuldade de acesso a atendimento especializado e o estigma relacionado à busca de apoio psicológico. A análise qualitativa das respostas evidenciou insatisfação com a carga horária e as escalas de serviço, queixas sobre saúde física e ergonomia, demanda por suporte psicológico contínuo e necessidade de melhor infraestrutura para atendimento médico. Foram sugeridas ações como a implantação de programas permanentes de saúde ocupacional, o incentivo à prática de atividade física e melhorias no clima organizacional. Conclui-se que a saúde do policial militar constitui elemento estratégico para a eficiência da segurança pública, sendo imprescindível investir em políticas preventivas, reestruturação da carga de trabalho, valorização profissional e ampliação do acesso a cuidados físicos e psicológicos. Tais medidas contribuem para reduzir afastamentos, melhorar a qualidade de vida no trabalho e fortalecer a capacidade operacional da corporação.

Palavras-chave: Ciências Policiais; saúde ocupacional; escalas de serviço; gestão de pessoal.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216973>

ARTIGOS CHOE PM 2025

QR Code



CAPELLARI, José Anselmo; MACENO, Alessandro Eduardo. **Metodologias de remuneração de fornecedores nas licitações de hortifrutigranjeiros no Paraná**: um estudo do período de 2023 a 2025. São José dos Pinhais, 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O estudo analisa metodologias de remuneração de fornecedores em licitações de hortifrutigranjeiros realizadas no Paraná entre 2023 e 2025, partindo do pressuposto de que a forma de remuneração influencia diretamente a eficiência e a continuidade do fornecimento. A justificativa baseia-se na relevância desses contratos para a manutenção dos ranchos da Polícia Militar e demais órgãos públicos, bem como na necessidade de alinhar a gestão às políticas de eficiência administrativa. Foram examinados nove processos licitatórios das áreas de segurança pública, saúde e educação, obtidos no Portal da Transparência do Paraná, complementados por consultas de preços no mercado e revisão bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, de foco exploratório, fundamentada em análise documental. Os resultados apontam três metodologias distintas, a saber, o desconto linear, a aplicação de ágio e a fixação de preço único, utilizando-se como base referencial a Tabela CEASA. O modelo de desconto linear mostrou-se frágil diante da volatilidade do mercado, gerando pedidos de reequilíbrio financeiro frequentes. A fixação de preço único revelou-se arriscada em função das variações climáticas e de oferta. Já o modelo baseado em ágio apresentou maior equilíbrio, atraindo fornecedores e garantindo maior continuidade contratual. Como limitações, destaca-se a ausência de análise aprofundada de documentos contratuais, o que restringe a avaliação da eficiência em longo prazo. As soluções propostas envolvem maior planejamento de compras, diversificação metodológica e incentivo à inovação nos processos, concluindo que melhorias são possíveis e capazes ao equilibrar vantajosidade econômica e continuidade do fornecimento.

Palavras-chave: Ciências Policiais; licitação; hortifrutigranjeiros; Tabela CEASA; Ágio.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216889>

QR Code



CHAGAS, Gustavo Ramos; ARAÚJO, Wagner de. **População flutuante em Matinhos**: o impacto nas ocorrências e a aplicação do policiamento ostensivo. 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa o impacto que população flutuante causa nos fins de semana no município de Matinhos, litoral do Paraná, com relação ao número de ocorrências geradas, e como a Polícia Militar aplica seu efetivo, usando como referência o mês de março de 2025. O estudo utilizou método quantitativo e análise de dados da PMPR, evidenciando a necessidade de readequação das escalas de serviço e maior integração entre a 2ª Companhia de Matinhos e o 9º Batalhão de Polícia Militar. Com uma população fixa de 39.259 habitantes, Matinhos registra um aumento expressivo de visitantes aos fins de semana, elevando a demanda por segurança pública. A Polícia Militar do Paraná, responsável pelo policiamento ostensivo, enfrenta desafios devido ao déficit de efetivo em relação à população atendida. Dados do IBGE e da Associação Comercial de Matinhos indicaram um acréscimo de aproximadamente 20% na população local em fins de semana comuns do mês de março, o que resultou em um aumento de 64% nas ocorrências policiais em comparação aos dias úteis. Foram propostas alternativas de redistribuição estratégica do efetivo, utilizando escalas extrajornada e reforço nos horários de pico de ocorrências. O trabalho também buscou por meio de pesquisa descritiva, examinar o impacto do policiamento na percepção de segurança da população e no marketing institucional da corporação, apontando que a simples presença visual não é suficiente se não houver resposta efetiva às ocorrências. Por fim, defende-se a aplicação equilibrada entre policiamento ostensivo fixo e atendimento dinâmico, promovendo sensação de segurança para moradores e turista.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento ostensivo; população flutuante; marketing institucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216937>

QR Code



CHIARELLI, Giovani Souza; ROCHA, João Pedro Passos. **Promoções automáticas e qualificação profissional:** uma análise do papel do Curso de Sargentos na formação do 3º sargento da Polícia Militar do Paraná. São José dos Pinhais, 2025. 22 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 – CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O 3º Sargento atua como um elo direto entre oficiais e praças, exigindo maior responsabilidade funcional, contudo, a implementação da promoção automática a 3º Sargento, prevista na Lei nº 19.583 de 05 de julho de 2018, sem a exigência prévia do Curso de Formação de Sargentos (CFS), levanta questionamentos sobre a real preparação dos promovidos para o desempenho de suas atribuições. Este estudo busca analisar as implicações dessa política de pessoal, identificar o papel do 3º sargento dentro da PMPR, as competências diversas exigidas, tais como liderança, gestão de pessoas, logística e conhecimento técnico-operacional. A pesquisa de caráter exploratória baseou-se em análise documental e bibliográfica, utilizando como método quantitativo, com a aplicação de um questionário aos 142 discentes do Curso de Sargentos PM 2025, Turma 1, da 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP), retornando com 93 questionários respondidos. Verificou-se a percepção dos militares acerca do papel do sargento, o tempo e a forma de promoção, a importância do Curso de Sargentos, analisando o antes e pós curso. Os resultados apontaram uma aceitação de 92,4% pela promoção automática, necessitando apenas de alguns ajustes; que 76,3% dos discentes passaram a enxergar de forma diferente as responsabilidades de um sargento após o início do curso, desse modo mostrando a importância de uma preparação prévia para assumir a graduação de 3º sargento, além de contribuir para futuras discussões acerca da temática.

Palavras-chave: Ciências Policiais; carreira policial militar; cargos; funções; competências profissionais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216922>

QR Code



DIAS, Carlos Augusto de Lima; SILVEIRA, Rafael Freitas da. **A configuração do flagrante delito no crime ambiental contra o bioma Mata Atlântica.** São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O Batalhão de Polícia Militar Ambiental, unidade especializada da Polícia Militar, tem como missão principal a tutela do meio ambiente no Estado do Paraná. Assim sendo, a questão norteadora do presente estudo foi a compreensão das providências adotadas pelos policiais militares ambientais, no atendimento das ocorrências que envolvem os crimes contra a flora, especialmente contra o Bioma Mata Atlântica. O objetivo deste trabalho foi analisar as ações dos agentes estatais quando constatarem a materialidade do crime de desmate e identificam o infrator, mas este não é flagrado cometendo os atos executórios previstos no tipo penal, ou seja, destruindo ou danificando a vegetação. Neste estudo, como método utilizado, foi realizada uma abordagem qualitativa com enfoque descritivo dos principais conceitos que envolvem as responsabilidades pelos crimes ambientais, seguida de uma pesquisa de levantamento respondida pelo Ministério Público Estadual e pelo Instituto Água e Terra, sendo utilizada a técnica dedutiva para raciocinar e interpretar as informações coletadas. Como resultado, concluiu-se que o crime do artigo 38-A não é um crime permanente, mas sim um crime instantâneo de efeitos permanentes. No tocante à contribuição, como proposta, espera-se que os agentes públicos, ao se depararem com ocorrências desta natureza e com as características citadas, não efetuem a prisão do infrator de imediato por não restar configurado o flagrante delito, e sim, oficiem o Ministério Público enviando todos os documentos produzidos na ocorrência.

Palavras-chave: Ciências Policiais; tríplex responsabilidade; flagrante delito; crime ambiental; crime permanente.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216883>

QR Code



ERKMANN, Grace Kelly; TSCHOEKE, Henrique Pilz. **Logística reversa do fardamento da Polícia Militar do Paraná**: análise na Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O estudo analisa o processo de logística reversa do fardamento da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com foco na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) e suas subunidades. O objetivo foi compreender como ocorre o recolhimento, o controle e a destinação final dos uniformes inservíveis, identificando desafios e oportunidades para tornar o processo mais eficiente e sustentável. A pesquisa é descritiva, com abordagem quantitativa e documental, fundamentada na análise de legislações federais e estaduais, documentos institucionais e respostas de cinco policiais responsáveis pelos almoxarifados das unidades. Os resultados apontaram que a devolução ao almoxarifado é o procedimento mais comum, mas há ausência de critérios formais de inservibilidade, registros inconsistentes e destinações inadequadas. Observou-se conformidade apenas parcial com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas internas da PMPR. As sugestões dos participantes destacaram a necessidade de padronização de fluxos, criação de normas específicas e convênios para reciclagem têxtil. Como contribuições, este artigo reforça a necessidade de alinhar a gestão local às diretrizes estratégicas da Corporação, propondo maior padronização, convênios para reciclagem e inclusão social de grupos vulneráveis por meio do reaproveitamento têxtil. Conclui-se que a logística reversa de fardamentos pode representar não apenas uma exigência legal, mas também uma oportunidade de fortalecer a sustentabilidade institucional e a imagem da Polícia Militar perante a sociedade. O estudo não esgota o tema, podendo ser aprofundado em pesquisas futuras voltadas à avaliação financeira e operacional da logística reversa no setor público.

Palavras-chave: Ciências Policiais; uniformes militares; sustentabilidade; logística reversa.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216814>

QR Code



FERNANDES, Volnei Merquiades; GOMES, Diego Brito Maia. **Ampla defesa e contraditório:** percepções dos cabos e soldados do 23º Batalhão da Polícia Militar do Paraná em processos administrativos disciplinares. São José dos Pinhais, 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo tem como finalidade explorar uma das principais discussões em torno da ampla defesa e contraditório. Como objetivos específicos objetivou-se analisar a aplicação e a eficácia dos processos administrativos disciplinares na Polícia Militar do Estado do Paraná, coletar informações sobre o conhecimento de cabos e soldados a respeito de seus direitos de defesa em situações de apuração administrativa disciplinar. A abordagem utilizada foi a pesquisa quantitativa, exploratória, além da aplicação de um formulário online para examinar dados textuais e relatos. Participaram desse estudo 26 cabos e 67 soldados, com total de 93 participantes pertencentes ao 23º Batalhão de Polícia Militar do Paraná. Os resultados obtidos foram que cerca de 95,7% dos envolvidos (totalizando 89 pessoas) expressaram disposição para realizar um curso de Educação a Distância (EAD) com o intuito de aprofundar seus conhecimentos sobre seus direitos, enquanto apenas 4,3% (4 pessoas) afirmaram que não se tem interesse em aprofundar conhecimentos sobre a temática. A pesquisa revelou que a maioria dos militares desconhecem elementos fundamentais do FATD, como o direito à ampla defesa, ao contraditório, aos prazos para defesa e ao direito a recursos. As contribuições dessa pesquisa evidenciam, para as ciências policiais, a necessidade de se aprimorar o estudo tanto na formação jurídica e ética dos profissionais de segurança pública quanto à proteção dos seus próprios direitos, em eventuais processos disciplinares, administrativos ou criminais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; processos disciplinares; ampla defesa; contraditório; policiais militares.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216893>

QR Code



FRANKOSKI, Edevaldo; MOURA, Tiago Brigagão Croce de. **O consentimento de polícia administrativa da PMPR na aplicação da Lei estadual nº 14.284/2004**: uma análise prática da Portaria do Comando-Geral nº 349/2024 nas OPMs do 5º CRPM. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa a aplicação prática da Portaria do Comando-Geral nº 349/2024, que regulamenta a emissão do Laudo de Ordem Pública pela Polícia Militar do Paraná (PMPR), no âmbito das Organizações Policiais Militares (OPMs) subordinadas ao 5º Comando Regional de Polícia Militar (5º CRPM). O estudo tem como objetivo verificar em que medida as normas previstas na Lei Estadual nº 14.284/2004 e na referida Portaria vêm sendo implementadas no processo de autorização de grandes eventos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada em análise documental e aplicação de questionário a sete OPMs (3º BPM, 6º BPM, 14º BPM, 19º BPM, 21º BPM, 31º BPM e 12ª CIPM). Os dados foram tratados por análise interpretativa e categorização temática, relacionando as respostas às exigências legais e administrativas da Portaria do Comando-Geral nº 349/2024. Os resultados mostram que apenas parte das OPMs aplicam os dispositivos da Portaria, a maioria adota procedimentos parciais ou enfrenta dificuldades como escassez de efetivo, limitações de capacitação e sobrecarga administrativa. Constatou-se ainda a ausência de padronização entre as práticas das OPMs, o que compromete a uniformidade institucional e a segurança jurídica dos atos administrativos. Conclui-se que a plena implementação da Portaria nº 349/2024 representa um desafio organizacional, mas também uma oportunidade de fortalecimento da atuação preventiva da PMPR, por meio da padronização de procedimentos, da capacitação técnica e da integração interinstitucional. O estudo contribui para o fortalecimento das Ciências Policiais ao oferecer uma análise empírica sobre o exercício do poder de polícia administrativa e, na prática, subsidia a PMPR na melhoria da gestão e padronização dos procedimentos de autorização de eventos, reforçando o caráter preventivo e técnico da instituição.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança pública; poder de polícia administrativa; grandes eventos; laudo de ordem pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216957>

QR Code



FRANKOWSKI, Irlei; PYTLOWANCIV, Diogo Fernando Sampaio. **Licitação de gêneros alimentícios e a estimativa da quantidade para a contratação**: uma análise nas unidades do 4º Comando Regional de Polícia Militar do Estado do Paraná. 2025. 21 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o planejamento e a metodologia utilizados pelas unidades do 4º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná na estimativa da quantidade de gêneros alimentícios destinados à contratação por meio de processos licitatórios. A pesquisa fundamenta-se na relevância do princípio do planejamento previsto na Lei 14.133/2021, que determina a obrigatoriedade da elaboração de estudo técnico preliminar contendo, dentre outros elementos, a estimativa das quantidades acompanhada da memória de cálculo e histórico de consumo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritiva, com análise de conteúdo de 4 (quatro) processos de aquisição de alimentos realizados nas seguintes unidades: 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), 16º BPM, 26º BPM e no 27º BPM. Os resultados evidenciaram disparidades nos critérios adotados para a elaboração das estimativas, gerando variação significativa da quantidade de itens adquiridos, indicando a ausência de padronização. Conclui-se que a adoção de práticas uniformes, com base em dados concretos e planejamento técnico, é essencial para assegurar a eficácia, economicidade e regularidade no fornecimento de alimentação ao efetivo policial militar. O estudo propõe ainda medidas de aprimoramento voltadas à gestão das contratações públicas no âmbito da corporação.

Palavras-chave: Ciências Policiais; licitação; planejamento; estimativa; alimentação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216933>

QR Code



FREZATO, Luciano Roberto; PAULI, Luis Henrique Silva. **Entre o público e o privado**: um estudo comparativo das ocorrências de solo entre a Divisão de Transporte Aéreo da Casa Militar do Estado do Paraná, o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas e empresa Hércules Táxi Aéreo, no período de 2021 a 2025. São José dos Pinhais, 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A aviação é amplamente reconhecida como um dos meios de transporte mais seguros do mundo, graças à rigorosa aplicação de normas, processos operacionais e à constante capacitação dos profissionais envolvidos. No entanto, essa segurança não depende exclusivamente da atuação dos pilotos, mas também das atividades realizadas em solo, como o pushback e o reboque de aeronaves, procedimentos críticos conduzidos por operadores de rampa. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar um estudo comparativo entre envolvendo um estudo comparativo de ocorrências de acidente em solo entre a Divisão de Transporte Aéreo da Casa Militar do Estado do Paraná, o Batalhão de Polícia Militar de Operação Aéreas e a empresa Táxi Aéreo Hércules, no período de 2021 A 2025. A presente investigação tem um foco descritivo e uma abordagem qualitativa, por meio de um questionário entregue aos entes pesquisados, envolvendo questões abertas, sendo utilizado também uma pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar os estudos. Ficou delimitando o problema em acidentes de envolvendo operações em solo na manobra de aeronaves, estabelecendo um comparativo entre os entes pesquisados e as hipóteses acerca dos acidentes ocorridos e as eventuais causas. Embora os dados não permitam afirmar com precisão uma relação causal entre a inexperiência e os eventos registrados, o padrão observado sugere como hipótese uma possível associação entre o tempo de prática operacional e a ocorrência de falhas ou desvios de procedimento. Apesar das limitações do estudo devido à escassez de pesquisas específicas sobre acidentes em operações em solo, já que a literatura se concentra principalmente em eventos durante o voo, os resultados podem contribuir para ampliar o debate e reflexões sobre a segurança operacional em solo para futuras investigações mais abrangentes e o aprimoramento de políticas, treinamentos e procedimentos voltados à prevenção de acidentes nesse segmento da atividade aérea.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança operacional; operadores de rampa; procedimentos operacionais padrão; ocorrências de solo.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216847>

QR Code



GARCIA, Eric Alexandre; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. **A aplicabilidade da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no processo de negociação em crises policiais na PMPR.** São José dos Pinhais, 2025. Arquivo digital em formato PDF. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O artigo investigou sobre a viabilidade de se aplicar, pela Equipe de Negociações da Polícia Militar do Paraná - PMPR, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, durante o processo de negociação no gerenciamento de crises policiais. Estando alinhada às áreas temáticas e eixos articuladores da Matriz Curricular Nacional, aos princípios e diretrizes instituídos pelo Sistema Único de Segurança Pública, e aos eixos e objetivos estratégicos descritos no Planejamento Estratégico da PMPR (2025-2027), a pesquisa buscou compreender as características e diferenças entre surdez e deficiência auditiva, bem como a utilização da LIBRAS nesse contexto, por meio de uma análise bibliográfica e documental. Além disso, numa abordagem qualitativa, entrevistando um dos negociadores da equipe, foi possível compreender as percepções quanto à comunicação com pessoas surdas quando na condição de causadoras de eventos críticos. O estudo sugere a relevância de o policial militar estar alfabetizado em LIBRAS, não apenas no contexto de inclusão social, mas também no espectro da proteção da vida e aplicação da lei.

Palavras-chave: Ciências Policiais; negociação em crises policiais; comunicação; libras; deficiência auditiva.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216798>

QR Code



GARCIA, José Irineu; PYTLOWANCIV, Diogo Fernando Sampaio. **Análise da utilização dos recursos do fundo rotativo do 13º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná**: erros identificados pela auditoria do 1º CRPM e recursos disponibilizados e efetivamente executados (2023-2024). 2025. 18 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa a aplicação dos recursos do Fundo Rotativo no 13º Batalhão de Polícia Militar do Paraná e suas Subunidades, nos anos de 2023 e 2024. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva, e documental, utilizou a análise de conteúdo para examinar os dados, tendo como objetivo identificar os principais erros apontados pela auditoria da P6 do 1º Comando Regional da Polícia Militar (1º CRPM), bem como avaliar a efetividade da execução orçamentária no período. Foram analisados vinte e três cadernos de prestações de contas, dos quais doze foram devolvidos para correção. Os principais apontamentos referem-se a erros de digitação, ausência ou incorreção de números de patrimônio, documentação fotográfica insuficiente, falhas na digitalização e descumprimento de formalidades, entre outros. Dois cadernos apresentaram recomendações de devolução de valores. Do total de R\$ 201.493,00 disponibilizados para os dois anos, foram executados R\$ 189.089,98, representando 93,86% de utilização. No ano de 2023, a execução foi de 90,64%, subindo para 96,72% em 2024, o que indica melhora na gestão. O somatório dos dois anos revelou uma disparidade entre as cotas de consumo e serviço: a cota de serviço foi executada com 96,91% de eficiência, enquanto a cota de consumo teve uma performance de 89,56%, resultando em devolução considerável de recursos. Recomenda-se um planejamento mais eficiente para a cota de consumo e adoção de um procedimento de avaliação preventiva, através de relatório ou checklist, anexado aos cadernos de prestações de contas e conferido na própria Unidade. A obrigatoriedade da realização do curso de Gestor do Fundo Rotativo para todos os operadores do Fundo Rotativo. Essas medidas aprimorarão a eficácia na elaboração da prestação de contas, otimizarão recursos públicos e evitarão o retrabalho administrativo.

Palavras-chave: Ciências Policiais; fundo rotativo; gestão de recursos públicos; eficiência e eficácia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216939>

QR Code



HARTMANN, Fabio Alexander; MOTTA, Ana Ruth. **Aplicação de geoprocessamento para otimização do patrulhamento ambiental**: estudo de caso na APA Serra da Esperança entre os anos de 2021 a 2024. 2025. 33 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa o uso de geotecnologias pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Paraná (BPMA), em estudo de caso na 4ª Companhia, Guarapuava-Pr, com foco no desmatamento da APA Serra da Esperança (2021-2024). A pesquisa, de abordagem quantitativa e exploratória, complementada por entrevistas com integrantes do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, utilizou dados do Programa Brasil M.A.I.S., do Instituto Água e Terra (IAT) e do BPMA, tratados por variações percentuais, correlação de Pearson e índice de efetividade. Os resultados indicaram queda dos desmatamentos de 679 polígonos em 2021 (847,14 ha) para 226 em 2024 (169,95 ha), além do aumento da efetividade dos embargos de 44,2% para 169,6%. A correlação negativa entre polígonos e embargos ($r = -0,91$) evidenciou maior precisão e seletividade. Conclui-se que o geoprocessamento modernizou o policiamento ambiental, ampliou a disponibilidade das equipes e fortaleceu a governança interinstitucional. Sugere-se a continuidade do investimento em tecnologias e capacitação de agentes para consolidar a efetividade das políticas públicas de proteção ambiental.

Palavras-chave: Ciências Policiais; georreferenciamento; crimes ambientais; sistema de informação geográfica; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216952>

QR Code



KRUTSCH, Ermerson Jose; POLICENE, Weslei Rafael. **O impacto da atividade policial militar na dinâmica familiar de policiais da PMPR: um estudo qualitativo na Região Metropolitana de Curitiba.** 2025. 22 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da atividade policial militar sobre a dinâmica familiar de policiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR) lotados em unidades operacionais da Região Metropolitana de Curitiba, discutindo os principais fatores de estresse ocupacional, repercussões comportamentais e estratégias de enfrentamento adotadas por profissionais e familiares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada com nove participantes, sendo cinco policiais da ativa e quatro familiares diretos, selecionados por amostragem voluntária. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados destacam que a exposição contínua à violência, as cargas horárias excessivas e a precarização das condições de trabalho afetam diretamente o bem-estar psicológico dos policiais e geram mudanças comportamentais e emocionais na família, como distanciamento afetivo, dificuldades de comunicação e, em alguns casos, uso de álcool e episódios de agressividade. A resiliência familiar, fortalecida pelo diálogo, apoio psicológico e religiosidade, aparece como recurso fundamental. Propõem-se políticas públicas integradas e ações institucionais voltadas à promoção da saúde mental, educação emocional e redes de suporte, visando romper o ciclo de adoecimento, proteger integralmente os agentes de segurança e seus familiares e promover uma cultura institucional de cuidado e valorização humana.

Palavras-chave: Ciências Policiais; saúde mental; dinâmica familiar; estresse ocupacional; resiliência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216931>

QR Code



LIMA, Fábio José de; AMARAL NETO, Anibal Pires do. **O tempo na entrega de flagrantes e os impactos no policiamento ostensivo local**: um estudo do 2º Batalhão de Polícia Militar da Polícia Militar do Paraná no período de 2023 a 2025. São José dos Pinhais, 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisou o papel da Polícia Militar do Paraná na preservação da ordem pública por meio do policiamento ostensivo, que é fundamentado nos princípios da proatividade, foco, integração, legitimidade social, proporcionalidade e investigou a atuação da Corporação frente ao encaminhamento de pessoas detidas para a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD) nas delegacias da Polícia Civil do Paraná (PCPR). A pesquisa concentrou-se na área de responsabilidade territorial do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), com o objetivo geral de identificar os principais impactos causados no policiamento ostensivo local devido ao tempo prolongado para a lavratura APFD. Como objetivo específico, buscou-se pontos do processo que possam ser responsáveis pelo gargalo que causa a demora, comprometendo sua eficiência. Como método, adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa descritiva, sendo buscadas informações junto à 3ª Seção do 2º BPM e aplicação de questionário o qual foi respondido por 66 policiais militares. Como análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a demora está relacionada ao tempo que as equipes da PMPR necessitam ficar aguardando para serem atendidas, e não à lavratura do flagrante em si. Foram ainda identificados os impactos decorrentes desse tempo, como fadiga e desmotivação dos policiais militares, além de outros que ameaçam a eficácia do policiamento e a confiança da comunidade. O estudo sugere alternativas para mitigar os efeitos, como o aumento de efetivo na atividade fim, compensação de horários e tratativas à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP).

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento ostensivo; impacto; flagrante de delito; tempo de espera.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216811>

QR Code



LIMA, Hugo Cleverson de; SILVA, Geison David da. **Custódia de policiais militares na Polícia Militar do Paraná**: análise das condições de implementação de presídio militar, com base em dados referentes ao período de 2020 a 2024. São José dos Pinhais, 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a realidade da custódia de policiais militares no Estado do Paraná, no período de 2020 a 2024, sob a perspectiva das Ciências Policiais, com ênfase na inexistência de um presídio militar específico no âmbito da Polícia Militar. O estudo fundamenta-se em referenciais jurídicos e institucionais, como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal, o Código de Processo Penal Militar e as normativas internas da PMPR. A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica e documental, com análise qualitativa de legislações, normas internas e dados oficiais obtidos junto ao 29º Batalhão de Polícia Militar, unidade atualmente responsável pela custódia de policiais militares no estado. Os resultados demonstram que o modelo vigente acarreta impactos administrativos, estruturais e jurídicos relevantes, como o desvio de efetivo das atividades operacionais, a ausência de instalações adequadas e a sobrecarga de responsabilidades aos comandantes de batalhão. Em contraponto, foi analisada a experiência do Presídio Militar Romão Gomes, da Polícia Militar de São Paulo, cuja estrutura própria e corpo funcional especializado asseguram melhor cumprimento das normas disciplinares e dos direitos dos custodiados. Diante disso, a pesquisa contribui ao propor a criação de uma unidade prisional militar no Paraná como medida juridicamente viável, institucionalmente necessária e compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da individualização da pena.

Palavras-chave: Ciências Policiais; execução penal; presídio militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216892>

QR Code



LIMA, Jeferson Gonçalves de; SILVA, Denise Marília. **Impactos da Lei federal nº 14.133/21 nos convênios e termos de cooperação entre BPEC e municípios do Paraná na aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.** 2025. 21 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O artigo analisa os impactos da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto nº 10.086/2022 nos convênios e termos de cooperação entre o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) da Polícia Militar do Paraná e os municípios paranaenses, relacionados à aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Destaca a importância da legislação atual, que altera as normas para licitações e contratos e influencia a formalização das parcerias para a execução do PROERD nas escolas públicas. O estudo aborda a cooperação entre Estado e Municípios na gestão da segurança pública, enfatizando o federalismo brasileiro. Implantado no Paraná desde 2000, o PROERD tem papel essencial na prevenção do uso de drogas e da violência entre jovens, por meio de atuação comunitária. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa e documental, comparando convênios sob a antiga Lei nº 8.666/93 com as mudanças da nova legislação, incluindo a Minuta Padronizada da Resolução nº 015/2024. Ressalta a relevância social do PROERD no fortalecimento da confiança entre comunidade e Polícia Militar, buscando maior capilaridade e efetividade na prevenção nos 399 municípios paranaenses. O estudo expõe que há 62 convênios vigentes sob a lei antiga, 19 municípios sem cobertura com termos expirados e 6 cidades aguardando novos termos. Propõe melhorias na articulação entre entes públicos e adequação dos processos administrativos à nova legislação.

Palavras-chave: Ciências Policiais; convênio; termo de cooperação; município; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216946>

QR Code



LOURENÇO, Everton Cezar; Hudach, Sidinei. **Possíveis fatores de aumento dos resultados de operações de alcoolemia nas rodovias do Paraná: uma análise entre os anos de 2020 e 2024**. 22 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo visa identificar os fatores que contribuíram para o aumento dos resultados obtidos com as operações de alcoolemia realizadas pelo Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar do Paraná, nas rodovias estaduais, entre os anos de 2020 e 2024. Por meio de abordagem quanti-qualitativa e pesquisa documental, foram examinados dados estatísticos fornecidos pela corporação, a fim de identificar elementos estruturais, normativos, logísticos e humanos que supostamente teriam influência sobre os resultados das fiscalizações. Os estudos indicam que a elevação no número de autuações por embriaguez e recusa ao teste de alcoolemia estão relacionados, principalmente, à capacitação do efetivo, à padronização de procedimentos operacionais e à aquisição de equipamentos modernos. Destaca-se ainda a mudança na gestão estratégica quanto à aplicação operacional do efetivo. Conclui-se que as ações implementadas pelo BPRv contribuíram significativamente para o fortalecimento da segurança viária no estado, em consonância com políticas públicas nacionais e metas globais da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Ciências Policiais; polícia rodoviária; alcoolemia; infrações de trânsito; fiscalização de trânsito.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216930>

QR Code



MARÇAL, José Alderi Bonete; SILVA, Heryk Andre das Neves. **O vale-refeição como solução estratégica para a logística de alimentação na Polícia Militar do Paraná**: estudo de viabilidade. 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A alimentação do policial militar em serviço ultrapassa a mera reposição calórica, constituindo fator estratégico de logística, elemento de valorização profissional e instrumento de eficiência administrativa. A Polícia Militar do Paraná (PMPR) adota atualmente três modelos distintos de gestão alimentar – rancho autogerido, terceirização integral e fornecimento de vale-refeição –, cada qual com virtudes e limitações que afetam diretamente a saúde, a motivação e a disponibilidade operacional da tropa. O objetivo deste estudo é analisar a viabilidade da implantação do vale-refeição em toda a PMPR, comparando-o aos modelos terceirizados já existentes. A pesquisa é de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos e abordagem mista, combinando análise qualitativa e quantitativa. Foram examinados contratos administrativos vigentes nos anos de 2022 e 2023, legislações federais e estaduais, o Planejamento Estratégico da PMPR 2025-2027 e dados operacionais do sistema SADE, abrangendo unidades da capital e do interior do Estado. Os resultados demonstram que o vale-refeição oferece maior autonomia ao policial, reduz encargos administrativos e amplia a eficiência logística, embora apresente custos unitários mais elevados e perda parcial do controle nutricional e cultural. Constatou-se que o modelo é economicamente viável e logisticamente eficiente, desde que acompanhado de políticas de educação alimentar, fiscalização nutricional e adequação orçamentária. O estudo contribui para as Ciências Policiais ao propor uma alternativa moderna e sustentável para a gestão da alimentação institucional, além de subsidiar a tomada de decisões estratégicas da corporação quanto à valorização profissional e à racionalização dos recursos público.

Palavras-chave: Ciências Policiais; vale-refeição; terceirização de serviços; logística de alimentação; modernização da gestão pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216881>

QR Code



MARQUETTI, Edson Luis; SANTOS, Eduardo dos. **Utilização de câmeras corporais por policiais militares:** comparação dos protocolos analisados pela SENASP e o adotado pela Polícia Militar do Paraná. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa averiguou os protocolos de utilização de câmeras corporais por integrantes da Polícia Militar do Paraná (PMPR), normatizados por uma Diretriz e um Procedimento Operacional Padrão e sua comparação com os 152 protocolos diagnosticados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (150 nos Estados Unidos e 2 no Brasil), partindo do pressuposto que a normatização estadual estaria em consonância com a federal. Justificada pelo alinhamento com objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a Matriz Curricular Nacional e o Planejamento Estratégico e o Plano de Comando da PMPR, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e documental. Os resultados demonstraram a existência de divergências entre os protocolos adotados pela PMPR e o elaborado pelo Governo Federal. O estudo sugere a reanálise dos protocolos (federal e estadual), com objetivo de dirimir os pontos conflitantes, ajustando ou acrescentando ações faltantes quanto a utilização dos equipamentos, fortalecendo os mecanismos de accountability e promoção da transparência nas ações policiais. Sugere ainda novas pesquisas de protocolos de uso por outros países ou estados brasileiros, com a análise de sua eficiência e possível adoção pela PMPR.

Palavras-chave: Ciências Policiais; câmera corporal; tecnologia; inovações; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216942>

QR Code



MARTINS, Daniel Marcos de Macena; TSCHOEKE, Henrique Pilz. **A gestão orçamentária e financeira na Polícia Militar do Paraná: o atesto de documentos fiscais no contexto da nova lei de licitações.** São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 – CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como problema de pesquisa as possíveis repercussões do procedimento de atesto de documentos fiscais na segurança jurídica dos agentes públicos da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), responsáveis pela liquidação e pagamento das despesas decorrentes de contratos administrativos, no contexto da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). O objetivo geral consiste em avaliar os impactos da (in)adequação do atesto de documentos fiscais, segundo a nova lei de licitações e contratos administrativos, na segurança jurídica dos agentes públicos envolvidos na gestão, fiscalização, liquidação e pagamento de despesas decorrentes da execução desses contratos administrativos, desdobrando-se em objetivos específicos voltados à compreensão da legislação, à análise dos impactos e riscos da (in)adequação do atesto conforme decisões das cortes de controle e à identificação de boas práticas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, desenvolvida por meio de pesquisa documental em legislações, acórdãos de tribunais de contas e manuais institucionais. A análise evidenciou que o atesto constitui etapa essencial de convergência entre a execução contratual e a execução da despesa pública, servindo como instrumento de controle e governança. Constatou-se ainda que a ausência de procedimentos claros pode acarretar multas e sanções aos agentes públicos, reforçando a necessidade de regulamentações internas e capacitação específica. Conclui-se, portanto, que a formalização de manuais e a adoção de práticas de fiscalização compartilhada contribuem para mitigar riscos, fortalecer a transparência e garantir segurança jurídica na gestão e fiscalização de contratos administrativos e, na execução orçamentária e financeira no âmbito da PMPR. O estudo sugere pesquisas futuras que possibilitem a realização de entrevistas com agentes públicos envolvidos na gestão e fiscalização de contratos, como forma de complementar a análise normativa aqui apresentada, permitindo identificar lacunas práticas, dificuldades operacionais e inovações que contribuam para o aperfeiçoamento contínuo da execução orçamentária e financeira na PMPR.

Palavras-chave: Ciências Policiais; execução orçamentária e financeira; nova lei de licitações e contratos administrativos; execução e fiscalização de contratos; atesto de documentos fiscais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216825>

QR Code



MASSANEIRO, João Gesuel; MULLER, José Carlos. **As raízes do desvio: deontologia e conduta ética na PMPR sob o prisma da realidade do BPRV e do 27º Batalhão Polícia Militar.** São José dos Pinhais, 2025. 20 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciam os valores éticos e morais dos militares estaduais da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com foco em identificar como esses elementos podem contribuir para desvios de conduta. A pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso em duas unidades policiais de características operacionais distintas: o Batalhão de Polícia Rodoviária e o 27º Batalhão de Polícia Militar. Por meio de uma abordagem qualitativa explicativa, foram aplicados questionários semiestruturados a 70 policiais militares, cujos dados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados identificaram que os principais fatores influenciadores da conduta ética incluem a influência de colegas e superiores, as pressões sociais e econômicas, e a percepção de insuficiência nos mecanismos de controle interno. Como ações consideradas mais eficazes para prevenir desvios, os participantes destacaram: a promoção de uma cultura ética participativa, o reforço dos mecanismos disciplinares, o apoio psicológico e a valorização profissional, melhorias nas condições de trabalho e a implementação de câmeras corporais para ampliar a transparência. Conclui-se que a adoção de políticas integradas, alinhadas ao Planejamento Estratégico da PMPR, é essencial para fortalecer a deontologia policial, promover a integridade institucional e consolidar a confiança da sociedade na corporação.

Palavras-chave: Ciências Policiais; deontologia; ética e moral; valores; desvios.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216808>

QR Code



MORÉ, Edi Carlos da Silva; ANDRADE, Marcos Daner de. **Mesma transgressão, punições disciplinares diferentes**: uma análise da discricionariedade das autoridades disciplinares da PMPR, em 2024. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Diferentemente do Direito Penal, em que os ilícitos têm como consequência a pena já explicitada em cada tipo, por outro lado, o regulamento disciplinar em uso na Corporação não possui as sanções correspondentes, deixando a cargo das autoridades com competência disciplinar, realizar o julgamento da classificação da transgressão, art. 22 do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). A fixação da dosimetria da punição disciplinar constitui um raciocínio subjetivo, o que torna complexo o processo de seu julgamento. Desse modo, a pesquisa objetivou responder se há disparidade no julgamento das punições disciplinares para a mesma transgressão disciplinar, feita por autoridades disciplinares diversas. Para tanto, foi utilizado como método, a pesquisa documental, com a abordagem quantitativa, utilizou-se como estratégia de análise de dados a estatística descritiva, dados estes retirados do sistema SISCOGER. Optou-se pela transgressão descrita no inc. 26 do Anexo I do RDE (faltar ao serviço), por acreditar ser mais rotineira a sua infringência. Os resultados revelaram que há grande disparidade na aplicação de punições disciplinares, fruto de uma inexistência normativa de critérios objetivos para a dosimetria da sanção disciplinar no âmbito da Corporação. O estudo sugere a necessidade de um regulamento disciplinar próprio, que possua critérios objetivos para a dosimetria da sanção disciplinar, seria uma das alternativas para que as punições sejam aplicadas com maior isonomia, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, além de ofertar maior segurança jurídica, imparcialidade e legitimidade no processo sancionatório, aumentando o senso de justiça entre a tropa.

Palavras-chave: Ciências Policiais; transgressão disciplinar; discricionariedade; classificação; dosimetria.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216886>

QR Code



MOREIRA, Anisio Eliezer; SILVA, Leonardo Socorro da. **Análise da adequação do emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo**: um estudo de caso da Ligga Arena. 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a adequação técnico-doutrinária do emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs) em praças desportivas, investigando a tensão entre a doutrina padrão de uso da força e as exigências de um ambiente complexo como a Ligga Arena, em Curitiba. A pesquisa contextualiza a evolução dos IMPOs no Brasil, impulsionada por grandes eventos e crises de segurança, e aprofunda-se na análise das doutrinas da Polícia Militar do Paraná (PMPR), destacando a distinção crucial entre o "Uso Seletivo da Força", aplicável a ocorrências cotidianas, e a "Prioridade de Emprego dos Meios", doutrina estratégica para o controle de multidões. Por meio de pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, foram analisadas legislações, diretrizes internas e estudos de caso. Os resultados demonstram que a aplicação da "Prioridade de Emprego dos Meios", que exige a análise do ambiente como fator primordial, praticamente inviabiliza o uso de agentes químicos de área na Ligga Arena, devido ao alto risco de pânico e à difícil descontaminação. Da mesma forma, a arquitetura do estádio impõe severas restrições ao emprego seguro de Munições de Impacto Controlado e Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular. Conclui-se que a atuação em grandes eventos desportivos exige uma transição da lógica reativa para a estratégica, demandando treinamento focado na análise de riscos ambientais para garantir uma intervenção policial que seja, ao mesmo tempo, eficaz e legítima perante a sociedade.

Palavras-chave: Ciências Policiais; instrumento de menor potencial ofensivo; policiamento em eventos; uso diferenciado da força; controle de multidões; doutrina policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216943>

QR Code



NITSCHKE, Rodrigo; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Atuação da Assessoria Policial Militar Junto ao Ministério Público do Paraná**: existe algum retorno para a polícia militar? São José dos Pinhais, 2025. 21 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade compreender se as ações da Assessoria Policial Militar do MPPR são direcionadas somente ao Ministério Público do Estado do Paraná, ou se também atendem aos interesses e necessidades da Polícia Militar do Paraná. Através da Assessoria Policial Militar, são desenvolvidas as atividades de relações institucionais, a segurança pessoal do Procurador-Geral de Justiça, e de membros e servidores quando ameaçados em situações que resultem do desempenho de suas funções, bem como a atividade de inteligência, através do Núcleo de Inteligência. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, sendo selecionadas pesquisas científicas relacionadas aos objetivos desta produção acadêmica no período de 2008 a 2024, e documentais do ano de 2018 a 2025, através da utilização das ferramentas Google Acadêmico e Biblioteca Unespar, utilizando-se uma abordagem qualitativa, tratando-se de uma pesquisa descritiva, sendo utilizados para a coleta de dados, documentos oficiais, como leis, portarias e resoluções, bem como o relato de experiências de militares que atuam na Assessoria Policial Militar. Constatou-se que as atividades da Assessoria Policial Militar contribuem para a proteção do Ministério Público, fortalecem as relações institucionais e ampliam a possibilidade de captação de recursos para a segurança pública. Através da constante atualização e instrução se busca a excelência na prestação dos serviços ao órgão ministerial, automaticamente gerando confiança e o fortalecimento das relações institucionais. São ressaltadas a importância de se conseguir um bom relacionamento institucional, existindo a possibilidade de ser aumentada a captação de recursos financeiros para serem aplicados à segurança pública, através da apresentação de projetos inovadores ao Ministério Público. Compreende-se que o fortalecimento das relações institucionais é benéfico para as instituições, quando ambas saem ganhando, contribuindo ainda com o planejamento estratégico da Polícia Militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; polícia militar; relações institucionais; segurança de dignitários; Ministério Público.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216801>

QR Code



NOGUEIRA, Marcel Américo Braz; AMARAL NETO, Anibal Pires do. **Da informalidade à padronização:** proposta e impactos de um protocolo de informação de direitos do detido na Polícia Militar do Paraná. São José dos Pinhais, 2025. 29 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo propõe a criação do protocolo "Nota de Direitos" para padronizar a comunicação dos direitos do preso pela Polícia Militar do Paraná (PMPR). Atualmente, essa comunicação ocorre de forma informal e sem uniformidade, podendo comprometer a segurança jurídica e a eficácia da prisão. A "Nota de Direitos" é um documento físico, a ser lido, entregue, assinado e testemunhado, contendo os principais direitos do preso, como o direito ao silêncio, à integridade física e moral, entre outros. A pesquisa é documental, descritiva e explicativa, com base em doutrina, jurisprudência, legislação e análise de 55 boletins de ocorrência extraídos do Sistema SESP-Intranet, abrangendo 100% dos atendimentos no Paraná em 23/07/2025. Dados do Sistema Business Intelligence (BI) revelam que, entre 01/01/25 e 30/08/25, 47.435 pessoas foram detidas em 40.269 registros. O estudo destaca a cultura técnica da PMPR como promotora dos direitos humanos, em conformidade com a missão institucional, a Política Nacional de Segurança Pública, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, dentre outros. Foram avaliados fatores favoráveis e desfavoráveis, desafios e possibilidades de integração com sistemas existentes. A análise, baseada em coleta manual de dados dos sistemas, revisão bibliográfica e nas matrizes SWHOT e PESTEL, indica que a implementação da nota construída é viável, desde que acompanhada de treinamento e monitoramento, contribuindo, assim, para a melhoria técnica, legal e institucional das prisões, formalizando a notificação de direitos, fortalecendo e impactando, destarte, a governança pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; nota de direitos; prisão; segurança jurídica; direitos humanos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216918>

QR Code



NOVAIS, Luciano Rodrigues; SCHWAMBACH, Ricardo. **Ferramenta de degravação automática de vídeos e áudios para processos administrativos da PMPR**: aplicabilidade e proteção das informações. São José dos Pinhais, 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo apresenta uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, voltada à análise da aplicabilidade de uma ferramenta institucional de degravação automática de vídeos e áudios nos processos administrativos da Polícia Militar do Paraná. O objetivo foi compreender como a adoção de tecnologias de Reconhecimento Automático de Fala pode contribuir para a eficiência processual e a proteção das informações sensíveis produzidas no âmbito administrativo. A investigação foi conduzida por meio de questionário aplicado a 77 policiais militares, preferencialmente escrivães e encarregados, responsáveis por procedimentos que exigem a degravação de mídias audiovisuais. O instrumento de coleta contemplou questões fechadas, destinadas à obtenção de dados objetivos, e questões abertas, voltadas à coleta de percepções individuais. Os dados foram analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas e de análise de conteúdo qualitativa, permitindo a interpretação dos significados e tendências das respostas. Os resultados demonstraram que a maioria dos participantes realiza degravações de forma manual, classificando a atividade como difícil ou muito difícil, e que 94,8% consideram necessária ou útil a implantação de uma ferramenta institucional, enquanto 96,1% acreditam que ela aumentaria a produtividade e a qualidade do trabalho administrativo. Conclui-se que a adoção de uma solução tecnológica própria é viável e urgente, pois reduz o tempo de execução das atividades, fortalece a proteção de dados e se alinha ao Planejamento Estratégico da PMPR 2025-2027.

Palavras-chave: Ciências Policiais; polícia militar; degravação; eficiência; proteção das informações.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216843>

QR Code



OLIVEIRA, Tiago de; PAKUSZEWSKI, Anderson. **Gestão orçamentária e financeira na Polícia Militar do Paraná**: estudo comparativo da execução versus a programação orçamentária na lei orçamentária anual - (LOA) no ano de 2024 de acordo com a ação do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná. 2025. 26 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a execução orçamentária da Polícia Militar do Paraná (PMPR) no exercício de 2024, ANALISANDO o ORÇAMENTO previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) E A SUA EXECUÇÃO. Fundamentado em pesquisa quantitativa e documental, o artigo utilizou relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, dados do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira (SIAFIC-PR) e legislação correlata, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Os resultados apontam discrepâncias significativas: enquanto a Ação 8501 - Ações do Comando-Geral da PMPR apresentou desempenho satisfatório, a Ação 8605 - Ações do Comando-Geral da PMPR/FUNESP registrou baixa execução, com apenas 60,18% das despesas correntes e 48,46% das despesas de capital efetivadas. Fatores como contingenciamentos, entraves administrativos e burocráticos, bem como dificuldades em processos licitatórios, podem ter sido determinantes nas divergências entre planejamento e execução. Evidências apontam que a gestão orçamentária da PMPR enfrenta desafios que refletem em sua expansão e inovação, a solução passa por robustecer os mecanismos de governança e controle, sendo essencial que a Corporação integre seu planejamento estratégico à execução financeira, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados com máxima eficiência.

Palavras-chave: Ciências Policiais; Polícia Militar do Paraná; execução orçamentária; planejamento estratégico; gestão orçamentária.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216940>

QR Code



OPUCHKEVICZ, Mário; ALMEIDA, Guilherme Zasevski. **Os institutos jurídicos da emendatio libelli e mutatio libelli**: possibilidade de aplicação em formulário de apuração de transgressão disciplinar no âmbito da Polícia Militar do Paraná. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem por escopo investigar os institutos jurídicos da emendatio libelli e mutatio libelli, presentes no Direito Processual Penal (DPP), e sua possibilidade de aplicação ao ramo do Direito Administrativo Disciplinar Militar, em especial nas elaborações de Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD). O problema de pesquisa é a indagação sobre a possibilidade de se trazer para o Direito Administrativo Disciplinar Militar da caserna tais premissas oriundas do DPP. O objetivo geral é analisar os institutos da emendatio libelli e da mutatio libelli para o bojo da análise e julgamento de FATD. Primeiramente, identifica-se o que são os institutos da emendatio libelli e da mutatio libelli. Em segundo lugar, reconhece-se a possibilidade e os limites de sua aplicação no processo administrativo disciplinar militar. Por terceiro, reflete-se sobre a percepção de encarregados de FATD na Polícia Militar do Paraná (PMPR) quanto ao conhecimento e aplicação desses institutos nos procedimentos em que laboram. Como resultados, em especial em procedimentos de 2020 a 2025, consolida-se que é juridicamente possível a aplicação análoga desses institutos ao processo administrativo disciplinar militar, desde que respeitados os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Verifica-se, ainda, um déficit de conhecimento técnico-normativo por parte de alguns agentes que atuam em FATD. A pesquisa é de caráter mista e exploratória, com uso de questionários e contou com uma amostra de 27 militares estaduais do 16º Batalhão de Polícia Militar (BPM). Os resultados mostram que apenas 33,3% consideraram os institutos abordados aplicáveis, por analogia, ao FATD.

Palavras-chave: Ciências Policiais; direito administrativo; DPP; FATD.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216803>

QR Code



ORLANDO, Wander Luis; SILVA, Denise Marília. **Gestão positiva de conflitos no ambiente escolar**: a percepção dos policiais militares da 1ª Cia. do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (PMPR) sobre a sua eficácia e legitimação. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo investigou a percepção de policiais militares sobre a Gestão Positiva de Conflitos (GPC) no ambiente escolar, fundamentando-se no Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Paraná (PMPR), em legislações estaduais e doutrinas institucionais. A pesquisa, ancorada nos princípios da gestão do conhecimento, participação institucional e responsabilidade social, analisou como a GPC é compreendida e aplicada pelos patrulheiros escolares. Adotou-se abordagem qualitativa e descritiva, com análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com integrantes da Patrulha Escolar Comunitária. Os dados foram interpretados à luz de referenciais sobre mediação de conflitos e cultura de paz, com destaque para Tomás (2014), que aponta a persistência da cultura da violência na sociedade e seus reflexos nas instituições educativas. Os resultados indicaram domínio conceitual e prático da GPC, com destaque para comunicação assertiva, escuta qualificada e mediação, que contribuíram para a redução de ocorrências, fortalecimento do diálogo e melhoria do clima relacional nas escolas. A legitimidade social da GPC mostrou-se maior quando integrada às equipes pedagógicas e respaldada institucionalmente. Conclui-se que a disseminação da GPC constitui ação estratégica de cidadania e humanização, capaz de restaurar o convívio social, valorizar pessoas e consolidar a função social da Polícia Militar. Mais que técnica de resolução de conflitos, a GPC é uma ferramenta de transformação social, cuja institucionalização como política permanente pode fortalecer a atuação preventiva. O estudo contribui para as Ciências Policiais ao fortalecer a Gestão Positiva de Conflitos como prática de mediação e promoção da cultura de paz.

Palavras-chave: Ciências Policiais; cultura de paz; eficácia e legitimação social; gestão positiva de conflitos; patrulha escolar comunitária.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216949>

QR Code



PADILHA, Natanael Zavaliski; LAZAROTTO, Adriano Cristiano. **Desafios da segurança pública em municípios de divisa interestadual**: análise da 2ª Companhia do 2º BPM da PMPR. 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa os desafios da segurança pública em municípios de divisa interestadual, focalizando a área de atuação da 2ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, responsável pelo policiamento de cinco municípios na divisa entre Paraná e São Paulo. A pesquisa adotou abordagem descritiva, exploratória e quanti-qualitativa, utilizando questionários semi estruturados aplicados ao comandante da unidade e aos quatro plantonistas responsáveis pelo despacho de ocorrências, complementados por análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados revelaram uma proporção crítica de 1 policial para cada 1.432 habitantes, superando significativamente as médias estadual (1:487) e nacional (1:500), associada a tempos de resposta elevados (60-120 minutos) devido às grandes distâncias territoriais. Identificaram-se deficiências tecnológicas sistemáticas nos sistemas SADE e TCIP, incluindo instabilidades frequentes, perda de dados e falhas de geolocalização que comprometem a eficiência operacional. O estudo evidenciou um déficit estrutural multidimensional caracterizado pela convergência de escassez de efetivo, limitações tecnológicas e deficiências na integração interinstitucional. Conclui-se que a eficiência do policiamento em áreas de divisa depende da articulação entre três elementos fundamentais: efetivo adequado, infraestrutura tecnológica confiável e integração interinstitucional interoperável, sendo essencial o investimento coordenado nesses componentes para fortalecer a segurança pública nas regiões fronteiriças do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança pública; polícia militar; municípios de divisa; tecnologias da informação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216920>

QR Code



PATTI, Ronnie Petterson; FADEL NETO, Milton Isack. **Análise da aplicabilidade do sistema Gympass na Polícia Militar do Paraná**: um estudo de caso no 2º BPM. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a viabilidade de implementação do sistema Gympass como alternativa complementar às academias internas da Polícia Militar do Paraná, a partir de um estudo de caso no 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM). O objetivo foi verificar se a adoção da plataforma poderia ampliar o acesso do efetivo à atividade física, considerando três dimensões de análise: operacional, econômica e jurídica. Trata-se de pesquisa aplicada, de caráter descritivo, baseada em questionário estruturado enviado às unidades que possuem academias em funcionamento e na análise documental de informações institucionais sobre infraestrutura, manutenção e desempenho físico. A análise identificou limitações relevantes no modelo institucional atual, como alcance territorial restrito, ausência de controle formal de uso, necessidade de profissionais habilitados em Educação Física e custos permanentes de manutenção. Constatou-se que grande parte do efetivo do 2º BPM reside em municípios distintos da sede, o que reduz a adesão às academias internas. A plataforma Gympass apresenta capilaridade regional superior, diversidade de modalidades e monitoramento automatizado, além de permitir contratação conforme os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Os achados indicam que o modelo híbrido combinando academias internas e rede credenciada pode ampliar a cobertura, facilitar a adesão e otimizar recursos, constituindo alternativa alinhada às políticas de valorização e promoção da saúde do policial militar. Conclui-se que a proposta oferece subsídios práticos para estratégias de bem-estar no âmbito da Polícia Militar do Paraná e contribui para a discussão acadêmica nas Ciências Policiais e na Administração Pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; qualidade de vida; gestão pública; atividade física; policiais militares.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216955>

QR Code



PAULA, Carlos Eduardo Sinque de; PYTLOWANCIV, Diogo Fernando Sampaio. **Policciamento orientado pela inteligência**: uma abordagem para o aprimoramento do patrulhamento tático motorizado no âmbito do Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial da Polícia Militar do Paraná. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) como instrumento de aprimoramento do Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) no Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa de campo, de caráter descritivo e quantitativo, envolveu a aplicação de um questionário a 125 operadores de PATAMO do BPRONE. Os resultados demonstram que o POI é fundamental para a otimização e aprimoramento das ações operacionais. Os operadores relatam maior confiança e um aumento na efetividade das missões (prisões/apreensões) quando orientados por informações de inteligência. A integração também resulta em melhor aplicação dos recursos humanos e logísticos e eleva a credibilidade da PMPR perante outras instituições e a população. Embora haja um consenso sobre a importância do POI para ações proativas, a pesquisa revelou uma lacuna no conhecimento básico sobre inteligência policial militar entre os operadores. Conclui-se que o POI é essencial para a eficiência, proatividade e legitimidade do PATAMO no BPRONE, alinhando-se às diretrizes estratégicas da PMPR, mas destaca a necessidade de nivelar a capacitação em inteligência para maximizar seu potencial.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento orientado pela inteligência; patrulhamento tático motorizado; BPRONE; integração operacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216821>

QR Code



PAZELLO, Robson Alexandre Parana; SOARES, Luiz Alexandre Murbach. **Proposta para otimizar a alocação do efetivo administrativo lotado nas P/4 das OPMs subordinadas ao 1º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná.**

2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, realizada no 1º Comando Regional de Polícia Militar (1º CRPM) e suas Organizações Policiais Militares (OPMs) subordinadas. Teve como objetivo apresentar uma proposta viável para otimizar as operações da 4ª Seção de Estado Maior (P/43) das OPMs, considerando aspectos logísticos, administrativos e de comando. O trabalho buscou racionalizar o emprego dos recursos humanos e otimizar a alocação do efetivo. Para compreender o contexto das atividades desenvolvidas, foram realizadas seis entrevistas padronizadas com gestores de logística do 1º CRPM e dos Batalhões de Polícia Militar (BPMs) subordinados, 12º, 13º, 20º, 23º e 33º. As informações coletadas foram analisadas utilizando-se a análise de conteúdo, sendo elaborada uma proposta e sugere-se que seja implantado um projeto-piloto para centralização das atividades de almoxarifado e aprovisionamento, ambas relacionadas à logística de abastecimento dos BPMs. A implantação desse projeto-piloto possibilitará a liberação de treze policiais militares, sendo quatro realocados para o 1º CRPM, a fim de dar suporte às atividades centralizadas e nove serão designados ao 33º BPM, unidade recém-criada que demanda de efetivo administrativo. Desta forma não será necessário retirar policiais do efetivo operacional para suprir a demanda do 33º BPM. A centralização representará um ganho de 13,7% no efetivo atualmente lotado nas funções de P/4 das OPMs analisadas. Sendo assim, o estudo proporcionará uma reorganização funcional que contribuirá para a melhor gestão do capital humano, otimização dos recursos humanos e aumento da eficiência administrativa no âmbito do 1º CRPM.

Palavras-chave: Ciências Policiais; capital humano; otimização de efetivo; logística.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216910>

QR Code



PELOSI, Fábio Moacir; ALMEIDA, Guilherme Zasevski. **Análise acerca dos acordos de não persecução penal homologados pela Vara da Justiça Militar do Estado do Paraná entre os anos de 2020 e 2025**: possibilidades e limites. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa analisou a aplicação do acordo de não persecução penal na Vara da Justiça Militar do Estado do Paraná, entre 2020 e 2025, com o objetivo de identificar as possibilidades e os limites de sua incidência no âmbito castrense. Trata-se de um estudo de natureza predominantemente quantitativa, complementado por análise documental e classificado, em relação aos seus objetivos, como uma pesquisa descritiva. Foram examinados 229 acordos, registrados entre junho de 2020 e julho de 2025, organizados e analisados por meio de estatística descritiva simples, com apresentação dos resultados em tabelas e gráficos. O levantamento revelou que 99 acordos envolveram crimes propriamente militares, incluindo delitos tradicionalmente sensíveis à hierarquia e à disciplina, com tendência de ampliação, sobretudo a partir de 2024. Por derradeiro, concluiu-se que o instrumento despenalizador em estudo representa um avanço em termos de eficiência e racionalização processual. Entretanto, sua aplicação na Justiça Militar demanda cautela, a fim de não comprometer os princípios estruturantes da hierarquia e da disciplina. O estudo contribui para o debate sobre a modernização da Justiça Militar, oferecendo subsídios relevantes para as ciências policiais ao destacar a necessidade de critérios normativos claros que conciliem a efetividade da persecução penal com a preservação dos valores militares, essenciais para as instituições de segurança pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; acordo de não persecução penal; crimes militares.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216945>

QR Code



PINHEIRO, Helton Wagner; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Definição estratégica das funções complementares do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) na PMPR**: um imperativo legal e gerencial para otimizar a gestão de pessoas e o planejamento institucional. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O artigo realiza uma análise qualitativa e descritiva sobre a aplicação do compliance como instrumento de melhoria da gestão pública, com foco no processo de implantação desse modelo no Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) de Curitiba. O objetivo da pesquisa foi compreender como mecanismos de integridade e controle interno podem fortalecer a eficiência administrativa, a transparência e a cultura organizacional no âmbito da Polícia Militar do Paraná. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada em pesquisa documental e análise interpretativa de legislações, portarias, planos institucionais e documentos internos do COPOM, acessados mediante autorização formal. O estudo constatou que a criação do Setor de Compliance e Controle Interno no COPOM constitui uma inovação alinhada ao Plano de Integridade do Estado do Paraná e ao planejamento estratégico da PMPR. Entre os principais resultados, identificou-se que a estrutura de compliance contribuiu para o aprimoramento da gestão de riscos, a padronização dos procedimentos administrativos e o fortalecimento da ética e da conformidade institucional. Também foi observada a ampliação da percepção de integridade entre os policiais militares e o estímulo à cultura de prestação de contas. Conclui-se que o compliance se mostra uma ferramenta eficaz de modernização administrativa e pode ser replicado em outras unidades da PMPR e instituições de segurança pública em geral.

Palavras-chave: Ciências Policiais; compliance; administração pública; cultura organizacional; serviço de atendimento de emergência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216981>

QR Code



PINTO, Celso Soares; SOUZA, Valmir de. **Qualificação administrativa e gestão de processos:** caminhos para a eficiência do serviço administrativo nas unidades recém-instaladas da Polícia Militar do Paraná. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a qualificação do efetivo administrativo das unidades policiais militares recém-instaladas na Polícia Militar do Paraná (PMPR), destacando lacunas de formação e possibilidades de aprimoramento por meio da gestão de processos. A pesquisa foi realizada mediante aplicação de questionário eletrônico, composto por 16 questões fechadas e 5 abertas, respondidos por 47 Praças classificadas no CME, BPRONE, 30º BPM, 31º BPM, 32º BPM, 10ª CIPM, 11ª CIPM, 12º CIPM e CIOC, e analisados por meio do método misto. Os resultados indicaram que a maioria não recebeu capacitação formal ao assumir suas atribuições, adquirindo conhecimentos de forma pontual ou pela prática cotidiana. Constatou-se também que as principais dificuldades enfrentadas decorrem da ausência de conhecimento técnico, retrabalho e falta de padronização. Observou-se baixo nível de familiaridade dos policiais com o conceito de gestão de processos, embora a maioria reconheça seu potencial para estruturar atividades, reduzir erros e aumentar a eficiência. Conclui-se que a adoção da gestão de processos pode fortalecer significativamente a atuação administrativa da PMPR, oferecendo contribuições práticas à corporação e ao campo das ciências policiais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; polícia militar; administração pública; capacitação; gestão de processos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216856>

QR Code



RANKEL, Alessandro Roberto; VIANA, Dênis Wellinton. **Influência do suporte social familiar, institucional e entre pares para o bem-estar psicológico dos alunos do Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná.** 2025. 20 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisou a influência do suporte social no bem-estar psicológico dos militares-alunos do Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas (CHOE) da Polícia Militar do Estado do Paraná - turma de 2025. Com abordagem quantitativa e descritiva, aplicou-se um questionário estruturado a 63 policiais militares-alunos (81,82% da turma), majoritariamente homens entre 40 e 50 anos, com 20 a 30 anos de serviço e funções administrativas prévias. Os resultados indicaram que a família é a principal fonte de apoio social para 92,06% dos participantes, sendo percebida como de intensidade "Muito Alta", enquanto o suporte oferecido por amigos, colegas do curso, instrutores/superiores diretos e pela Instituição PMPR foi predominantemente classificado como de intensidade "Moderada". O apoio emocional e prático foram predominantemente moderados, ao passo que o apoio social e informativo foram percebidos como altos. A maioria dos participantes concordou que a falta de suporte social contribui para o aumento do estresse ou sofrimento psicológico (90,48%), interferindo negativamente no desempenho nos estudos (84,13%), na concentração (71,43%), no humor (82,54%) e no cumprimento das tarefas (65,08%) durante o curso. Contudo, a maioria não acredita que a falta de suporte social interfira na disciplina. Conclui-se que o suporte social, especialmente o familiar, exerce uma influência significativa no bem-estar psicológico, sendo um elemento estratégico para a saúde e formação de oficiais especialistas. A pesquisa sugere o reforço de políticas institucionais de apoio e programas permanentes de atenção à saúde mental.

Palavras-chave: Ciências Policiais; suporte social; suporte familiar; suporte institucional; bem-estar psicológico.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216984>

QR Code



REINAUER, Ezequiel Schlegel; LEMOS JUNIOR, Luiz Carlos. **Compliance como ferramenta de melhoria do serviço público**: análise da implantação do compliance no COPOM–Curitiba como modelo para aplicação nas organizações policiais militares. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 – CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O artigo realiza uma análise qualitativa e descritiva sobre a aplicação do compliance como instrumento de melhoria da gestão pública, com foco no processo de implantação desse modelo no Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) de Curitiba. O objetivo da pesquisa foi compreender como mecanismos de integridade e controle interno podem fortalecer a eficiência administrativa, a transparência e a cultura organizacional no âmbito da Polícia Militar do Paraná. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada em pesquisa documental e análise interpretativa de legislações, portarias, planos institucionais e documentos internos do COPOM, acessados mediante autorização formal. O estudo constatou que a criação do Setor de Compliance e Controle Interno no COPOM constitui uma inovação alinhada ao Plano de Integridade do Estado do Paraná e ao planejamento estratégico da PMPR. Entre os principais resultados, identificou-se que a estrutura de compliance contribuiu para o aprimoramento da gestão de riscos, a padronização dos procedimentos administrativos e o fortalecimento da ética e da conformidade institucional. Também foi observada a ampliação da percepção de integridade entre os policiais militares e o estímulo à cultura de prestação de contas. Conclui-se que o compliance se mostra uma ferramenta eficaz de modernização administrativa e pode ser replicado em outras unidades da PMPR e instituições de segurança pública em geral.

Palavras-chave: Ciências Policiais; compliance; administração pública; cultura organizacional; serviço de atendimento de emergência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216979>

QR Code



RIBEIRO, Osni de Jesus Ott; SCHWAMBACH, Ricardo. **Sistema de Atendimento e Despacho de Emergência (SADE)**: na percepção dos policiais militares que atuam na área do 17º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, na função de Rádio Patrulha Auto (RPA). 2025. 22 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa as percepções dos policiais militares da Rádio Patrulha Auto (RPA) do 17º Batalhão de Polícia Militar (BPM) acerca do uso do Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE), ferramenta tecnológica desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná para modernizar o atendimento de ocorrências e otimizar o preenchimento do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU). A pesquisa, de abordagem descritiva e quantitativa, foi realizada por meio de questionário estruturado aplicado a 62 policiais militares, visando identificar benefícios, dificuldades e sugestões de aprimoramento. Os resultados apontaram que 46% dos participantes reconheceram melhoria significativa na agilidade do atendimento e destacaram redução no retrabalho administrativo, evidenciando ganhos operacionais com o uso do sistema. Contudo, 41% dos respondentes relataram instabilidades, falhas de conectividade e limitações no suporte técnico, especialmente em horários de pico, fatores que comprometem a eficiência no atendimento. As principais sugestões envolveram o fortalecimento da infraestrutura de rede, aprimoramento da interface e ampliação de treinamentos. O estudo contribui para o campo das Ciências Policiais ao oferecer evidências empíricas sobre os impactos da digitalização na gestão operacional e ao demonstrar que o sucesso de ferramentas tecnológicas como o SADE depende de investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação e integração sistêmica. Conclui-se que o SADE representa um avanço estratégico para a Polícia Militar do Paraná, promovendo maior eficiência, transparência e confiabilidade nos registros operacionais, consolidando-se como instrumento essencial na modernização do policiamento ostensivo e na construção de uma cultura organizacional voltada à inovação tecnológica.

Palavras-chave: Ciências Policiais; sistema SADE; polícia e inovações tecnológicas; preenchimento BOU.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216983>

QR Code



RODRIGUES, Alexandre de Lima; ROCHA, João Pedro Passos. **A instabilidade jurisprudencial do STF e do STJ e o impacto na atividade policial militar sob o enfoque da abordagem e do flagrante delito.** São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a instabilidade da jurisprudência do STF e do STJ e seus reflexos na atividade policial militar, com ênfase nos institutos da abordagem policial e do flagrante delito. O objetivo consiste em compreender de que modo a ausência de uniformidade nos entendimentos dos tribunais superiores compromete a previsibilidade normativa, fragiliza a legitimidade da atuação policial e gera insegurança jurídica. A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou uma abordagem exploratória com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram examinadas 25 fontes doutrinárias e normativas, além de 14 decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), obtidas em fontes oficiais e no acervo digital Minha Biblioteca da Universidade Estadual do Paraná. A análise dos dados foi conduzida segundo a técnica de análise de conteúdo temática, permitindo identificar padrões interpretativos e divergências recorrentes nos julgados. Os resultados revelam que as oscilações jurisprudenciais, ora restritivas, ora flexíveis, produzem um fenômeno de “jurisprudência ziguezague”, que compromete a segurança jurídica e expõe o policial militar a riscos de responsabilização por condutas praticadas no estrito cumprimento do dever legal. Conclui-se que a uniformização jurisprudencial é condição essencial para garantir a estabilidade normativa, a previsibilidade das decisões judiciais e a segurança da atuação policial. O estudo também ressalta a necessidade de fortalecer o diálogo entre a doutrina, a prática policial e o Poder Judiciário, de modo a alinhar a efetividade da persecução penal com a tutela dos direitos fundamentais e com o ideal de justiça no Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento ostensivo; impacto; flagrante de delito; tempo de espera.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216813>

QR Code



RODRIGUES, Everton Marcos; WENCEL, Elvis Luis. **Domínio de cidades**: o papel da Diretoria de Inteligência (DINT) da Polícia Militar do Paraná – da cena do crime à prisão dos envolvidos no Caso Guarapuava/PR. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 – CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa a atuação da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Paraná (DINT/PMPR) no enfrentamento ao crime de domínio de cidades, com foco no episódio ocorrido em Guarapuava/PR, em abril de 2022. A pesquisa, de natureza qualitativa e orientada pelo método de estudo de caso, fundamenta-se na análise de diferentes fontes empíricas e documentais, incluindo dois Boletins de Ocorrência Unificados (BOU), uma Diretriz Operacional, planos e relatórios internos da corporação, além de observação participante expressa em relato técnico-operacional. Foram também examinados materiais audiovisuais e informações oriundas de dados telemáticos obtidos mediante autorização judicial, conforme descrito em documentos oficiais. A triangulação dessas fontes permitiu identificar o papel estratégico desempenhado pela inteligência policial desde os momentos iniciais da cena do crime até a prisão dos principais envolvidos. Verificou-se a efetividade da DINT/PMPR na coleta e sistematização de vestígios, na produção de conhecimento estratégico e na coordenação interagências, resultando em respostas qualificadas e operações integradas de alta complexidade. Os resultados evidenciam a centralidade da atividade de inteligência como eixo estruturante da segurança pública, reafirmando sua relevância na formulação de estratégias eficazes de enfrentamento ao crime organizado e na preservação da ordem pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; inteligência policial; domínio de cidades; DINT/PMPR; operações integradas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216806>

QR Code



ROSA, Jeferson Panzarini; IARK, Andrey Müller. **A proficiência do policial militar do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas e da Secretaria de Estado da Segurança Pública na mudança da arma de porte da Polícia Militar do Paraná. 2025.** 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOÉ PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo científico tem como objetivo analisar comparativamente a proficiência no tiro de precisão dos militares estaduais do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP) diante da mudança de calibre da arma de porte da Polícia Militar do Paraná, substituindo a pistola Taurus PT 24/7, calibre .40 S&W, utilizada entre 2004 e 2023, pela pistola Beretta APX, calibre 9x19mm. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, explicativo e experimental, baseada em testes práticos de tiro de precisão realizados com 99 policiais militares. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e complementados por análise documental de normas e diretrizes institucionais. Foram comparadas as especificações técnicas das duas pistolas, considerando curso do gatilho, ergonomia e calibre, a fim de verificar se houve melhoria no desempenho dos atiradores. Os resultados indicam que a adoção da Beretta APX 9x19 mm elevou significativamente a precisão e a estabilidade dos disparos, contribuindo para a proteção dos policiais e a eficiência das missões da PMPR. O estudo oferece evidências científicas sobre o impacto positivo do novo calibre na proficiência operacional, fortalecendo o campo das Ciências Policiais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; arma de porte; Beretta APX 9x19mm; Taurus 24/7; 40 S&W.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216968>

QR Code



ROSA, Ricardo Alves; MORAES, Luiz Felipe Rodrigues de. **Análise dos meios de prova na caracterização do crime de embriaguez ao volante**: um estudo empírico sobre o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro no 2º Batalhão de Polícia Militar do Paraná. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho analisou a efetividade da legislação brasileira no combate à embriaguez ao volante, com base em uma abordagem quantitativa, qualitativa e documental. Foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica, com fundamentação em dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, resoluções do CONTRAN e legislações complementares, além da análise empírica de boletins de ocorrência registrados pelo 2º Batalhão de Polícia Militar do Paraná no primeiro semestre de 2025. A investigação identificou 103 ocorrências de embriaguez ao volante, das quais 83,5% foram comprovadas por meio do etilômetro e 16,5% por constatação de um conjunto de sinais de embriaguez, evidenciando a importância dos instrumentos técnicos e da atuação policial na aplicação da lei, dos saberes das ciências policiais e da atuação policial na aplicação da lei. Os resultados indicam que, apesar do endurecimento das penas e da ampliação dos mecanismos de fiscalização, a reincidência de casos ainda representa um desafio à segurança viária. O estudo contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas permanentes de educação no trânsito, manutenção adequada dos equipamentos de fiscalização e aprimoramento das práticas administrativas e penais. Conclui-se que a efetividade das normas depende não apenas da rigidez punitiva, mas também da integração entre prevenção, fiscalização e conscientização social, reforçando o papel do Estado na proteção da vida e na promoção de um trânsito mais seguro.

Palavras-chave: Ciências Policiais; embriaguez ao volante; legislação de trânsito; segurança viária; fiscalização.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216941>

QR Code



SANTOS, Alessandro Dias dos; GOEDERT FILHO, Valdir. **O desinteresse do policial militar do estado do Paraná na disciplina de direitos humanos:** influência da subcultura policial e desafios para a mudança de paradigmas. 2025. 26 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O estudo analisa o desinteresse dos policiais militares do Paraná pela disciplina de Direitos Humanos, investigando como subculturas policiais e a espetacularização midiática da violência influenciam esse fenômeno. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em análise documental e etnografia virtual com estudo de caso de vídeos de operações policiais divulgados no YouTube. Os resultados indicam que valores informais e códigos paralelos das subculturas policiais frequentemente se sobrepõem à cultura institucional, reforçando a lógica do confronto e a imagem do “policial guerreiro”. Verificou-se que a supervalorização simbólica das unidades de operações especiais e a difusão midiática de conteúdos que romantizam a violência contribuem para a desvalorização do policiamento ordinário e da disciplina de Direitos Humanos. Essa dinâmica também reforça percepções equivocadas de que os direitos humanos se destinam apenas à defesa de criminosos, afastando o policial de sua função cidadã. O estudo destaca a necessidade de tornar os Direitos Humanos eixo transversal da formação policial, por meio de metodologias ativas, estágios supervisionados e simulações práticas. Defende ainda a reconfiguração dos mecanismos de reconhecimento institucional e a regulação ética da produção midiática, como condição para consolidar uma cultura policial orientada pela cidadania, dignidade humana e princípios constitucionais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; direitos humanos; subcultura policial; formação policial; mídias digitais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216956>

QR Code



SANTOS, Rodrigo Manrich dos; PERES, Marcos Roberto de Souza. **Tempo fictício na PMPR**: análise dos precedentes de 2020 a 2025 julgados pela turma recursal do Tribunal de Justiça do Paraná. 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa os precedentes da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), no período de 01/08/2020 a 01/08/2025, acerca da contagem de tempo fictício na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR). Utilizou-se método documental, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. Foram examinados 146 acórdãos selecionados a partir de busca sistemática no sítio eletrônico do TJPR, posteriormente classificados por tema, órgão julgador, relator e fundamento jurídico. Os resultados indicam que 98,63% das decisões afastaram a contagem do tempo fictício, especialmente em demandas envolvendo progressão funcional, conversão de licença especial em pecúnia, conversão de tempo especial em comum, férias inadimplidas e enquadramento de classe. Observou-se uso recorrente dos fundamentos constitucionais do art. 40, § 10, da Constituição Federal, bem como da interpretação restritiva da expressão “efetivo serviço”. Apenas dois acórdãos admitiram a contagem, constituindo exceção minoritária. Verificou-se dissonância entre a prática administrativa da PMPR, que historicamente reconhece o cômputo em dobro da licença especial e o posicionamento jurisprudencial restritivo, gerando tensão institucional e insegurança jurídica. Conclui-se pela necessidade de reflexão normativa e administrativa, a fim de uniformizar o tratamento jurídico do tema e compatibilizá-lo com os objetivos organizacionais da Corporação, especialmente a valorização do efetivo.

Palavras-chave: Ciências Policiais; direito constitucional; regime jurídico dos militares estaduais; tempo ficto; tempo fictício.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216954>

QR Code



SCARIOTTE, Moisés Ricardo; ALMEIDA, Guilherme Zasevski. **A competência excepcional da Justiça Militar da União nos crimes dolosos contra a vida de civis**: inaplicabilidade à justiça militar estadual e prevalência do Tribunal do Júri. São José dos Pinhais, 2025. 26 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A metodologia adotada neste artigo científico é de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, inserida no campo das ciências policiais e jurídicas. O tema da pesquisa é a abordagem da competência excepcional da Justiça Militar da União e sua inaplicabilidade no âmbito da Justiça Militar Estadual. O método de pesquisa é bibliográfico e documental, podendo ser replicado se baseado na análise de artigos científicos, documentos e legislação, obtidos em plataformas de busca e sites, encontrados por meio do emprego de indicadores literais: "competência da Justiça Militar" and "crime doloso contra a vida de civis". O objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a competência excepcional da Justiça Militar da União para o julgamento de crimes dolosos contra a vida de civis não se estende à Justiça Militar Estadual. Os objetivos específicos consistem em analisar a competência da Justiça Militar Estadual e evidenciar a competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes desta natureza. Parte-se do pressuposto de que a Justiça Militar Estadual não detém competência para o julgamento de crimes contra a vida de civis praticado por policiais em serviço ou de folga. A pergunta de pesquisa busca verificar se a excepcionalidade de competência atribuída à Justiça Militar da União, que se restringe aos integrantes das Forças Armadas em serviço, pode ser aplicada à Justiça Militar Estadual frente a competência do Tribunal do Júri. Constatou-se que, no âmbito dos Estados-membros, a competência para o julgamento desses crimes é do Tribunal do Júri e que as exceções se aplicam exclusivamente à Justiça Militar da União e aos militares das Forças Armadas. O estudo tem como contribuição, o aperfeiçoamento a interpretação da lei penal militar pelo operador do direito e profissionais de segurança pública, no campo das ciências policiais, consoante as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.491, de 13 de dezembro de 2017 e pela Lei Federal nº. 14.688, de 20 de setembro de 2023.

Palavras-chave: Ciências Policiais; crimes dolosos contra a vida; direito penal militar; justiça militar da união; justiça militar estadual; tribunal do júri.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216905>

QR Code



SCHUINDT, Alysson Miyamoto; VAZ, João Eduardo Costa. **Entre a tradição e a eficácia:** a percepção da população de Curitiba e Região Metropolitana sobre o policiamento montado. São José dos Pinhais, 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo investiga a percepção popular sobre o policiamento montado – modalidade realizada a cavalo – nos grandes centros urbanos, destacando suas vantagens e as dificuldades enfrentadas no combate à criminalidade. O estudo busca analisar como a população de Curitiba e região metropolitana equilibra a tradição histórica e a eficácia operacional atribuídas a essa forma de policiamento montado. A pesquisa adota uma abordagem metodológica quantitativa, com utilização de questionário aplicado, através do aplicativo WhatsApp, aos cidadãos residentes em Curitiba/PR e região Metropolitana. Exploram-se as expectativas, avaliações e a importância atribuída à atuação da Cavalaria da Polícia Militar do Paraná em diferentes contextos da segurança pública. Os resultados positivos obtidos revelam a visão dos cidadãos, buscando compreender as razões pelas quais, mesmo com os avanços tecnológicos, o policiamento montado ainda mantém seu espaço e sua validação na complexa metrópole contemporânea. Conclui-se, com a análise descritiva, que a percepção pública sobre essa modalidade é multifacetada, influenciada tanto por seu simbolismo histórico quanto por sua atuação ostensiva no policiamento militar, contribuindo para o fortalecimento da imagem da PMPR no âmbito da segurança pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento montado; segurança pública; cavalaria; percepção social.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216880>

QR Code



SILVA, Alan Carlos da; SILVA, Geison David da. **A implementação de um sistema informatizado integrado e seus impactos na gestão de frota da Polícia Militar do Paraná (PMPR)**. São José dos Pinhais, 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo, no campo das Ciências Policiais, analisa a gestão de frota na Polícia Militar do Paraná (PMPR), investigando os impactos da implementação de um sistema informatizado integrado para identificar a melhoria que a centralização de dados traria na otimização de recursos e combate à fragmentação. A metodologia é de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e técnica de análise de dados por análise de conteúdo. O instrumento de coleta foi um questionário semiestruturado aplicado a 15 gestores do Centro de Motomecanização (CMM) para diagnosticar os processos vigentes. Os resultados confirmam que a ausência de um sistema único, somada à utilização de múltiplas plataformas não integradas e à rotatividade do efetivo, gera dados não confiáveis e dificulta o planejamento. Em resposta, a proposta detalha a arquitetura de um sistema modular que abrange o ciclo de vida completo do ativo, desde a incorporação até o descarte. O sistema inclui funcionalidades para diário de bordo digital, uma arquitetura de integração que prevê requisitos para futuras licitações, e a geração de ferramentas de análise, como painéis de controle (dashboards) e relatórios customizáveis, para apoio à decisão estratégica. Conclui-se que a implementação de tal sistema representa uma medida estratégica que, por meio da centralização de dados, otimiza custos, fortalece a governança e aprimora a eficiência operacional da PMPR.

Palavras-chave: Ciências Policiais; gestão de frotas; tecnologia da informação; governança; setor público.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216908>

QR Code



SILVA, Anderson Luiz da; SILVA, Valter Ribeiro da. **Mediação comunitária na polícia militar**: estudo de caso sobre a iniciativa do NUMEC do 1º Batalhão da Polícia Militar do Paraná. 2025. 34 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa a aplicabilidade da mediação comunitária no contexto da segurança pública, tendo como estudo de caso o Núcleo de Mediação de Conflitos (NUMEC) do 1º Batalhão da Polícia Militar do Paraná. A mediação, entendida como processo técnico conduzido por terceiro imparcial para favorecer soluções pacíficas, apresenta-se como estratégia relevante para o fortalecimento do diálogo entre polícia e comunidade. O estudo buscou compreender de que modo a mediação contribui para a atuação policial e para a aproximação com a sociedade, bem como identificar os principais desafios enfrentados na experiência do NUMEC/1º BPM. Fundamentado em marcos legais nacionais e internacionais e alinhado ao policiamento comunitário, o estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, utilizou questionário online com perguntas fechadas e abertas respondido por sete policiais participantes do projeto. Os resultados indicam reconhecimento unânime do potencial da mediação para prevenir conflitos, agilizar atendimentos e promover maior cooperação entre população e Polícia Militar. Todavia, evidenciaram-se entraves estruturais e institucionais, como ausência de normatização interna, fragilidades de infraestrutura, falta de horário protegido e resistência cultural. A gestão mostrou-se pouco efetiva e a conclusão do curso de formação foi limitada, dependente do voluntarismo dos mediadores. Conclui-se que a mediação comunitária é promissora para a pacificação social, mas requer investimento organizacional, estrutura adequada e governança ativa para se consolidar como política pública sustentável e eficaz.

Palavras-chave: Ciências Policiais; mediação comunitária; Núcleo de Mediação de Conflitos (NUMEC); pacificação social.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216963>

QR Code



SILVA, Juliano Benedito da; MARCONDES, Paulo Cesar. **Juventude legal - informar para prevenir**: proposta do programa educativo-jurídico da Polícia Militar do Paraná. 2025. Arquivo digital em formato PDF. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito examinar a viabilidade de implementação do programa preventivo denominado “Juventude Legal – Informar para prevenir”, direcionado aos estudantes do ensino médio da rede pública do Estado do Paraná. A proposta consiste na oferta de informação jurídica de caráter educativo, a ser desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná, visando à promoção de práticas preventivas no contexto escolar. O programa tem o objetivo de conscientização, por meio de palestras com temas jurídicos, informando sobre as consequências criminais da infração penal. O método aplicado foi o descritivo, com coleta de dados por meio de questionários aplicados a policiais militares e professores da rede estadual de ensino, seguido de análise qualitativa e quantitativa, obtendo resultado favorável à implementação do programa. Observou-se a falta de programas preventivos de educação jurídica voltados aos estudantes, destacando-se a necessidade da sua inserção na matriz curricular escolar e a implementação do programa em eixos temáticos específicos, visando à prevenção da criminalidade juvenil e à proximidade do policial desse público vulnerável. O estudo contribui para a reflexão do impacto da informação jurídica no ambiente escolar, assim como para a ampliação do escopo dos programas preventivos da PMPR, em atenção ao papel constitucional da Polícia Militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; programa preventivo; criminalidade juvenil; orientação jurídica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216950>

QR Code



SILVA, Juliano Ferreira da; ALMEIDA, Guilherme Zasevski. **Cigarros eletrônicos: análise crítica da legislação e a atuação da Polícia Militar do Paraná.** 2025. 26 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a atuação e a consequente padronização das ações da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) em ocorrências envolvendo cigarros eletrônicos. A relevância do tema é dada pelo uso crescente desses dispositivos, visto como uma epidemia entre jovens, e pela carência de uma legislação específica e atualizada que regulamente o uso e a comercialização. Diante deste cenário de lacuna legislativa, a pesquisa buscou responder: como a PMPR pode padronizar sua atuação em ocorrências envolvendo cigarros eletrônicos? O estudo também visa nortear a atuação policial em consonância com o Planejamento Estratégico da PMPR (eixo "Cidadão e Sociedade"), a Matriz Curricular Nacional (MCN) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para tanto, foi utilizada a metodologia qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com foco na análise da legislação pertinente e dos documentos internos da PMPR. O estudo revela, de forma evidente, que a PMPR, em resposta à carência legislativa específica atualizada, criou e implementou o Procedimento Operacional Padrão (POP) 100.40 (Paraná, 2025)³ para nortear a atuação policial em instituições de ensino, detalhando as condutas para adultos, adolescentes e crianças com base na legislação federal. O estudo demonstrou que a revogação do POP 100.40 evidencia a necessidade de uniformização institucional, e sua fragilidade e rigidez ocasionou sua revogação. O artigo destaca a necessidade urgente de um debate e de uma regulamentação mais abrangente para nortear a atuação dos organismos policiais em todas as demais circunstâncias, contribuindo para a melhoria do serviço policial e o cumprimento dos objetivos estratégicos da corporação.

Palavras-chave: Ciências Policiais; atuação; legislação; condutas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216948>

QR Code



SILVA, Mara Cristina Araújo Venâncio da; KEVETIKI, Maria Augusta Furlanetto Gazola. **Meio ambiente:** uma análise da fiscalização da pesca predatória nos principais rios da 3ª Companhia de Polícia Militar Ambiental do Paraná. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito examinar a viabilidade de implementação do programa preventivo denominado “Juventude Legal – Informar para prevenir”, direcionado aos estudantes do ensino médio da rede pública do Estado do Paraná. A proposta consiste na oferta de informação jurídica de caráter educativo, a ser desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná, visando à promoção de práticas preventivas no contexto escolar. O programa tem o objetivo de conscientização, por meio de palestras com temas jurídicos, informando sobre as consequências criminais da infração penal. O método aplicado foi o descritivo, com coleta de dados por meio de questionários aplicados a policiais militares e professores da rede estadual de ensino, seguido de análise qualitativa e quantitativa, obtendo resultado favorável à implementação do programa. Observou-se a falta de programas preventivos de educação jurídica voltados aos estudantes, destacando-se a necessidade da sua inserção na matriz curricular escolar e a implementação do programa em eixos temáticos específicos, visando à prevenção da criminalidade juvenil e à proximidade do policial desse público vulnerável. O estudo contribui para a reflexão do impacto da informação jurídica no ambiente escolar, assim como para a ampliação do escopo dos programas preventivos da PMPR, em atenção ao papel constitucional da Polícia Militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; fiscalização; pesca predatória; preservação; sustentabilidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216951>

QR Code



SILVA, Ocimar Pedro da; CAMARGO, Felipe Furquim de. **A prática de atividade física entre policiais militares**: um estudo sobre o Nono Batalhão de Polícia Militar do Paraná e os fatores que influenciam no engajamento do efetivo. 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisou a prática de atividade física entre policiais militares do 9º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, por meio de questionários aplicados a 130 participantes, equivalendo a 31,17% do efetivo total da Unidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), que buscou compreender o perfil dos policiais e os fatores que influenciam a prática de exercícios físicos, identificando a frequência das atividades, bem como as barreiras e os fatores motivacionais, positivos ou negativos. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes pratica exercícios de forma individual, relatando a frequência média de duas vezes na semana, predominando a musculação com 49,2% dos resultados. A falta de tempo foi apontada como a principal dificuldade, e embora 73,6% afirmem existir aparato para educação física em suas sedes, porém 30,7% responderam que não a utilizam, e não seguem o horário regulamentado pela corporação. Ademais, 53,1% conseguem conciliar serviço, família e esporte "com alguma dificuldade". Constatou-se que, embora exista consciência sobre a relevância da prática regular de exercícios, a fragilidade de políticas de incentivo, aliado à carência de estruturas apropriadas, como espaços adequados e acompanhamento profissional, constitui o principal fator limitador. As manifestações subjetivas reivindicam, não obstante alguns casos de indiferença, por maior incentivo institucional, contribuindo a presente pesquisa para a reflexão sobre a necessidade de se inovar na busca de estratégias voltadas à promoção da saúde e à valorização do efetivo, através do incentivo à prática esportiva.

Palavras-chave: Ciências Policiais; saúde; atividade física; motivação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216978>

QR Code



SILVA, Tarcísio Maico Conçalves da; CARVALHO, Fabrício Baran. **Aquisição e estruturação de academias nas unidades da Polícia Militar do Paraná:** reflexo da prática de atividade física na corporação. São José dos Pinhais, 2025. 23 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a contribuição da aquisição e estruturação de academias de musculação nas unidades da Polícia Militar do Paraná para a promoção da prática de atividade física entre os policiais militares. A pesquisa, de caráter quantitativo e descritivo, foi realizada por meio de questionário estruturado aplicado em plataforma digital (Google Forms), com análise estatística descritiva dos dados obtidos junto a 274 participantes de diferentes unidades operacionais da corporação. Os resultados indicaram que, após a implantação das academias, 78,8% dos respondentes passaram a utilizá-las, sendo a maioria de forma regular. Verificou-se ainda que 86,9% dos policiais reconhecem a influência positiva da iniciativa no estímulo à prática de exercícios físicos, e 95,9% apontam benefícios relacionados à saúde e valorização profissional. Entre os principais ganhos relatados estão a melhora no condicionamento físico, a redução do estresse e o aumento da disposição para o trabalho. Já os desafios incluem a falta de tempo decorrente das escalas irregulares, a ausência de profissionais capacitados e a necessidade de ampliação e modernização dos equipamentos. O estudo contribui para as Ciências Policiais ao evidenciar que políticas institucionais voltadas à promoção da saúde e ao bem-estar físico fortalecem o desempenho, a motivação e a valorização do efetivo policial, consolidando o exercício da atividade policial de forma mais saudável e eficiente. Conclui-se que a implantação das academias representa uma política efetiva de valorização do efetivo, alinhada às diretrizes nacionais de segurança pública e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Ciências Policiais; atividade física; saúde ocupacional; promoção da saúde; qualidade de vida.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216857>

QR Code



SILVANO, Rodrigo Friedrich Leandro; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **A ampliação de vagas do Quadro de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná, como fator de fluxo de carreira e incentivo ao crescimento profissional e pessoal.** 2025. 21 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Com a promulgação da Lei Federal nº 14.751/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, foi regulamentado o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) nas estruturas das polícias militares estaduais. No Paraná, essa matéria foi disciplinada pela Lei Estadual nº 22.234/2024, que criou o novo Quadro de Oficiais Especialistas da Polícia Militar. A nova legislação prevê a extinção progressiva do atual Quadro Especial de Oficiais (QEO PM). À medida que os cargos do QOE forem vagando, eles serão gradualmente revertidos para o novo quadro, o que possibilitará a ascensão de carreira dos militares até o posto de Tenente-Coronel PM, limite imposto pela lei. Em uma análise preliminar, constata-se que, no atual modelo de reversão de vagas, a demanda por promoções pode não ser atendida em curto prazo. Isso poderia comprometer o fluxo de carreira dos novos e futuros oficiais, afetando diretamente a satisfação profissional e pessoal dos integrantes do quadro. Além disso, a situação impactaria as promoções dos praças, já que o sistema piramidal da instituição, em regra, depende da vacância de vagas para que as promoções sejam efetivadas. Essa preocupação é relevante, pois interfere diretamente nos objetivos estratégicos da corporação. Para aprofundar a questão, será realizada uma breve análise com base na data de inclusão dos futuros policiais que ingressarão no QOE PM, no tempo total de serviço (sem acréscimos individualizados) e nas vagas atualmente ocupadas. Tendo em vista que as vagas só serão revertidas ao QOE PM após a sua vacância, esta análise visa prever os efeitos que a situação causará nos próximos anos, como a possível falta de vagas para o posto de Oficial Intermediário (Capitão). Isso poderia impedir a ascensão de militares que já se encontrarão futuramente em condição de promoção. Além disso, o estudo analisará o tempo de serviço dos atuais alunos do Curso de Habilitação de Oficiais (CHOE PM), já que alguns podem ser alcançados pela reserva compulsória antes de serem promovidos novamente. Este estudo busca demonstrar a necessidade da abertura de vagas para garantir a fluidez da carreira. Para isso, será feito um comparativo entre demais quadros existentes na instituição e fora dela, a fim de que o estudo contribua com a instituição, visando a proposta de estudo pela instituição a fim de melhor promover a satisfação profissional e pessoal dos novos integrantes do quadro e, conseqüentemente, melhorando a prestação de serviços à sociedade paranaense.

Palavras-chave: Ciências Policiais; fluxo de carreira; Quadro de Oficial Especialista; satisfação profissional; promoção; Curso de Habilitação de Oficiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216800>

ARTIGOS CHOE PM 2025

QR Code



SOARES, Gilmar das Graças; GOULART, Ronaldo Carlos. **A atuação e a efetividade dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) na área da Sexta Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR):** uma análise na concepção dos membros natos que representam a polícia militar (PMPR). 2025. 39 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a atuação e a efetividade dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) na área da Sexta Companhia Independente da Polícia Militar do Paraná (6ª CIPM), considerando os aspectos de prevenção da criminalidade, atendimento das demandas comunitárias, fortalecimento da confiança entre polícia e população e identificação de boas práticas. A investigação, de natureza qualitativa e caráter descritivo, apoiou-se metodologicamente em Creswell (2007) e utilizou processos de organização, codificação, categorização e interpretação das respostas obtidas por meio de um formulário estruturado, respondido pelos membros natos da Polícia Militar que representam os CONSEGs nos municípios de Faxinal, Ivaiporã, Jardim Alegre, São João do Ivaí e Borrazópolis. Os resultados indicaram que os CONSEGs se configuram como instrumentos de governança participativa e de aproximação entre Estado e sociedade, fortalecendo a filosofia do policiamento comunitário e o princípio da corresponsabilidade na segurança pública. Evidenciou-se que os conselhos exercem papel relevante na prevenção da criminalidade, na mediação de demandas locais e no fortalecimento da confiança entre a Polícia Militar e a comunidade. Também se identificaram experiências positivas relacionadas à articulação institucional, à mobilização social e ao apoio a projetos de melhoria da segurança pública, evidenciando o comprometimento das lideranças locais com o bem comum. Entretanto, observou-se que, em algumas situações, a busca por recursos materiais e financeiros tem ocupado parte das pautas dos conselhos, o que, embora revele engajamento e senso de colaboração comunitária, requer atenção para que não se sobreponha às suas funções deliberativas e participativas. Conclui-se que a atuação dos CONSEGs tem contribuído para a consolidação de uma Polícia Militar mais próxima, eficiente e legitimada socialmente, representando um avanço concreto na integração entre segurança pública e participação cidadã na região do Vale do Ivaí.

Palavras-chave: Ciências Policiais; conselhos comunitários de segurança; polícia militar; policiamento comunitário; participação social; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216964>

QR Code



SOUZA, Cristiane de; CAETANO, Cristiano Israel. **Proposta para implantação de ações que contribuam para a gestão por competências na PMPR a partir das fraquezas constantes no Planejamento Estratégico 2025-2027.** 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma proposta de implantação de ações que contribuam para a gestão por competências na Polícia Militar do Paraná (PMPR), a partir das fraquezas identificadas no Planejamento Estratégico 2025-2027. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário direcionado aos oficiais das diretorias estratégicas da Corporação, abrangendo a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), a Diretoria de Educação Corporativa (DEC) e a PM/3 - Seção de Planejamento e Coordenação. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, possibilitando identificar percepções e propor soluções relacionadas à inserção da gestão por competências no planejamento institucional. Os resultados evidenciaram consenso entre os gestores quanto à relevância da gestão por competências como instrumento de fortalecimento organizacional e valorização do efetivo. Dentre as soluções propostas, destacam-se o mapeamento das competências individuais e organizacionais, a criação de mecanismos de avaliação de desempenho, o alinhamento dos critérios de promoção aos objetivos estratégicos, o desenvolvimento contínuo de capacitações e a adoção de políticas de valorização e retenção de talentos. Conclui-se que a integração entre a gestão por competências e o planejamento estratégico representa um caminho promissor para a modernização administrativa e o aumento da eficiência institucional, refletindo em melhorias na prestação do serviço público e na segurança da sociedade paranaense.

Palavras-chave: Ciências Policiais; gestão por competências; planejamento estratégico; polícia militar; gestão de pessoas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216858>

QR Code



SOUZA, Ozéias Pereira de; ROCHA, Marcel. **Perfil dos atropelamentos registrados pela Polícia Militar do Paraná com resultado óbito no período de 2022 a 2024**. 2025. 20 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa os atropelamentos com resultado de óbito ocorridos no Estado do Paraná entre os anos de 2022 e 2024, com base nos registros da Polícia Militar do Paraná (PMPR), extraídos da plataforma Business Intelligence (BI) do sistema BATEU. O estudo, de natureza documental, descritiva e com abordagem quantitativa, teve como objetivo identificar o perfil das vítimas fatais, considerando variáveis como faixa etária, gênero, local da ocorrência (vias urbanas e rodovias estaduais), dia da semana e hora do dia. Os resultados apontam que a maioria dos atropelamentos com morte ocorreram em vias urbanas, mas a letalidade foi significativamente maior nas rodovias estaduais. Verificou-se predominância de vítimas do sexo masculino e da faixa etária acima de 60 anos. A maioria dos óbitos ocorreram no período noturno e nos finais de semana. Esses achados indicam a necessidade de políticas públicas mais assertivas voltadas à segurança viária de pedestres, especialmente para populações com idade acima de 60 anos. A pesquisa contribui com subsídios para o planejamento de ações preventivas por parte da PMPR e de demais gestores públicos envolvidos com a segurança no trânsito.

Palavras-chave: Ciências Policiais; atropelamento; pedestres; letalidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216888>

QR Code



TEODORO, Aline Burakowski; CARON, Ricardo. **A formação de competências funcionais na educação corporativa do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná**: uma análise de lacunas. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo objetivou identificar as principais lacunas no processo de educação corporativa voltada aos integrantes do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná (SIPOM), sob o aspecto da formação de competências funcionais. A importância da atividade de Inteligência para o assessoramento institucional e a relevância da especialização dos profissionais que nela atuam foram destacadas. Classificada como descritiva quanto aos objetivos, a pesquisa teve abordagem mista utilizando pesquisa documental, baseada na análise de nove documentos, e levantamento através da aplicação de questionário estruturado que obteve respostas de 320 participantes, em uma população total de 812 pessoas. Os resultados revelaram lacunas no processo de capacitação específica dos agentes de operações e analistas de Inteligência. Entre os participantes que exercem a função de agentes, 76,2% não possuem a capacitação específica e para os participantes que atuam como analistas de Inteligência, o percentual foi de 56,2%. A análise documental apontou uma incongruência na oferta do Curso de Especialização em Inteligência a policiais militares não credenciados no SIPOM, expondo que 58,2% dos concluintes, a contar de 2020, não foram aplicados na atividade de Inteligência. O presente trabalho pode contribuir na reflexão e discussão sobre possíveis estratégias de ensino a serem adotadas pela ESINT para preencher as lacunas existentes e melhor atender as necessidades específicas de capacitação dos integrantes do SIPOM.

Palavras-chave: Ciências Policiais; inteligência; educação corporativa; competências funcionais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216799>

QR Code



THULER, José Claudio; GONÇALVES, Edvagner de Lima. **A percepção dos policiais militares do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná em relação à diária especial por atividade extrajornada voluntária.** 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo investigar os impactos da escala extraordinária de trabalho, denominada Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária (DEAEV) sobre os policiais militares vinculados ao 13º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná, partindo do pressuposto de que tal regime representa um fator gerador de desafios pessoais e profissionais. Nesse prisma, foi realizada a abordagem com enfoque quantitativo, sendo a pesquisa conduzida com técnicas de coleta de dados descritiva por meio da aplicação de um questionário on-line, disponibilizado na plataforma GoogleForms aos policiais do 13º Batalhão, dos quais 60 (sessenta) voluntariamente aderiram à pesquisa. A análise considerou informações sobre a percepção dos policiais quanto à adoção da Diária Extrajornada de Segurança Pública seguindo a técnica estatística descritiva. O estudo permitiu avaliar os efeitos geradores do cumprimento da aludida escala em dias de folga dos militares avaliados, os resultados que ela gera, tanto em seu bem-estar pessoal (saúde, família e lazer), quanto no desempenho profissional (qualidade do serviço prestado, percepção em relação ao aumento da sensação de segurança na população produtividade ao serviço público). Concluindo que atividade extrajornada contribui positivamente na questão financeira, embora traga conseqüências negativas nas relações pessoais e qualidade de vida, trazendo cansaço e esgotamento físico, ainda assim, os policiais consideram insuficiente a quantidade de cotas de escalas disponibilizadas. Diante do resultado, percebe-se que há necessidade de uma gestão equilibrada dessas escalas, visando minimizar os impactos adversos relacionados ao bem estar do policial, e consequentemente efeito no desempenho profissional.

Palavras-chave: Ciências Policiais; desempenho profissional; escala extraordinária; polícia militar; saúde ocupacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216903>

QR Code



TREVISAN, Mônica Dantas; OLIVEIRA, Claudete Sklarski de. **A função judicante dos oficiais da PMPR: percepções e desafios enfrentados pelos juizes militares no ano de 2024.** 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo dedica-se à análise da função judicante, de caráter singular e juridicamente relevante, atribuída aos oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, na qualidade de juizes militares. A investigação tem como objetivo examinar, sob uma perspectiva quali-quantitativa, as experiências vivenciadas e as percepções manifestadas por oficiais que integraram o Conselho de Justiça da Vara da Justiça Militar do Estado do Paraná no ano de 2024. A pesquisa contempla, ainda, a visão do Juiz de Direito titular que atuou por 12 (doze) anos nessa justiça especializada, oferecendo uma perspectiva qualificada sobre a atuação do escabinato. As manifestações colhidas junto aos participantes buscaram identificar eventuais dificuldades, desafios e percepções relacionadas ao exercício da função judicante. À luz dos dados obtidos através de questionários contendo perguntas fechadas e abertas, constatou-se a importância de aprimoramento dos oficiais. Propõe-se, portanto, a implementação de um curso de capacitação continuada por meio da modalidade de ensino à distância, recurso pedagógico já consolidado em outros processos formativos da Corporação, com o objetivo de contribuir para o enriquecimento da atuação judicante dos Oficiais, estimulando o desenvolvimento profissional e acadêmico desses agentes de segurança pública. A proposta está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e aos objetivos delineados no Planejamento Estratégico da Polícia Militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; justiça militar; Conselho de Justiça; juiz militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216867>

QR Code



VEIGA, Alessandro Pinheiro da; SENTONE, Rafael Gomes. **Assessorias policiais militares na confluência do poder público**: contribuições e desafios diante do novo planejamento estratégico da PMPR 2025-2027. 2025. 20 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa o papel estratégico das Assessorias Policiais Militares (APMs) na confluência do poder público do Paraná, sob a ótica do novo Planejamento Estratégico da PMPR para o triênio 2025-2027. O objetivo central é identificar as contribuições, os desafios e as oportunidades de aperfeiçoamento dessas estruturas, que, apesar de sua relevância para a articulação interinstitucional, operam de forma descentralizada e com lacunas normativas. A pesquisa, de natureza descritiva e qualitativa, utiliza a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), sobre um corpus documental que examina a atuação das oito APMs existentes nos seguintes órgãos: Tribunal de Justiça (TJPR), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Ministério Público (MPPR), Tribunal de Contas (TCE), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Departamento de Trânsito (DETRAN), Assembleia Legislativa (ALEP) e Secretaria de Segurança Pública (SESP). Os resultados indicam que, embora as assessorias sejam fundamentais para a representação e o assessoramento técnico da Corporação, a ausência de uma coordenação centralizada e de metas específicas no planejamento estratégico compromete sua eficácia e a mensuração de resultados. A falta de padronização normativa e de gestão integrada gera desafios operacionais, como a duplicação de esforços e a perda de oportunidades estratégicas. Conclui-se pela necessidade de reestruturação do modelo atual, sugerindo a criação de um órgão centralizador para as relações institucionais e a inclusão de objetivos e indicadores específicos no planejamento estratégico, visando otimizar a contribuição das APMs para a missão constitucional da PMPR e fortalecer sua presença nos espaços decisórios do Estado.

Palavras-chave: Ciências Policiais ; assessoria policial militar ; confluência ; poder público ; planejamento estratégico.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216810>

QR Code



VIANA, Valdecir Rodrigues; SANTOS, Rodrigo Bandeira dos. **A redução dos crimes violentos contra o patrimônio**: um estudo sobre roubos a instituições financeiras no estado do Paraná no período de 2017 a 2024. 2025. 20 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa o fenômeno da redução dos crimes violentos contra o patrimônio, com ênfase nos roubos a instituições financeiras ocorridos no Estado do Paraná entre os anos de 2017 e 2024. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quantitativa e documental, utilizando dados obtidos no Business Intelligence da Polícia Militar do Paraná, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e em relatórios da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, conforme Creswell (2007), com o propósito de identificar tendências, padrões e fatores associados à diminuição desses delitos. Observou-se uma queda acentuada nas ocorrências a partir de 2018, relacionada ao aprimoramento do Plano de Defesa Territorial da PMPR, à integração entre forças de segurança e às inovações tecnológicas implementadas nas instituições financeiras. A popularização dos meios digitais de pagamento, como o Pix, também contribuiu para a redução da circulação de numerário e, conseqüentemente, da atratividade econômica das agências bancárias. Os resultados apontam que a conjugação de políticas públicas preventivas, avanços tecnológicos e mudanças nos hábitos financeiros da população foi determinante para a redução dos roubos a instituições financeiras no Paraná. A atuação integrada entre o Estado e o setor privado consolidou um modelo eficaz de enfrentamento à criminalidade patrimonial, passível de replicação em outros contextos federativos.

Palavras-chave: Ciências Policiais; crimes violentos contra o patrimônio; segurança pública; planejamento estratégico; integração.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216885>

QR Code



VILLATORE, Eduardo de Castro; FADEL NETO, Milton Isack. **Aptidão física em meio líquido**: parâmetros comparativos para o policiamento aquático da Polícia Militar do Paraná. 2025. 25 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A atuação de policiais militares em ambientes aquáticos exige preparo físico específico para garantir eficácia operacional e segurança pessoal. Este trabalho analisou, de forma comparativa, os critérios de aptidão física em meio líquido exigidos por diferentes corporações de segurança pública no Brasil, com ênfase nos testes de natação utilitária, flutuação, apneia (estática e dinâmica) e mergulho, contrastando-os com os requisitos adotados pela Polícia Militar do Paraná (PMPR). A pesquisa utilizou como metodologia a análise documental de editais e planos de curso, além de documentos institucionais internos da PMPR, como nota de serviço e plano de disciplina (Pladis). Os resultados evidenciam que, enquanto instituições como Marinha do Brasil, Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) e Polícia Militar do Amapá (PMAP) possuem critérios objetivos claros com índices de tempo e distância, a PMPR ainda adota uma abordagem centrada em conteúdos programáticos, sem padronização formal de avaliação aquática. Tal lacuna normativa representa um risco à eficiência e à segurança dos operadores. Como contribuição, o estudo sugere a formalização de diretrizes específicas, a consolidação doutrinária da área e o aprofundamento em estudos de acidentes operacionais em ambiente hídrico, a fim de subsidiar a construção de um modelo mais eficaz e seguro de capacitação para policiais militares que atuam diretamente no policiamento aquático. A pesquisa apresenta enfoque de investigação qualitativa de natureza aplicada, procedimento técnico de análise documental representados em quadros demonstrativos, de caráter descritivo, sem aplicação de instrumentos estatísticos ou experimentais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; natação utilitária; policiamento aquático; aptidão física; formação policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216975>

QR Code



ZANONA, Celso Luiz; BUSNELLO, Jakson Aquiles. **A atuação da patrulha rural comunitária em municípios com grande extensão territorial, com ênfase na área do Décimo Sexto Batalhão de Polícia Militar.** 2025. 24 f. TCC (Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas da Polícia Militar do Paraná 2025 - CHOE PM 2025) -- Escola de Formação de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A patrulha rural comunitária (PRC) é um programa de policiamento pautado na filosofia da Polícia Comunitária, voltado à promoção da segurança em áreas rurais. O objetivo deste artigo foi verificar a atuação e a relevância dessa atividade em regiões de grande extensão territorial, como as atendidas pelo Décimo Sexto Batalhão de Polícia Militar. A PRC desenvolve ações de patrulhamento preventivo, cadastramento de propriedades, visitas orientativas e uso de tecnologias, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a polícia, bem como a corresponsabilidade pela segurança local. A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de questionário aplicado a dez policiais envolvidos nas atividades da PRC e teve como técnica de análise a análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram a redução de crimes como furtos de gado, invasões de propriedades e casos de violência doméstica, além do aumento da sensação de segurança entre os moradores. Contudo, desafios como o efetivo insuficiente, o rodízio de policiais e a limitação de infraestrutura ainda comprometem a cobertura e a eficiência das ações. Conclui-se que a PRC desempenha papel essencial na segurança pública dos municípios de grande extensão territorial, ao promover a aproximação entre polícia e comunidade, o diálogo contínuo e o reconhecimento das especificidades locais, sendo fundamental o investimento em pessoal, tecnologia e capacitação para garantir a eficácia e a sustentabilidade da segurança rural.

Palavras-chave: Ciências Policiais; patrulha rural comunitária; polícia comunitária; segurança rural; Décimo Sexto Batalhão de Polícia Militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216929>

QR Code





CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS

TURMA 2025

APRESENTAÇÃO CAP 2025

Este último conjunto de pesquisas, oriundo do Curso de Aperfeiçoamento de Praças (CAP), reflete a constante evolução da Polícia Militar do Paraná, buscando o equilíbrio entre a tradição dos valores militares e as demandas tecnológicas e sociais do século XXI. Os mais de 80 trabalhos acadêmicos aqui reunidos oferecem um diagnóstico relevante da instituição. É importante destacar que os estudos foram realizados nas Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP), situadas nas cidades de São José dos Pinhais, Maringá e Cascavel, com a inclusão, nesta edição, de um Núcleo de Ensino na cidade de Londrina.

O eixo Direito, Justiça e Disciplina Militar foca na consolidação da segurança jurídica e na modernização dos processos. As pesquisas analisam temas sensíveis como a fundada suspeita e o tirocínio policial à luz da jurisprudência, além do tratamento dos confrontos armados e da legítima defesa pelo Ministério Público. A estrutura judiciária é debatida através da análise das competências castrenses pelo TJPR e da atribuição da Polícia Judiciária Militar em homicídios dolosos. No campo administrativo, destaca-se a informatização do FATD via sistema eProcPMPR, a centralização de sindicâncias, a tipificação de transgressões em regulamento próprio e a aplicação da Justiça Restaurativa nas sanções disciplinares.

O eixo Tática, Estratégia e Operações Específicas demonstra a força tecnológica e operacional da PMPR. A inteligência policial é pautada pelo uso de IA nos registros de ocorrências, o reconhecimento facial em praças esportivas e o uso de drones e sistemas LPR na fronteira. A eficácia operacional é explorada através do impacto do Centro Integrado de Campo Largo, da adoção do calibre 5,56x45mm e da análise técnica de resistência de anteparos em confrontos. As táticas estendem-se ao gerenciamento de tentativas de suicídio, técnicas de entrevista local, patrulhamento aquático em fronteiras, proteção de manguezais e a segurança no motopatrulhamento tático para escoltas de torcidas.



O fator humano e a saúde do militar foram centrais, no eixo Gestão de Pessoas, Liderança e Formação, com estudos sobre a qualidade de vida no expediente administrativo e a análise de escalas de serviço. A saúde mental é abordada de forma multifacetada, desde o papel da Capelania Militar e do Plantão Psicossocial (Programa PRUMOS) até o uso inovador da Cinoterapia e Equoterapia. A carreira é pautada pelo impacto da nova Lei Orgânica Nacional, a percepção de direitos à promoção e a importância da educação financeira. Temas como a aparência militar e o direito à personalidade, além da saúde ocupacional (sintomas osteomusculares), revelam a preocupação com a integralidade do policial.

Já no eixo Administração, Logística e Finanças, a governança moderna é discutida sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, com foco no planejamento do Comando de Policiamento Especializado. A logística de frota ganha destaque com estudos comparativos entre viaturas locadas e patrimoniadas, além da gestão de bens inservíveis por chamamento público. A inovação administrativa é representada pela central 190, a modernização sistêmica da SJD e a proposta do conceito "Homem Cinza" para veículos de inteligência. A viabilidade da extrajornada voluntária (DEAEV) e a dependência financeira dela decorrente também são pautadas como desafios estratégicos de gestão.

A integração com a comunidade e a prevenção formam os pilares do eixo Polícia Comunitária e Sociedade. O ambiente escolar é foco de intensas pesquisas, abordando desde a atuação da Patrulha Escolar frente aos cigarros eletrônicos (DEFs) até a análise de vulnerabilidade física dos colégios militares. A proteção à mulher é reforçada por estudos sobre a Lei Maria da Penha e a efetividade das visitas preventivas em Castro/PR. Projetos sociais como a Força Verde Mirim (Agenda 2030) e a Patrulha Comercial no Sítio Cercado demonstram a proximidade institucional, enquanto a análise da criminalidade em municípios de pequeno porte e a perturbação do sossego em Londrina buscam soluções para uma convivência harmônica.



CAP PM 2025
1ª ESFAEP



ALMEIDA, Andreia Antunes de; PASSOS, José Luís dos; MARCONDES, Paulo Cesar. **Guardando direitos, não apenas portões:** segurança pública e atos infracionais cometidos no ambiente escolar. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo expor a problemática relacionada à segurança pública, face ao encaminhamento de adolescentes infratores à Delegacia, quando do atendimento de ocorrências pelas equipes especializadas do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) de atos infracionais cometidos no ambiente escolar. O tema abre uma discussão por tratar-se de crimes de menor potencial ofensivo, enquadrados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual) e a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001 (Lei dos Juizados Cíveis e Criminais da Justiça Federal), passíveis de lavratura de Termo Circunstanciado, quando cometido por adultos. Para tanto, foi adotado um método de pesquisa aplicada, baseado em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e dedutivo, por meio de doutrinas, legislações, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como documentos oficiais, e um estudo de caso relacionado ao Termo de Ajuste desenvolvido pela 5ª Companhia do BPEC, no Município de Ponta Grossa, que estabelece fluxos para atendimento de ocorrências de ato infracional no ambiente escolar, dispensando a necessidade de condução do adolescente à delegacia. O Termo de Ajuste representa a atuação e responsabilidade do Poder Público face ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovendo ainda, eficácia e agilidade no atendimento por parte das equipes especializadas, estreitando e fortalecendo ainda mais os laços entre a polícia e a comunidade, fator comprovado através de uma pesquisa de campo realizada com policiais que atuam no município.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança pública; atos infracionais; Patrulha Escolar Comunitária; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217197/>

QR Code



ANDRADE, Charles Roberto; CARNEIRO, Vera Alice Dias; OLIVEIRA, Suzana Luzia de. **Depoimento especial no âmbito do inquérito policial militar, nos crimes de competência da autoridade policial judiciária militar**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025

RESUMO

O presente artigo tem como escopo analisar os procedimentos adotados pela Polícia Militar do Paraná para a oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência policial, na apuração conduzida por meio do Inquérito Policial Militar, cujo grupo, ainda em fase de desenvolvimento, portanto, em condição de vulnerabilidade, requer proteção específica do Estado, nos termos da Doutrina da Proteção Integral adotada pela Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990. Como forma de ampliar a proteção à infância e a juventude, a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, prevê a modalidade de Escuta Especializada, realizada perante órgão da rede de proteção, e o Depoimento Especial, a ser desenvolvido perante a autoridade policial ou judiciária. Para tanto, o presente trabalho, desenvolvido utilizando-se o método de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tem como propósito auxiliar e contribuir ao debate científico e institucional, com vistas a padronização integrada do assunto.

Palavras-chave: depoimento especial; inquérito policial militar; criança e adolescente; violência policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217171/>

QR Code



ANDRADE, Jairo de; FRANKOSKI, Adriano; FRANKOSKI, Edenilson. **Aparência militar:** a construção histórica da disciplina e os desafios contemporâneos do direito à personalidade na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR). 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção histórica da disciplina militar, tomando como elemento simbólico a regulação da aparência dos integrantes das Forças Armadas e das Polícias Militares, com ênfase na Polícia Militar do Paraná, a partir da Diretriz Reguladora de Padrões e Procedimentos (2006, com alterações posteriores). A investigação aborda a origem da padronização estética militar, vinculada à hierarquia e à disciplina, e discute os desafios impostos pelo contexto contemporâneo, marcado pelo reconhecimento da individualidade, da diversidade cultural, da identidade de gênero e da liberdade religiosa. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentada em referenciais clássicos e atuais que abordam disciplina, hierarquia, direito à personalidade e sociologia das instituições militares. Busca-se, por fim, compreender em que medida o Direito pode equilibrar a preservação da ordem e da tradição militar com a efetiva proteção dos direitos fundamentais dos militares, trazendo como resultado a proposta de flexibilização gradual das normas de cabelo e barba, mantendo padrões mínimos compatíveis com disciplina e hierarquia.

Palavras-chave: disciplina militar; aparência; direito à personalidade; hierarquia; identidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217243/>

QR Code



ANDRIOLI, Flávio Luiz Forigo; NASCIMENTO, Sergio Luiz Araújo do; SCHMEIL, Bárbara Lee. **A decisão do TJPR e o impacto da valoração de inquéritos da Polícia Civil na legislação específica em relação à PMPR.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre a recente decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) na ADI nº 0126592-34.2024.8.16.0000, a qual vem a discutir a Orientação Nº 002/2022 da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná – seus Itens 5 e 6 – usados na regulamentação de procedimentos inquisitoriais no âmbito da PMPR. A análise crítica visa focar a transferência da apuração de Inquéritos Policiais Militares, em circunstâncias de crimes dolosos contra a vida de civis por policiais militares, do âmbito da polícia judiciária militar para a civil. Argumentamos que, embora a intenção por trás dessa medida possa ser a busca por maior imparcialidade, ela tende a gerar prejuízos significativos para a eficiência operacional, a disciplina interna e a própria estrutura legal da Polícia Militar do Paraná. Exploraremos como essa mudança pode impactar negativamente a aderência às normas do Código Penal Militar (CPM) e do Código de Processo Penal Militar (CPPM), além de potencialmente desafiar princípios constitucionais e legais que delinham as fronteiras de competências das polícias judiciárias: militar e civil. Nosso objetivo é destacar os riscos de minar-se a justiça especializada e a aplicação eficaz do direito militar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; procedimentos investigatórios; polícia militar; polícia civil; direito constitucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217223/>

QR Code



BEZERRA, Paulo Henrique Dias; BARTKIU, Wilian; RODRIGUES, Maria Cecília Marçal Neumann Teodoro. **A importância da polícia militar ambiental para a preservação dos manguezais:** a atuação da ação integrada de fiscalização ambiental no município de Paranaguá. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa analisa a importância da atuação da Polícia Militar Ambiental do Estado do Paraná na preservação dos ecossistemas de manguezal localizados no município de Paranaguá, destacando a integração entre ações de fiscalização, educação ambiental e cooperação interinstitucional. O estudo utiliza metodologia qualitativa e descritiva, com abordagem exploratória, fundamentada em análise documental e bibliográfica de legislações, relatórios e dados oficiais emitidos por órgãos ambientais e de segurança pública. Observou-se que a atuação da corporação, especialmente por meio da Ação Integrada de Fiscalização Ambiental - AIFA, representa um instrumento eficaz na prevenção e repressão de ilícitos ambientais, contribuindo significativamente para a recuperação de áreas degradadas e a conscientização da população local. As ações de educação ambiental desenvolvidas pela Polícia Militar Ambiental revelam-se essenciais para a consolidação de uma cultura de preservação, evidenciando que a cooperação entre os órgãos públicos é indispensável para o fortalecimento da governança ambiental e para a efetividade das políticas de proteção à Mata Atlântica.

Palavras-chave: Ciências Policiais; Polícia Militar Ambiental; fiscalização; educação ambiental; cooperação interinstitucional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217176/>

QR Code



BRUCZKONSKI JUNIOR, Izidorio; CRUZ, Gilson Lourenço da; ESPÍRITO SANTO, Carlos Bueno do. **O papel desempenhado pelo cavalo na Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa investigou a aplicação do cavalo na Polícia Militar do Paraná no ano de 2024, partindo do pressuposto de que com a evolução da tecnologia, a utilização deste animal já não pertencia à época atual, precisaria ser substituído ou desconsiderado. A pesquisa seguiu pela abordagem exploratória a partir de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos oficiais referentes ao tema. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como atualmente o equino é utilizado para contribuir na redução da criminalidade atuando no patrulhamento ostensivo e ainda conseguindo interagir facilmente com a comunidade que anseia pela sensação de segurança, como o equino consegue facilmente fazer frente a multidões hostis depois que a tropa a pé foi superada em distúrbios civis, como o equino consegue ser um agente de saúde com ganhos em nível físico e psíquico no atendimento de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais dando-lhes qualidade de vida. Partimos assim para confrontações documentais e custo-benefício, com os resultados demonstrando que é de extrema relevância a continuidade da manutenção deste animal pelo Estado, não estando ultrapassado frente à modernização, pois possui multifuncionalidade e um conjunto de características únicas, sendo sinônimo de êxito no enfrentamento das diversas missões realizadas pela Polícia Militar do Paraná, continuando seu imenso papel histórico junto à interação do policial militar paranaense.

Palavras-chave: Ciências Policiais; cavalaria; equoterapia; polícia de choque montado; polícia comunitária.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217147/>

QR Code



CAMPOS, Fernando de; SOARES, Rodrigo de Oliveira; CALIXTO, Antonio Marcos Balles. **Preenchimento vazio ou falho em boletins de ocorrência no âmbito do BPRONE com suas consequências jurídicas e administrativas.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo examinar detalhadamente o preenchimento dos Boletins de Ocorrência Unificados (BOUs) emitidos pelo Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) ao longo do ano de 2024, focando especialmente na qualidade, consistência e integridade dos dados registrados. O estudo também determinará as implicações legais e administrativas que essas falhas ocasionaram, tanto no âmbito do direito penal quanto da administração disciplinar. O objetivo central é entender como os registros documentais podem ser aprimorados para assegurar clareza, precisão, rastreabilidade, segurança jurídica e confiabilidade institucional, sem comprometer a atuação policial ou a imagem da corporação perante a sociedade. Além disso, o trabalho busca evidenciar como a documentação deficiente impacta não apenas casos isolados, mas todo o fluxo operacional, desde a fase inicial de atendimento até a repercussão judicial e correccional dos fatos narrados. Para atingir esses objetivos, empregou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa e documental, analisando BOUs, relatórios internos do batalhão, registros da Corregedoria-Geral da Polícia Militar (COGER), documentos normativos, materiais de instrução interna e literatura acadêmica especializada em redação técnica, segurança jurídica, prática policial e controle administrativo. Confirmou-se que erros no BOU podem comprometer a validade das provas, ocasionar responsabilidade funcional e gerar perda de credibilidade institucional, criando um ambiente de insegurança tanto para a persecução penal quanto para a defesa dos próprios policiais. A análise revelou que há oportunidades significativas para melhorar a padronização, ampliar o detalhamento, assegurar a linearidade cronológica e garantir a integridade documental, visando aumentar a confiabilidade dos registros e a eficácia das ações administrativas e judiciais subsequentes. Entre as propostas, merecem destaque: a adoção de modelos padronizados de BOUs, listas de verificação operacionais, capacitação contínua em redação técnica e procedimentos de preservação e controle da cadeia de custódia de evidências, além de auditorias regulares de registros e integração com relatórios de inteligência. Os resultados enfatizam a relevância de uma documentação precisa e consistente como ferramenta para a segurança jurídica, eficiência processual e confiança institucional. Registros completos e organizados são fundamentais para aprimorar a atuação profissional, o planejamento operacional e a transparência administrativa, além de fortalecer a relação da corporação com o Poder Judiciário e a sociedade. O estudo demonstra que a adoção de práticas documentais aprimoradas e alinhadas às normas legais e regulamentos internos traz benefícios consideráveis relacionados à credibilidade da instituição, à eficiência das operações e à proteção legal dos profissionais envolvidos. Dessa forma, o estudo detalha modelos aplicáveis à rotina policial, buscando promover a excelência na produção documental, a segurança jurídica das ações e a confiabilidade institucional do BPRONE, reforçando a importância da atenção aos detalhes, da padronização e da capacitação contínua como elementos essenciais à atividade policial moderna e profissional.. Palavras-chave: boletim de ocorrência ; registro policial ; segurança jurídica ; polícia militar ; BPRONE ; padronização documental ; confiabilidade institucional ; integridade da evidência ; procedimentos operacionais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217224/>

QR Code



CARVALHO, Adriano Rodrigues de; FRANCO, John Gonzalez; SOUZA, Jose Eduardo Morais de. **Mudança no horário de expediente na corporação:** avaliação da qualidade de vida dos militares do expediente administrativo. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar os efeitos da alteração no horário de expediente administrativo da Polícia Militar do Paraná (PMPR) sobre a qualidade de vida dos militares, comparando o modelo tradicional da corporação com a experiência já adotada pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), onde o expediente ocorre das 12h às 19h. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa por meio de questionário eletrônico, alcançando 800 participantes das duas corporações. Os resultados analisam variáveis como deslocamento, uso do intervalo de almoço, percepção do trânsito, satisfação com o modelo vigente e expectativa frente ao modelo alternativo. A pesquisa busca subsidiar uma proposta de reorganização do expediente administrativo, conciliando qualidade de vida e eficiência institucional.

Palavras-chave: Ciências Policiais; qualidade de vida; horário de expediente; polícia militar; gestão de pessoas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217227/>

QR Code



GARCIA, Lianderson; NICOLAS, Ricardo Troguer; SALATA, Gabriel Colere.

Segurança pública: a importância de procedimentos de segurança no motopatrulhamento tático em escoltas de torcidas organizadas embarcadas para os estádios de Curitiba. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explorar os aspectos ainda não esmiuçados sobre a segurança que envolve as escoltas de torcedores realizadas pela Companhia Independente de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas, CIROCAM, no âmbito dos deslocamentos de veículos até os estádios de Curitiba, sob as perspectivas do Motopatrulhamento Tático, com o intuito de verificar peculiaridades, comparar com outras referências e situações em nível nacional, bem como propor eventuais alternativas que possam ser agregadas para melhorias futuras, resultando em uma nova proposta para reduzir progressivamente os riscos pré-existentes, além de gerir meios de identificar e possivelmente responsabilizar autores de práticas contrárias à normalidade.

Palavras-chave: escolta policial; estatuto do torcedor; torcidas organizadas; violência.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217240/>

QR Code



GERONASSO NETO, Humberto Primo; FOGAÇA, Ricardo Celso de Andrade; SANTOS, Maurício Balbino dos. **Diária especial por atividade extrajornada voluntária**: a necessidade do aumento de cotas. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) explora a instituição e aplicação da Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária (DEAEV) no âmbito da Polícia Militar do Paraná (PMPR), um mecanismo destinado a indenizar militares estaduais que desempenham atividades operacionais adicionais fora de sua jornada normal de trabalho. A DEAEV foi instituída pela Lei nº 19.130/2017 e regulamentada pelo Decreto nº 7.585/2021 e pela Portaria CG nº 561/2021. Conforme a Diretriz n.º 009/2024-PM/3, a DEAEV visa "suplementar o efetivo em atividades policiais fundamentais para o adequado atendimento da população", focando em ações de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Este estudo tem como objetivo Verificar a necessidade de maior disponibilidade de cotas de DEAEV, fundamentado na análise do seu arcabouço legal e da adesão dos policiais militares voluntários em unidades específicas como a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), o 29º Batalhão de Polícia Militar (29º BPM) e o Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE). A metodologia proposta incluiria a análise documental da legislação pertinente e a coleta de dados primários e secundários sobre a participação, motivações e impacto operacional nas unidades selecionadas. Os resultados serão discutidos à luz do referencial teórico, buscando demonstrar que a ampliação das cotas da DEAEV pode otimizar a presença policial, fortalecer a segurança pública e atender às demandas operacionais, aproveitando a disposição do efetivo em colaborar.

Palavras-chave: diária especial por atividade extrajornada voluntária; DEAEV; extrajornada; cotas; ampliação de cotas.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217146/>

QR Code



GNATKOWSKI, Everton; KRÜGER, Renato; CARLI, Luiz Thiago. **Integração entre a atividade de inteligência e o policiamento ostensivo: estratégias e desafios no âmbito da 8ª CIPM**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa as estratégias e os desafios inerentes à integração entre a atividade de Inteligência e o Policiamento Ostensivo no âmbito da 8ª Companhia Independente de Polícia Militar (8ª CIPM), destacando a complementaridade entre ambas as funções na promoção da segurança pública. O estudo discute como a integração entre essas atividades, sustentada pelo compartilhamento sistemático de informações pode potencializar a eficácia das ações desenvolvidas pela instituição Policial Militar, otimizando recursos, fortalecendo o processo decisório e promovendo maior assertividade nas ações de prevenção e repressão às atividades criminosas. A pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, interpretativo e exploratório, fundamentou-se em revisão bibliográfica, doutrinária e documental, aliada à aplicação de questionário a policiais militares da 8ª CIPM, bem como à análise de informações operacionais e estatísticas fornecidas pela unidade. Os resultados apontam que, embora a Polícia Militar do Paraná disponha de uma estrutura normativa institucional consistente, que prevê a integração e o intercâmbio de informações e boas práticas, persistem desafios relacionados à subvalorização da efetiva eficiência dessa integração, bem como à predominância de uma cultura institucional de caráter reativo. Propõe-se, assim, o fortalecimento de uma cultura de gestão do conhecimento, o fomento à mentalidade de inteligência entre os tomadores de decisão e a institucionalização de mecanismos de articulação sistêmica voltados à qualificação do planejamento operacional. Conclui-se que o êxito dessa integração reflete diretamente nos resultados institucionais e na capacidade da Inteligência Policial Militar de produzir e disseminar conhecimento oportuno, preciso e útil para subsidiar o policiamento ostensivo de caráter punitivo, elevando a eficiência das operações e consolidando a confiança pública na instituição.

Palavras-chave: inteligência policial militar; policiamento ostensivo; integração; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217237/>

QR Code



GODOY, Karyne Bergamini Silva; OLIVEIRA, Josmir Cesar Antunes de; BIANCHI, Luiz Felipe. **Ambiente escolar em risco**: análise de vulnerabilidade de acesso no Colégio da Polícia Militar do Paraná “Cel. PM Felipe de Souza Miranda”. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A escola é um espaço fundamental para a formação integral dos indivíduos e para o desenvolvimento de habilidades essenciais à vida em sociedade. Contudo, o crescente número de episódios de violência em instituições educacionais, inclusive no Brasil, tem evidenciado a necessidade de ações pontuais para garantir a segurança da comunidade escolar. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo identificar as fragilidades existentes na segurança do Colégio da Polícia Militar do Paraná “Cel. PM Felipe de Souza Miranda” e propor melhorias estruturais e organizacionais que possam ser implementadas de forma exequível. Com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, o estudo busca compreender as vulnerabilidades da instituição, como entrada e saída de alunos, analisando aspectos da infraestrutura e envolvimento da comunidade escolar. Foram identificados pontos sensíveis, como a duplicidade de acessos sem controle eficaz, o risco de atropelamento devido ao fluxo interno, a ausência de identificação obrigatória para visitantes e a circulação descontrolada de pessoas não autorizadas. Em resposta a essas falhas, o trabalho propõe a reestruturação do fluxo viário e a reengenharia de tráfego, com o objetivo de padronizar a entrada e saída de veículos e pedestres, além de sugerir a instalação de catracas eletrônicas no Portão 02. Outras sugestões incluem a realocação de setores para melhor controle de acesso e a regularização do transporte escolar. As medidas propostas visam subsidiar a criação de ações concretas, fortalecendo a segurança, a organização e a tradição de excelência do CPM para toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Ciências Policiais; ambiente escolar; segurança escolar; violência; vulnerabilidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217177/>

QR Code



GONÇALVES, José Reinaldo; TIMOTEO, Ricardo de Paula; CARNEIRO, Robyson Danilo. **A relevância do monitoramento e da baixa (retirada) dos pontos negativos oriundos de sanções disciplinares, bem como, seus reflexos na carreira das praças da Polícia Militar do Estado do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho apresenta como escopo uma análise sucinta sobre a relevância (importância) do militar estadual monitorar e manter atualizada sua Ficha Disciplinar Individual (FDI), plasmado no ulterior acesso às demais graduações na carreira da Praça na PMPR. Soma-se a isso a possibilidade de progressão (ascensão) funcional de forma “automática” após findado o Curso de Formação de Praças, ou equivalente, e cumpridos os requisitos temporais legais (interstício) previstos no édito castrense. Nesse viés, a novel forma de promoção é possível haja vista as mudanças ocorridas na Lei de Promoção de Praças (Lei. nº 5.940/69), promovidas pela Lei Ordinária n.º 19.583/18, que acabou por possibilitar ao militar estadual ascender na carreira até a graduação de 3º Sargento sem necessitar fazer concurso para tanto, promovendo, de certa forma, um fluxo na carreira do militar estadual. Sob essa ótica, pautado na atual conjectura na forma como vem ocorrendo a progressão na carreira das Praças, o monitoramento das sanções disciplinares (punições) pretéritas, faz-se premente, eis que os pontos negativos vinculados à punição acompanham sua ficha e obstam, tanto pela pontuação, quanto pelo comportamento ou por intermédio de outro impedimento, o seu avançar na carreira. A pesquisa utilizou o método de abordagem qualitativa, indutivo-dedutivo, os métodos de procedimento comparativo, a técnica de documentação indireta e, principalmente, a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Ciências Policiais; poder disciplinar; poder hierárquico; punição disciplinar; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217228/>

QR Code



JENSEN, Gerson Jair; MADRUGA, Lidio Abreu; SCHMIDT, Sandro Walter. **A constitucionalidade e a eficácia do artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro**: análise da autonomia do ilícito administrativo sancionatório frente ao princípio da não autoincriminação (Tema 1079 do STF). 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo, de natureza analítica, e jurisprudencial, dedica-se a uma exegese aprofundada da conformidade constitucional e do impacto operacional do Artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispositivo introduzido pela Lei nº 13.281/2016. Este dispositivo tipifica a recusa do condutor em se submeter a testes de alcoolemia ou procedimentos de fiscalização como uma infração administrativa autônoma de natureza gravíssima, conferindo a coercibilidade necessária ao Poder de Polícia de Trânsito. Historicamente, a ausência de penalização específica para a recusa constituía uma grave lacuna normativa que culminava no esvaziamento da fiscalização e na impunidade (BRASIL, 2016). A controvérsia jurídica central, relativa à alegada violação do direito à não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), foi exaustivamente debatida no cenário acadêmico, onde se levantou a tese da coação indireta pela sanção severa (REIS, 2021, p. 8; SANTIS, 2021, p. 1). No entanto, a questão foi definitivamente pacificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1079 (RE 1.224.374/RS). O STF validou a constitucionalidade da norma, firmando o entendimento de que a sanção imposta é de natureza estritamente administrativa, punindo a desobediência à ordem legal de fiscalização e o ato de obstrução, e não presumindo a culpa criminal, preservando o princípio constitucional para a esfera penal (GOMES, 2009, p. 239; QUEIJO, 2003, p. 48). O estudo se aprofunda, ainda, no rito operacional, cuja validade depende do estrito cumprimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 432/2013 do CONTRAN e no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), com ênfase no correto preenchimento do Termo de Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora (TCAT) (MBFT Anotado, 2023, p. 452). A correta aplicação da norma garante a legalidade do ato administrativo e serve como instrumento de prevenção geral e desestímulo à condução perigosa, combatendo a sinistralidade viária, um grave e custoso problema de saúde pública no Brasil (FERRAZ, et al., 2023, p. 6).

Palavras-chave: Ciências Policiais; artigo 165-A; recusa etilômetro; poder de polícia; *nemo tenetur se detegere*; Tema 1079 STF; fiscalização de trânsito.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217222/>

QR Code



KUDLAVIECZ, Gilson Martin; PLOTZ, Rafael; ZAMIEROWSKI, Francimar de Moraes. **Análise dos confrontos armados envolvendo policiais militares do 17º BPM, no ano de 2024, e o tratamento jurídico do ministério público com foco no estudo da legítima defesa e seus excessos.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os confrontos armados ocorridos em 2024 envolvendo policiais militares do 17º BPM do Paraná, identificando como o Ministério Público e o Poder Judiciário têm aplicado o instituto da legítima defesa nesses casos, bem como compreender a incidência de excessos e a coerência entre prática operacional, doutrina e jurisprudência. Para isso, utilizou-se uma metodologia de caráter descritivo e qualitativo, baseada na análise documental dos Inquéritos Policiais Militares instaurados no período, cujos dados foram fornecidos pela Seção de Justiça e Disciplina da unidade, complementada por exame doutrinário e levantamento de jurisprudências do Tribunal de Justiça do Paraná. A pesquisa também considerou os parâmetros legais previstos nos artigos 23 e 25 do Código Penal e as alterações da Lei 13.964/2019, além de estudos teóricos sobre legítima defesa real, putativa e seus excessos. Os resultados evidenciaram que, dos 17 IPMs instaurados, 12 (70,6%) foram arquivados com fundamento na legítima defesa, demonstrando elevada prevalência do reconhecimento da legalidade das ações dos policiais. Verificou-se também alinhamento entre as manifestações do Ministério Público e as decisões judiciais, que reiteradamente reconheceram a legitimidade da reação policial diante de agressões injustas. Além disso, constatou-se que o TJPR tende a afastar a responsabilidade civil do Estado quando comprovado estrito cumprimento do dever legal, reforçando a importância dos critérios de necessidade, proporcionalidade e moderação no uso da força policial.

Palavras-chave: Ciências Policiais; legítima defesa; segurança pública; confrontos armados; exclusão da ilicitude.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217145/>

QR Code



LUCIO, Rafael Batista; AMARO, Everson Félix; ALMEIDA, Adam da Silva Nogueira de. **Procedimento administrativo padrão para análise de requisições de licença capacitação**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 – CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar nº 217/2019, representa um importante instrumento de valorização e aperfeiçoamento profissional no âmbito da Polícia Militar do Paraná. A experiência prática de sua aplicação demonstra a necessidade de consolidar orientações que favoreçam a uniformidade interpretativa e a coerência procedimental entre os diversos setores envolvidos. O presente artigo apresenta uma análise técnico-científica sobre a aplicação da legislação, com base em estudo empírico e documental, propondo, em caráter complementar e cooperativo, a adoção de um Procedimento Administrativo Padrão (PAP). O referido instrumento tem por finalidade organizar, de maneira clara e acessível, as etapas e responsabilidades que envolvem a tramitação da Licença Capacitação, promovendo maior eficiência, segurança jurídica e transparência na gestão de pessoas. A proposta reforça o compromisso institucional da Corporação com a melhoria contínua dos processos administrativos e com a observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; licença capacitação; procedimento administrativo padrão; gestão de pessoas; administração pública militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217210/>

QR Code



MARTINS, Gledson Soares; SANTOS, Cleverson Bukalowski dos; CUNHA, Maykon Faria da. **Desafios do Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar do Paraná e de suas unidades subordinadas frente a nova lei de licitações, Lei n.º 14.133 de 1.º de abril de 2021 da:** capacitação, funções, logística e planejamento. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1.º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela Polícia Militar do Paraná diante da implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no que se refere à capacitação dos agentes, às funções logísticas e ao planejamento das contratações públicas no âmbito do Comando de Policiamento Especializado - CPE e suas unidades subordinadas. O estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa, com análise documental e aplicação de questionários junto aos policiais que atuam nas seções de logística (P/4), visando compreender os impactos normativos, organizacionais e operacionais da nova legislação. Observa-se que a rotatividade do efetivo, a ausência de normatização interna específica e a necessidade de maior qualificação técnica dos agentes são fatores que comprometem a consolidação e a continuidade segura e eficiente das atividades logísticas no âmbito da PMPR. Os resultados indicam a importância da capacitação continuada, da segregação de funções e do fortalecimento da governança administrativa como pilares para o aprimoramento da gestão pública militar. A pesquisa contribui para o desenvolvimento de práticas mais eficientes, transparentes e alinhadas ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Lei nº 14.133/2021; segregação de funções; logística pública; capacitação técnica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217235/>

QR Code



MELLO, José Alexandre de; LAFON, Marcos da Silva Ruiz; NARCISO, William Roberto. **A relevância do saber jurídico-penal para a atuação do policial militar**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo científico aborda a importância do conhecimento jurídico-penal no cumprimento das atribuições e atividades dos policiais militares, evidenciando sua relevância no meio acadêmico, na segurança pública e nas ciências policiais. O objetivo geral é analisar a relevância do conhecimento jurídico-penal na atividade policial militar contemporânea e verificar se a formação recebida é suficiente para atender às demandas da sociedade diante do aumento de crimes e delitos. A pesquisa desenvolve-se por meio de uma abordagem histórico-conceitual, abordando a evolução do direito de punir e o histórico das penas, além de analisar as diferenças entre as formações de praças e oficiais. Tal estudo demonstra que, além das funções ostensivas, o policial militar necessita dominar aspectos penais e jurídicos aplicados às ciências policiais, tanto na base quanto nos postos de comando. Constata-se, assim, a necessidade de aprimorar continuamente o conhecimento jurídico-penal ao longo da carreira, a fim de garantir uma atuação eficiente e em conformidade com os princípios legais e institucionais. O método adotado foi o dedutivo, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e documental, com base em leis, jurisprudências e tratados, buscando consolidar informações relevantes sobre o tema.

Palavras-chave: Ciências Policiais; direito penal; atividade policial militar; formação profissional; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217221/>

QR Code



MORAIS, Ivo Rodrigues de; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TABORDA, Everton Pereira. **A importância da aplicação da patrulha comercial nos principais eixos comerciais do bairro Sítio Cercado**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente trabalho analisou a importância da aplicação do policiamento realizado pela Patrulha Comercial nos principais eixos comerciais do bairro Sítio Cercado, em Curitiba, destacando sua contribuição para a prevenção criminal e o fortalecimento da sensação de segurança coletiva. A pesquisa justificou-se pela relevância da atividade policial voltada às áreas de grande fluxo econômico, nas quais delitos podem gerar prejuízos significativos e impactar a confiança da comunidade na Polícia Militar. Metodologicamente, caracterizou-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada no método indutivo. Foram utilizados procedimentos bibliográficos, documentais, estudo de caso e pesquisa de campo, envolvendo análise de práticas institucionais e observação das ações da Patrulha Comercial da 3ª Companhia do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná. Os resultados evidenciaram que o policiamento de proximidade, aliado ao planejamento estratégico, promove maior integração entre policiais e comerciantes, amplia a confiança mútua, fortalece a imagem institucional e contribui para a redução da incidência de delitos. Destacou-se ainda a utilização de ferramentas tecnológicas, como grupos de mensagens instantâneas, que potencializaram a comunicação direta e a resposta policial. Conclui-se que a Patrulha Comercial constitui uma estratégia eficaz de policiamento preventivo e de integração social, devendo ser ampliada como política pública de segurança em áreas comerciais.

Palavras-chave: patrulha comercial; policiamento de proximidade; policiamento ostensivo; prevenção criminal; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217231/>

QR Code



MOREIRA, Edi de Campos; RUIZ, Paulo Marcelo da Silva; HOFLINGER, Francielle. **Limites do poder de polícia na Polícia Militar do Paraná e a cooperação interinstitucional na fiscalização urbana.** 2025. Arquivo digital em formato PDF. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo busca discorrer sobre o poder de polícia administrativo da Polícia Militar do Estado do Paraná frente às ações fiscalizatórias que extrapolam a sua competência legal, gerando uma sobrecarga significativa em suas atividades tanto preventivas quanto repressivas, por absorver uma complexidade de problemas de ordem criminal, social e urbana, e se deparar com as barreiras jurídicas que impedem a sua plena atuação. Para tanto, este estudo irá explorar os desafios enfrentados pela Polícia Militar na garantia da ordem pública, e a pesquisa se aprofundará no ciclo incompleto do poder de polícia administrativo nas ações de fiscalização urbana. O objetivo é demonstrar como a missão constitucional da Polícia Militar, mais precisamente a PMPR, se relaciona e se limita com as competências de outros órgãos, evidenciando a necessidade de cooperação para a obtenção de resultados eficazes.

Palavras-chave: polícia militar; competência legal; poder de polícia administrativo; fiscalização; cooperação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217180/>

QR Code



MOTTIN, Katia dos Santos; MARTINS, Fernanda; UTZIG, Débora Cristina. **A dependência financeira do policial militar diante da diária especial por atividade extrajornada voluntária no estado do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo científico pesquisou o nível de dependência financeira do policial militar em decorrência da Diária Especial por Atividade de Extrajornada Voluntária - DEAEV - no Estado do Paraná. A pesquisa utilizou métodos de pesquisa bibliográfica, documental e utilizou a abordagem quantitativa e qualitativa para fornecer dados ao público alvo da pesquisa. Também foram examinadas leis estaduais e regulamentos internos da Polícia Militar acerca das atividades extrajornada. Além disso, para apoiar o embasamento teórico, foram feitas consultas à plataforma da Unespar para acessar materiais relacionados ao tema. A pesquisa ressalta a dependência financeira que muitos policiais militares voluntários desenvolvem a partir do trabalho extra. Embora a DEAEV represente um incentivo financeiro, na prática, ela tem se tornado uma fonte indispensável a renda, o que pode afetar a saúde física e mental do policial, já que o excesso de trabalho reduz o tempo de descanso e lazer, ainda, para complementar a renda mensal, muitos acabam até abrindo mão de direitos, como por exemplo: férias e licença capacitação. Por isso, a pesquisa dialoga com o Planejamento Estratégico da PMPR 2025-2027 (PMPR, 2025), que reforça a relevância de políticas mais consistentes de remuneração e valorização profissional, capazes de reduzir a necessidade de complementação financeira por meio da extrajornada.

Palavras-chave: PMPR; escala extrajornada; DEAEV; voluntário; dependência financeira; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217212/>

QR Code



NASCIMENTO, Carlos Eduardo Machado do; MUTTI, Juarez Silveira; MARCELINO, Sérgio. **A capelania militar e sua relevância na saúde integral dos policiais militares do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo aborda a relevância da capelania militar para a saúde integral dos policiais militares do Paraná, com enfoque especial no contexto do Hospital da Polícia Militar (HPM). Resgata-se o histórico da capelania, suas raízes no Cristianismo e consolidação institucional, analisando sua evolução no Brasil e no estado do Paraná. O trabalho destaca a integração da capelania com os serviços de psicologia e assistência social, evidenciando seu papel no acolhimento espiritual e apoio psicossocial em situações de crise, luto e traumas ocupacionais. Por meio de ações multidisciplinares, capelania contribui para a promoção do bem-estar, resiliência e equilíbrio emocional dos profissionais da segurança pública. O artigo também enfatiza a importância das normativas institucionais que asseguram o atendimento religioso plural, humanizado e alinhado às melhores práticas de saúde mental em ambientes hospitalares. Conclui-se que a atuação da capelania militar é estratégica para a saúde integral dos policiais, potencializando o processo de recuperação e valorizando o cuidado biopsicossocioespiritual na corporação.

Palavras-chave: capelania militar; cuidado espiritual; polícia militar; saúde integral; assistência psicossocial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217143>

QR Code



OLIVEIRA, Gilberto Alves de; HOFFMANN, Marcelo de Freitas; AGOSTINHO JÚNIOR, Darci de. **Desafios da segurança pública:** fatores que influenciam a não participação efetiva da sociedade na busca de soluções para diminuir a criminalidade. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisa os desafios da segurança pública no Brasil, destacando os fatores que limitam a participação da sociedade na redução da criminalidade. Constata-se que o modelo tradicional, de caráter repressivo, reduz o engajamento cidadão e a eficácia das ações preventivas. A baixa participação social resulta de desigualdade, desconfiança nas instituições, deficit educacional e falta de diálogo entre Estado e população. A pesquisa é desenvolvida em caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com a análise de bibliografias e documentos como livros, artigos científicos, periódicos e outros documentos oficiais mais recentes. Os resultados indicam que a falta de confiança nas instituições, o medo e a ausência de canais de participação reduzem o envolvimento social na prevenção do crime. O modelo repressivo mostra-se ineficaz diante das causas da violência, enquanto o policiamento comunitário surge como alternativa por promover diálogo, cooperação e confiança entre Estado e sociedade. Conclui-se que a segurança pública só será eficaz com a reconstrução da confiança entre Estado e sociedade, por meio da educação cidadã, transparência e participação social. Políticas integradas e preventivas são essenciais para uma atuação conjunta que promova uma segurança democrática, justa e baseada nos direitos humanos.

Palavras-chave: segurança pública; policiamento comunitário; prevenção da criminalidade; participação social; cidadania.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217236/>

QR Code



PEREIRA, Graciele Trawinski; KOLACHINSKI, Juliano Ferreira; SOUZA, Elléa Zych de. **Peso corporal e hábitos de vida:** uma análise nos primeiros anos da carreira policial militar no Paraná. 2025. Arquivo digital em formato PDF. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisou as alterações no peso corporal e as mudanças nos hábitos de saúde de policiais militares que concluíram o Curso de Formação de Praças (CFP) em 2022, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR). Foram avaliadas as variações de peso entre o teste físico de ingresso, o início do CFP e o ano de 2025, bem como as modificações nos hábitos alimentares, na prática de atividade física, na qualidade do sono e na influência do estresse ocupacional após o início da carreira. A amostra foi composta por 135 policiais, com média etária de $30,45 \pm 4,47$ anos. Os resultados indicaram que 75,56% dos participantes apresentaram ganho ponderal, com aumento médio de 8,4 kg, aproximadamente 12% do peso inicial. Tal tendência esteve associada à piora da qualidade do sono (80,39%), à redução na rotina de atividades físicas e ao elevado consumo de alimentos ultraprocessados. O estresse ocupacional foi apontado por 68,6% dos policiais como fator de influência direta sobre a alimentação inadequada. Conclui-se que o início da carreira policial está relacionado a mudanças negativas nos hábitos de vida, configurando um fator de risco para o ganho de peso e para o desenvolvimento de condições prejudiciais à saúde, o que reforça a necessidade de políticas institucionais e de intervenções educacionais preventivas voltadas à promoção de um estilo de vida saudável, bem como ao fortalecimento do apoio psicossocial, a fim de reduzir os impactos do estresse laboral.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policial militar; peso corporal; hábito alimentar; estresse ocupacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217179/>

QR Code



ROKO, Grezielli Aparecida Ferreira; CORDEIRO, Salete; PENKAL, Rafael Cordasco. **Saúde mental policial: convergências e desafios na implementação do plantão psicossocial da PMPR.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este estudo analisou em que medida a organização e a atuação do Plantão Psicossocial do Centro de Atendimento Biopsicossocial da Polícia Militar do Paraná (PMPR) se alinham aos princípios da Psicologia das Emergências, com foco nos Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) e nos cinco princípios de Hobfoll: segurança, calma, autoeficácia, vínculo e esperança. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica e análise documental, articulando referenciais nacionais e internacionais à prática institucional. Os resultados indicam que o Plantão Psicossocial atua como resposta estratégica a crises, guiado pelo modelo "observar, escutar e conectar", favorecendo a identificação de riscos, a estabilização emocional e o encaminhamento a redes formais e informais de apoio. Observou-se avanços em prontidão e resposta, ao lado de lacunas relacionadas à padronização de protocolos, capacitação uniforme, indicadores de monitoramento e enfrentamento do estigma cultural quanto à saúde mental no meio militar. Conclui-se que o Plantão Psicossocial da PMPR constitui experiência singular no cenário nacional e referência para políticas públicas de cuidado e promoção da saúde mental em segurança pública.

Palavras-chave: primeiros cuidados psicológicos; psicologia das emergências; polícia militar; plantão psicossocial; saúde mental policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217234/>

QR Code



ROSA, Marcio Adriano; GRITTEN, Josney; HOISER, Marcelo Henrique. **Cinoterapia na Polícia Militar do Paraná:** explorando contribuições potenciais para a saúde mental. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A atividade policial militar é permeada por elevados níveis de estresse, risco e exposição constante à violência, fatores que afetam diretamente a saúde mental desses profissionais e interferem na qualidade do serviço prestado à sociedade. Diante desse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, as potenciais contribuições da cinoterapia – terapia assistida por cães – para a promoção da saúde mental dos policiais militares e para o fortalecimento das relações entre a corporação e a comunidade. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em revisão integrativa de artigos, dissertações e teses publicadas entre 2000 e 2025, disponíveis em bases como SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. A análise pretendeu identificar benefícios, limitações e perspectivas da aplicação da cinoterapia no contexto da segurança pública. Os resultados evidenciam o potencial da prática como estratégia complementar de cuidado psicológico, redução de estresse e aproximação comunitária, contribuindo para o debate sobre saúde do trabalhador e políticas de policiamento comunitário. Assim, a pesquisa busca oferecer subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de ações inovadoras voltadas ao bem-estar e à valorização da saúde mental dos profissionais da Polícia Militar.

Palavras-chave: cinoterapia; saúde mental; Ciências Policiais; terapia assistida por animais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217218/>

QR Code



SANTOS, Aguinaldo Menelli Martins dos; FERREIRA, Rodrigo Weiber; BADUR, Nelson Antonio Satto. **Aplicação das técnicas de entrevista pelo efetivo policial ostensivo:** maximizando a qualidade de informações coletadas no local da ocorrência e mitigando denúncias de práticas abusivas. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A atividade policial militar ostensiva possui papel fundamental não apenas na prevenção e repressão da criminalidade conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (Art. 144, Inciso V, §5º), mas também colabora na coleta preliminar de informações nos locais de ocorrência. Entretanto, observa-se a recorrência de falhas não só na quantidade de informações, mas principalmente na qualidade destas, pois, além de não corroborar, pode ainda comprometer as investigações subsequentes. Paralelamente a isso, não raramente, denúncias de abuso de autoridade, ou tortura recaem sobre o policial militar, que por uma falha na comunicação na tentativa de obtenção de mais informações, são mal interpretados ensejando tais denúncias. Este artigo, de natureza bibliográfica, documental e analítica, analisa a possibilidade de utilização das técnicas de entrevista aplicáveis pelo efetivo ostensivo, com destaque para a Técnica Cognitiva e o modelo PEACE, citando também o modelo REID. O presente trabalho demonstra experiências internacionais e a realidade da Polícia Militar do Paraná, apontando que através de uma capacitação contínua, padronização de protocolos e a adoção de recursos tecnológicos é possível maximizar a coleta e qualidade de informações e ainda reduzir alegações de cometimentos de práticas abusivas.

Palavras-chave: Policial militar; técnica cognitiva; Modelo PEACE; abuso de autoridade; capacitação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217123>

QR Code



SANTOS, Edson Pereira dos; LOPES, Julio Sokoloski; WILHELM, Evelyn Garcia Barros. **Atuação da patrulha escolar comunitária:** desafios enfrentados pela 1ª Cia. diante do uso indiscriminado de dispositivos eletrônicos de fumar (DEFS) nas escolas de Curitiba. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo, elaborado como requisito para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Praças (CAP) 2025, tem como objeto de estudo o ambiente escolar e a atuação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) diante dos desafios relacionados ao atendimento preventivo e repressivo. As instituições de ensino, tradicionalmente reconhecidas como espaços de socialização e aprendizado, têm enfrentado problemas emergentes que afetam diretamente a saúde e a segurança de crianças e adolescentes. Entre esses desafios, destaca-se o uso crescente de Dispositivos Eletrônicos de Fumar (DEFs) por estudantes, cuja fabricação, importação, comercialização e uso são proibidos no Brasil, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 855/2024. A facilidade de acesso a esses dispositivos e a ausência inicial de regulamentações específicas contribuíram para o aumento de ocorrências envolvendo menores nas escolas. Em resposta, o Ministério Público do Paraná, por meio da Nota Técnica Conjunta nº 01/2025, passou a considerar a posse de DEFs por adolescentes em ambiente escolar um ato infracional, ampliando a demanda sobre o BPEC. O estudo analisa a atuação da 1ª Companhia da Patrulha Escolar Comunitária, no município de Curitiba, com ênfase nos impactos da sobrecarga operacional causada pelos encaminhamentos de adolescentes às delegacias e na necessidade de conciliar a função repressiva com ações preventivas, como palestras, patrulhamento e atividades educativas junto à comunidade escolar.

Palavras-chave: patrulha escolar; dispositivos eletrônicos de fumar; ato infracional; prevenção; segurança escolar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217225/>

QR Code



SANTOS, Mirta Soeli dos; SANTOS, Rudinei; SANTOS, Antônio Rogério Custódio dos. **Adoção de armas portáteis 5,56x45mm na Polícia Militar do Paraná: incremento da letalidade controlada e redução da vulnerabilidade policial.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1ª Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Segurança pública, peça basilar no ordenamento jurídico Pátrio, é exercido pelo Estado com o escopo de garantir a Ordem Pública visando proporcionar ao cidadão um convívio pacífico pautado na tranquilidade e no bem comum. Destaca-se que para tanto o Poder Soberano lança mão dos seus agentes, em especial destaque a Polícia Militar, a fim de fazer cumprir essa missão, os quais devem estar devidamente equipados, bem como treinados, pois exercem suas atividades de forma ostensiva buscando não só prevenir, mas também reprimir a atuação de criminosos conforme cada caso, criminosos esses que estão cada vez mais organizados, mais bem armados, fazem uso de tecnologia, grande violência, e sobretudo estão dispostos a enfrentar as Forças de Segurança, tendo como único objetivo, o sucesso da ação criminosa. Tais afirmações nos levam a refletir se a Polícia Militar, especificamente as equipes de RPA, encontram-se em igualdade de resposta no que diz respeito aos equipamentos utilizados pelos criminosos, pois é comum o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e arma de porte (pistola) pelos integrantes da equipe RPA.

Palavras-chave: Segurança pública; policia militar; rádio-patrolha; carabina 5.56x45; reaparelhamento.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217119>

QR Code



SANTOS, Nilton Cesar de Almeida dos; SILVA, Kendy Shimiza da; BARBOSA, Pedro Gesser. **A importância do patrulhamento aquático no combate ao crime na fronteira do Paraná. 2025.** TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O policiamento embarcado, desenvolvido na região do lago de Itaipu, fronteira do Brasil com o Paraguai, realizado pela Polícia Militar do Estado do Paraná - PMPR, por meio do Batalhão de Polícia de Fronteira - BPFron, e pelo Núcleo Especial de Polícia Marítima da Polícia Federal - NEPOM, é peça fundamental para coibir o enorme volume de contrabando, tráfico e descaminho que, diuturnamente, entram em solo brasileiro. Facilitada pela curta distância entre os países e a extensa faixa de fronteira, a quantidade de ilícitos só não é maior pelo empenho das forças de segurança na repressão desses crimes, que possuem estruturação avançada, inovando em artifícios para introduzir produtos no Brasil, tais como drogas, eletrônicos, cigarros etc. A fronteira entre o Estado do Paraná e o Paraguai é destaque nas mídias e chama a atenção das autoridades. A região apresenta-se como um espaço de intensa circulação de pessoas, mercadorias lícitas e ilícitas. Nesse cenário, o policiamento aquático tem se mostrado fundamental para a repressão e a prevenção de crimes transfronteiriços. No entanto, embora todo esse esforço seja empregado na região de fronteira, as atuações são desconhecidas pelas demais forças de segurança do Estado, em especial dentro da própria PMPR. A presente pesquisa bibliográfica e documental discorre sobre a importância do patrulhamento aquático na região, analisando seu papel como primeira malha de contenção, trazendo aos olhos dos operadores da segurança pública a importância desse processo de policiamento, bem como sobre as operações realizadas e de seus resultados, as dificuldades de atuação, tais como redes de olheiros e portos clandestinos, além da necessidade de investimentos em novas tecnologias, inovações e integração contínua entre as forças de segurança.

Palavras-chave: Ciências Policiais; policiamento aquático; crimes transfronteiriços; Batalhão de Polícia de Fronteira; Paraná; Paraguai.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217211/>

QR Code



SANTOS, Rodrigo de Freitas; EVARISTO, Tiago; MACENO, Alessandro Eduardo. **Saúde mental de policiais no Brasil: uma reflexão necessária.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A saúde mental dos policiais constitui um tema de extrema relevância e complexidade, sobretudo diante das condições adversas e níveis de estresse a que esses profissionais estão expostos no exercício de suas funções. Este estudo tem como objetivo identificar relações entre o cotidiano dos policiais, no cenário brasileiro, e a saúde mental, bem como estratégias de melhoria. Trata-se de revisão integrativa da literatura. Para sua elaboração adotou-se as etapas: identificação/formulação do problema; busca na literatura/realização da coleta de dados; avaliação dos dados; análise dos achados dos artigos incluídos na revisão e interpretação dos resultados. A busca foi realizada na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, com os descritores “Profissionais da Polícia” e “Saúde Mental”. O material para análise resultou em 28 artigos, sendo a amostra final composta por 04 estudos. Os estudos encontrados levaram a discussão dos resultados em duas categorias: cotidiano de trabalho e saúde mental e necessidade de ações voltadas à saúde mental. Existem desafios quanto à ausência de condições de trabalho dignas e falta de reconhecimento e apoio. Esse cenário reforça a necessidade de uma abordagem integrada, que vá além do atendimento psicológico emergencial.

Palavras-chave: Ciências Policiais; profissionais da polícia; saúde mental; estresse ocupacional; angústia psicológica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217209/>

QR Code



SARAIVA, Fernando Eduardo Garai; VENITH, Valdinei; WILHELM, Evelyn Garcia Barros. **Reconhecimento facial como ferramenta de tecnologia aplicada à segurança pública:** um estudo de caso na Arena da Baixada. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação da tecnologia de identificação biométrica por meio do reconhecimento facial na Arena da Baixada, em Curitiba/PR, com ênfase na obrigatoriedade prevista pela Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), que determina a instalação de sistemas de identificação biométrica em estádios com capacidade superior a vinte mil pessoas. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, examina como essa inovação, atualmente operada em integração com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), pode contribuir para a segurança pública ao identificar pessoas procuradas pela Justiça, prevenir o cambismo e auxiliar na localização de desaparecidos. Contudo, observa-se que a ausência de integração com bases nacionais de segurança, como o CórteX e o Banco Nacional de Mandados de Prisão, limita sua eficácia e revela o uso ainda restrito da tecnologia. Assim, o estudo, fundamentado em revisão bibliográfica, análise legislativa e estudo de caso, busca discutir os avanços, desafios e potencialidades do reconhecimento facial como instrumento de fortalecimento da segurança pública.

Palavras-chave: reconhecimento facial; segurança pública; direito desportivo; tecnologia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217233/>

QR Code



SCHWANTES, Caroline Pompeu; PEZZOTO, Suellen Dulcene; SANTOS, Mauricio Souza. **Atuação da polícia militar frente a desastres naturais:** competências legais, integração interagências e estudos de caso no Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Os desastres naturais que atingem o Brasil, em especial eventos hidrometeorológicos e movimentos de massa, revelam a combinação entre vulnerabilidades sociais, ambientais e institucionais e exigem a atuação articulada de diferentes órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com destaque para a Polícia Militar nos cenários de preservação da ordem pública, apoio à evacuação de áreas de risco, proteção de bens e manutenção da sensação de segurança da população afetada. A criação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil redefiniram competências estatais, valorizando a gestão de riscos em todas as suas fases e exigindo das Polícias Militares o alinhamento entre doutrina operacional, planejamento estratégico, protocolos interagências e capacitação continuada para atuação em desastres, o que se torna ainda mais evidente no Estado do Paraná diante de episódios recorrentes na Serra do Mar e em municípios como Morretes, que demandam fluxos de resposta cada vez mais integrados e apoiados em sistemas de monitoramento, alerta e gestão de ocorrências.

Palavras-chave: gestão de riscos; desastres naturais; Polícia Militar do Paraná; defesa civil; integração interagências.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217226/>

QR Code



SILVA, Brian Santos da; BRASILINO, Lindomárcio; GERTZ, Beatriz Carolina. **A negociação no gerenciamento de tentativas de suicídio na Polícia Militar do Paraná: métodos e constatações.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

A pesquisa investigou a contribuição da negociação policial no gerenciamento de crises de tentativas de suicídio atendidas pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), entre os anos de 2020 e 2024. A relevância da pesquisa se deu na investigação de alternativas ao uso da força na consecução dos objetivos estratégicos institucionais da PMPR, no que tange à ampliação da capacidade de atendimento a grupos vulneráveis. O estudo adotou uma abordagem mista e documental, baseada em relatórios técnicos de ocorrências críticas, utilizando um processo concomitante de análise qualitativa e quantitativa. Buscou-se compreender o emprego das técnicas específicas de negociação, sua eficácia na solução pacífica de crises e a correlação com outras variáveis do Gerenciamento de Crises (GC). Os resultados demonstraram que as técnicas de negociação contribuíram para um total de 92% de crises solucionadas com preservação da vida do causador de evento crítico (CEC). Destacaram-se a empatia comunicativa e a escuta ativa como técnicas mais recorrentes. Como alternativa à disposição das autoridades, a negociação favoreceu resultados mais eficazes e seguros, principalmente em crises de maior complexidade, reforçando a sua relevância como instrumento fundamental de preservação de vidas.

Palavras-chave: Ciências Policiais; gerenciamento de crises; negociação policial; tentativa de suicídio.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217241/>

QR Code



SILVA, Helio da; CRUZ, Sandro Moreira da; TZECIUK, Celso. **Força Verde Mirim:** um difusor da Agenda 2030 através da educação ambiental não formal. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a eficácia do Projeto Força Verde Mirim, desenvolvido pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Paraná, como ferramenta estratégica de Educação Ambiental não formal. A iniciativa, regulamentada pela Lei Estadual 17.896/2013, atende crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, majoritariamente da rede pública em estado de vulnerabilidade social, com o propósito de transformá-los em multiplicadores de conhecimento e agentes ativos na preservação da natureza. As atividades, conduzidas por Policiais Militares Ambientais, combinam conteúdos de ecologia e sustentabilidade com práticas cívicas, promovendo disciplina, responsabilidade e cidadania ambiental. De caráter bibliográfico, a pesquisa evidencia que o Projeto não apenas cumpre seus objetivos, mas também se articula com a Agenda 2030 da ONU, contribuindo para diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS, como Educação de Qualidade (ODS 4), Vida Terrestre (ODS 15) e Parcerias (ODS 17), consolidando-se como experiência relevante na promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Ciências Policiais; desenvolvimento sustentável; Força Verde Mirim.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217202/>

QR Code



SILVA, Josimar Pedro da; ALMEIDA, Jonathan de; CAINELLI, Rodrigo Figueiredo. **A fundada suspeita nas abordagens policiais militares**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo teve por objetivo buscar um entendimento entre os meios legais atuais e sua relação com os aspectos subjetivos já estabelecidos na formação da fundada suspeita na realização de abordagens a pessoas tendo como parâmetro pesquisa junto ao efetivo da região litorânea do Paraná. Demonstrar a necessidade dessa formação da fundada suspeita para que haja base jurídica nas abordagens policiais estabelecendo assim os limites dos meios empregados. A importância da abordagem policial como medida preventiva de atos ilícitos e preservação da ordem pública. Apresenta, ainda, os aspectos jurídicos, princípios basilares e as técnicas aplicadas que norteiam a abordagem policial, os poderes instituídos dos servidores públicos militares estaduais. Demonstrará os limites para a formação da fundada suspeita, os aspectos sociais envolvidos nesta formação objetiva e subjetiva e sua aplicação nas diversas modalidades de abordagens.

Palavras-chave: Abordagem policial; fundada suspeita; princípios; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217121>

QR Code



SILVA, Marcos Antonio da; LIMA, Ailton Correia de; DIAS, Luís Pereira. **Análise da melhor escala de serviço para aplicação das equipes de radiopatrulhamento na área da 1ª Companhia do 1º Batalhão:** escala de serviço com enfoque em qualidade de vida. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Este artigo busca analisar qual escala de serviço a ser aplicada ao emprego operacional dos militares da Rádio Patrulha Auto (RPA) da 1ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com foco na melhoria da percepção de qualidade de vida, em alinhamento ao Planejamento Estratégico da PMPR 2022-2035. A pesquisa, realizada com o efetivo da unidade, utiliza métodos qualitativos e quantitativos, fundamentados na legislação institucional vigente e em autores que tratam de temas semelhantes. Serão examinadas e comparadas diferentes modalidades de escalas de serviço para identificar qual delas, segundo a percepção dos participantes, exerce maior influência na melhoria da qualidade de vida dos militares empregados no radiopatrulhamento. Assim, o estudo contribui diretamente para as ações de promoção e manutenção da qualidade de vida prevista como objetivo específico no Planejamento Estratégico 2022-2035.

Palavras-chave: Escala de serviço; qualidade de vida; radiopatrulhamento.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217120>

QR Code



SILVA, Roberval Antonio da; BERNATZKI, Celso Antonio; STROGENSKI, Bruno Henrique Rueda. **O impacto da centralização de sindicâncias e inquéritos policiais militares no Cartório da Subseção de Justiça e Disciplina do 13º BPM.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa o impacto administrativo e jurídico da centralização das sindicâncias e inquéritos policiais militares no Cartório da Subseção de Justiça e Disciplina do 13º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, com o objetivo de demonstrar os efeitos dessa reorganização analisando os aspectos da eficiência, da padronização procedimental e da racionalização do trabalho interno. A pesquisa, utilizando metodologia de natureza quantitativa e delineamento descritivo, abrange o período de 2017 a 2024, comparando dados anteriores e posteriores à implantação do Cartório, instituído em 2021. Os resultados revelam uma transição significativa de um modelo disperso, com múltiplos encarregados, para uma estrutura centralizada que aprimorou a gestão documental, assegurou rastreabilidade e reduziu a sobrecarga operacional. A análise evidencia que a centralização gerou maior celeridade, qualidade na produção de autos e uniformidade decisória, refletindo positivamente na governança e na credibilidade institucional. O estudo sustenta que a experiência do 13º BPM pode servir como referência replicável em outras unidades da corporação, desde que acompanhada de capacitação técnica, controle hierárquico de prazos e aderência aos princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Palavras-chave: Administração pública; centralização; eficiência; polícia militar; sindicância.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217118/>

QR Code



SILVA, Walisson Ferreira da; ALMEIDA, Jesse Bento de; OLIVEIRA, Bruno Araújo. **A efetividade das visitas preventivas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar mediante agendamento prévio, no município de Castro-PR.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O artigo analisa a eficácia de um procedimento de agendamento prévio para a realização de visitas a mulheres em situação de violência doméstica, implementado pela Polícia Militar do Paraná (3ª Companhia do 1º BPM) no município de Castro-PR. A metodologia adotada foi quali-quantitativa e documental, baseada na análise comparativa dos registros operacionais. A pesquisa contrasta o Período 1 (P1 - Controle: maio e junho de 2025), que utilizava a estratégia de Busca Ativa, com o Período 2 (P2 - Teste: julho a setembro de 2025), após a ativação do método de agendamento. Os dados foram submetidos à Estatística Descritiva para mensurar a frequência absoluta e a Taxa de Variação Percentual, avaliando o desempenho e a efetividade entre os períodos. Os resultados comprovam o impacto decisivo da nova metodologia. A Taxa de Eficácia de Localização e Acompanhamento elevou-se de 61,70% (P1) para 73,86% (P2), o que representa um aumento de +12,16 pontos percentuais (p.p.). A nova abordagem reduziu significativamente o risco de negligência (taxa de não localização) de 38,30% (P1) para 26,14% (P2). Além da melhoria na qualidade, houve um salto quantitativo, com a capacidade operacional mais que dobrada (aumento de 124,7% na produtividade operacional). Contudo, a análise da variação mensal no P2 revelou um ponto de atenção gerencial: uma alta instabilidade operacional e queda no volume de atendimentos após o pico em julho. Conclui-se que a nova política é um avanço substancial, amparado pela Lei Maria da Penha, garantindo a expansão do acesso e a redução da negligência. O desafio futuro reside em estabilizar a operação e corrigir a tendência de decréscimo para garantir a sustentabilidade do sucesso alcançado.

Palavras-chave: Ciências Policiais; cavalaria; equoterapia; polícia de choque montado; polícia comunitária.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217148/>

QR Code



SOUZA, Marcos Aurélio de; MOURA, Silvio Dalcol de; BUENO, Vagner Luiz Andreatta. **Fatores psicossociais, protetivos e estressores na saúde mental de negociadores policiais:** implicações para a prática e para políticas institucionais. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar e analisar os fatores biopsicossociais que influenciam a saúde mental dos negociadores policiais, destacando tanto os aspectos de risco quanto os de proteção. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de estudos nacionais e internacionais que abordam o impacto psicológico das atividades de negociação em crises, considerando a complexidade emocional, cognitiva e social envolvida no desempenho dessa função. O processo de seleção dos estudos seguiu as recomendações do método PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), tal método objetivou guiar o processo de revisão bibliográfica sistemática, uma vez que ofereceu um rigoroso protocolo com etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão das fontes de pesquisa. Os resultados evidenciaram que os principais fatores de risco à saúde mental do negociador incluem a exposição prolongada a situações de alto estresse, a pressão por resultados positivos, a responsabilização por vidas humanas e a sobrecarga emocional decorrente de ambientes de trabalho “não saudáveis”. Em contrapartida, destacam-se como fatores de proteção o treinamento técnico e psicológico contínuo, o apoio institucional e social, e as práticas de autocuidado. Conclui-se que o equilíbrio entre esses fatores é determinante para a preservação da saúde mental do negociador policial, demandando políticas institucionais que integrem ações preventivas, acompanhamento psicossocial e valorização profissional.

Palavras-chave: saúde mental; negociação policial; fatores de risco; fatores de proteção; análise de conteúdo.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217199/>

QR Code



STAMATO, Cristiano Konfidera; ZAVADZKI, Tiago; OVÇAR, Guilherme Skrepka. **Oitiva ou termo de declaração realizado pelo serviço de inteligência na Polícia Militar do Paraná:** um estudo e compreensão sobre o assunto. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar e compreender as oitivas e termos de declaração realizados pelo Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná (SIPOM/PMPR). O estudo foi desenvolvido por meio da análise da legislação e da doutrina da PMPR, com foco em sua missão institucional e na filosofia do policiamento comunitário, que busca aproximar a polícia da sociedade. No contexto da missão institucional, a pesquisa também aborda a finalidade da Ouvidoria, da Corregedoria da Polícia Militar do Paraná (COGER) e do Disque-Denúncia 181. Além disso, inclui uma análise da doutrina, da legislação, dos princípios e dos conceitos da atividade de inteligência e contrainteligência, tanto de forma geral quanto específica na PMPR. Por fim, foi aplicado um questionário que permitiu analisar e compreender o tema a partir da amostra coletada junto às unidades de inteligência da PMPR em diferentes regiões do Estado do Paraná.

Palavras-chave: oitivas; termos de declaração; inteligência; contrainteligência; policiamento comunitário.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217196>

QR Code



TEODORO, Anderson; CABRAL, Ederson; BUENO, Vagner Luiz Andreatta. **Impacto do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública do município de Campo Largo na redução de crimes patrimoniais (2020-2024)**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo científico busca analisar a contribuição do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) na redução dos índices de criminalidade, especificamente de alguns crimes patrimoniais, no município de Campo Largo, Paraná, no período de 2020 a 2024. Baseado em dados criminais como furtos e roubos, o estudo propõe investigar a relação causal entre a implementação da tecnologia, a integração das forças de segurança e a melhoria dos indicadores. A pesquisa se fundamentará em dados estatísticos da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), utilizando uma metodologia de estudo de caso com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Da análise, busca-se compreender como o crime se comportou com a implantação do CIOSP no município de Campo Largo. O estudo justifica-se pela relevância de testar a hipótese de que a “muralha virtual” e o monitoramento 24 horas elevam o risco percebido da ação criminosa, atuando como mecanismo de dissuasão conforme a Teoria da Escolha Racional.

Palavras-chave: centro integrado de operações; segurança pública; crimes patrimoniais; redução da criminalidade.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217198/>

QR Code



TORQUATO, Anderson; SANTOS, Mauro Sérgio dos; RODRIGUES, Guilherme Afonso Tocunduva. **Ações implementadas pela Polícia Militar do Paraná no cumprimento de mandados de prisão.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná, relacionadas a cumprimento de mandados de prisões e seus possíveis reflexos na redução dos índices criminais no Estado do Paraná. A pesquisa, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, quantitativa e documental, utiliza duas propostas referenciais, a busca nas legislações federais, estaduais e normas internas da corporação, objetivando a identificação de previsão para o emprego institucional na atuação do policiamento ostensivo e por consequência a legalidade de suas ações que resultem em cumprimentos de medidas judiciais. Já a proposta da coleta dos dados estatísticos procura evidenciar o critério de causa e efeito como indicadores da redução dos índices criminais.

Palavras-chave: ciências policiais; ordem judicial; mandado de prisão.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217238/>

QR Code



VALENGA, Anderson Gaspar; BARANKIEVICZ, Robson Christian; MARQUES, Bruno Mateus. **A informatização do FATD na Polícia Militar do Estado do Paraná: impactos da adoção de um sistema digital baseado no EPROCPMPR, sob percepção da 8ª CIPM.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 1º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisou os impactos da informatização do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), com foco na 8ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM). A pesquisa qualitativa e descritiva utilizou questionários aplicados aos encarregados de FATD e informações fornecidas pela Seção de Justiça e Disciplina (SJD). Os resultados apontam que o modelo físico apresenta falhas recorrentes, como erros formais, retrabalho e atrasos, comprometendo a segurança jurídica e a eficácia dos procedimentos. A adoção de um sistema digital, baseado no EPROCPMPR, permite padronização, rastreabilidade, controle de prazos e maior transparência, além de reduzir custos e fortalecer a credibilidade institucional. Conclui-se que a digitalização do FATD contribui significativamente para a eficiência operacional, uniformidade dos processos e alinhamento às diretrizes do Governo Digital e ao Planejamento Estratégico da PMPR.

Palavras-chave: Ciências Policiais; FATD; PMPR; EPROCPMPR; informatização.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217173/>

QR Code





CAP PM 2025
2^a ESFAEP



ALVARENGA, Fernando Bernardes; LEMES, Wagner Zequim; CACHETA, Marcio Pinheiro. **A viabilidade de viaturas locadas em comparação às viaturas patrimoniadas**: um estudo à luz dos princípios da administração pública. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a política de gestão da frota da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), com ênfase nos veículos empregados no policiamento ostensivo. Para tanto, foram examinados contratos de aquisição de viaturas previamente adaptadas para a atividade policial, contratos de manutenção da frota, contratos de locação e de coleta de dados. A análise fundamenta-se nos princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da sustentabilidade, de modo a identificar desvantagens e vantagens da locação em comparação à aquisição definitiva de viaturas. A metodologia foi do tipo exploratória, pesquisa campo e documental, com coleta de dados por meio de questionário e análise qualitativa. Conclui-se que a decisão estratégica deve pautar-se em um equilíbrio entre custo global, disponibilidade operacional e impacto ambiental, exigindo, para tanto, um planejamento integrado e de longo prazo.

Palavras-chave: Viaturas policiais; aquisição; locação; princípios administrativos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217070>

QR Code



AZEVEDO, Fabricio do Nascimento; MOREIRA, Rafael de Genaro; MATIAS, Kelly Wistuba de França. **A justiça restaurativa no âmbito das transgressões disciplinares**: possibilidades e desafios na Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

A Justiça Restaurativa tem se consolidado como paradigma alternativo ao modelo punitivo tradicional, ao propor uma resposta dialógica centrada na reparação do dano, na responsabilização consciente e na reconstrução das relações sociais. No Brasil, a Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça a reconheceu como política pública nacional, e sua atualização pela Resolução nº 592/2024 ampliou seu alcance à Justiça Militar, reafirmando sua compatibilidade com contextos institucionais hierarquizados. Nesse cenário, o presente estudo analisa a viabilidade de aplicação da Justiça Restaurativa em casos de transgressões disciplinares no âmbito da Polícia Militar do Paraná, onde a hierarquia e a disciplina configuram bens jurídicos essenciais à estrutura e à legitimidade da corporação. Diferentemente de pesquisas voltadas à esfera jurisdicional, o enfoque recai sobre os processos administrativos-disciplinares internos, buscando compreender se práticas restaurativas podem coexistir com um regime normativo historicamente punitivo, sem comprometer a autoridade e a ordem institucional. O objetivo geral consiste em examinar a aplicabilidade da Justiça Restaurativa nesse contexto, desdobrando-se em três objetivos específicos: analisar seu marco teórico-normativo; identificar os fundamentos jurídicos e institucionais da disciplina militar; e avaliar possibilidades e resistências à sua implementação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, documental e qualitativa, que se apoia em textos legais, regulamentos disciplinares e doutrina especializada. Os resultados demonstram que a Justiça Restaurativa, como instrumento complementar, educativo e humanizador, especialmente aplicável às transgressões leves e relacionais, não fragiliza a hierarquia nem a disciplina; ao contrário, as fortalece, ao promover corresponsabilidade, reparação simbólica, maturidade ética e coesão institucional.

Palavras-chave: Justiça restaurativa; transgressões disciplinares; ciências Policiais; hierarquia e disciplina.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217071>

ARTIGOS CAP PM 2025

QR Code



GONGORA, Leandro; SOUZA, Rogério Gonçalves de; ANJOS, Eginaldo Barbosa dos. **Segurança viária em Maringá-PR: desafios e ações da polícia militar na redução de sinistros e mortes violentas no trânsito.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o panorama dos sinistros e mortes violentas no trânsito no município de Maringá, no período de 2015 a 2024, com ênfase nas principais causas. Os dados estatísticos apontam a ocorrência de 66.029 sinistros de trânsito e 256 óbitos. Dentre os principais fatores contribuintes, destacam-se o excesso de velocidade e o desrespeito à sinalização viária. A metodologia da pesquisa foi descritiva, pesquisa documental e análise qualitativa e quantitativa. A Polícia Militar, por meio do 4º Batalhão, em parceria com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), tem adotado diversas medidas, como operações de fiscalização, uso de tecnologias, ações educativas e apoio à engenharia de tráfego. Apesar dos avanços obtidos, ainda existem desafios significativos, como o descumprimento à legislação de trânsito por parte da população. Diante desse cenário, o estudo propõe medidas preventivas como o fortalecimento das ações de educação para o trânsito e a ampliação das parcerias institucionais como estratégias essenciais para a redução dos índices de mortalidade e sinistros no trânsito de Maringá. Quando fiscalização, engenharia de tráfego e educação caminham juntas, orientadas por dados reais, as intervenções tornam-se mais eficazes e a cidade mais segura para todos.

Palavras-chave: Polícia militar ; mortes violentas ; sinistros de trânsito ; ciências sociais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217074>

QR Code



GUIMARÃES, Cleber Vinicius; NUNES, Kielsi Andrey; SANTOS, Rui Ferreira dos. **Saúde ocupacional de policiais militares da 3ª Companhia do 16º BPM:** estudo de caso com aplicação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar um diagnóstico de saúde ocupacional dos policiais militares da 3ª Companhia do 16º Batalhão da Polícia Militar do Paraná. O diagnóstico é relevante por diversos motivos, por exemplo, identificação de riscos à saúde dos policiais militares, prevenção de doenças e lesões, melhoria do bem-estar e qualidade de vida, otimização do desempenho profissional, subsídio para políticas de saúde ocupacional e base científica para futuras pesquisas. A pesquisa tem caráter descritivo, estudo de caso, a coleta de dados por questionário e análise quantitativa e qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO). A análise dos resultados permitirá identificar a prevalência de sintomas osteomusculares e os níveis de saúde ocupacional entre os profissionais da subunidade, possibilitando a formulação de estratégias preventivas e de promoção de saúde. Espera-se que os achados contribuam para subsidiar ações institucionais voltadas ao bem-estar dos policiais militares, fortalecendo tanto a saúde individual quanto a eficiência da corporação.

Palavras-chave: PMPR ; saúde ocupacional; sintomas osteomusculares; 16º BPM.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217072>

QR Code



LAURIANO, Josnei da Silva; SANTOS, Junior Luiz dos; NEVES, Otoniel Coelho.

Análise criminal dos delitos patrimoniais no município de Campo Mourão: estudo de caso do período de 2022 a 2024. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo voltado à Análise Criminal, utilizando dados referentes a crimes contra o patrimônio no município de Campo Mourão (PR) entre os anos de 2022 e 2024. O objetivo central pretende compreender o comportamento dos delitos contra o patrimônio em Campo Mourão (PR), por meio de análise de dados, no período de 2022 a 2024, de forma a contribuir para a melhoria das ações de segurança pública. Os dados analisados foram extraídos do Business Intelligence (BI) da Secretaria de Segurança Pública do Paraná e organizados em tabelas e gráficos, de modo a evidenciar padrões e tendências. A metodologia trabalhada foi explicativa, estudo de caso e documental, coleta de dados por meios primários e secundários e análise qualitativa e quantitativa. Destaca-se que, embora a Análise Criminal forneça subsídios para a tomada de decisão, fatores sociais, econômicos e políticos também influenciam diretamente os índices de criminalidade. O estudo reforça a necessidade de alinhar teoria e prática, apontando que a análise de dados deve ser utilizada em conjunto com políticas públicas e ações comunitárias.

Palavras-chave: Polícia militar; análise criminal; gráficos ; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217094>

QR Code



MATSUMURA, Alexsandro; PEROTTI, Luiza; SILVA, Marcel Fernandes da. **Gestão de pessoas na PMPR e estratégias para reduzir impactos de afastamentos temporários**: estudo de caso - 3º CRPM. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

A gestão de pessoas constitui um dos pilares fundamentais para a eficiência organizacional, sobretudo em instituições públicas que exigem disciplina e continuidade dos serviços, como a Polícia Militar do Paraná. Nesse contexto, os afastamentos temporários representam desafios relevantes, principalmente quando são prolongados, pois, quando não planejados, ocasionam sobrecarga de trabalho, queda de produtividade e impactos no clima organizacional. O presente estudo tem como objetivo propor e analisar estratégias de gestão capazes de mitigar esses efeitos, assegurando a continuidade dos serviços administrativos, a preservação da saúde ocupacional e a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Para tanto, será desenvolvido um estudo de caso no 3º CRPM, com aplicação de questionário junto aos militares, permitindo identificar impactos organizacionais e humanos, bem como avaliar a percepção dos servidores acerca das medidas de gestão existentes. A pesquisa adotará abordagem descritiva, estudo de caso, com coleta de dados por meio de questionário e análise qualitativa. Espera-se, como resultado, evidenciar a importância do planejamento estratégico na administração de pessoal, demonstrar seus reflexos positivos sobre a produtividade institucional e apontar caminhos para fortalecer o equilíbrio entre eficiência administrativa e bem-estar dos profissionais. Conclui-se que a adoção de práticas de planejamento estratégico na gestão de pessoas é essencial para assegurar a produtividade institucional e preservar a saúde ocupacional dos militares.

Palavras-chave: Gestão de pessoas; polícia militar; clima organizacional; planejamento estratégico.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217097>

QR Code



MELLO, Maxuel de Carvalho; RIBEIRO, Marlon Henrique; KOSAKA, Diogo Toyokuni. **Modernização sistêmica de processos e procedimentos administrativos da SJD na PMPR**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a necessidade de modernização sistêmica dos processos e procedimentos administrativos conduzidos pela Seção de Justiça e Disciplina (SJD) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), por meio da implantação de um sistema informatizado integrado. A pesquisa parte da constatação de que, atualmente, a maior parte dos procedimentos é elaborada manualmente, o que gera retrabalho, morosidade, consumo excessivo de recursos e falta de padronização. O objetivo geral foi avaliar os benefícios da criação de um sistema digital que unifique e automatize os fluxos da SJD, otimizando a gestão administrativa. O estudo utilizou abordagem descritiva, qualitativa e pesquisa de campo, por meio de questionário aplicado a policiais militares atuantes nas SJD's do 2º Comando Regional da PM. Os resultados demonstraram que 100% dos respondentes consideram indispensável a informatização, destacando ganhos em celeridade, transparência, padronização documental e economia de recursos. Conclui-se que a digitalização dos processos administrativos representa não apenas um avanço tecnológico, mas um passo estratégico para o fortalecimento institucional da PMPR, alinhado aos princípios constitucionais da administração pública e à Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

Palavras-chave: Ciências policiais; procedimentos administrativos; modernização.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217095>

QR Code



SIQUEIRA, Manoel Tiago; SILVA, Nilton Andrade da; FERREIRA, Kelvin Rougier Wobeto. **A central de atendimento 190 da PMPR: funções, desafios e contribuições para a sociedade.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O trabalho proposto busca discutir quais as atividades e responsabilidades desempenhadas pelo serviço 190 da PMPR, bem como as dificuldades enfrentadas no atendimento emergencial, lembrando da importância desse serviço para a segurança pública, uma vez que é o principal canal de contato rápido da população com a Polícia Militar em situações de emergência. Para tanto, a pesquisa procura mensurar informações que possam contribuir com o objetivo da pesquisa, ou seja, mostrar a realidade vivenciada por Policiais Militares que trabalham como atendentes junto ao 190 - telefone de emergência dos COPOM's da PMPR. O estudo teve como metodologia em seu tipo a descritiva, como técnica trabalhou a pesquisa de campo. Os dados colhidos foram por meio de questionário e análise qualitativa. Durante a pesquisa foram identificados problemas similares em diversas Unidades Policiais Militares do Estado, no tocante a escala de atendente do telefone de emergência da PMPR; da rotina nas escalas ao serem feitas com a utilização de efetivo que está indisponível ao serviço operacional; da qualificação desses profissionais para atendimento a comunidade, e por fim, do estado emocional que possa dar ao cidadão um atendimento de qualidade. Algumas propostas foram elencadas, por exemplo, cursos de especialização para o efetivo do setor 190, sendo estes Militares disponíveis apenas para este serviço na PMPR, demonstrando uma profissionalização no atendimento a comunidade externa.

Palavras-chave: PMPR ; emergência; 190 ; ciências policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217073>

QR Code



TARINI, Alex Sandro; BERTOCO, Fábio Dias; KAMAKAWA, Edson. **Criminalidade em municípios de pequeno porte com efetivo policial reduzido**: uma análise dos programas preventivos da Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de prevenção da criminalidade em municípios de pequeno porte do Estado do Paraná, com ênfase nas dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar do Paraná (PMPR) devido ao efetivo policial reduzido. A pesquisa foi desenvolvida quanto ao tipo descritiva, por meio de levantamento bibliográfico e documental, com base em legislações pertinentes, diretrizes institucionais e literatura científica da área de segurança pública e análise qualitativa. Considerando que a criminalidade é um fenômeno social multifacetado, a atuação preventiva da polícia se mostra fundamental, especialmente em contextos onde os recursos humanos e materiais são limitados. Nesse cenário, destacam-se os programas preventivos desenvolvidos pela PMPR, como o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), a Patrulha Escolar Comunitária, a Patrulha Rural Comunitária e a Patrulha Maria da Penha. Esses programas demonstram que é possível, por meio da aproximação entre polícia e comunidade, alcançar resultados efetivos na redução de crimes, na proteção de populações vulneráveis e na promoção de uma cultura de segurança. O estudo também evidencia a importância da atuação integrada entre os diversos órgãos públicos, redes de proteção e a sociedade civil, como fator determinante para o sucesso das ações preventivas. Conclui-se que, mesmo diante da limitação de efetivo, o fortalecimento das políticas de policiamento comunitário pode melhorar significativamente a sensação de segurança e a qualidade de vida nas pequenas cidades paranaenses.

Palavras-chave: Polícia Militar do Paraná; efetivo; criminalidade; programas de prevenção.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217089>

QR Code



WEIBER, Evelyn Oliveira de Souza; JESUS, Rafael Oliveira de; SILVA, Renner Ricardo da; ARAÚJO, Ricardo Veiga de. **Enfrentamento ao uso de dispositivos eletrônicos para fumar em instituições públicas de ensino no Paraná:** arcabouço jurídico e ações preventivas do BPEC/PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o enfrentamento ao uso de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) em instituições públicas de ensino do Estado do Paraná, à luz do arcabouço jurídico vigente e das estratégias de prevenção desenvolvidas pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar do Paraná (BPEC/PMPR). A pesquisa, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, utiliza procedimentos de análise documental e bibliográfica, tomando como corpus legislações federais e estaduais, atos normativos e orientadores de órgãos públicos, documentos institucionais do BPEC/PMPR e estudos acadêmicos sobre o uso de DEFs e programas de prevenção em contexto escolar. O recorte temporal abrange o período de 2009 a 2025, desde a primeira normativa da ANVISA sobre o tema até publicações recentes do Ministério Público do Paraná, das secretarias estaduais de Educação e de Segurança Pública. Os resultados indicam a existência de um marco regulatório robusto para os DEFs, mas evidenciam tensões na aplicação das normas no ambiente escolar, especialmente quanto à caracterização jurídica da conduta de crianças e adolescentes. No campo das estratégias preventivas, identificam-se potencialidades e limites da atuação do BPEC/PMPR por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e da Patrulha Escolar Comunitária (PEC). Com base nessas análises, apresentam-se recomendações para a atualização do currículo do PROERD e para o fortalecimento das ações educativas da PEC, em perspectiva intersetorial e orientada pelo princípio da proteção integral.

Palavras-chave: Dispositivos eletrônicos para fumar; escola pública; Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária; conscientização.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217092>

QR Code



XAVIER, Marco Antônio Medrado; PAULO, João Paulo de; ARAUJO, Claudes de. **A relevância da dimensão política na gestão do destacamento da polícia militar em São João do Caiuá**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 2º Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Maringá, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da dimensão política na gestão do Destacamento Policial Militar de São João do Caiuá, no Estado do Paraná. A pesquisa parte da constatação de que a gestão pública, especialmente no âmbito da segurança, não se limita a aspectos técnicos e administrativos, mas é também influenciada por fatores políticos e institucionais que afetam diretamente o funcionamento das organizações policiais. Adotou-se o método descritivo, com técnica de estudo de caso e análise qualitativa, visando compreender como a atuação política interfere na administração do destacamento. A coleta de dados se deu por meio de fontes primárias e secundárias, sustentadas por autores como Chiavenato (2000), Secchi (2014), Di Pietro (2019) e Minayo (1999). Os resultados apontam que a articulação entre o gestor militar e os representantes políticos locais pode ser determinante para a melhoria das condições estruturais e operacionais da unidade, desde que essa relação se mantenha pautada pela ética, transparência e interesse público. Conclui-se que a dimensão política exerce papel fundamental na gestão dos destacamentos policiais, influenciando a distribuição de recursos, a motivação dos profissionais e a qualidade do serviço prestado à população. Assim, compreender essa relação torna-se essencial para fortalecer a eficiência administrativa, a moral da tropa e a aproximação entre a Polícia Militar e a sociedade.

Palavras-chave: PMPR; poder executivo; políticas públicas; gestão pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217099>

QR Code





CAP PM 2025
3ª ESFAEP



ALMEIDA, Joel Souza; LIMBERGER, Liliana Angelita; MACEDO, Lucas Adriano. **Os aspectos que influenciam no voluntariado da escala extra jornada remunerada no âmbito do efetivo da 1ª Cia do 6º BPM.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação da Diária Especial por Atividade Extra Jornada Voluntária (DEAEV) no âmbito da 1ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar, em Cascavel-PR, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a adesão voluntária dos policiais militares. Instituída pela Lei Estadual nº 19.130/2017 e regulamentada por decretos e portarias subsequentes, a DEAEV consolidou-se como um importante instrumento de valorização profissional e de fortalecimento da segurança pública, ao possibilitar a ampliação do policiamento ostensivo sem a necessidade imediata de novos concursos públicos. O estudo adota uma abordagem mista, combinando análise quantitativa de dados estatísticos sobre a adesão dos voluntários e abordagem qualitativa por meio de questionários aplicados ao efetivo participante. Entre as variáveis investigadas destacam-se a remuneração, a carga horária, o convívio familiar, os riscos da atividade e os períodos de maior incidência criminal. Os resultados indicam que, embora a DEAEV represente uma alternativa significativa de complementação de renda e valorização funcional, a adesão apresenta oscilações expressivas conforme o turno de serviço. Observou-se menor disposição para o voluntariado em períodos noturnos e nos finais de semana, o que se relaciona ao desgaste físico, à interferência na vida familiar e ao aumento dos riscos operacionais. Conclui-se que esses fatores influenciam diretamente a decisão dos policiais, que ponderam entre os benefícios financeiros e os impactos sobre a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança pública; polícia militar; DEAEV; gestão operacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217268/>

QR Code



ANHAIA, Ademir; OLIVEIRA, Valdemar Avila de; SCARSI, Vinicius Evangelista. **Proposta de tipificações das transgressões disciplinares em regulamento próprio da Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito analisar a necessidade de a Polícia Militar do Paraná (PMPR) dispor de um regulamento disciplinar próprio, adequado à sua realidade institucional e à legislação vigente, especialmente após a edição da Lei nº 14.751/2023. A pesquisa, de caráter descritivo e comparativo, baseou-se em levantamento documental dos regulamentos disciplinares das Polícias Militares das 26 unidades federativas e do Distrito Federal, identificando a forma como cada Estado estrutura suas transgressões e respectivas classificações. Os resultados demonstraram que 24 Estados já possuem regulamentos próprios, dos quais nove adotam a gradação das transgressões em grave, média e leve, o que reforça a necessidade de a PMPR avançar na modernização de seu ordenamento interno. A análise evidenciou que a ausência de gradação e de critérios objetivos de dosimetria nas punições disciplinares pode gerar interpretações divergentes em casos semelhantes, ocasionando insegurança jurídica. Conclui-se pela importância de instituir um regulamento disciplinar próprio, que estabeleça a gradação das transgressões disciplinares em grave, média e leve, tendo como punição para as transgressões de natureza grave, prisão disciplinar, para as transgressões de natureza média, de repreensão até detenção disciplinar e para as transgressões de natureza leve de advertência até impedimento disciplinar. Atualmente, a PMPR adota como referência as transgressões disciplinares constantes no Anexo I do Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002 — Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) —, no qual muitas condutas previstas não correspondem à realidade da corporação e tampouco contemplam a gradação das punições.

Palavras-chave: Polícia Militar do Paraná; regulamento disciplinar; dosimetria; segurança jurídica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217251/>

QR Code



BETIATTO, Cleverson; OLINSKI, Fabiano; NICOLAU, Mário Emílio. **Impactos e desafios da aplicação da lei orgânica nacional das polícias militares na carreira dos sargentos do 21º Batalhão da Polícia Militar do Paraná**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

A Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares (Lei 14.751/2023) estabeleceu diversos parâmetros a serem seguidos por estas Organizações Militares, incluindo aqueles que regem a carreira dos Graduados. A Polícia Militar do Paraná (PMPR) já se adequou a várias diretrizes da Lei Nacional; contudo, na carreira específica dos Sargentos Policiais Militares, ainda existem pontos de conflito que serão abordados neste estudo. Com o objetivo de identificar os principais impactos e desafios que os Sargentos do 21º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (21º BPM) podem enfrentar na adequação de suas carreiras à Lei Nacional, foi realizado estudo bibliográfico, consulta nas legislações vigentes e regulamentadoras da carreira dos Sargentos e aplicado um questionário aos Graduados pertencentes à Unidade. Para a maioria dos entrevistados, a implementação da Lei Nacional seria benéfica. Eles vislumbram uma melhora na formação e no desempenho das atividades funcionais, resultando em Policiais que ingressam na carreira de Sargento mais preparados, com conhecimentos teóricos e práticos, o que tornaria a carreira mais consolidada. Apesar desse potencial, os Sargentos reconhecem que a plena adequação ainda envolverá a superação de desafios significativos.

Palavras-chave: Ciências Policiais; lei orgânica nacional; organização institucional; carreira das praças; formação de sargentos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217257/>

QR Code



CASAGRANDE, Marcio Pedro; RIGON, Sadi Joares; MENDES, Murilo Mendonça. **A gestão da frota de viaturas patrimoniadas e locadas no 14º Batalhão de Polícia Militar:** qual modal é economicamente mais eficiente? 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

A gestão da frota de viaturas policiais é crucial para o desempenho eficiente do policiamento ostensivo e da gestão pública. Este estudo realiza uma comparação entre os modais de gestão adotados pela Polícia Militar do Paraná (PMPR): o modal patrimoniado, em que o Estado mantém a propriedade das viaturas, e o modal locatício, em que os veículos são alugados de empresas privadas. A pesquisa foi conduzida no 14º Batalhão de Polícia Militar (14º BPM), localizado na cidade de Foz do Iguaçu, utilizando dados referentes à quilometragem rodada, despesas com manutenções e contratos de locação. Os resultados indicam que o modal patrimoniado apresenta melhor custo-benefício para os grupos especializados, como Choque e ROTAM, cujas viaturas percorrem em média 20.000 km/ano, permanecendo em condições de uso por até seis anos nos grupos e posteriormente serem utilizadas em outras espécies de policiamento. Em contrapartida, o modal locado é mais vantajoso para viaturas da Rádio Patrulha Auto (RPA), por garantir maior agilidade na substituição e manutenção. Dessa forma, conclui-se que o modelo mais adequado para a PMPR é aquele que integra ambos os sistemas, aprimorando a gestão da manutenção dos veículos patrimoniais e fortalecendo a fiscalização das locadoras, com o objetivo de assegurar economia e eficiência nas operações do Estado.

Palavras-chave: Ciências Policiais; frota patrimoniada; frota locada; gestão pública; eficiência operacional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217274/>

QR Code



CEVERO, Claricéia Mafioletti; TEODORO, Fabiano; CAMARGO, Roberto; SILVEIRA JÚNIOR, José Antônio da. **O impacto da atuação da patrulha escolar comunitária frente à posse de dispositivo eletrônico para fumar nas escolas estaduais de Toledo/PR.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O aumento da violência urbana na década de 1990, que adentrou o ambiente escolar paranaense, levou a Polícia Militar do Paraná a criar, em 2008, o Batalhão de Polícia Escolar Comunitária (BPEC), voltado ao atendimento especializado de ocorrências em instituições de ensino e à realização de ações preventivas relacionadas a atos infracionais e à indisciplina. Atualmente, a Patrulha Escolar está presente nos principais municípios do estado, desempenhando papel relevante na promoção de um ambiente educacional seguro. Nos últimos anos, entretanto, observa-se o surgimento de uma nova demanda nas escolas: o uso e o porte de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), popularmente conhecidos como cigarros eletrônicos, dentro ou nas imediações dos estabelecimentos de ensino. Essa prática tem causado preocupação à comunidade escolar, não apenas pelos aspectos disciplinares e legais envolvidos, mas também pelos riscos à saúde, uma vez que o tabagismo — em suas diversas formas — é responsável por doenças respiratórias, cardiovasculares e neoplásicas, além de gerar elevados custos sociais e econômicos ao sistema de saúde. Diante desse cenário, o presente artigo busca analisar quais os reflexos da atuação da Patrulha Escolar Comunitária nos colégios públicos da rede estadual do Município de Toledo (PR) frente às ocorrências envolvendo DEFs no ambiente escolar, bem como refletir sobre a atuação institucional à luz da Recomendação Administrativa nº 08/2023 da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Toledo, considerando os efeitos da Resolução nº 080, da SESP, de 5 de fevereiro de 2025, durante sua vigência.

Palavras-chave: Ciências policiais; cigarro eletrônico; estabelecimento de ensino prevenção; eficácia.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217256/>

QR Code



CRIME, Hugo Fernando; SILVA, Luiz Cláudio; FRANZO, Danilo. **Entre a farda e a sela:** a equoterapia como construção de laços sociais entre a Polícia Militar do Paraná e a sociedade. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 – CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

Este estudo, denominado “Entre a Farda e a Sela: a Equoterapia como Construção de Laços Sociais entre a Polícia Militar e a Sociedade”, analisa a relação entre segurança pública, saúde e inclusão social, com ênfase nos programas de Equoterapia implementados pelos Regimentos de Polícia Montada da Polícia Militar do Paraná (PMPR). O objetivo é entender de que maneira a terapia com cavalos, realizada por agentes policiais, auxiliar na estruturação da imagem institucional da corporação e no fortalecimento das relações comunitárias. A pesquisa parte da suposição de que, ao se posicionar como promotor de saúde e bem-estar, a Polícia Militar aumenta sua legitimidade e a confiança da sociedade, afastando-se da visão puramente repressora vinculada ao uso do uniforme. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo investiga o efeito da Equoterapia como uma estratégia de Soft Power e de Polícia Comunitária, que pode fomentar a inclusão, a cidadania e a humanização nas interações entre policiais e cidadãos. Além disso, a pesquisa resalta a importância das equipes multidisciplinares e do uso terapêutico do cavalo como um mediador entre o policial e o praticante, evidenciando que a equoterapia vai além da reabilitação física, desempenhando um papel crucial na construção de laços sociais e na melhoria da imagem pública da polícia.

Palavras-chave: equoterapia; polícia militar; inclusão social; saúde; Ciências Policiais.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217266/>

QR Code



DALPONTE, Daniela Aparecida Fernandes da Cruz; GIORDANI, Glaucia Aparecida; FERREIRA JUNIOR, Luiz Antonio. **Percepções dos pais e responsáveis sobre o ensino, disciplina e desenvolvimento dos alunos do 6º Colégio da Polícia Militar**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

Os Colégios Militares e colégios das Polícias Militares no Brasil têm se destacado consistentemente nas avaliações educacionais, apresentando médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) acima da média nacional. Este estudo, delineado como um levantamento (survey) com abordagem quantitativa e fins descritivos, analisa as percepções dos pais e responsáveis pelos alunos do 6º Colégio da Polícia Militar (CPM), sediado em Pato Branco - PR. Por meio de um levantamento (survey) com uma amostra robusta de 364 respondentes, a pesquisa investiga a satisfação com o modelo de ensino, a disciplina, o desenvolvimento dos estudantes e o impacto do colégio na imagem institucional da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Os dados revelam altíssimos índices de aprovação da qualidade do ensino (80,22%) e um impacto positivo na imagem da PMPR para 84,34% das famílias. Os resultados indicam que o modelo CPM é percebido como um vetor de mobilidade social e que a satisfação dos pais se converte diretamente em capital social e confiança institucional, gerando 'valor público' para a corporação policial, medido pelo impacto positivo em sua imagem. A análise segmentada por renda e origem escolar aprofunda o entendimento de como diferentes públicos percebem os benefícios do modelo.

Palavras-chave: Ciências Policiais; ensino; disciplina; cidadão e sociedade; educação.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217259/>

QR Code



LEITE, Emerson Scuzziatto; FAVERO, Fernando Henrique Piaia; WIEPIESKI JUNIOR, Ivo Costa. **A insegurança jurídica do Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas em relação à lei orgânica das polícias militares e aos questionamentos judiciais no âmbito da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a insegurança jurídica relacionada ao Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas (CHOE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), à luz da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (Lei nº 14.751/2023) e da Lei Estadual nº 22.234/2024, que instituiu o referido curso. A pesquisa teve como objetivo compreender os impactos jurídicos e institucionais decorrentes da implementação do CHOE-PM, especialmente quanto à contagem de tempo fictício de serviço e às possíveis distorções hierárquicas resultantes da habilitação de praças em graduações distintas. De caráter exploratório e descritivo, o trabalho fundamentou-se na análise documental e na revisão bibliográfica em Direito Administrativo e Militar, além do levantamento de decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Os resultados apontam inconsistências normativas entre a legislação estadual e a Lei Orgânica Nacional, resultando em insegurança jurídica, litigiosidade crescente e fragilidade na hierarquia funcional. Conclui-se que a adequação das normas estaduais aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia e hierarquia é essencial para a consolidação de uma gestão de carreira transparente, previsível e juridicamente estável nas corporações militares estaduais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; insegurança jurídica; CHOE; Polícia Militar do Paraná; lei orgânica das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217265/>

QR Code



MOTTER, Adriano Antonio; GOLDACKER, Anderson; BILIBIO, Marcia Bobko.

Percepção de carreira e direitos: prerrogativas à promoção por permanência com base nos artigos 44-a e 44-b da lei de promoção de praças da PMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente artigo analisa a compreensão dos militares praças da Polícia Militar do Paraná quanto à carreira, requisitos e direitos relacionados à ascensão funcional, com foco nas prerrogativas estabelecidas pelos artigos 44-A e 44-B da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, conhecida como Lei de Promoção de Praças. Os dispositivos foram alterados e ampliados pela Lei nº 22.234, de 9 de dezembro de 2024, que instituiu novas regras para a promoção por permanência, especialmente no momento de passagem para a inatividade. A pesquisa objetiva avaliar o nível de conhecimento das praças sobre essas alterações legais, a adequação dos meios de comunicação institucional e os reflexos na motivação e valorização profissional. A metodologia utilizada combina análise documental da legislação aplicável e pesquisa de campo, por meio de questionário virtual aplicado a policiais militares de diferentes graduações e tempos de serviço. Os resultados preliminares indicam que, apesar de a legislação estar disponível, a compreensão das praças sobre sua aplicabilidade ainda é restrita. Conclui-se que a Corporação deve adotar mecanismos de difusão mais claros e acessíveis, utilizando plataformas digitais já existentes, como por meio do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), plataforma de ensino a distância da Polícia Militar do Paraná, gerida pela DEC (Diretoria de Ensino Corporativa), além de ações de capacitação continuada, a fim de garantir segurança jurídica, valorização e fortalecimento da carreira militar.

Palavras-chave: Ciências policiais; Polícia Militar do Paraná; lei de promoção de praças; promoção por permanência; valorização profissional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217252/>

QR Code



OLIVEIRA, Lucas Alves de; TRES, Magaiver; SOUZA, Marcos Aparecido de. **A erosão da justiça militar e da polícia judiciária militar:** o Tribunal de Justiça do Paraná e a consolidação jurisprudencial do esvaziamento das competências castrenses. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente estudo analisa a controvérsia em torno da competência para investigar crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militares, impulsionada por um acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná que atribuiu essa função à Polícia Civil, relegando o Inquérito Policial Militar a papel meramente residual. Busca-se demonstrar os equívocos jurídicos dessa orientação, reafirmar a natureza militar desses delitos e a competência investigativa da Polícia Judiciária Militar (PJM), além de analisar a interpretação distorcida da jurisprudência acerca das competências da Justiça Militar e da própria PJM. Defende-se que o art. 125, §4º, da Constituição Federal criou apenas uma exceção quanto ao órgão julgador (o Tribunal do Júri), sem alterar a natureza militar do crime, ainda definida pelo critério *ratione legis*. A competência investigativa da PJM decorre diretamente da Constituição (art. 144, §4º), que veda expressamente a atuação da Polícia Civil em infrações militares. Revela-se ainda equivocada a tese de que o poder de julgar atrairia o de investigar, pois ela acaba por presumir a existência de dolo antes mesmo da apuração dos fatos, em violação à presunção de inocência e ao princípio da responsabilidade subjetiva que orienta o sistema penal brasileiro, no qual a natureza jurídica do delito deve ser resultado, e não premissa, da investigação preliminar.

Palavras-chave: Tribunal do Júri; polícia judiciária militar; inquérito policial militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217272/>

QR Code



SALVADOR, José Rodrigo; CARDOSO, Renildo Teixeira; BATTESINI, Gabriel Pasti.
Integração de drones e sistemas LPR no monitoramento e combate a crimes em regiões de fronteira: perspectivas sobre inovação tecnológica na segurança pública. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, a interação entre drones e sistemas de reconhecimento automático de placas veiculares (LPR) no contexto da segurança pública em regiões de fronteira. A pesquisa inicia da constatação de que o crime organizado evolui constantemente, utilizando estratégias sofisticadas para o transporte de ilícitos e evasão da fiscalização imposta pelas forças de segurança. Nesse cenário, tecnologias emergentes, como os drones e os sistemas LPR baseados em inteligência artificial, apresentam-se como ferramentas de apoio ao monitoramento e combate de atividades criminosas. Busca-se compreender como a integração entre as tecnologias pode contribuir para ampliar a efetividade das ações policiais, reduzir lacunas de vigilância, otimizar recursos humanos e financeiros e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas. Embora não se trate de pesquisa aplicada, o estudo pretende fomentar o debate acadêmico sobre a modernização das práticas de policiamento em áreas sensíveis, como as fronteiras, indicando caminhos para futuras investigações e protocolos operacionais.

Palavras-chave: Ciências Policiais; segurança pública; drones; LPR; fronteiras.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217270/>

QR Code



SCHUMACHER, Anne Caroline Bogarin Manzolli; CARLI, Benjamin; CARLESSO, Jimmy Cajuh. **A percepção da saúde mental no cotidiano dos policiais do 19º Batalhão de Polícia Militar do Paraná e a influência do Programa Prumos de apoio institucional.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

Este artigo analisa a percepção sobre saúde mental entre policiais militares do 19º Batalhão de Polícia Militar do Paraná (PMPR), buscando compreender os desafios enfrentados por esses profissionais em relação ao estresse ocupacional e às estratégias institucionais de apoio. A pesquisa é estruturada a partir de uma revisão de literatura sobre saúde mental na atividade policial, destacando fatores de risco como sobrecarga de trabalho, estigma relacionado ao cuidado psicológico e impactos familiares. Também são discutidos programas institucionais, em especial o PRUMOS (Programa de Atenção Psicossocial), que visa oferecer suporte psicológico aos militares estaduais. A metodologia para o desenvolvimento do trabalho é a revisão bibliográfica e documental. A pesquisa de campo com o efetivo do 19º BPM/PMPR, que se deu através de aplicação de um questionário anônimo para identificar percepções, barreiras e sugestões de melhoria. O trabalho tem por objetivo evidenciar a importância da saúde mental como parte da saúde operacional e como esse cuidado se torna essencial para a valorização profissional e o desempenho seguro da tropa. Através desse estudo pode-se concluir que políticas institucionais eficazes, combinadas com práticas de apoio psicossocial, podem reduzir vulnerabilidades e fortalecer a corporação. Palavras-chave: Ciências Policiais ; saúde mental ; estresse ocupacional ; PRUMOS ; Polícia Militar do Paraná.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217255/>

QR Code



SILVA, Elizangela Rodrigues da; LEVANDOSKI, Joice Maria dos Santos; CHINATTO, Ronaldo Cesar Falq. **A importância de estruturar academias nos batalhões da Polícia Militar do Paraná com a orientação de um profissional de educação física.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

Este estudo analisa a importância da atuação de profissionais de Educação Física nas academias da Polícia Militar do Paraná (PMPR), relacionando saúde, desempenho operacional e prevenção de lesões. A pesquisa foi realizada com 284 policiais militares, sobre hábitos de prática de exercício físico, incidência de lesões, afastamentos e percepção sobre a implementação de programas supervisionados. Os resultados apontaram que, embora 73,4% dos policiais pratiquem exercício físico regularmente, 58,5% não recebem orientação profissional e 53,1% já sofreram lesões musculoesqueléticas. Conclui-se que a expansão da infraestrutura de academias e a inserção de profissionais especializados configuram uma medida estratégica e moderna para otimizar a performance física e mental do efetivo, reduzir custos institucionais e fortalecer a segurança pública.

Palavras-chave: Ciências Policiais; polícia militar; exercício físico; saúde ocupacional; prevenção de lesões.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217261/>

QR Code



SOUZA, Alexandre Gomes de; BOZA, Rodolfo Nunes; LEONARDO, João Marcos Petry. **A complexidade e os conflitos jurídicos no atendimento policial da perturbação do sossego público na área de atuação dos 5° e 7° Comandos Regionais da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP PM 2025) -- 3º Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, Academia Policial Militar do Guatupê, Cascavel, 2025.

RESUMO

Há um dilema enfrentado pelas equipes policiais militares que atuam a serviço da Rádio Patrulha (RPA) no que diz respeito às ocorrências de Perturbação do Sossego Alheio, situações estas em sua grande maioria envolvendo som alto em áreas residenciais ou comerciais. Normalmente, em tais situações há presença de pessoas que fizeram uso de álcool ou de outras substâncias, fato este que agrava mais o atendimento da ocorrência. Não bastasse a truculência por parte de alguns desordeiros, há diferentes interpretações acerca do dispositivo legal que trata da possível inviolabilidade de domicílio: parte da doutrina entende que uma simples chamada ao número 190 é suficiente para que, após a constatação dos fatos, os policiais realizem a apreensão do som. Por outro lado, há juristas que defendem ser necessária a presença de representantes (vítimas) e a comprovação efetiva da desordem pública para que o policial possa agir com uso seletivo de força, sob pena de, em certos casos, incorrer em abuso de autoridade ou, ainda, não ocorrer persecução penal dos fatos. Dessa forma, serão apresentadas as distintas interpretações legais, bem como a orientação padronizada preconizada pela Polícia Militar do Paraná (PMPR) e sua efetiva aplicabilidade pelas equipes policiais, conforme o caso concreto.

Palavras-chave: ordem pública; conflito de normas; procedimento operacional padrão; doutrina policial; perturbação do sossego.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/217254/>

QR Code





CAP PM 2025
NÚCLEO DE ENSINO LONDRINA



AZOLINI, Danilo Alexandre Mori; LUZ, Luís André; SILVA, Reginaldo José da.

Qualidade de vida do policial militar: análise histórica e instrumental dos meios de apoio e assistência na Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar, sob uma perspectiva histórica e instrumental, os meios de apoio e assistência disponibilizados pela Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) ao longo de sua trajetória institucional, voltados à promoção da qualidade de vida do policial militar. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e legislativa, são investigadas as políticas e programas que abrangem o apoio espiritual, social, físico, psicológico e de saúde, evidenciando sua evolução e relevância para o bem-estar do efetivo. O estudo destaca a atuação da Capelania Militar, dos serviços de saúde preventiva, do Setor PM Vítima e dos programas de valorização profissional como instrumentos de fortalecimento humano e institucional. Fundamentado em autores como Minayo et al. (2011), Oliveira (2019) e Kravetz (2019) e nos dispositivos normativos internos da PMPR, o trabalho demonstra que a qualidade de vida do policial militar está diretamente associada à eficácia das ações institucionais de apoio integral. Conclui-se que a consolidação de uma cultura organizacional voltada à saúde e ao bem-estar - presente no planejamento estratégico da instituição - contribui não apenas para o equilíbrio físico e emocional do policial, mas também para a eficiência e legitimidade da atuação da corporação junto à sociedade paranaense.

Palavras-chave: Ciências policiais; qualidade de vida; longevidade; bem-estar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216626>

QR Code



BARBOSA, Júnior César Golucho; LEITE, Jessé da Silva; MORAIS, Antônio Carlos de. **A tecnologia e a segurança pública**: “a integração tecnológica, polícia e sociedade”. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 – CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente artigo trata sobre a incorporação de tecnologias na segurança pública brasileira, com foco na Polícia Militar do Paraná, demonstrando como as ferramentas tecnológicas podem modificar a atuação policial, o uso de recursos como os drones, câmeras corporais, softwares de monitoramento, sistemas de análise preditiva e a inteligência artificial podem permitir uma maior eficiência operacional, agilizando o atendimento de ocorrências, e auxiliando no melhor planejamento de ações e prevenção de crimes, através da identificação de padrões e “manchas criminais” em tempo real. A evolução da tecnologia aplicada à polícia segue conceitos análogos à Indústria 4.0, caracterizados pela integração de sistemas, automação, digitalização, análise de dados e conectividade entre órgãos de segurança. O estudo ainda detalha experiências de alguns estados brasileiros, destacando projetos que demonstram como a modernização tecnológica impacta diretamente na prevenção da criminalidade, permitindo respostas mais rápidas, seguras, com monitoramento contínuo e planejamento estratégico baseado em inteligência policial. O artigo também ressalta a importância da manutenção de um alinhamento entre a inovação tecnológica aos marcos legais existentes, em especial à Constituição Federal, a Lei do Sistema Único de Segurança Pública, e à Lei Geral de Proteção de Dados. A legislação vigente estabelece limites éticos e jurídicos que garantem que a tecnologia deve ser utilizada com responsabilidade, transparência e respeito aos direitos fundamentais. Essas iniciativas demonstram que a segurança pública contemporânea depende da harmonização entre inovação tecnológica, responsabilidade social e legislação atualizada, consolidando um modelo de polícia eficiente, ética e transparente.

Palavras-chave: segurança pública; drones; análise preditiva; videomonitoramento; inovação tecnológica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216604>

QR Code



BONFIM, Carlos Augusto; SANTANA, Victor Henrique de; RIBEIRO, Luís Shizuto Arimori. **O uso de ferramentas de inteligência artificial no aprimoramento dos registros de ocorrência da Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a possibilidade do uso de ferramentas de Inteligência Artificial para auxiliar o policial militar durante a confecção de um boletim de ocorrência, visando uma melhor qualidade dos dados. As informações extraídas do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) servem para subsidiar diversas questões atinentes ao nível estratégico, tático e operacional dentro da Polícia Militar do Paraná, porém os dados coletados deste sistema, por diversas vezes, não são integralmente confiáveis, requerendo filtragens e correções. Acontece que a feitura deste documento está sujeita a falhas humanas, que acabam prejudicando toda a cadeia da análise de dados e a persecução penal. Desta forma, o início da cadeia coletora destes dados carece de ferramentas que possam melhorar a qualidade das informações inseridas nos BOU's. Neste sentido, a ideia de utilizar a Inteligência Artificial como ancoragem para um trabalho mais efetivo e produtivo será apresentada no decorrer do trabalho. Como ferramenta metodológica, para dar sustentação técnico-científica, explorou-se o campo científico do tema e recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. O estudo realizado pretende demonstrar a possibilidade, necessidade e benefícios do uso de ferramentas de Inteligência Artificial no cotidiano do policial militar. Propõe-se, assim, o uso destas ferramentas na coleta e no preenchimento automático dos dados, otimizando o trabalho e elevando a qualidade dos registros policiais, através de um sistema que interaja com o policial, identifique lacunas e preencha automaticamente os campos do Boletim, reduzindo falhas, agilizando o registro e aumentando a precisão dos dados para análises estratégicas.

Palavras-chave: Ciências policiais; inteligência artificial; planejamento; boletim de ocorrência; análise de dados.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216642>

QR Code



COSTA, Jean Humberto Torres da; PRADO, Reiner da Silva; VOLPATO, Claudécir; VIEIRA, Marcelo Israel da Costa. **Proteção em confrontos armados**: análise técnica da resistência de anteparos urbanos. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

Este estudo avalia a resistência balística de anteparos urbanos para orientar a escolha de abrigos mais seguros por policiais militares em confrontos. A pesquisa, aplicada, quantitativa, exploratória e descritiva, ocorreu em duas etapas. A primeira foi uma pesquisa diagnóstica anônima com 115 policiais de unidades táticas (Choque e ROTAM), destinada a medir o conhecimento sobre calibres e eficácia de abrigos. A segunda etapa consistiu em testes balísticos experimentais controlados, realizados em outubro de 2025, utilizando pistola e submetralhadora 9×19 mm, espingarda 12 gauge e fuzis 5,56×45 mm, 7,62×39 mm e 7,62×51 mm. Os disparos foram aplicados em árvores, postes de concreto 200 e 600 daN, paredes de tijolo com e sem emboço, blocos de concreto, coluna de concreto armado, caçamba metálica vazia, carroceria de caminhão e blocos de motor, além de colete balístico da Polícia Militar do Paraná. A etapa diagnóstica revelou déficit significativo: a maioria dos policiais não se julga capaz de avaliar se um abrigo suporta disparos, sobretudo de fuzis. Nos testes, árvores e coluna de concreto armado ofereceram alta proteção. Postes falharam na face interna, mas laterais reforçadas detiveram projéteis de maior energia. Tijolo sem emboço foi totalmente vulnerável, enquanto o emboço aumentou a resistência. Blocos de concreto não foram confiáveis contra fuzis. Caçamba vazia e carroceria veicular mostraram baixa eficácia, com proteção parcial apenas contra pistola e espingarda. O bloco de motor reteve todos os disparos. Conclui-se pela necessidade de critérios técnicos padronizados baseados em evidências.

Palavras-chave: Ciências policiais; sobrevivência policial; confrontos armados; balística aplicada; abrigos urbanos.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216615>

QR Code



FREITAS, Valdinei das Graças; SILVA, Adilson Amaral da; PEZZOTO, Thiago Tomio. **Perturbação do sossego e o seu impacto na segurança pública de Londrina:** análise crítica e propostas para uma convivência harmônica. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a perturbação do sossego e seu impacto na segurança pública do município de Londrina. A perturbação do sossego, embora considerada uma infração de menor potencial ofensivo, representa significativa demanda às forças de segurança, especialmente à Polícia Militar, a qual recebe vários chamados pelo seu telefone de emergência 190 causando congestionamento na linha, maior desgaste dos atendentes do telefone, e um sério transtorno para despachar as equipes de rua para o atendimento. Esse grande excesso de chamadas reflete diretamente no policiamento ostensivo preventivo ficando a Rádio Patrulha envolvida só no repressivo. A pesquisa também aborda o tratamento legal da questão, as dificuldades enfrentadas pelos agentes públicos na fiscalização e responsabilização dos infratores, bem como os efeitos sociais e psicológicos causados aos munícipes. Além disso, são apresentados dados estatísticos, jurisprudências e iniciativas de mediação comunitária e uso de tecnologia para controle de ruído em outras regiões, buscando soluções que conciliem direitos individuais com o bem-estar coletivo. Ao final, propõe-se um conjunto de medidas integradas envolvendo poder público, comunidade e órgãos de segurança visando promover uma convivência urbana mais harmônica e sustentável.

Palavras-chave: Ciências Policiais; perturbação do sossego; segurança pública; convivência harmônica.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216622>

QR Code



LOPES, Wesley Vila Real; SOUZA, Fabricio José Resende de; ANDRADE, Amanda Quadros de. **A gestão de patrimônio móvel com ênfase na doação por chamamento público de bens móveis declarados inservíveis / desnecessários**. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

A gestão eficiente do patrimônio público é elemento essencial para a observância dos princípios de governança pública e controle administrativo, impondo à administração a adoção de procedimentos que assegurem a economicidade, a transparência e a adequada destinação social dos bens pertencentes ao Estado. Este artigo examina o processo de inservibilidade e doação de bens móveis no âmbito do Estado do Paraná, tendo como estudo de caso o Processo Administrativo nº 23.812.471-9, conduzido em 2025 pela 6ª Companhia Independente da Polícia Militar do Paraná (6ª CIPM). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo/analítico, fundamentada em levantamento documental, revisão bibliográfica e análise normativa. Foram observados, em especial, Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Estadual nº 20.790/2021, o Decreto nº 8.955/2018, o Decreto Estadual nº 10.086/2022, o Decreto Estadual nº 4.336/2009, entre outras legislações e as orientações administrativas expedidas tanto pelo Departamento de Patrimônio do Estado e Procuradoria-Geral do Estado. Os resultados demonstram que a doação de bens móveis inservíveis, quando precedida de avaliação patrimonial, declaração de inservibilidade, chamamento público e desincorporação formal, atende de modo efetivo aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade, eficiência e economicidade. O estudo evidencia, ainda, que a integração entre legislação, controle contábil e práticas administrativas contribui para a racionalização dos recursos públicos, a redução de custos de manutenção e a promoção do reaproveitamento social do patrimônio estadual.

Palavras-chave: Ciências Policiais; gestão patrimonial; administração pública; chamamento público; doação de bens móveis.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216635>

QR Code



LOURENÇO, Raphael Orlando de Souza; SILVA, José Henrique da; ALARCON, Marcos Fernando Sanches. **Atribuição da polícia judiciária militar na investigação de homicídios dolosos cometidos por militares estaduais.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente estudo se propõe a realizar uma análise crítica e aprofundada da atribuição da Polícia Judiciária Militar (PJM) no que tange à investigação de delitos de homicídio doloso praticados por militares estaduais. A pesquisa examina os pilares doutrinários, legais e constitucionais que regem a persecução penal militar no Brasil, com especial atenção aos limites da atuação da Justiça Militar e às transformações normativas que definiram sua jurisdição ao longo do tempo. Serão abordadas as distinções essenciais entre o Direito Penal comum e o Direito Penal militar, a classificação das infrações militares em próprias e impróprias, e os impactos das Leis Federais nº 9.299/96 e nº 13.491/2017, bem como da Emenda Constitucional nº 45/2004, na determinação da atribuição investigativa. O foco principal é elucidar a exclusividade da PJM na fase administrativa da persecução penal militar, mesmo quando se tratam de homicídios dolosos contra civis, e sugerir caminhos para a resolução dos frequentes conflitos de atribuição que emergem entre as Polícias Militares e Civis. Argumenta-se que a correta interpretação da legislação vigente e dos princípios constitucionais é vital para garantir a autonomia e a legitimidade da PJM, promovendo a segurança jurídica e a eficácia do sistema de justiça.

Palavras-chave: Polícia judiciária militar; justiça militar; atribuição; homicídio doloso; militares estaduais; persecução penal militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216634>

QR Code



RUFINO, Emanuel Max Muniz; ANTONIO, Paulo Rossi; DIAS, Renato Augusto. **A aplicabilidade da legislação ambiental no contexto da lei orgânica das polícias militares**: perspectivas para o ciclo completo administrativo ambiental. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O estudo analisa a dupla responsabilização ambiental penal e administrativa na atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), por meio do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA). São examinadas a consonância entre a Lei nº 9.605/1998 e o Decreto nº 6.514/2008 e a efetividade da fiscalização perante desafios estruturais e institucionais. A pesquisa avalia oportunidades de aprimoramento à luz da Lei Orgânica Nacional das PM e CBM (Lei nº 14.751/2023), adotando como metodologia a análise legal e jurisprudencial, com ênfase na robustez da prova policial e na comparação com o modelo de Santa Catarina. Os resultados revelam que, apesar de o BPMA concretizar a dupla responsabilização, sua atuação permanece limitada pela insuficiência de autonomia administrativa e pela dependência de convênios interinstitucionais para a execução e o julgamento das atuações, evidenciando um ciclo incompleto de fiscalização. Em contrapartida, a Lei nº 14.751/2023 reconhece o policiamento ambiental como especialização, estabelecendo base jurídica para que o BPMA persiga o Ciclo Completo Administrativo Ambiental, semelhante ao da Polícia Militar de Santa Catarina, que detém competência legal para julgar infrações ambientais. Conclui-se que o avanço institucional do BPMA depende da conversão desse reconhecimento legal em autonomia financeira e técnica, resultando em uma fiscalização ambiental mais eficaz e integrada no Paraná.

Palavras-chave: Polícia militar ambiental; autonomia administrativa; ciclo completo; fiscalização; meio ambiente.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216606>

QR Code



SANCHES, Allan Felix; FERREIRA, Eder Paulo; PEIJO, Rangel Calixto. **A aplicação do conceito “homem cinza” na gestão tática de veículos para inteligência policial**: uma proposta de adequação normativa no Estado do Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

Este trabalho aborda a aplicação do conceito do “homem cinza” na gestão tática de veículos para inteligência policial, propondo uma adequação normativa para o Estado do Paraná. Analisa-se a teoria do gray man e sua adaptação à utilização de veículos discretos – os chamados “veículos cinzas” – como extensão do disfarce operacional. Além disso, discute-se a normativa nº 006/2021 da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que impõe restrições à incorporação de veículos oriundos de perdimento judicial, identificando entraves à operacionalização da inteligência. Para sustentar as análises, adotou-se uma abordagem qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e em uma pesquisa de campo realizada por meio de questionário aplicado a policiais militares atuantes em Agências de Inteligência do Paraná, totalizando 180 participantes. Propõe-se, a partir desse conjunto analítico, uma flexibilização normativa que contemple as especificidades táticas e garanta maior eficiência e segurança às operações de infiltração. O estudo contribui para a construção de uma doutrina operacional alinhada às necessidades reais da inteligência policial.

Palavras-chave: Ciências Policiais; homem cinza; inteligência policial; veículo cinza; infiltração.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216631>

QR Code



SILVA, André Luis Terleski; DINIZ, Anderson Correa; BELINELLI, Alex Fernando. **O assessoramento do serviço de inteligência na preservação da ordem e no policiamento ostensivo**: uma análise no contexto da Polícia Militar do Paraná. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, a desmistificação do Serviço de Inteligência frente a uma cultura de desconfiança absorvida por parte do efetivo da Polícia Militar e a aplicação do assessoramento ao Policiamento Ostensivo no combate ao crime. Igualmente, a pesquisa tem por escopo alcançar a reflexão e a confiança, com o intuito de subsidiar o policiamento, no processamento de informações, agregando conhecimento e experiência em um ambiente corporativo, onde os resultados sejam refletidos nas atividades operacionais e na preservação da ordem pública. É mister que, para uma compreensão do assunto em estudo, participamos da percepção por profissionais militares estaduais no tocante ao serviço de inteligência em épocas diferentes e sua evolução. Por conseguinte, infere-se que a obtenção dos resultados estabeleça a confiabilidade, o desenvolvimento técnico e a padronização de táticas utilizadas no cenário do assessoramento. A questão é: Como o serviço de inteligência pode assessorar o Policiamento Ostensivo em prol da preservação da ordem? Para responder essa questão, foram realizadas entrevistas com Policiais Militares que atuaram no serviço de inteligência, para melhor compreensão da dinâmica da atividade, proporcionando segurança no assunto e domínio do planejamento. Por outro lado, há também o desafio da discricção doutrinária do serviço de inteligência como resistência na aceitação por parte do efetivo policial militar, na interpretação de informações suprimidas e a falta de confiança. Que este estudo, tenha como resultado, uma aproximação do serviço de inteligência com o serviço ostensivo e juntos, possam desfrutar de um trabalho sincronizado e satisfatório para uma sociedade mais segura.

Palavras-chave: Ciências policiais; inteligência policial; ordem pública; policiamento ostensivo; polícia militar.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216643>

QR Code



SILVA, Claudemir da; GARCIA, Ronnie Matheus; BOING, Élio. O **tirocínio policial como fundada suspeita para a busca pessoal**: uma análise da jurisprudência. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente artigo examina a evolução conceitual da fundada suspeita como requisito essencial para a realização de busca pessoal. A discussão é relevante porque envolve a tensão entre a eficiência da atividade policial e a necessidade de resguardar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. O tirocínio policial configura-se como uma competência experiencial, inerente à prática profissional cotidiana, desempenhando um papel preponderante na fundamentação de ações de abordagem e na identificação precoce de indivíduos suspeitos ou situações com indícios de risco ou ilegalidade. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e na análise de decisões judiciais recentes, especialmente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que vêm delimitando parâmetros mais claros para a legalidade da intervenção policial. Atualmente o entendimento predominante afasta critérios meramente subjetivos como o juízo que o policial faz no processo que antecede a abordagem, exigindo a presença de indícios concretos que possam justificar a ação. Esse cenário impõe novos desafios à prática policial cotidiana, ao mesmo tempo em que fortalece a legitimidade da atuação estatal.

Palavras-chave: abordagem policial; fundada suspeita; tirocínio policial.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216641>

QR Code



SIQUEIRA, Silvio; PINTO, Abílio Marcos; CORSINI, Marciano. **Educação financeira:** um fator de impacto na qualidade de vida e desempenho profissional dos policiais militares do 2ºBPM/PMMPR. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar de que forma a falta de educação financeira impacta a vida pessoal e profissional dos policiais militares do 2º BPM/PMMPR. Para essa finalidade, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, por meio da aplicação de um questionário voluntário e anônimo aos militares pertencentes ao 2º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Jacarezinho-PR. O universo da pesquisa é composto por 328 policiais, dos quais 54 participaram do estudo. Os resultados demonstram que grande parte dos respondentes enfrenta dificuldades para organizar suas finanças, possui dívidas e realiza atividades extras para complementar a renda, o que compromete a qualidade de vida, o convívio familiar e o desempenho profissional. Conclui-se que a educação financeira é fundamental para promover equilíbrio emocional, a qualidade de vida e eficiência profissional, sendo recomendável a implementação de programas institucionais sobre o tema.

Palavras-chave: Educação financeira; polícia militar; qualidade de vida; desempenho profissional.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216633>

QR Code



TATSUI, Carla Brito; VALENTIN, Eva Gislaine; SANTOS, Eduarda Burginski dos. **A aplicabilidade da Lei Nº. 11.340 de 2006 – Maria da Penha e o papel da polícia militar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher na área do 30º Batalhão de Polícia Militar do Paraná.** 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 – CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

A pesquisa se propõe a analisar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a atuação da Polícia Militar no enfrentamento à violência doméstica, concentrando-se na segunda intervenção realizada pelo 30º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná, por meio do Programa Maria da Penha. Com abordagem qualitativa, a pesquisa envolveu a aplicação de um questionário a policiais integrantes do programa, visando avaliar seu nível de capacitação, o conhecimento dos procedimentos institucionais e a percepção sobre a relevância de suas atividades. O estudo revelou a existência de elementos críticos que fragilizam a plena eficácia das operações. Tais fatores, de natureza operacional e estrutural, impõem barreiras à agilidade e à capacidade de resposta institucional, demandando uma análise cuidadosa para o aprimoramento contínuo. Adicionalmente, apesar de se verificar uma estrutura satisfatória de integração da rede de proteção no âmbito local, foi identificado um descompasso entre a oferta de serviços e o acesso efetivo a eles, gerando incertezas e desafios no empoderamento das mulheres assistidas. A Patrulha Maria da Penha é um instrumento vital, mas o estudo expõe as lacunas críticas que precisam ser superadas para garantir a plena segurança e o acesso à justiça. Portanto é necessário identificar quais são os pontos de estrangulamento que comprometem a eficácia desse programa essencial. O artigo é uma análise detalhada desses achados e o aprofundamento das discussões sobre a segurança pública e a proteção das mulheres, em busca da otimização dos resultados.

Palavras-chave: Ciências policiais; Lei Maria da Penha; violência contra a mulher; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216617>

QR Code



XAVIER, Raul Costa; MELO FILHO, Leônidas Antônio de Oliveira; RODRIGUES, Tiago Henrique da Silva. **Análise doutrinária do policiamento com motocicletas**: um estudo sobre a evolução, potencialidades e limitações do motopatrolhamento. 2025. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Praças 2025 - CAP 2025) -- Núcleo de Ensino de Londrina, Academia Policial Militar do Guatupê, Londrina, 2025.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa o emprego do policiamento ostensivo com motocicletas no âmbito das Polícias Militares, com enfoque nas potencialidades e limitações dessa modalidade operacional. Inicialmente, aborda-se a função constitucional do policiamento ostensivo e sua importância para a segurança pública. Em seguida, são apresentadas as vantagens do uso das motocicletas, como a elevada mobilidade, a capacidade de reduzir o tempo de resposta às ocorrências, o acesso facilitado a áreas de difícil patrulhamento e o menor custo de aquisição em comparação às viaturas convencionais. Também são analisados os diferentes modelos de motocicletas empregados pelas corporações, destacando os seus desempenhos técnicos e a adequação operacional de cada tipo. Por outro lado, o estudo evidencia as desvantagens e os riscos da atividade, como a vulnerabilidade do policial, as limitações climáticas, a restrição no transporte de pessoas e materiais, a maior exposição a sinistros de trânsito e o desgaste físico decorrente do serviço. Conclui-se que o policiamento com motocicletas deve ser entendido como instrumento complementar, cuja eficiência depende de planejamento estratégico, treinamento especializado e integração com outros meios operacionais, de modo a equilibrar seus benefícios com a mitigação dos riscos inerentes.

Palavras-chave: Ciências policiais; doutrina de motopatrolhamento; policiamento ostensivo com motocicletas; segurança pública.

Disponível em:

<https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/216629>

QR Code



ANUÁRIO

DE PESQUISAS DA APMG



2ª EDIÇÃO



Quer mais detalhes sobre um artigo*
ou acessá-lo na íntegra?

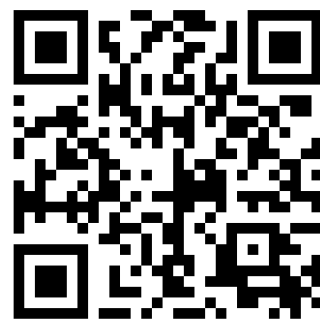
Acesse o link ou QR Code disponível
em cada resumo.

Quer acessar TCCs de anos anteriores?

Acesse o Pergamum UNESPAR

ou aponte a sua
câmera

- 1 Clique: biblioteca.unespar.edu.br
- 2 Busque por título ou autoria do artigo que deseja encontrar.
- 3 Clique no arquivo PDF ao final da página.



**Polícia Militar do Paraná,
nós fazemos a diferença!**

*Os artigos estão disponíveis apenas na versão digital.



FONTE: ACERVO INSTITUCIONAL DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ (APMG).